



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

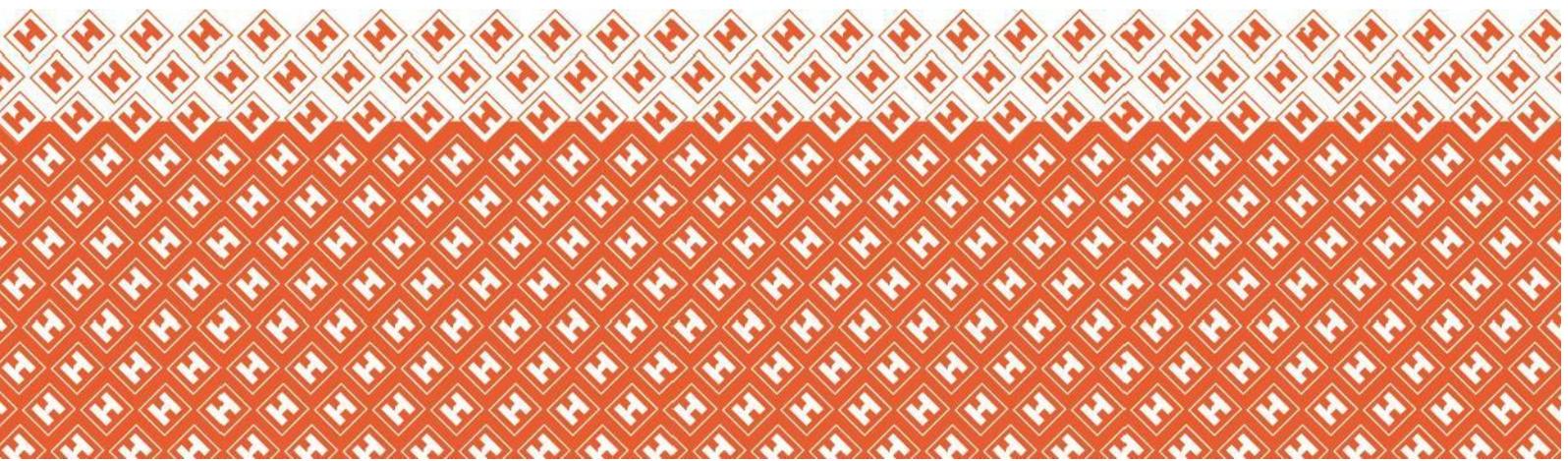
JOSÉ FÁBIO NICOLAU DOS SANTOS

**A CAIXA DAS MEMÓRIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: OBJETOS GERADORES
E LETRAMENTO HISTÓRICO EM ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS-PB**



Universidade Regional do Cariri-URCA

Agosto/2024



José Fábio Nicolau dos Santos

A Caixa das Memórias no Ensino de História: Objetos Geradores e Letramento Histórico em Escola Rural de Santa Inês-PB

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientador: Prof.^a Dr.^a Paula Cristiane de Lyra Santos

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Santos, José Fábio Nicolau dos

J20c A Caixa das Memórias no Ensino de História: Objetos Geradores e Letramento Histórico em Escola Rural de Santa Inês-PB / José Fábio Nicolau dos Santos. Crato-CE, 2024.

212p. il.

Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Paula Cristiane de Lyra Santos

1. Ensino de História, 2. Letramento Histórico, 3. Caixa das Memórias, 4. Objetos Geradores. , 5. Memória; I. Título.

CDD: 300.7

JOSÉ FÁBIO NICOLAU DOS SANTOS

A CAIXA DAS MEMÓRIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: OBJETOS GERADORES E LETRAMENTO HISTÓRICO EM ESCOLA RURAL DE SANTA INÊS-PB

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de Mestre em História, aprovada em: 28 agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 CICERO JOAQUIM DOS SANTOS
Data: 25/09/2024 20:12:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos - URCA

(Membro interno)

Viviane Prado Bezerra

Prof.^a Dr.^a Viviane Prado Bezerra – UVA

(Membro externo)

Paula Cristiane de Lyra Santos

Prof.^a Dr.^a Paula Cristiane de Lyra Santos -URCA

Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico a minha esposa, Mônica Santos, com todo meu amor. A minha querida mãe, Rosa Santos e ao meu pai, Severino dos Santos. A meu amigo de trajetória no Mestrado, Djalma Dantas, e aos meus alunos de ontem de hoje e de amanhã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter oportunizado um momento tão feliz, pois tudo fez por mim, sou grato ao Senhor por tudo que fez na minha vida, por mais que eu não mereça, mas Ele se fez presente na minha vida, ajudando-me sempre, fortalecendo-me em todos os momentos, por isso, minha eterna gratidão ao meu Deus.

Logo após longos duros dois anos e meio, finalizar o Mestrado Profissional em ensino de História é uma conquista extraordinária, a qual sempre almejei alcançar, mesmo que em alguns momentos as lutas e dificuldades tenham sido grandes, quando os desafios apareceram, porém com muita luta, perseverança e apoio nas horas mais difíceis, agora com o coração feliz e alegria na alma, consegui concluir mais um percurso profissional, por isso, agora, transbordo minha gratidão.

Sou grato aos meus pais: Severino Nicolau dos Santos e Rosa Maria dos Santos, por entenderem, por meio da sabedoria infinita dada por Deus, que a educação é o caminho para o progresso e por sempre terem sido o suporte para prosseguir nos estudos, minha constante gratidão.

À minha esposa, Mônica Alves, presente dado por Deus, que tem sido o meu refúgio de amor e compreensão. Ao contrair matrimônio, tornamo-nos um, assim, as minhas angústias foram delas também, por isso, agradeço pelo companheirismo, carinho e amor dedicados a mim de forma incondicional. Nada teria conseguido sem a sua ajuda e compreensão, mesmo nos momentos em que tive que viajar para ir ao Crato - CE para as aulas, ela soube entender da forma mais amorosa possível, portanto, a conquista do Mestrado é dela também, amo-te com o mais puro amor. “Casas e riquezas herdam-se dos pais, mas a esposa prudente vem do Senhor.” (Provérbios 19:14)

Sou muito grato a minha orientadora, Paula Cristiane de Lyra Santos, pelo acolhimento constante e pela compreensão enorme que tiveste comigo durante as orientações que foram fundamentais para a conclusão do Mestrado, momentos muito ricos de compartilhamento de experiências e norteamento que me fizeram acreditar que tudo seria possível. Agradeço a Deus por tê-la escolhido para realizar minhas orientações, pois pelo dom da sabedoria divina, ajudou-me a suportar o peso do desenvolvimento de um trabalho dessa envergadura, soube compreender-me nos momentos de indecisões e, com paciência, esperou-me em todos os instantes, sabendo tirar as minhas dúvidas, que não foram poucas, por isso, minha gratidão por nossa conquista. Professora Dr^a Paula Cristiane de Lyra, muitíssimo obrigado pelo acolhimento

ilimitado, pelas horas dedicadas a mim durante a trajetória de construção da escrita desta dissertação.

A banca de avaliação pelo empenho em se dedicar na leitura e orientações para aperfeiçoamento deste trabalho para atingir as exigências historiográficas do Mestrado. Prof.º Dr. Cícero Joaquim dos Santos, e a Prof. Dr.ª Viviane Prado Bezerra, suas análises e palavras de reconhecimento pelo esforço empreitado foram fundamentais para ter certeza da importância da pesquisa.

Aos admirados professores do ProfHistória da URCA, pelos conhecimentos compartilhados, em nome da minha orientadora Paula Cristiane de Lyra Santos quero agradecer-lhes pelas suas contribuições para robustecer minha formação, meus aplausos e votos de reconhecimento e agradecimentos para todo o corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino de História.

Aos meus alunos da Escola José Pereira Frade, que são a parte mais importante desta atividade, por terem abraçado juntamente comigo nesse projeto, e por terem acreditado que seria possível uma pesquisa em Ensino de História que viesse a gerar frutos fecundos e experiências de aprendizagens para cada um.

A toda comunidade escolar pelo indispensável apoio no decorrer da caminhada, cada um teve sua parcela de contribuição, e a conquista que agora se materializa tem a participação de cada um. Agradeço à comunidade do Distrito do Umbuzeiro, Sítio Barriguda, Pé Grosso, Fazenda Nova e demais comunidades pelo carinho e compartilhamento das suas memórias, apoio e contribuições para a pesquisa, pois sem a colaboração de cada um, não seria possível realizar o presente trabalho. Também, dedico a toda a sociedade santineense, em especial à senhora Maria Pereira Campos Leite, por ter disponibilizado as fontes documentais que ajudaram a escrever a História do Município de Santa Inês- PB.

Ao meu grande amigo Djalma Luiz do Nascimento Dantas, ao qual sou eternamente grato pelas valorosas e riquíssimas contribuições nas leituras compartilhadas, nas conversas e debates que foram fundamentais para o meu crescimento intelectual. Amigo da época da Graduação na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e que a Graça de Deus nos reuniu no Mestrado, sou grato pelo companheirismo nas idas e vindas para o Crato – CE, pois o ProfHistória nos propiciou estreitarmos ainda mais os laços de amizade e lealdade. Assim, conforme diz a Bíblia Sagrada: há amigos mais chegados que irmão, Djalma Luiz foi para mim um grande irmão mais velho, que me segurou e ajudou a atravessar as grandes adversidades impostas ao longo do percurso, já que ele sempre falou que terminaríamos juntos o mestrado, um ajudando ao outro, e escreveríamos juntos as narrativas dessa história. Muito obrigado por

ter sido tão humano, compreensivo e motivador de horizontes possíveis, grato por ter me ajudado em todos os momentos dessa longa caminhada, que Deus te abençoe sempre, não há palavras para descrever o quanto sou feliz por tê-lo como amigo.

Gratidão às colegas de caminhada acadêmica, colegas de estudos e companheiras de viagens ao Crato. Iasmim, do Iguatu – CE; Flávia Thais, de Milagres – CE e Claudiana, de Icó -CE, obrigado pelas trocas de experiências que nos ajudaram no robustecimento da pesquisa, bem como pela amizade construída.

À Universidade Regional do Cariri, e coordenação do ProfHistória, meus agradecimentos pela oportunidade de formação a mim disponibilizada, obrigado por contribuir no meu crescimento enquanto professor, historiador e pesquisador, tornando-me um profissional mais qualificado e com anseios de ofertar um melhor ensino para meus educandos.

À Secretaria Municipal de Educação de Santana de Mangueira-PB, na pessoa da secretária, Maria Leiliana Sales Bezerra Eugênio, por apoiar e acreditar que a formação profissional pode trazer benefícios para a educação do município. Abraço a todos os funcionários que contribuíram para que este momento fosse possível. Ademais, agradeço ainda a Secretaria de Educação de Santa Inês - PB, por possibilitar as atividades da pesquisa. Assim, citando a secretária, Zilvany Leite Vieira, abraço a todos os funcionários que contribuíram para o sucesso deste trabalho. Juntos estamos fazendo História, obrigado por apostar que é possível, com empenho e dedicação, promover uma educação pública de qualidade.

À Escola José Pereira Frade, por sempre apoiar no desenvolvimento das atividades da pesquisa e por estar comigo em todos os momentos, à ex gestora Águida Nunes de Sousa, e a atual gestora Maria de Fátima Pereira da Silva de Sousa, muito obrigado, e ao agradecê-las, citando a professora Sandra Maria Abílio Florentino, estendo o meu abraço fraterno a todos os professores, coordenação, a todos sem esquecer nenhum.

À Escola José Ricardo dos Santos, pelo apoio indispensável que possibilitou e abriu espaço para minha presença nas aulas do Mestrado, sem isso não seria viável realizar os estudos e a pesquisa. Ao gestor Edenildo Mourato da Silva, e a secretária Josefa Mateus da Silva, muito obrigado, e ao agradecê-los estendo o meu abraço fraterno a todos os professores, coordenação e funcionários, a todos sem esquecer nenhum.

Por fim, também quero agradecer aos servidores públicos do Estado da Paraíba, Sr. Francisco Jean Alves de Figueiredo e ao Sr. Albano Borba, ambos da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, pela disponibilidade em fornecer documentos que foram fundamentais para concretização da escrita historiográfica desta dissertação.

EPIGRAFE

*Posso todas as coisas em Cristo que me fortalece.
(Filipenses 4:13)*

RESUMO

Este trabalho de pesquisa é resultante das experiências práticas e teóricas de um professor de História, que desenvolve seu labor em escolas rurais e que, a partir do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri-URCA, buscou na academia subsídios para aprimorar suas práticas de ensinar História em uma escola no meio rural, se redescobrimo um professor e pesquisador ao observar que a falta de fontes de acesso escolar sobre a História Local poderia tornar-se objeto de estudo para si e seus alunos, transformando-a em narrativas históricas escolares que passaram a contar a partir do lugar e a ensiná-la no chão da escola. Diante da necessidade historiográfica, o município de Santa Inês-PB, o Distrito do Umbuzeiro e comunidades vizinhas que fazem usufruto da educação dos jovens da E. M. E. F. José Pereira Frade, tornaram-se campo de pesquisa do fazer História e do ensinar a disciplina. A escola irrompe a busca por escrever a história do local por um trabalho de pesquisa historiográfico que narra nesta dissertação os aspectos gerais do passado que resultou nos registros destas narrativas na História do município de Santa Inês neste trabalho dissertativo, tendo como subsídios as fontes materiais e da Memória Coletiva que foi registrada por meio de coleta de questionários semiestruturados, tomando a forma de escrita as narrativas do Distrito do Umbuzeiro e da Escola José Pereira Frade. A memória tornar-se-á minha principal matéria prima de trabalho, de inserção dos estudantes como sujeitos históricos. Neste sentido, a busca por ouvir estas memórias nos levou a utilizar dos vestígios da cultura material, a serem revelados nos objetos geradores, como pontes para o processo de Letramento Histórico que desenvolvi durante a pesquisa, em contexto escolar, na aplicação metodológica de aulas-oficinas de História e aulas-passeio. Foi colocado durante as aulas de História o município como espaço de saberes históricos, a serem investigados, oportunizando ao professor e aos estudantes ouvir, identificar e historicizar por meio da memória reveladas nos objetos geradores, sendo indicados como fontes um rádio, uma máquina de escrever, um pilão e um moinho de metal, e, a partir das memórias neles reveladas, foram realizadas vivências e aprenderem a história tendo campo de estudo o local onde vivem, e passando a compreender estes conceitos, produziram também os seus próprios registros de memória e da história do lugar. Como legado desta pesquisa a preservação das narrativas locais para a comunidade, registros estes materializados na Caixa das Memórias, como uma nova e perene fonte histórica escolar.

Palavras- Chaves: Ensino de História; Letramento Histórico; Memória; Caixa das Memórias; Objetos Geradores.

ABSTRACT

This research paper is the result of the practical and theoretical experiences of a history teacher who works in rural schools and who, after taking the Professional Master's Degree in History Teaching at the Regional University of Cariri-URCA, sought academic support to improve his practices in teaching history in a rural school, rediscovering himself as a teacher and researcher when he realized that the lack of school sources on local history could become an object of study for him and his students, transforming it into school historical narratives that they began to tell from the place and to teach it on the school floor. Faced with this historiographical need, the municipality of Santa Inês-PB, the district of Umbuzeiro and the neighboring communities that benefit from the education of the young people at the José Pereira Frade Secondary School, became a field for research into making history and teaching the subject. In this dissertation, the general aspects of the past that resulted in the recording of these narratives in the history of the municipality of Santa Inês are described in this dissertation, based on material sources and the Collective Memory that was recorded through the collection of semi-structured questionnaires, taking the form of writing the narratives of the Umbuzeiro District and the José Pereira Frade School. Memory will become my main raw material for working with students as historical subjects. In this sense, the quest to listen to these memories led us to use the traces of material culture, to be revealed in the generating objects, as bridges for the process of Historical Literacy that I developed during the research, in a school context, in the methodological application of History workshop classes and excursion classes. During the history lessons, the municipality was placed as a space of historical knowledge to be investigated, giving the teacher and students the opportunity to listen, identify and historicize through the memory revealed in the generating objects. A radio, a typewriter, a pestle and a metal mill were indicated as sources and, based on the memories revealed in them, experiences were carried out and they learned about history using the place where they live as a field of study, and by coming to understand these concepts, they also produced their own records of memory and the history of the place. The legacy of this research is the preservation of local narratives for the community, records of which are materialized in the Box of Memories, as a new and perennial source of school history.

Keywords: History Teaching; Historical Literacy; Memory; Memory Box; Generative Objects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Mapa do Estado da Paraíba com localização da cidade de Santa Inês.	28
Imagem 2: Mapa territorial de Santa Inês-PB	29
Imagem 3: Envelope de carta escrita pela deputada Vani Braga sobre o plebiscito.	36
Imagem 4: Matéria de Jornal Correio da Paraíba 31 de julho de 1991, parte 1.	38
Imagem 5: Matéria de Jornal Correio da Paraíba 31 de julho de 1991, parte 2.	39
Imagem 6: Matéria de Jornal Correio.	42
Imagem 7: Cédula eleitoral impressa	44
Imagem 8: Mosaico com a vista panorâmica do povoado e bandeira do município.	48
Imagem 9: Rua da Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.	49
Imagem 10: Vista de satélite do Distrito do Umbuzeiro.	51
Imagem 11: Caminho por estrada vicinal para chegar ao Povoado do Umbuzeiro.	52
Imagem 12: Registro da única rua do Povoado do Umbuzeiro	60
Imagem 13: Ruínas do antigo lavadouro público do Povoado do Umbuzeiro	61
Imagem 14: Declaração do Centro de Saúde de Conceição, 1991	64
Imagem 15: Registro das Ruínas da edificação onde funcionou uma padaria	65
Imagem 16: Desafios do fazer educação no âmbito rural.	72
Imagem 17: Ruínas da primeira escola do Povoado do Umbuzeiro	73
Imagem 18: Placa de inauguração do Grupo escolar Enéas Leite	75
Imagem 19: Fotografia de José Pereira Frade; ao lado, a E.M.E.F. José Pereira Frade	78
Imagem 20: Mosaico de placas de conclusão das turmas do 9ª anos (2008 – 2023)	87
Imagem 21: Mosaico de fotos com apresentações de quadrilha junina e xaxado 2015	90
Imagem 22: Registro de passeio de campo à Pedra do Reino, em São José de Belmonte	91
Imagem 23: Mosaico de fotos do desfile de emancipação política de Santa Inês-PB, 2015	93
Imagem 24: Mosaico de fotos do desfile de emancipação política de Santa Inês-PB, 2019	94
Imagem 25: Exibição do curta “Dona Cristina perdeu a memória”	108
Imagem 26: Momento de formação inicial dos discentes	113
Imagem 27: Registro da segunda aula oficina	115
Imagem 28: Registro dos alunos durante realização de atividade	119
Imagem 29: Apresentação dos objetos pelos alunos - 3ª aula oficina	124
Imagem 30: Máquina de costura	130
Imagem 31: Tia Ritinha e o pilão	130
Imagem 32: Desenho do pilão feito pelo estudante Kenedy	131

Imagem 33: Moinho de Ferro	133
Imagem 34: Desenho do rádio do bisavô da estudante Maria Alicya Melo	134
Imagem 35: Visita à casa da Senhora Eunice	139
Imagem 36: Roda de conversa durante a aula passeio	141
Imagem 37: Aula passeio na casa de Dona Rita	144
Imagem 38: Roda de conversa aula-passeio	145
Imagem 39: Roda de conversa com a Senhora Penha	147
Imagem 40: Roda de conversa com Dona Penha.	149
Imagem 41: Registro de aula passeio no Umbuzeiro	150
Imagem 42: Roda de conversa Dona Zelita	152
Imagem 43: Registros d'A Caixa das Memórias	161
Imagem 44: Mosaico com registro da atividade de fabricação d'A Caixa das Memórias	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Depoimentos registrados.	26
Tabela 2: Objetos geradores reivindicados	126
Tabela 3: Cronogramas de visitas de campo	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Registro de memórias - A	169
Quadro 2: Registro de memórias - B	170
Quadro 3: Registro de memórias - C	172
Quadro 4: Registro de memórias - D	173
Quadro 5: Registro de memórias - E	174
Quadro 6: Registro de memórias - F	175
Quadro 7: Registro de memórias - G	176
Quadro 8: Registro de memórias - H	178
Quadro 9: Registro de memórias - K	180
Quadro 10: Registro de memórias - L	181
Quadro 11: Registro de memórias - M	182

LISTA DE ABREVIATURAS

ALPB – Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CFP – Centro de Formação de Professores
CI – Integração Continuada de teste do processamento de dados no sistema de software
CNE – Conselho Nacional de Educação
E.M.E.F. – Escola Municipal de Ensino Fundamental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Leis de Diretrizes e Bases
MAT – Matrícula
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História
SUPLAN – Superintendência de Obras e desenvolvimento do Estado
TELPA – Telecomunicações da Paraíba
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
URCA – Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, TRAÇOS GERAIS.....	25
1.1 Santa Inês e sua história política e administrativa.....	27
1.2 A caminho do Plebiscito.....	35
1.3 O plebiscito como levante para a emancipação: escrutinando o evento histórico.....	42
1.4 Aspectos geográficos e socioculturais.....	48
1.5 Umbuzeiro como cenário de intervenção escolar.....	50
1.6 Umbuzeiro: Ocupação territorial, economia, sociedade e cultura.....	52
1.7 A feira do Umbuzeiro: uma história a ser contada.....	58
1.8 O fio forte e o barro: aquecendo o forno das memórias que entrelaça passado e presente	65
CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DA ESCOLA JOSÉ PEREIRA FRADE.....	72
2.1 A Escola: o coração do Umbuzeiro.....	72
2.2. Breve panorama histórico da educação em Santa Inês-PB.....	73
2.3. Uma História a ser contada.....	78
2.4. A Escola José Pereira Frade, lembranças e narrativas de professores e alunos.....	82
2.5. Ser professor e aluno na Escola José Pereira Frade.....	94
CAPÍTULO 3. MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: AULAS-OFFICINAS DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA PARA O LETRAMENTO HISTÓRICO.....	102
3.1. Aula oficina: A Memória e os saberes históricos locais.....	106
3.2 Aula oficina: História: objetos geradores e memória.....	114
3.3 “Aula passeio”: A História ao redor de nós.....	123
3.4 Aula oficina: O lugar onde vivo: Campo para o Ensino de História.....	136
3.4.1 - Aula passeio: Distrito do Umbuzeiro - Objeto Gerador: Máquina de Costura.....	139
3.4.2 Aula passeio: Sítio Barriguda - Objeto gerador: Pilão.....	144
3.4.3 Aula passeio: Sítio Açudinho - Objeto gerador: Moinho.....	146
3.4.4 Aula passeio: Sítio Umbuzeiro – Objeto gerador: Rádio.....	150

CAPÍTULO 4. A CAIXA DAS MEMÓRIAS: O USO DOS OBJETOS GERADORES EM AULAS DE HISTÓRIA.....	155
4.1 Acervo constitutivo d'A Caixa das Memórias	168
4.1.2 História na Caixa das Memórias.....	169
4.1.2.1 Registro de memórias - A.....	169
4.1.2.2 Registro de memórias - B	170
4.1.2.3 Registro de memórias - C	172
4.1.2.4 Registro de memórias - D.....	173
4.1.2.5 Registro de memórias – E.....	174
4.1.2.6 Registro de memórias - F	175
4.1.2.7 Registro de memórias – G	176
4.1.2.8 Registro de memórias – H	178
4.1.2.9 Registro de memórias – K	180
4.1.2.10 Registro de memórias – L.....	181
4.1.2.11 Registro de memórias – M	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
FONTES	191
Registros de depoimentos elaborados	191
REFERÊNCIAS	195
ANEXOS	202

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa foi articulado dentro da minha procura por formação continuada, como professor de História subsidiado pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri – PROFHISTÓRIA-URCA. O programa foi capaz de unificar a minha vontade docente de melhorar as práticas de atuação laboral investindo na formação, com o fito de fortalecer o ensino com as teorias e conhecimentos necessários para efetivar um bom trabalho no ato de ensinar e fazer História na Educação Básica, o que a URCA me ofertou com excelência.

Desse modo, surgiu o despertar para ir em busca de novas possibilidades para melhor ensinar e aprender História, com fortalecimento dos conceitos reafirmados e de novas metodologias conhecidas para assim aplicar novos fazeres que possibilitem a compreensão da História ensinada, refletida e analisada em contexto escolar, por isso, dediquei-me a usar a memória como fonte para estas novas práticas como um dos meios facilitadores do Letramento Histórico (ROCHA, 2020) para a aquisição da Consciência Histórica (CERRI, 2011).

Corroborando com este ideal de atuação docente, optei em seguir a linha de pesquisa do *Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória*, tendo em vista que a formação ofertada nas aulas e disciplinas do Mestrado fomentaram e ofereceram condições de aprendizagem significativas, já que o desejo de pesquisar a memória e a história do lugar como saberes escolares, se apresentava como uma alternativa viável e possível, consolidando o percurso que traço neste trabalho de dissertação.

Dito isso, desejo apresentar-me enquanto professor e sujeito da ação histórica. Começo a atuar na educação pública nos municípios de Santana de Mangueira, a partir de 2007, e Santa Inês, a partir de 2010, ambos no Sertão da Paraíba, enfatizando que as instituições escolares são rurais e que apresentam suas singularidades no trabalho educacional no campo, pois para muitos por estar distante dos centros urbanos o ensino pode não acontecer como desejado, suposição esta que este trabalho de pesquisa busca refutar e provar ser possível realizar um ensino de História de qualidade em todos os lugares.

Diante do desafio de ser um professor pesquisador em escolas no meio rural, dedico-me à realização da minha pesquisa no povoado do Umbuzeiro, Santa Inês-PB, na E. M. E. F. José Pereira Frade, pois há entre a vontade de ser professor, estudante e pesquisador as questões burocráticas de interesse da gestão. Em Santana de Mangueira consegui redução da jornada de trabalho, o que não ocorreu em Santa Inês, o que me direcionou para realizar a pesquisa nesta instituição. Sem deixar de destacar que as relações interpessoais entre alunos e colegas de

trabalho foram bons condicionantes para a efetivação da pesquisa que apresento registro nesta dissertação. Nesse sentido, é importante destacar que todas essas ações foram intencionalmente colocadas como uma experiência de práxis capaz de ser facilitadora para a promoção social, educacional e intelectual dos meus alunos, uma vez que nas palavras de Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). Assim, a pesquisa conseguiu promover também um novo olhar para o mundo a partir das aulas oficinas e passeios, o globo passou a ser vista diante de nós, tendo a escola como centro dele.

Durante esses anos, como professor de História, atuando em escolas no meio rural, sentia a necessidade de complementar minhas aulas com algo a mais do que simplesmente o livro didático, já que essa metodologia foi quase totalidade do meu fazer docente, até então o único meio de buscar o conhecimento histórico, já que ainda não conhecia uma teoria metodológica que viesse a dar suporte e amparar tal prática.

Sob esse viés, pude perceber que somente com a aulas no Mestrado profissional, e a aproximação com diversos conceitos, abriu-se a possibilidade de um trabalho que pudesse fazer uma imersão em um tema que viesse a privilegiar a história local. Logo, autores como Horn e Geminari (2006) que defendem o ensino escolar que perspective por uma abordagem que envolva a realidade vivida e experienciada pelos alunos, que não pode ficar presa numa concepção de História que privilegia os setores dominantes da sociedade, mas perpassa por “[...] uma noção mais ampla, onde as classes populares sejam também inseridas em suas análises” (HORN; GEMINARI, 2006, p. 124), tornaram-se assim referenciais para mim.

A minha prática de docência está inserida em um contexto rural, a comunidade escolar na sua totalidade, como já exposto anteriormente, é proveniente de famílias que têm uma condição econômica dependente da agricultura e da produção que é vendida nas comunidades próximas e que ajudam na complementação da renda destinadas à sobrevivência da família, o que precisa ser considerado, avaliando o contexto e a realidade escolar vivida.

É válido apontar que a pesquisa está dividida em dois caminhos metodológicos: o primeiro foi o de apresentar a história local, para os estudantes e para a própria comunidade, neste momento tive atuação de pesquisador dissociado dos meus alunos, que são a parte mais importante desta atividade. Porém, por ser natural de Conceição- PB, pouco sabia sobre a história de Santa Inês, da comunidade do Umbuzeiro e da própria escola, por esta razão fui então buscar as fontes materiais e imateriais, coletando as informações das comunidades por meio de elaboração de depoimentos que me serviram como fonte principal para escrever as primeiras narrativas históricas do lugar a serem apresentadas em sala de aula.

Para esta tarefa, a elaboração dos depoimentos, buscou revelar as memórias coletivas (HALBWACHS, 1990) que foram registradas por meio do trabalho historiográfico de registros em questionários semiestruturados, que oferecem uma possibilidade de coletas de dados na perspectiva qualitativa e interpretativa, que me serviram de balizadores do trabalho docente (CASTRO, OLIVEIRA, 2022) e historiográfico, na medida em que a coleta de dados me serviu de fonte tanto da escrita da História como das ações metodológicas de pesquisa e de aplicação das aulas oficinas da disciplina.

Na entrevista semi-estruturada, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. Geralmente, a entrevista semi-estruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (MANZINI, 1991, p, 154).

Neste sentido, para concretização das entrevistas, por meio de questionários semiestruturados, a coleta de depoimentos se deu por meio de roteiro de perguntas, que foi elaborado para permitir que outras questões pudessem ser colocadas, tendo sido feito o registro das narrativas da oralidade, durante a entrevista de forma escrita por mim, enquanto entrevistador e professor pesquisador.

O segundo momento ocorreu, de fato, com a participação dos estudantes - meninos e meninas- do sexto ao nono ano, todos estudantes do turno tarde, que foram os grandes mobilizadores das atividades de registro das memórias na Caixa das Memórias. Direcionei o foco da pesquisa, leciono para alunos das diversas comunidades do entorno da escola que veem nela uma possibilidade de mudança e transformação social, mas que também carregam consigo as marcas culturais, o conhecimento da sua realidade local, sua história de vida e da sua própria comunidade.

Neste contexto, durante a aplicação da pesquisa decidi desenvolver uma investigação somada a intervenções da didática da História, pela qual fosse possível colaborar para a melhoria no processo de ensino e aprendizagem. A opção pela escolha da memória enquanto fiadora para os saberes históricos foi motivada pela possibilidade de contribuir para o conhecimento sobre a história local, pois ao desenvolver a pesquisa sobre as comunidades das quais os alunos são oriundos, seria uma forma de trazê-los para dentro da aula de História, uma vez que o estudo daquilo que é mais próximo da realidade do aluno, seria uma forma de desenvolver a curiosidade e o interesse pelo conhecimento dos sujeitos da história do seu lugar, que não estão presentes no livro didático.

Por isso, ao buscar trabalhar a memória numa perspectiva da história local, tinha como meta problematizar a história a partir do lugar e do tempo em que se vive, para que os discentes, enquanto sujeitos históricos, também se percebam parte da História. Neste sentido, que possam conhecer mais sobre a história local, se reconheçam como parte do processo histórico e compreendam que também são importantes no próprio processo de ensino e aprendizagem, pensando, dessa forma, que a prática educativa deve proporcionar um ensino que destaque as festas coletivas, o trabalho, as lembranças dos sujeitos, bem com os objetos que podem se apresentar como fonte potencial de memórias.

Nessa perspectiva, apresento no primeiro capítulo o recorte espacial do trabalho, que foi construído por meio de pesquisa documental para conhecer a história do município de Santa Inês -PB. Para alcançar os objetivos almejados, a pesquisa trilhou o caminho de produzir o conhecimento histórico dessa cidade, por meio das fontes disponíveis, e neste caso buscamos adentrar na história política administrativa do município. Para tanto, buscamos conhecer os aspectos históricos desta cidade, focando no processo de emancipação política, pois havia uma documentação considerável como fonte histórica que pôde direcionar a primeira parte deste capítulo.

Neste sentido, na primeira parte do capítulo um, denominado de *História do município de Santa Inês, traços gerais*, apresento um panorama histórico do lugar em seu contexto formativo e a sua elevação à categoria de Distrito, em 1980, destacando a busca pela emancipação política em relação ao município de Conceição – PB, o que ressalta o anseio popular pela autonomia política e como tal evento histórico se deu no momento em que muitos municípios brasileiros estavam buscando se desmembrarem para formarem novos municípios. Dessa forma, analisa o processo desencadeado para efetivação da conquista da sua autonomia política e administrativa.

Dentro do espaço territorial e de pesquisa, estudo e apresento a narrativa histórica do Povoado do Umbuzeiro (Distrito), local onde a escola está situada, bem como as comunidades ao seu entorno, para buscar conhecer sobre a ocupação territorial, os aspectos culturais e econômicos do espaço campo da pesquisa, para produzir saberes históricos sobre a história local. Em virtude do escasso acesso às fontes, recorreremos às memórias populares das pessoas da comunidade para colaborar para a tessitura, e assim escrevermos as linhas de construção da narrativa histórica do lugar.

No capítulo seguinte descrevo as reflexões de forma sucinta de análise histórica sobre a educação e a implantação de escolas estaduais (PINHEIRO, 2001) no município de Santa Inês, afunilando para a oferta de educação para a população campesina, como é o caso da

população do Distrito do Umbuzeiro e suas adjacências, que eram atendidas por uma escola estadual construída no referido Distrito, por volta de 1960.

Em seguida, busquei historicizar a Escola José Pereira Frade, como ambiente de entrecruzamento de saberes, memórias, recordações e cenário de estudos, apresentando-se como lugar que também tem uma história a revelar, pois desde a sua fundação, em 1979, até os dias atuais, se tornou o centro de referência de saberes e difusora do conhecimento para um grande número de alunos que lá estudaram, que hoje tem seus filhos e netos matriculados nesta instituição. Portanto, a referida instituição, como espaço onde ocorre as relações humanas, está permeada por histórias a serem conhecidas.

Assim, para concretização deste trabalho passo a garimpar fontes de memória, por meio do registro das narrativas da comunidade com a elaboração de depoimentos, sobre o edifício construído e as relações dentro dos seus espaços estabelecidas pela comunidade escolar ao longo do tempo. De posse destas informações, consigo apresentar a História da Escola José Pereira Frade a partir dos sujeitos que tanto ajudaram a construir o prédio, quanto a sua trajetória educacional. Para isso, foi imprescindível ouvir as memórias das pessoas sobre a escola e, por meio da escuta das suas narrativas, através de muitas conversas com os indivíduos, que foram e são testemunhas oculares da história dessa instituição de ensino, pude escrever as linhas deste capítulo, para que assim sirva de guardião para a preservação histórica das narrativas sobre a instituição apresentada e de referência para futuras escritas sobre ela, pois neste exato momento, novas ações estão sendo feitas, histórias estão sendo construídas, sendo brevemente, necessárias serem registradas por outros que virão.

No terceiro capítulo, apresento as atividades didáticas de história, desenvolvidas com o propósito estudar, avaliar e problematizar o processo de Letramento Histórico (ROCHA, 2020) diante da experiência de ensinar História em uma escola no meio rural. Aqui cabe destacar que a Escola José Pereira Frade está inserida no meio rural. Porém, o seu Projeto Pedagógico e suas diretrizes curriculares foram elaborados nas mesmas dimensões das escolas em contexto urbano no município de Santa Inês. Por esta razão, não irei refletir, nem problematizar as questões da escola do campo ou escola no meio rural, mas utilizo-me das contribuições no livro “Por uma Educação do Campo: para a construção de um projeto de Educação do Campo” (MOLINA, JESUS, 2004) para compreender que minha prática docente e pesquisa aqui apresentada, acontece em uma escola no meio rural.

Durante este trabalho dissertativo demonstro como consegui apresentar e utilizar de ferramentas didáticas da História para a aquisição de Consciência Histórica (CERRI, 2011) pelos estudantes neste contexto educativo. Desta forma, nesta seção do texto discorro sobre

experiência realizada de prática de Aulas-oficinas de História, mobilizadas a partir da Memória e da Cultura material (Objetos Geradores) fundamentada no pensamento de Francisco Régis Lopes Ramos (2004), que propõe trabalhar o Ensino de História a partir da História Local.

Desta forma, descrevo como ocorreu a formação dos alunos, as práticas das oficinas, a memória, e as narrativas para a construção dos saberes históricos, especialmente a partir dos objetos geradores. Após as oficinas, foram realizadas aulas-passeio nas comunidades onde os discentes residem para ouvir as memórias das pessoas, a partir dos objetos reivindicados pelos estudantes, buscando historicizar os objetos, como fontes materiais, mas também por serem, quando problematizados, reveladores de histórias, despertando nos sujeitos históricos narrativas de memória que nos ajudam a entender, estudar e escrever o passado.

As pesquisas de aula passeio ou “Estudo do Meio” aconteceram nas comunidades que cercam a Escola, lugares onde vivem os estudantes que nela estudam e que participaram das atividades. Para as visitas, os estudantes foram divididos em grupos, e deveriam escrever de maneira individual a experiência, e registrar as memórias identificadas na pesquisa de campo. Nas visitas realizadas apresento como os objetos geradores foram referenciais para se aprender história, revelar narrativas de significados e significância, tanto orais quanto escritas. As memórias coletadas e os objetos indicados foram fotografados e passaram a servir de fonte para novas etapas da pesquisa.

Apresento como, ao ensinar a história um utensílio de trabalho, um objeto, que mudou a finalidade de uso ao longo do tempo, pode ser transformado em vestígio, documento e monumento social, que quando bem problematizado nas aulas pode ajudar na compreensão histórica do passado e do presente. Isto se dá também pois “o potencial educativo dos objetos geradores reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações” (RAMOS, 2004, p. 60). Por esta razão, discuto suas contribuições para a compreensão da disciplina de História, melhorando assim o processo educacional e valorizando temas do cotidiano do contexto social, econômico, político e cultural dos estudantes no espaço escolar delimitado.

No capítulo final, apresento a materialização da pesquisa, descrevo os resultados, que assim como todo o trabalho desenvolvido, perpassou sobre apresentar estratégias de Ensino de História de qualidade e numa perspectiva inovadora, a memória e a história, seus saberes e fazeres se interacionaram nos desenvolvimentos das atividades baseadas no processo do Letramento Histórico, utilizando as aulas-passeio e as aulas oficinas, no ensinar, aprender e fazer História com qualidade, em um escola no meio rural do Sertão Paraibano.

Pensando, assim como Fernando Catroga (2015), ao propor historicamente a sala de aula como um espaço de produção historiográfica, se faz necessário inserir o estudante e meio histórico em que vive para dentro das reflexões de sala de aula. Justamente esses saberes locais só podem ser inseridos nesse espaço se olharmos para nossos estudantes e suas comunidades como sujeitos e espaços históricos, que nem sempre estão nos currículos e nos livros didáticos. Por isso, para esta tarefa de registro, a memória se materializa nas aprendizagens vivenciadas deixando o espaço intangível e adentrando na cultura material da sala de aula.

Como resultado deste processo foi fabricada a **Caixa das Memórias**, novo objeto gerador que coloca os saberes locais como narrativas históricas da comunidade a servir de fonte de saberes locais, assim como o livro didático apresenta os saberes tidos como globais. Apresento neste capítulo 4 a Caixa das Memórias, como novo objeto problematizador em que foram depositadas as produções de registros escritos e fotográficos dos discentes, que ficará exposta na escola, e poderá resguardar a memória local.

Assim, a partir da sua elaboração, apresenta-se como novo objeto gerador, fabricado pelos estudantes que poderá ser utilizado em contexto de ensino e aprendizagem escolar, envolvendo e levando a história local para dentro da escola. Tal caixa memorial se tornará fonte para o conhecimento histórico no tempo presente e para possíveis ações futuras

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, TRAÇOS GERAIS.

Em suma: se não se quiser cair numa estrita posição cientista, tem de se aceitar o tom ambíguo e "indeciso" das relações entre a memória e a historiografia. Na verdade, por mais esforços de auto-análise que o historiador possa fazer para aplicar a sua metodologia crítica e para atenuar o peso subjectivo da idade na interpretação histórica, a sua *epochê* será sempre epocal, porque os nexos com a memória (e o recalçamento) e com o que, dentro dela, é presença do colectivo, impedem-no de se colocar, totalmente, "entre parêntesis", isto é, de situar o seu saber para além da história, característica que, aliás, ele mesmo declara ser inerente a tudo o que possui marca humana. Por mais que queira, o historiador não é um *eu transcendental*, auto-transparente a si mesmo, esse sonho de luz plena que anima todos os racionalismos extremos, às vezes a maior de todas as cegueiras (CATROGA, 2015, p. 83).

Utilizo-me dos pensamentos de Fernando Catroga apresentados no livro “Memória, História e historiografia” (2015), para apresentar a questão que norteia este capítulo, uma vez que nas páginas seguintes trago a História de um município do Sertão paraibano, que ainda tem escassos trabalhos historiográficos que narram sua constituição enquanto território emancipado, e que tem uma população para se identificar pertencente dele. Logo, isso apresentou-me como dificuldade para realizar atividades escolares que retratassem, em contexto escolar, o passado a ser estudado pelos alunos, resultando, assim, nas aulas de História, na falta de fontes que colocassem a história local no debate do chão da escola.

Dessa forma, alguns questionamentos foram surgindo, tal como: Como vencer o desafio de não encontrar fontes históricas de acesso escolar para o Ensino de história de Santa Inês? A resposta necessária a realização deste trabalho dissertativo foi ocupar o espaço de professor pesquisador, e, por meio de um trabalho historiográfico, produzir os registros da história que por mim será usada em contexto escolar, servindo de base também para outras escolas municipais. Na efetivação deste trabalho busquei, junto à comunidade, arquivos governamentais e privados, a fim de fazer o recrutamento dos vestígios (documentos tangíveis e intangíveis) que me ajudaram a escrever de forma a amparar a aventura de fazer historiografia em uma escola no meio rural.

Para efetivação desta tarefa, utilizei do limiar apresentado por Fernando Catroga no qual a memória, história e historiografia são “uma das expressões da condição histórica do homem” (2015, p. 85), dito isso, faço uso da memória como fonte para que depoimentos registrados me apresentam as condições necessárias de buscar e encontrar o acesso aos documentos que são tão importantes para o fazer História. Desta forma, a História do município que se fez revelar teve, na sua maioria, fonte documental além das contribuições das narrativas,

pela comunidade escolar, de memórias da História do Distrito do Umbuzeiro, sítios adjacentes e da escola José Frade.

Tabela 1: Depoimentos registrados.

Nº	Nome:
1.	Joseny Alves Teixeira
2.	Maria de Fátima Pereira da Silva de Sousa
3.	Maria Aparecida Ferreira Florentino
4.	Rejanir Ferraz da Silva
5.	Maria de Lourdes Barbosa da Silva
6.	Águida Nunes de Sousa
7.	Luiz Rosa da Silva Filho
8.	Airto Joselmo de Sousa
9.	Sandra Maria Abílio Florentino
10.	Robéria Maria Vieira Marinho
11.	Ronoaldo Araujo Lima
12.	José Joaquim de Sousa
13.	Eunice Florentino Pereira
14.	Esmaelita Pereira da Silva
15.	Maria Helena de Sousa da silva
16.	Maria Pereira Lima
17.	Maria de Fátima Ramalho Melo
18.	Zelita Florentino Pereira
19.	Maria de Moura de Sousa
20.	Rita França Abílio

Tabela 1, elaborada pelo autor. Fonte: Arquivos da pesquisa.

Os depoimentos foram ponte de acesso aos lugares onde as documentações do período estudado estavam sendo guardadas, em especial ao acervo pessoal de Maria Pereira Campos Leite, uma guardiã da história do município, transformou-se de maneira altruísta em uma importante arquivista dos registros históricos, guardou e preservou um rico e robusto acervo de documentos das décadas de 1980 e 1990. Ela foi e é uma personalidade importante da sociedade santineense, foi a primeira mulher a ocupar o status de primeira dama do município, estando ao lado do marido, o prefeito Dr. João Nildo Leite (1997-2000) no processo de legitimação das

bases do poder executivo e das edificações necessárias para a consolidação do novo município, emancipado pelo seu esposo e administrado pela primeira vez.

O acervo da Sr.^a Maria Campos foi importante subsídio para a escrita desta dissertação, as fontes históricas por ela disponibilizadas contribuíram para embasar as narrativas históricas sobre o município de Santa Inês, seus documentos fortaleceram as narrativas orais registradas, por meio de entrevistas em questionários semiestruturados a revelar o passado a ser estudado e utilizado como saber nas aulas de História. Muito do que aqui está escrito tem como ponto de partida os vestígios documentais cuidadosamente guardados por ela, que foram essenciais para as narrativas que apresento a seguir.

1.1 Santa Inês e sua história política e administrativa

Este trabalho de pesquisa buscou aprimorar os métodos e práticas do ensino de História na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pereira Frade, localizada na comunidade Rural Umbuzeiro, que está inserida nas delimitações do espaço territorial e histórico do município de Santa Inês, jovem cidade paraibana fundada e prestes a completar 30 anos de emancipação política.

Muito de sua recente história de emancipação precisa ser melhor pesquisada, procuro aqui apresentar algumas contribuições para esta tarefa de desvendar os saberes e vestígios históricos do lugar onde dedico minha atuação, na efetivação de uma História ensinada que vai ao encontro da aprendizagem para a formação da consciência histórica (CERRI, 2011), observando que o município deve estar inserido na História a ser ensinada, estudada e compreendida.

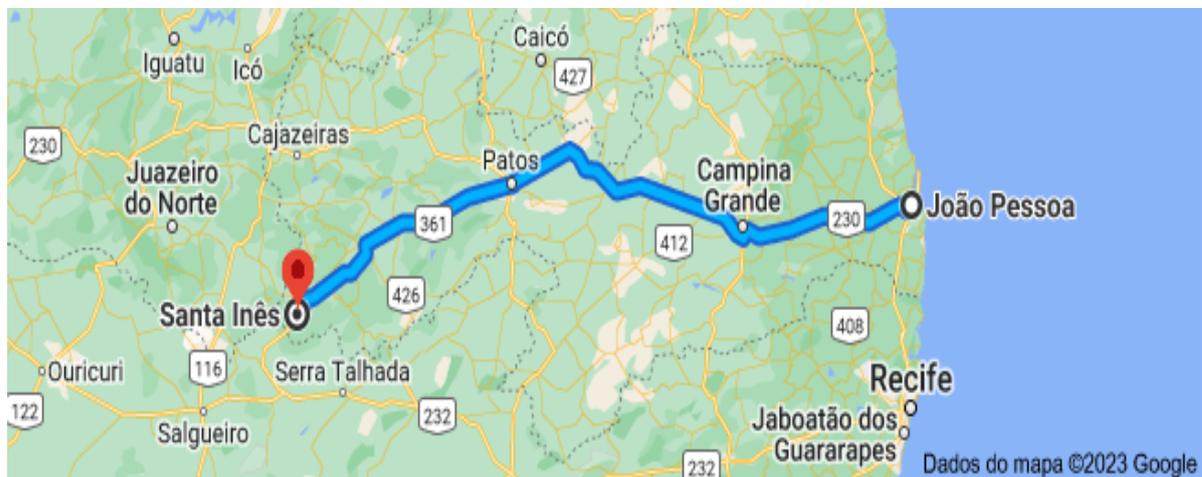
Evidentemente, por *história local* deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local. (...) A ação transformadora é de se supor que o que está sendo considerado é o **conhecimento histórico**. Neste caso, a história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como objeto do conhecimento e/ou o local como referência para o conhecimento (NEVES, 1997, p. 14).

Assim, para apresentar a história/História do lugar faz-se necessário possibilitar sua melhor compreensão entre estudantes, professores e comunidade escolar como sujeitos deste espaço onde vivem, percebendo-se como personagens que escrevem o “conhecimento histórico” de Santa Inês. Certamente, ao descrever sucintamente suas narrativas históricas, em

torno de algumas questões, inclusive da política e da criação do próprio município, forneço bases para que sua história/História possa ser problematizada nas escolas municipais públicas e particulares, nas aulas da disciplina.

Como a pesquisa histórica ocorre em determinado espaço, como recorte espacial, apresento a geolocalização do município, conforme o site do poder executivo¹, sendo um município jovem, tendo apenas quase 30 anos de emancipação política. A cidade de Santa Inês localiza-se no Sertão Paraibano, a 484,4 km, sentido extremo oeste da capital João Pessoa, com uma população de 3.227 mil habitantes, conforme IBGE².

Imagem 1: Mapa do Estado da Paraíba com localização da cidade de Santa Inês.



Fonte: [google.com/search](https://www.google.com/search)³, 2024.

Sua população tem como característica ser acolhedora, e o conhecimento do trabalho das atividades ligadas ao comércio, sobretudo a agricultura e pecuária, embora seja um município pequeno e novo, apresenta aspectos culturais e históricos que podem ser abordados como fontes para a produção do conhecimento histórico.

Imagem 2: Mapa territorial de Santa Inês-PB

¹ Site da Prefeitura Municipal de Santa Inês. Disponível em: <https://www.santaines.pb.gov.br/transparencia>. Acesso em 02 jul. 2023.

² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/santa-ines.html>?. Acesso em 02 jul. 2023.

³Fonte aplicativo Google Earth Pro, disponível em: https://www.google.com/search?q=distanancia+de+santa+ines+pb+a+joao+pessoa+pb&rlz=1C1PNFB_enBR989BR991&oq=distanancia+de+santa+ines+pb+a+joa&aqs=chrome.1.69i57j33i10i160l2.23599j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8, acesso em 02 jul. 2023.



Fonte: IBGE, 2022.⁴

A cidade paraibana Santa Inês está localizada no vale do Piancó, o território que lhe configura hoje, no passado integrou o município de Conceição-PB no Sertão paraibano, como pode ser visualizado no mapa acima. Sua emancipação política traz a simbologia de uma independência que o povoado já exitosamente compreendia possuir desde o século XVIII⁵, segundo tradição oral. Porém, como recorte temporal de pesquisa, para o aspecto de emancipação política, apresento o período de 1970 a 1997.

Neste sentido, período este que compreende a elevação do Povoado à Vila, e posteriormente a Município, e a implementação do poder executivo, identificando que sua emancipação, para além dos agentes políticos que por ela se mobilizaram, contou com um plebiscito em que a comunidade decidiu pelo desmembramento no início dos anos 1990, dando continuidade a esta trajetória da “identidade social” (NEVES, 1997) que é tida como marca para os habitantes do lugar.

Com a participação da força da população, o povoado, que segundo breve resumo apresentado no site cidades do Brasil⁶, foi iniciado por famílias agrícolas que vieram de outras regiões da Paraíba e de Pernambuco, consolidou a sua emancipação política em 1994. No entanto, é preciso destacar que o processo de elevação deste povoado campesino, de Vila a Distrito, e posteriormente Município, só começa a ser desenhado com o decreto que legitimou

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/santa-ines.html>, 03 jun 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.prefeituraempauta.com.br/cidade/1538/paraiba/santa-ines.html>, acesso em 01 jan 2024.

⁶ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-ines/historico>, Acesso em 01 jan 2024.

sua primeira autonomia territorial em 1980, quando foi elevada à condição de Distrito de Conceição-PB, conforme Lei Estadual 4.157/1980. Assim apresentado:

Art. 19 - Fica criado o Distrito Administrativo e Judiciário de CAPIM, no Município de Conceição, com sede no povoado de igual nome, que é elevado à categoria de Vila, e cujos limites são os seguintes:

a) - Ao Norte - pelos limites interdistritais de Conceição, partindo do Riacho do Poço Redondo, nos Limites com o Estado do Ceará, segue pelo referido Riacho até o ponto que fica entre as propriedades Serra da Lagoa, e Poço Redondo, Oiticica e Saco Novo - Tamandua e Guariba - **Umbuzeiro** e Santa Inês de Baixo, cruza o riacho de Santa Inês e prossegue até o ponto que fica entre as propriedades Solsinho e Canes Cibauba e Poldrinho até o Riacho Cabeças, nos limites com Santana de Mangueira.

b) - Ao Leste - com o município de Santana de Mangueira, pelo Riacho Cabaças à montanha, até suas nascentes, na Serra Pintada, nos limites com o Estado de Pernambuco.

c) ao Sul - com os limites do Estado de Pernambuco, pela cumiada da Serra Pintada até o marco 10, situado no divisor de águas dos Rios Jaguaribe (ou Salgado), no Ceará e Piancó, na Paraíba, ponto de trijunção dos Estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba.

d) A Oeste - com o Estado do Ceará, partindo do marco 10, situado no divisor das águas dos rios Jaguaribe e Piancó, divisor que passa daí em diante a ter o nome de Serra da Arara, até o encontro do Riacho Poço Redondo, nos limites interdistritais de Conceição (Fontes: Arquivos da ALPB, grifo do autor).

No decreto, destacamos, ao grifar, a localidade rural do Umbuzeiro, pois é esta localidade que será cenário da pesquisa, e que já vem sendo citada nos documentos oficiais do município de Conceição – PB, e do atual município como meio histórico importante, passando a configurar seu pertencimento dentro dos territórios, fazendo parte do lugar que viria a se tornar Santa Inês.

Dessa forma, o povoado do Umbuzeiro deixa de se vincular ao município de Conceição-PB, e caminha para se tornar a Vila de Capim, passando a receber o gentílico de santineense. A legislação colocava no mapa a comunidade rural do Umbuzeiro imersa no jovem Distrito, lhe atribuindo parte da sua construção ao longo dos anos, colocando-a também como responsável pela separação dos territórios com a cidade de Conceição-PB.

Vale destacar ainda que entre os anos de 1980 e 1990 o Brasil passou por um processo de lutas por emancipações políticas de povoados que se sentiam prejudicados pelas administrações dos municípios, e suas sedes administrativas, segundo pesquisa de François Bremaeker (1993). Os resultados da pesquisa apresentados por ele, a este respeito, tornam compreensivo que o então Distrito do Capim, e sua população acompanha essa forte mobilização popular, pela separação dos então municípios de origem.

As comunidades rurais que cercam o território do Distrito de Capim passam a buscar o fortalecimento da sua “identidade social” (NEVES, 1997) unindo forças com ações populares

e políticas, congregando esse pertencimento à defesa de ter uma sede administrativa mais próxima de sua realidade.

Neste contexto, as comunidades circunvizinhas seguem influenciadas pelo movimento municipalista apresentado por François Bremaeker (1993), e se organizam civilmente para conseguir a emancipação política que se entende também ser identitária. Imbuídos do sentimento democrático iniciam o processo com a elaboração de um abaixo assinado a ser enviado ao presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba em 1993.

Nestes termos:

EXMO. Sr. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA
JOÃO PESSOA-PB.

Os eleitores infra-assinados, residente e domiciliados, no DISTRITO DE SANTA INÊS, criado pela Lei Estadual 4. 157, 20 de Junho de 1.980, publicada no Diário Oficial do estado de 03 de julho de 1980, e integrante de Município de Conceição, desejando sua emancipação Política, requer a V. EXA ; com fundamento no inciso II da Lei Complementar Nº 01/90 de 24 de janeiro de 1.990, seja encaminhada ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, a devida solicitação para a realização da consulta plebiscitária, à população diretamente interessada, com vista a criação de município na área respectiva, pelo que, em termos, assume completa responsabilidade pela autenticidade da presente representação.

Termos em que. Pedem deferimento. Conceição-PB; 31 de janeiro de 1.990. (Fontes: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite).

Com forte atuação de pessoas das comunidades, e de políticos representantes locais, era iniciada a luta pela emancipação de acordo com a vontade popular, que se mobilizou entre os anos de 1990 e 1993 na coleta de assinaturas para protocolar oficialmente o pedido junto ao Poder Legislativo, configurando-se como marco importante de que a emancipação poderia tornar-se realidade.

Ao longo do processo foram colhidas as manifestações do desejo popular, em um total de mais de 200 assinaturas, que a partir daquele momento passou a ter seus anseios tramitando em órgãos oficiais. O que é preciso destacar é a vocação democrática, pois a maioria dos municípios paraibanos foram criados sem a participação popular, geralmente por decretos legislativos que eram sancionados em lei pelo governador em exercício (Fonte: ALPB), e as populações recebiam as separações de “cima para baixo”. Caminho contrário feito pelas comunidades urbanas e campesinas que passaram a defender a emancipação, que é o caso de Santa Inês.

Assim, várias comunidades rurais do entorno do distrito passam a somar forças para, assim como na década anterior, elevar o lugar à categoria de município. E, assim, conseguindo com esta mobilização inicial o propósito, por meio de um plebiscito, que ocorreu em novembro de 1993, conquistar por meio da soberania da sua população a sua emancipação.

Segundo documentação emitida pelo poder executivo da prefeitura municipal de Conceição – PB, através da sua secretária de administração, é certificado que a Vila reunia as condições necessárias para obter autonomia administrativa. Neste é apresentado um panorama urbanístico, arquitetônico, de infraestrutura, de saneamento, e condições de continuar subsidiando a educação, para o povo e a comunidade territorial.

Vejamos o que diz o documento:

CERTIFICO, que na vila de SANTA INÊS deste Município, tem água encanada, calçamento nas principais ruas, creche, prédio público com condições de ser instalada a Prefeitura, posto telefônico, 249 casas de alvenaria na vila, 12 grupos Escolar, sendo 02 na vila e 10 no distrito, uma área de 168 km². Conceição-PB. 13 de agosto de 1991 (Arquivos da Prefeitura Municipal de Conceição-PB)

Como visto, o lugar tinha todas as condições que a legislação exigia para que um Distrito ou Vila pudessem reivindicar junto às autoridades as ações cabíveis para conseguir sua emancipação. Conforme o documento, percebemos que o referido Distrito apresentava estrutura suficiente para, dentro da sua vontade, requerer sua independência político-administrativa em relação ao município de Conceição.

Outro fator curioso detectado na pesquisa é o fato de que a população já havia mudado o topônimo do lugar, antes mesmo do reconhecimento oficial da legislação. No abaixo assinado é citada a Lei Estadual 4. 157, de 20 de junho de 1980, que nomeia o lugar de Distrito de Capim. No texto enviado à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, a população nomeia de Santa Inês, embora oficialmente este topônimo só viesse a ser referendado na lei de criação do município que apresento em momento oportuno no decorrer do texto. No entanto, ao que parece o executivo municipal de Conceição referendava em alguns documentos a vontade popular, mesmo sem o reconhecimento dos órgãos estaduais com o nome de Santa Inês.

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETÁRIA DA SAÚDE
CENTRO DE SAÚDE DE CONCEIÇÃO-PARAÍBA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que, o Distrito de Santa Inês (CAPIM), município de Conceição-PB, dispõe de um Posto de Saúde vinculado à Secretária de Saúde do Estado da Paraíba e Centro de Saúde de Conceição, encontra-se em pleno funcionamento dispondo portanto dos seguintes atendimentos: pequenas cirurgias curativas, aplicação de injeção, vacina e outros; funcionando com os seguintes funcionários: Francisco Vieira de Figueiredo, função, Agente de Saúde, matrícula sob nº 92492.0 e Terezinha Vieira de Oliveira Agente de Saúde, lotada na mesma Secretária, sob matrícula 92501.2. (...)

Conceição, Pb, 08 de Agosto de 1.991.

Paulo Germano de Figueiredo
Centro de Saúde de Conceição
Diretor
Mat. 82.613.8

(Fonte. Arquivos de Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite)

Então podemos afirmar que, para a população local, o distrito de Capim já havia sido renomeado para Santa Inês antes do reconhecimento do Estado, o que gera dúvidas em alguns casos, que com este trabalho pretendo sanar, pois durante muito tempo era comum atribuir um nome, ou outro para a comunidade, alguns documentos oficiais das secretarias municipais ora nomeiam de um jeito, ora de outro.

No entanto, o documento acima apresentado, da Secretária de Saúde, nos fornece subsídios para compreender que o Distrito de Capim era Santa Inês de fato, e não de direito, pois oficialmente só recebeu esse topônimo em lei estadual de 1994. Por outro lado, aponta caminhos para compreender o sentimento de autonomia imposto pela comunidade que levou a pressionar as autoridades locais e regionais para a autonomia territorial.

Em resposta aos anseios da população a Assembleia Legislativa, após receber suas reivindicações, encaminhou o processo para os trâmites legais necessários, e atuou no sentido de defesa da democracia, ao abrir o espaço e as instituições para se prepararem democraticamente para a viabilização do plebiscito, para que a população decidisse pela sua emancipação definitiva de Conceição - PB, estando presentes os embates necessários, discussões e campanhas de quem era a favor, ou contra a efetivação da separação.

Certamente, os defensores da emancipação devem ter elencado os motivos, os mesmos apresentados por François Bremaeker (1993), na argumentação e convencimento da população, do processo que levou à conquista da emancipação de outras localidades, em vários estados do Brasil, que passaram por processo semelhante naquele período histórico, para exercer papel de convencimento e efetivar o desejo local. Dentre os motivos apresentados pelo autor utilizados para fortalecer a argumentação emancipacionista a época estão: a distância da sede administrativa que gera ingerência nas comunidades em um período de difícil acesso, pois as estradas de acesso às comunidades eram de terra; a falta de políticas desenvolvimentistas que prejudicava o desenvolvimento econômico, tendo em vista que se priorizavam-se as sedes administrativas, o que por sua vez ia impondo barreiras para o progresso dos povoados, estão também, inseridos neste contexto.

A alegação de descaso por parte da administração do Município de origem foi apontada por 62,9% dos Prefeitos de novos Municípios. Em segundo lugar aparece a opção referente à existência de forte atividade econômica local, apontada por 27,4% dos Prefeitos. Em terceiro lugar, com indicação de 24,2% dos Prefeitos está a alegação de grande extensão territorial do Município de origem. Finalmente, com apenas 1,6%

das indicações, está a opção referente a um grande aumento da população local (BREMAEKER, 1993, p. 05).

Não se pode deixar de pontuar que o Distrito do Capim, possuía uma infraestrutura básica para a elevação do povoado a município que seria: escola, igreja, praça, delegacia e ruas pavimentadas. Acredito que ao observarem, no período, o surgimento de muitos municípios, passaram a se unir e se mobilizar para que sua gente se tornasse responsável pela administração do território, a receber os recursos diretos da União, e, assim, investir na localidade.

Conforme documento enviado à justiça eleitoral pelo prefeito em exercício de Conceição na Época, vemos:

Ofício N° 33/92 conceição, 12 de março de 1992.

Atendendo a solicitação de V. exa., contida no STRE/SCE of. n° 576/92, datado de 27.02.92, informo a V. Exa., que o desmembramento do Distrito de SANTA INÊS não acarreta nenhum prejuízo para Conceição e seu município, e bem assim não irá destruir o patrimônio histórico-cultural deste município.

Portanto sou favorável à emancipação do Distrito de Santa Inês, pertencente a essa comuna.

Ao ensejo reitero a V. Exa. os meus votos de mais alta estima e distinta consideração. Venceslau Alves Neto, Prefeito Municipal. (Fonte: Arquivo de Maria Pereira Campos Leite).

A expressa afirmação do poder executivo de Conceição enfatiza de forma clara que a ocorrência da emancipação do Capim não traria quaisquer danos ou prejuízos de cunho histórico ou patrimonial, para a cidade mãe. Verifica-se aí, a condescendência do prefeito de Conceição que se apresenta como um ato fundamental, aliado às demais ações, para o fortalecimento e sua posterior consolidação da emancipação do jovem Distrito.

Tal afirmativa do poder executivo como parte do processo de emancipação do Distrito do Capim é um dos fatos de suma relevância, pois verifica-se aí que ao ser acionado pelo despacho do juiz relator do processo n° 178/91 - CI. VI, em atenção ao que requereu à procuradoria Regional Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral faz consulta ao município de Conceição para saber se a consolidação do processo emancipatório do Distrito do Capim - Santa Inês, não causaria danos ao patrimônio histórico e cultural daquele município.

Mediante a confirmação por parte do poder executivo de Conceição, endossando o pedido do juiz eleitoral da possibilidade afirmativa do processo de emancipação política do Distrito de Capim, não ocasionar quaisquer danos ao município sede, o juiz eleitoral dá andamento ao processo emancipatório do Capim em relação à Conceição. Apresentadas todas as possibilidades e os trâmites necessários para a concretização do mencionado processo plebiscitário, que decidiria o destino político e o anseio do povo do Capim se concretizaria.

Agora a vontade popular efetivamente se manifestaria materializando-se nas urnas por meio do plebiscito que fora autorizado pelas instâncias superiores: Juiz, Tribunal regional eleitoral e Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, cada uma dentro do seu raio de atuação e competência legal. É interessante observar que o Distrito do Capim, pensando ou não na sua futura liberdade administrativa, vai adquirindo estruturas e órgãos, algumas já apresentadas anteriormente, que se mostrariam importantes como condições favoráveis para a sua independência política.

Como mais um exemplo, podemos citar a criação do Cartório Distrital do Capim, tendo a competência para emitir registro de nascimento e óbitos, criado na década de 1980, como percebemos no seguinte documento:

Cartório do Registro Civil Gildeny Leite Vieira, Capim - Conceição - PB.

DECLARO para os devidos fins de direito, que o cartório Distrital do Capim - Santa Inês, município de Conceição - PB, foi feito o termo de abertura, em 13/ Abril/ 1.987. Este livro contém 300 folhas numeradas e rubricadas, com a rubrica de que faço uso que servirá par Registro de Nascimento e outro livro para registro de Óbitos deste Cartório. E para constar fiz este termo. CAPIM, 12 /AGOSTO / 1.991 (Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite).

A existência de supracitado órgão corrobora para a construção e consolidação da narrativa de que haviam as condições necessárias para a concretização da sua independência política, a existência de um cartório da contribuição forte e valorativa para o desfecho favorável, claro, entendemos, que a isso se somaram todas as demais condições e requisitos exigidos para a ocorrência do plebiscito.

1.2 A caminho do Plebiscito.

Isso posto, vale destacar ainda, como já indicado acima, que no início dos anos 90, quando o movimento em prol da emancipação política do Capim se inicia, foi feito o abaixo-assinado para dar início ao processo junto aos entes responsáveis pela concretização do pleito, no entanto, observa-se que o pedido de consulta popular para a realização do plebiscito foi negado, inicialmente, pelas autoridades competentes porque no ato do processo ocorreram a subtração de algumas informações necessárias e importantes sobre a existência de estrutura básica para que um distrito viesse a se tornar município.

O plebiscito configurou-se então como um evento importante, para a construção de identidade da comunidade pertencente ao território do ainda oficialmente Distrito de Capim, a participação em sufrágio popular foi preponderante para a mobilização da sua gente, em se unir

e, ganhando o pleito, passar a ter seu próprio gentílico, e condução administrativa da área por ela ocupada.

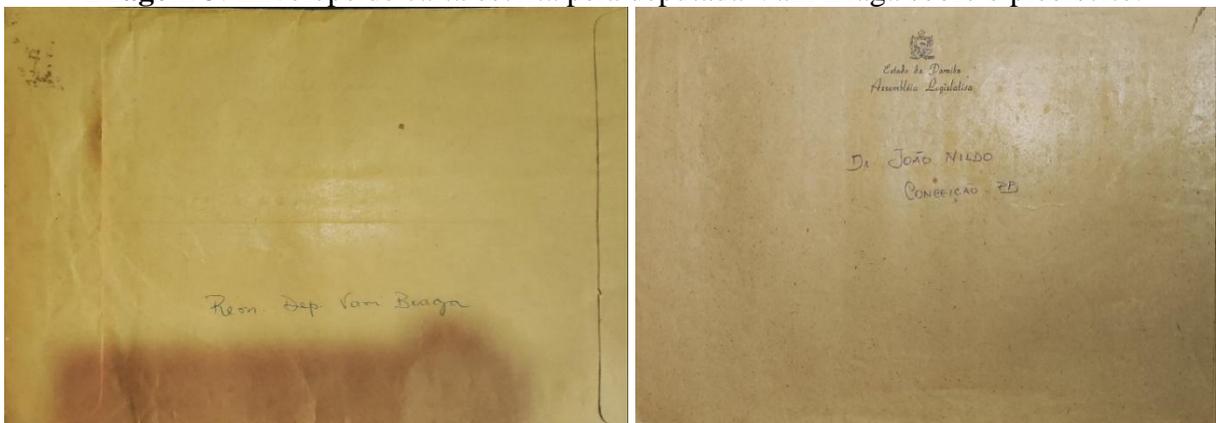
A necessidade da ocorrência do plebiscito atrasou um pouco mais o processo emancipatório, bem como seu resultado de autonomia para o novo município, pois as pendências deveriam ser sanadas para que as regras presentes no processo viessem a ser atendidas, dentro dos regimentos da legislação vigente. Longos três anos na percepção dos moradores, para realização do plebiscito em 1993, para a efetivação da primeira eleição com a escolha de prefeito, vereadores, e a construção dos símbolos municipais, que garantiriam a independência política e administrativa em 1996, concretizada de fato e de direito atendendo a vontade popular da emancipação almejada do território do Capim/Santa Inês.

Nas palavras da senhora Maria Pereira Campos, houve uma certa resistência em aceitar aquilo, que para o município sede, Conceição - PB inicialmente era irrealizável, no entanto, as grandes conquistas só são alcançadas após enormes batalhas, por isso, um dos filhos da terra, João Nildo Leite, advogado, nascido e criado neste lugar, filho de Agnelo, líder político local, de grande influência e prestígio junto a elite política de Conceição, com o apoio das demais pessoas do Distrito do Capim, conseguiu pressionar para que o processo fosse efetivado.

Como já relatado, a distância do Capim para a sede de Conceição é um pouco longa, maior ainda é a distância para a capital do Estado João Pessoa, onde seria o epicentro do processo emancipatório, por ser a sede da Assembleia Legislativa da Paraíba e capital do estado, sede do governo, para onde o líder e representante da população que estava à frente do processo teria que ir várias vezes.

O processo de emancipação política ocorreu de forma positiva por que também contou com grande colaboração da então Deputada Estadual Vani Leite Braga, que abraçou a causa do anseio e desejo popular, tornando-se a voz do povo na casa do povo (ALPB).

Imagem 3: Envelope de carta escrita pela deputada Vani Braga sobre o plebiscito.



Fonte: Arquivo pessoal Maria Pereira Campos Leite.

Sua articulação política se mostraria relevante para que o êxito do referido manifesto popular ocorresse de maneira decisiva. Sua atuação foi imprescindível, uma vez que ela ajudou no processo junto à ALPB, sobre o andamento do processo em tramitação. Enviando ofícios e requerimentos para o poder legislativo do estado, no sentido de sempre manter viva a chama para a consolidação da independência política, a deputada conseguiu pressionar pelo resultado positivo. As fontes nos mostram sua forte aproximação com a liderança política local do Distrito do Capim, que tinha nele uma base de apoio e um peso político ecoando nos cantos daquela casa (ALPB).

Vamos analisar alguns pontos exigidos para que um povoado ou distrito pudesse se tornar cidade, adquirindo sua autonomia administrativa. Observaremos que a ALPB criou uma Lei complementar 01/90, de 24 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a realização do plebiscito, vejamos o que ela apontava:

Art. 2º nenhum Município será criado ou desmembrado sem que sejam obedecidos, na respectiva área, os seguintes requisitos:

I – População estimada superior a dois mil habitantes;

II – Eleitorado não inferior a um terço da população;

III – centro urbano já constituído, com número de casas superior a cento e vinte, Cartório de Registro Civil, subdelegacia de polícia, Posto Telefônico, posto médico e seção eleitoral (Fonte: Arquivos da ALPB).

Conforme a legislação vigente, tanto a criação de municípios quanto a fusão só ocorreriam mediante plebiscito, em que a população interessada decide se é favorável ou não pelo desmembramento, claro que a ocorrência de tal ato também não pode, por exemplo, causar danos ao patrimônio histórico cultural do ambiente urbano do município mãe, do novo município que vai surgir.

Por isso, o ato de requerimento junto à Assembleia Legislativa precisava conter algumas informações de órgãos importantes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para atestar os dados mínimos requeridos pela lei. Esses órgãos são os responsáveis por fornecer dados relativos à população total, e ao número de eleitores no território, então apresentado.

Vejamos abaixo um pouco de como a imprensa paraibana cobriu este momento divisor de águas para os distritos que almejavam a ocorrência de seus processos emancipatórios. Assim noticiava, em 31 de julho de 1991, o jornal Correio da Paraíba⁷ sobre os distritos que poderiam

⁷ Jornal impresso de grande circulação na Paraíba. Fundado por Teotônio Neto em 5 de agosto de 1953, Festa das Neves e aniversário da cidade de João Pessoa. Sua cobertura era pautada principalmente em assuntos políticos, economia, esportes, cidades, cultura e outros cadernos especiais. Disponível em:

alcançar o estágio de municípios, informando que o IBGE havia repassado à ALPB dados sobre aqueles que os deputados queriam elevar à categoria de municípios.

Imagem 4: Matéria de Jornal Correio da Paraíba 31 de julho de 1991, parte 1.

Assembléia tem dados do IBGE

O IBGE já enviou à Assembléia Legislativa informações sobre os distritos que os deputados querem elevar à categoria de Municípios. O instituto forneceu dados sobre número de prédios, população estimada e existência de cartório, mas a lei exige também, para a realização de plebiscito, que tenham Pontos de Saúde, Delegacias de Polícia e Postos Telefônicos. Mesmo sem essas informações, 11 dos candidatos à emancipação estão eliminados. Uma grande parte dos distritos que constam da relação elaborada pela Assembléia Legislativa do Estado para serem emancipados não atende às exigências legais. Quando, muitas vezes, atendem às exigências de população mínima, não eliminados, por outro lado, quando o número de eleitores não corresponde a um terço da população, ou porque não constam com um cartório em seu centro urbano.

Segundo informações da Assembléia, existem-se que 36 dos 78 distritos relacionados não têm desmembrados porque ferem, em alguns pontos, a lei complementar 01/90, que estabelece os requisitos para criação, fusão e desmembramento de municípios. A primeira exigência, que é a população superior a dois mil habitantes, não é atendida por 22 distritos, dentre os quais Assunção, em Taperoá; Cachoeira de Tacima, em Tacima; Viana, em Espírito de Santa Fé; Damião, em Serra de Santa Rosa; Serrolândia, em Ostra Preta; Santa Gertrudes, em Patos, e Santa Cecília, em Urubantins. Em termos de existência de cartório, 14 distritos ficam

	Prédios URB/RURAL	HABIT.	
Alcantil / Boqueirão.....	209 + 619	3.809	Cartório
Aparecida / Sousa.....	602 + 908	6.946	Cartório
Areia de Paraíba / Passagem.....	166 + 393	2.571	Cartório
Amparo / Sumé.....	169 + 286	2.093	Cartório
Algodão de Jandaira / Remigio.....	298 + 370	3.073	Cartório
Assunção / Taperoá.....	236 + 135	1.706	Cartório
Bodocongó / Boqueirão.....	180 + 1.030	5.566	Cartório
Boa Vista / Campina Grande.....	517 + 430	4.356	Cartório
Baraúna / picuí.....	250 + 450	3.220	Cartório
Bernardino Batista / Triunfo.....	124 + 378	2.309	Cartório
Casinha do Homem / Santa Cruz.....	100 + 280	1.748	Cartório
Caturité / Boqueirão.....	210 + 342	2.539	Cartório
Curral de Cima / Mamanguape.....	123 + 1.678	8.285	Cartório
Cuité de Mamanguape / Mamanguape.....	300 + 775	4.945	Cartório
Capim / Mamanguape / Mamanguape.....	200 + 820	4.692	Cartório
Cajazeirinha / Pombal.....	132 + 760	4.103	Cartório
Casserengue / Solânea.....	227 + 360	2.700	Cartório
Carajás / São João do Cariri.....	303 + 268	2.627	Cartório
Cajá / Caldas Brandão.....	326 + 218	2.502	-----
Cachoeira de Tacima / Tacima.....	190 + ---	874	-----
Coxixola / Serra Branca.....	146 + 298	2.042	Cartório
Cacimbas / Desterro.....	358 + 512	4.002	-----
Cachoeirinha / Ibiara.....	90 + 255	1.587	Cartório
Dalmeida / Jurú.....	70 + ---	322	-----
Damião / Barra de S. Rosa.....	135 + ---	621	-----
Engenheiro Avidos / Cajazeiras.....	271 + 742	4.660	Cartório
Gado Bravo / Aroeiras.....	192 + 1.648	8.464	Cartório
Galante / Campina Grande.....	1.186 + 412	7.551	Cartório
Gamela / Mogeiro.....	128 + 817	4.338	Cartório
Ipueiras / Paulista.....	80 + ---	368	-----
Lagoa / Agua Branca.....	--- + ---	---	-----
Logradouro / Caiçara.....	270 + 558	3.809	Cartório
Marizópolis / Sousa.....	1.017 + 147	5.336	Cartório
Matinhas / Lagoa Nova.....	148 + 847	4.577	Cartório
Marcação / São Tinto.....	281 + 310	2.719	Cartório
Mato Grosso / Jericó.....	170 + 342	2.355	Cartório
Marizópolis / Sousa.....	115 + 215	2.438	-----

Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite.

A manchete muito bem retratada pelo jornal da época informava, por um lado a boa notícia sobre o repasse de informações de um órgão de natureza ímpar para as futuras emancipações dos municípios, por outro, na sua íntegra, trazia a preocupação de que algumas localidades não atendiam aos critérios exigidos pela lei, para obter suas emancipações políticas, ou no ato de requerimento não apresentaram a totalidade dos dados requeridos.

Percebe-se que, analisando a fonte jornalística, identifica-se que Santa Inês (Capim) não havia enviado ainda algumas dessas informações, como os quantitativos de prédios urbanos e rurais, número de habitantes, e outros requisitos básicos como a existência de cartório. O mesmo periódico apresentava o Distrito sem dados informados, ou porque ainda não tinham sido enviados, ou porque seriam repassadas as ditas informações, e outras mais complementares posteriormente.

Imagem 5: Matéria de Jornal Correio da Paraíba 31 de julho de 1991, parte 2.

Os requisitos da legislação					
Para que um distrito seja transformado em município ele tem que preencher os seguintes requisitos, de acordo com a Lei Complementar Nº 01/90 de 24 de janeiro de 1990:					
1. população superior a dois mil habitantes;					
2. eleitorado não inferior a um terço da população;					
3. centro urbano com número de casa superior a 120, cartório de registro civil, subdelegacia de policia, posto telefônico, posto médico e seção eleitoral.					
A Lei determina ainda que não será permitida a criação de um município se deixar de ser preenchido um dos requisitos acima exigidos.					
Riachão / Poço / Sapé.....	466 †	---	2.144	Cartório	
Retiro / Jacaraú.....	170 †	370	2.576	Cartório	
Riacho de Santo Antonio / Boqueirão..	157 †	320	2.056	Cartório	
Rua Nova / Belém.....	320 †	314	2.916	Cartório	
Santa Gertrudes / Fatos.....	78 †	306	1.766	Cartório	
Santa Cecilia / Umbuzeiro.....	380 †	---	1.748	Cartório	
São Domingos / Cabaceiras.....	159 †	456	2.829	Cartório	
São Francisco / Sousa.....	185 †	656	3.869	Cartório	
S. José de Princesa / Princesa Isabel	149 †	1.274	6.546	Cartório	
São Pedro / Santa Cruz.....	90 †	278	1.693	Cartório	
São Bento / Pombal.....	438 †	580	4.687	Cartório	
São Domingos / Pombal.....	238 †	753	4.559	Cartório	
S. José do B. do Cruz/Brejo do Cruz..	179 †	315	2.272	Cartório	
S. José de Pilar / Pilar	160 †	612	3.551	Cartório	
Santo André / Gurjão.....	127 †	596	3.326	Cartório	
Sertãozinho / Duas Estradas.....	310 †	220	1.012	Cartório	
Sobrado / Sapé.....	150 †	345	2.277	Cartório	
Sossêgo / Cuitê.....	340 †	130	2.162	Cartório	
Santarém / Viraúna.....	122 †	346	2.153	Cartório	
Santa Inez / Conceição.....	---	---	---	---	
Santa L. do Cariri / Serra Branca....	164 †	212	1.729	Cartório	
Serrinha / Bom Sucesso.....	150 †	298	2.061	---	
Socorro / Olho D'agua.....	191 †	---	878	---	
Tenório / Sazeirinho.....	267 †	182	2.065	Cartório	
Vazante / Diamante.....	120 †	206	1.499	Cartório	
Viana / Bonito de St. Fê.....	130 †	---	598	---	
Vieirópolis / Sousa.....	253 †	649	4.149	Cartório	
Várzea Comprida / Pombal.....	070 †	830	4.140	Cartório	
Tabalé / S. Sebastião do Umbuzeiro...	269 †	410	3.123	Cartório	

Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite.

Talvez isso tenha causado o indeferimento inicial do processo 178/91, por falta de dados requeridos no pedido, que tratava da tramitação para a sua elevação à categoria de município paraibano. Fica notório a informação porque, ao verificar as fontes e documentos, constatou-se que ao solicitar notícia sobre o processo de emancipação do Capim junto ao órgão competente, a resposta sobre o indeferimento se mostrou evidente por conta da inexistência de dados fundamentais.

Vejamos tal causa conforme fonte documental:

1. Ausência da lei que criou o Distrito de Santa Inez;
2. Não consta na relação do TRE o Distrito de Santa Inez, não possuindo eleitorado;
3. Representação de forma regular à Assembleia Legislativa por no mínimo 100 (cem) eleitores com firma reconhecida em cartório;
4. Ausência de posto médico, conforme a Secretaria de Saúde do Estado;
5. Ausência de posto Telefônico conforme informação da TELPA;
6. Ausência de Certidão do Prefeito acerca da possibilidade de o desmembramento do referido distrito acarretar destruição de valores culturais em parte ou em todo o centro urbano construído.

OBS: No parecer do MPE, a comuna de Santa Inez não constitui Distrito, mas sítio (Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite).

Diante do cenário apresentado, o Distrito do Capim deveria apresentar o mais rápido possível os dados que estavam faltando para conseguir reverter o indeferimento, para que o tão

sonhado evento emancipatório viesse a se consolidar. Requeridas urgentes, ações e informações foram paulatinamente anexadas ao processo, como já apresentadas algumas delas anteriormente, como por exemplo, a declaração do prefeito do município de Conceição afirmando que a eminente elevação do Capim à categoria de Cidade não acarretaria quaisquer prejuízos a paisagem urbanística, bem como ao patrimônio histórico cultural.

Por isso, ao longo dos primeiros anos da década de 90, foram apresentados uma série de outros documentos cruciais para a realização do plebiscito. A ALPB solicitou junto ao IBGE as informações sobre a existência de número de prédios, população, cartório e outras edificações existentes dos distritos e povoados que almejavam sua emancipação político-administrativa, em resposta por meio de ofício datado em 16/07/1991, o respectivo órgão aponta ter constatado positivamente, encaminhando a lista com os distritos, aferindo esses elementos, porém afirma não haver dados concernentes sobre subdelegacia de polícia, posto de saúde e posto telefônico. Observa-se também que nesta relação enviada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba sobre algumas localidades não havia informações, caso de Santa Inês/Conceição.

O impasse foi gerado porque na base de dados do IBGE não figurava o nome de Santa Inês como Distrito, mas sim como sítio, haja vista que quem era Distrito de Conceição era o Capim que logo viria a ser reconhecido e se tornaria Santa Inês. Por isso, o Cartório do Registro Civil Distrital do Capim emitiu uma declaração em 05 de agosto de 1991, para o IBGE de Itaporanga – PB, bem como a comissão de recebimentos de documentos para a emancipação do respectivo Distrito, informando que havia um cartório do registro civil e óbitos, afirmando ainda:

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins de direito e para se fazer prova junto ao IBGE em Itaporanga, como também Junto a Comissão de recebimento de Documentos para Emancipação do Distrito Capim. Foi criado o Cartório Oficial do Registro Civil de I Nascimento e Óbito do Distrito do Capim, Comarca de Conceição de 2º Entrância, Cartório Único, conforme o art. 60, inciso VIII e art. 67, § 2º da Constituição do Estado, c/c o art. 1ª da Lei nº 3.655, de 10.02.71, publicado no Diário Oficial do Estado em 27 de fevereiro de 1987.

CAPIM - Que foi criado pela Lei nº 4.157, de 20 de junho de 1980, publicado no Diário Oficial em 03 de julho de 1980, que passou a figurar, digo, figurar com o nome de SANTA INÊS, desmembrado do Município de Conceição (DISTRITO CAPIM), conforme se comprova através da Constituição do Estado, pag. 144.

Pelo que firmo a presente declaração que dato e assino.

Capim, 05 de agosto de 1991.

Ademar Lúcio Leite Vieira

-Escrivão ad-hoc-

(Fonte: Arquivos pessoais de Maria Pereira Campos Leite).

De posse do descrito documento, a resposta do IBGE encaminhada para a ALPB para justificar a ausência dos dados fora apresentada em novo ofício datado do dia 14 de agosto de 1991, o qual informa que já havia recebido a declaração do Cartório Distrital com o nome do Distrito atualizado sendo possível averiguar e fazer o levantamento confirmando a existência de 148 domicílios urbanos, 892 domicílios rurais, e uma população estimada de 4.646 habitantes, afirmando a existência de cartório.

Pavimentando ainda mais o caminho para a consulta popular, para que a população diretamente interessada decidisse sobre que rumo tomar enquanto construção de identidade (NEVES, 1997), se ainda ligada ao município de Conceição, ou se passaria a caminhar e definir seus rumos nos diversos aspectos do seu existir de forma autônoma, com a criação do novo município.

Como vimos, o Distrito do Capim faz uma consulta junto à ALPB sobre as possibilidades de desmembramento, e analisamos que o processo de emancipação fora indeferido por diversos motivos e entre esses, faltas de informações, a ausência de dados que afirmassem que Santa Inês já era Distrito e a falta de esclarecimento da existência de cartório, subdelegacia de polícia, posto de saúde, etc. Desta forma, percebemos que o ano de 1993 se apresenta como importante para o desfecho positivo dessa luta pela qual a sociedade santineense havia trazido para si, pretendendo que se concretizasse de forma favorável.

Neste contexto, nesse ano, o Jornal Correio, de 29 de janeiro, em sua sessão sobre política traz uma manchete que gera um alento favorável para o Distrito do Capim, figurado como Santa Inês, reconhecido em cartório e subscrito na Constituição estadual. A manchete destaca que: **“Deputados pretendem refazer os processos e garantir o plebiscito”**.

A Manchete jornalística destaca que o anseio da ALPB é realizar as consultas populares sobre o desmembramento de Distritos e povoados no mesmo ano em que ocorreria um evento histórico importante para o Brasil: O plebiscito que decidiria sobre a escolha do novo sistema de governo para o país (presidencialismo x parlamentarismo).

A ideia dos deputados estaduais é que a ocorrência do plebiscito para as futuras emancipações devesse ocorrer em 21 de abril de 1993, ano em que o país iria às urnas, e como previsto pela constituição Federal de 1988, ocorreria o pleito da consulta popular para a escolha do sistema de governo que vigoraria no nosso país. A tese seria uma forma de adequar os textos constitucionais estaduais (Constituição de 1989) que previa a criação de novos municípios paraibanos, por meio de disposições transitórias, indo de encontro ao que estabelecia a Constituição Federal.

Imagem 6: Matéria de Jornal Correio.



Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite.

Em decorrência disso, a ALPB, em 1990, criou a Lei complementar fazendo um arranjo constitucional, para normatizar o entrave legal, editou essa lei como manobra para resolver o impasse, estabelecendo os critérios inerentes aos distritos e povoados que quisessem se emancipar. Como uma das exigências impostas pela lei complementar 01/90 de 29 de janeiro de 1990, verifica-se também um dado muito importante que deveria ser repassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, atestando o número de eleitores existentes no Distrito do Capim - Santa Inês.

1.3 O plebiscito como levante para a emancipação: escrutinando o evento histórico.

Desta forma, verifica-se que após os trâmites e passado o cumprimento das exigências burocráticas, finalmente, vai acontecer o plebiscito em Santa Inês, em 15 de novembro de 1993. Em ofício nº 113, de 03 de maio deste ano, o juízo eleitoral informa que existe no Distrito de Santa Inês 08 seções eleitorais, perfazendo um total de 2.421 eleitores.

Como ponto inicial do processo de desmembramento, que passou pelo plebiscito, do ponto de vista de organização da população, primeiro houve um movimento de articulação junto às famílias, informando, formando, e recolhendo assinaturas para a composição de um abaixo assinado que seria enviado, entregue na ALPB, para demonstrar junto à referida Casa o interesse

e a manifestação popular para a realização inicialmente da consulta plebiscitária, e posteriormente à criação do município de Santa Inês.

Tendo feito todos os percursos necessários desde a vontade popular, passando pela ALPB, com apoio de deputada estadual Vani Leite Braga, assim como pelo cartório eleitoral, juízo eleitoral e o tribunal regional eleitoral, após alguns anos de trâmites, e fornecimento de dados e informações complementares, finalmente ocorre o Plebiscito que concederia a condição de município para Santa Inês – PB.

Cabe destacar que somente a população de Santa Inês participou da votação plebiscitária, ocorrida em 15 de novembro de 1993. A votação aconteceu em algumas localidades como o Distrito de Santa Inês com as seções 027, 028, 029, 019; no povoado do Umbuzeiro contento as seções 030 e 031; no sítio Barreiros com a seção 036; e no sítio Sobrado com a seção 058.

O TRE realizou o plebiscito conforme a vontade popular se manifestou, atendendo ao que preconiza a Constituição Federal e os dispositivos presentes na Lei complementar estadual Nº 01/90. A imagem abaixo mostra um boletim eleitoral da época como indício e vestígio documental do processo plebiscitário.

Cabe ressaltar que nesse período da ocorrência do plebiscito em 1993, as eleições, em grande parte do Brasil, ainda eram realizadas com a utilização de cédula de papel. A justiça eleitoral brasileira vinha passando por um processo de modernização para que o processo de escolha dos representantes do povo viesse a ocorrer totalmente de forma eletrônica, com a utilização de urnas eletrônicas. Conforme site do TSE⁸ Somente nas eleições municipais de 2000 a votação ocorreu 100% informatizada, quando o eleitorado brasileiro utilizou as urnas eletrônicas para a escolha de prefeitos e vereadores.

Imagem 7: Cédula eleitoral impressa

⁸ Tribunal Superior Eleitoral, Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/urna-eletronica-de-2000-permitiu-a-primeira-eleicao-100-informatizada>. Acesso em: 04 Ago 2024.

Fonte da pesquisa: Arquivo pessoal Maria Pereira Campos Leite.

Observa-se pela análise minuciosa dos resultados do plebiscito que, por fatores de natureza variada, o total geral de eleitores não compareceu para votar, contudo, a imensa maioria, em um estado democrático de Direito, externou a sua vontade soberana. A análise dos dados do resultado da votação demonstra que 1.667 eleitores votaram “SIM”, e 82 eleitores disseram “NÃO” para a emancipação política do Distrito de Santa Inês.

Coincidência ou não, as urnas que mais disseram “NÃO” ao projeto emancipatório foram as urnas instaladas no Povoado Umbuzeiro, que também era Distrito de Conceição. Verificou-se que alguns na localidade, percebiam que, talvez, a autonomia administrativa do Capim – Santa Inês, não fosse uma boa para algumas lideranças políticas, que tinham forte atuação na comunidade umbuzeirense, porém, não atrapalhou o alcance do objetivo final do plebiscito.

Quando analisamos os números da votação do plebiscito constatamos ainda que houve um grande número de abstenção, em algumas espaços de votação como a localidade do sítio Sobrado, chegando a 31,87% de não comparecimento aos locais de votação, porém o maior percentual de não ida às urnas, novamente, ocorre nas urnas do Povoado do Umbuzeiro, lá, nas urnas presentes, 30 e 31, da quadragésima primeira zona, o percentual de votação foi que 49,48 % e 48,48 %, respectivamente, do eleitorado não foi votar.

Dentro de um universo de seiscentos e sessenta e seis (666) eleitores com domicílio eleitoral neste espaço rural, apenas trezentos e quarenta e um (341) votaram, representando

51,20% de todo o eleitorado do Povoado do Umbuzeiro, sendo um fato bem expressivo que demonstra que em se tratando da população específica, esta compreendia que a emancipação política do Distrito do Capim não seria um acontecimento do ponto de vista político administrativo, muito bom para esta região.

Pela historicidade dos fatos e acontecimentos, como vimos anteriormente, tanto o Distrito do Capim, quanto o Distrito do Umbuzeiro, surgidos, praticamente próximos em termos de temporalidades, pois ambos surgiram na década de 1980, têm suas raízes históricas e povoações bem parecidas, ou seja, formadas a partir de habitações de pessoas vindas de alguns lugares da Paraíba e Pernambuco, e totalmente dependentes das atividades agrícolas e criação de gado, e um incipiente comércio como suas bases estruturais de formação.

Ambos os Distritos tinham uma estrutura física bem semelhante na época: como escola, posto de saúde, locais para a prática de comércio (mercado público), energia elétrica, espaço religioso etc., mas o Distrito do Capim, por sua localização, ficando bem mais próximo da cidade de Conceição (sede municipal), ganhara uma maior potencialidade, haja vista possuir alguns elementos como subdelegacia, cartório, Sistema telefônico, etc., que lhe ajudara neste processo de se tornar cidade.

Perspectivamos apresentar não que houve uma corrida e uma disputa entre os dois Distritos para ver quem se tornaria a sede da então futura cidade Santa Inês, mas compreendermos o porquê de a maior parte dos eleitores do Distrito do Umbuzeiro não comparecerem às urnas, nos questionamos as possíveis motivações por trás disso, se por não quererem o desmembramento em relação ao município de Conceição ou, talvez, se por incentivo de alguma liderança distrital.

Ao que nos parece, pela narrativa oral comunitária, algumas lideranças políticas locais não estavam de acordo com a ocorrência do plebiscito por acreditarem que o desmembramento traria algum prejuízo ao seu capital político, haja vista que muitos deles tinham uma maior e melhor relação com a gestão municipal de Conceição e que, se a emancipação ocorresse, como de fato ocorreu, a sua influência política teria um leve impacto também para a população do lugar.

Seria essa uma das possibilidades que poderiam explicar uma das causas de tanta abstenção das pessoas do povoado do Umbuzeiro no dia do plebiscito? Também uma causa poderia ser que o resultado positivo do pleito viesse acarretar algum prejuízo de assistência de saneamento básico, ou quaisquer outros serviços, até então disponíveis neste espaço. Estariam, pois aí algumas das razões para a ocorrência do dito fenômeno.

Dialogando com as fontes, constatou-se que a campanha para a execução do pleito fora uma tarefa complexa e de exigência de um grande esforço por parte dos diretamente interessados, pois era preciso conscientizar a população sobre a importância do processo, e a relevância do comparecimento de cada cidadão às urnas, por isso, aconteceu o corpo a corpo, em que os líderes do movimento foram casa por casa para conversar com as pessoas e, simultaneamente, conseguir o apoio de cada uma delas.

Nesse sentido, o trabalho de convencimento junto a cada um dos eleitores se mostrou um papel importante e de ímpar importância, já que o fato de irem aos mais distantes lugares, casa por casa para conversar com os sujeitos que também tiveram seu papel como protagonistas neste processo, foi de grande valia, e também se juntam a estas conversas o registro do abaixo-assinado, que além de servir para o levante inicial do processo de emancipação, também serviu de apoio à causa até então iniciada.

Mesmo com o trabalho em campanha em prol da emancipação, nem todos convergiam nesse pensamento, pois houve muitos votos nulos, brancos e contrários ao surgimento do novo município. A população do Distrito Santa Inês (Capim), bem como as do Sítio Sobrado, onde havia um número de eleitores expressivos, foram as urnas que apresentaram um maior número de comparecimento, proporcionalmente falando.

Após cumpridos os ritos no TRE e na ALPB, posteriormente, é oficializado pelo Governo do Estado da Paraíba o nascedouro da jovem cidade de Santa Inês, em 29 de abril de 1994. Vimos que o percurso para o surgimento e construção desta municipalidade se iniciou na década de 1980 com a criação do Distrito do Capim, passando, na década de 90, pelo reconhecimento e mudança de nome para Santa Inês, e finalmente tendo como o ápice para sua consolidação a realização do plebiscito.

Entre o plebiscito e a promulgação da lei que efetivou a emancipação de fato e de direito, para a população do Distrito do Capim, foram necessários alguns anos de espera, pois o processo ocorrido de forma democrática deu o título de direito, e não de fato, pois entre a votação popular, a lei de emancipação política, e a posse do primeiro prefeito, estavam a demora e a burocracia, sendo preciso destacar a falta de uma forte intervenção política para a efetiva emancipação como desejado pela população. Tendo o plebiscito ocorrido em 1993, o processo, ao contrário do que ocorreu com outros municípios (Fonte: ALPB) que obtiveram legislação aprovada rapidamente, só em abril de 1994 foi validado, e Santa Inês foi elevada ao título de município, conforme publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba, transcrita a seguir.

Vejamos a seguir a Lei Estadual 5.908, de 29 de abril de 1994, no 106º ano da proclamação da República, que cria o município de Santa Inês:

LEI N.º 5.908.- 29 de abril de 1994

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado município de Santa Inês desmembrado do Município de Conceição, tendo por sede o povoado de Santa Inês são os seguintes:

I – Ao Norte: Pelos limites intermunicipais de Conceição, de Conceição, partindo do Riacho do Poço Redondo, nos Limites com o Estado do Ceará, segue pelo referido Riacho até o ponto que fica entre as propriedades Serra da Lagoa, e Poço Redondo, Oiticica e Saco Novo - Tamanduá e Guariba - **Umbuzeiro** e Santa Inês de Baixo, cruza o riacho de Santa Inês e prossegue até o ponto que fica entre as propriedades Salsinho e Canes Cibauba e Poldrinho até o Riacho Cabeças, nos limites com Santana de Mangueira.

II - Ao Leste: com o município de Santana de Mangueira, pelo Riacho Cabeças à montanha, até suas nascentes, na Serra Pintada, nos limites com o Estado de Pernambuco.

III - Ao Sul: com os limites do Estado de Pernambuco, pela cumeada da Serra Pintada até o marco 10, situado no divisor de águas dos Rios Jaguaribe (ou Salgado), no Ceará e Piancó, na Paraíba, ponto de trijunção dos Estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba.

IV - A Oeste - com o Estado do Ceará, partindo do marco 10, situado no divisor das águas dos rios Jaguaribe e Piancó, divisor que passa daí em diante a ter o nome de Serra da Arara, até o encontro do Riacho Poço Redondo, nos limites municipais de Conceição (DIÁRIO OFICIAL DA PARAÍBA, 1994, p. 28).

As dimensões territoriais do antigo Distrito do Capim (Santa Inês) foram preservadas. Agora com a elevação da vila para cidade, o passo seguinte seria a formação do poder executivo e legislativo municipal, o que demoraria um pouco mais, haja vista, que a Lei que criou a mais nova cidade do Sertão paraibano já previa que as eleições ocorreriam, simultâneo com os demais municípios do país, em 1996.

Com isso, em 3 de outubro daquele ano ocorreram as primeiras eleições no município de Santa Inês, com o número de eleitores, conforme dados do TRE/PB, de 2.284 votantes, em universo de 2.927 no total da população ativa para votar, havendo uma abstenção de 643 eleitores, representando 21,97%. Com isso, foi eleito o primeiro chefe do poder executivo da cidade, o Advogado Dr. João Nildo Leite, juntamente com os representantes do poder Legislativo Municipal, composto por 09 vereadores.

Depois desses tópicos, tratando de questões mais institucionais da própria existência do município de Santa Inês, veremos a tentativa de apresentar aspectos diversos dessa municipalidade, que passam desde aspectos geográficos até mesmo sociais e culturais. Nesta empreitada usaremos fontes diversas de informações que serão não apenas documentos governamentais, mas também depoimentos que trazem a memória de parcelas da população local sobre alguns aspectos que não são identificados por outros meios.

1.4 Aspectos geográficos e socioculturais.

De início quero ressaltar que um dos aspectos geográficos da nascente cidade está representado em um dos símbolos municipais, já que de clima seco, que é característico da região do semiárido, encravada no Sertão/Sudoeste Paraibano, região metropolitana do Vale do Piancó, e junto a uma das nascentes do rio Piancó, o espaço físico é rodeado por serras, e estas serviram de inspiração, como espaço de identidade local (NEVES, 1997), e foram registradas na confecção da bandeira do município, que foi criada em 18 de outubro de 1999, por intermédio da Lei 038/99, buscando assim “suas raízes” naquilo que a natureza lhe proporcionara. Como podemos verificar logo abaixo, onde apresentam-se uma fotografia panorâmica do povoado, e do seu relevo, que está representado na bandeira municipal justaposta a ela.

Imagem 8: Mosaico com a vista panorâmica do povoado e bandeira do município.



Fonte: Acervo Conceição do Piancó, 2021.

De autoria do filho da terra, o engenheiro mecânico Zesildo Leite Vieira, a bandeira de Santa Inês teve como inspiração o Alto do Cruzeiro, ponto culminante da zona urbana que contribui para sua bela paisagem, conforme se pode observar na primeira imagem, onde há um cruzeiro com a imagem do coração de Jesus, erguido em 1940, pelo senhor Manoel Vieira Terto. Atualmente, o cruzeiro passou por uma reforma, e hoje existe a imagem do Cristo Redentor. Assim, o espaço natural se tornou um local onde os fiéis fazem peregrinações e romarias, apresentando-se atualmente como marco simbólico, gráfico e paisagístico para os cidadãos santineenses.

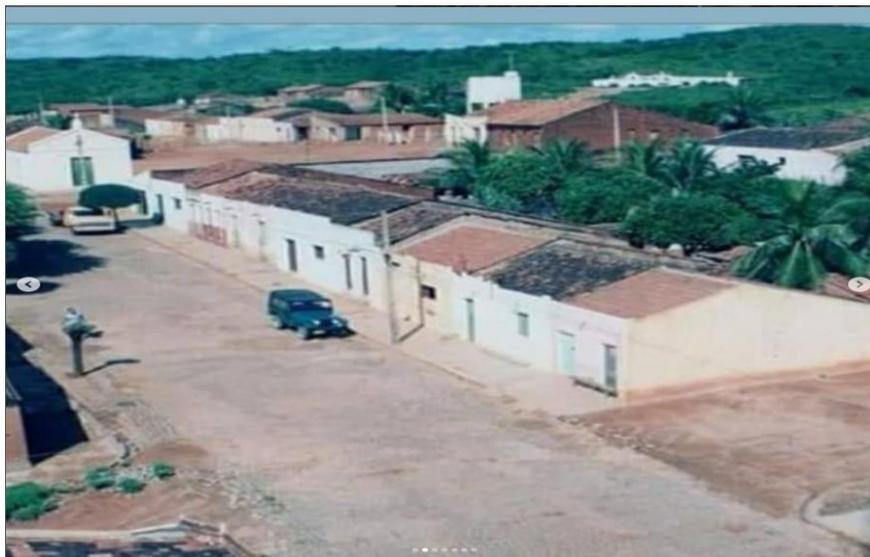
Assim como muitas cidades brasileiras, a origem de Santa Inês está correlacionada oficialmente ao aspecto religioso, já que no século XIX foi doado um patrimônio pela Senhora “Jovelina Viera de Oliveira”, sendo o berço do futuro Povoado do Capim, onde fora erguida uma capela em homenagem a Santa da sua devoção, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. O

território serviria de base para o nascimento de uma comunidade que, dentro de um processo histórico, logo viria a se tornar distrito e posteriormente cidade.

Aqui vale a pena introduzir uma reflexão sobre as compreensões oficiais das origens dos municípios interioranos da Paraíba, e de outros estados brasileiros, que associam ao processo de colonização realizada por proprietários de terras, ou mesmo posseiros, que ao adentrarem aos interiores dentro dos ciclos econômicos que partiam do litoral, expropriaram áreas de ocupação dos povos originários.

Como por diversos motivos essas origens ligadas aos povos já residentes nestas regiões são pouco pesquisadas, e reconhecidas, neste momento apresentaremos as informações oficiais e orais que não tratam da origem real, mas daquela que destaca a ocupação posterior feita por pessoas já ligadas aos ciclos econômicos do capitalismo em desenvolvimento. O conhecimento da experiência de vida dos primeiros povos demanda outras pesquisas e a interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento, que neste momento infelizmente não foi possível.

Imagem 9: Rua que leva à Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ao fundo do lado.



Fonte: Acervo Conceição do Piauí, 2021.

O aspecto sagrado deste patrimônio seria uma marca importante dentro da história da sociedade de Santa Inês, e carregaria consigo as marcas identitárias das pessoas, haja vista que as famílias foram se fixando neste espaço territorial dando, inicialmente, origem ao meio histórico da comunidade rural do Capim, integrado ao município de Conceição - PB. Já na década de 60, do século XX, a senhora “Marciana Vieira do Nascimento”, como ato de devoção e cidadania, doou um terreno para a construção de uma igreja mais ampla que pudesse

comportar os fiéis da localidade. Assim foi erguida a igreja, que tem como padroeira Santa Inês, desaguando conseqüentemente no nome da futura cidade.

O povo santineense busca preservar suas raízes religiosas, mantendo um calendário que alude a esses eventos de maneira festiva. As tradições são mantidas por gerações, ao longo de décadas, como por exemplo ainda acontece em algumas comunidades rurais, a existência de engenho de cana de açúcar que, além de ser uma fonte de renda para os proprietários, também preserva uma tradição importante, que remete ao início da história colonial do Brasil quando éramos os grandes produtores de açúcar do mundo nos séculos XVI e XVII.

As celebrações alusivas às datas comemorativas se dão no percurso do decorrer dos meses. Em janeiro, do dia 11 até o dia 21, é realizada a festividade dedicada a santa que deu nome à cidade de Santa Inês, momento em que se busca agrupar toda a sociedade, e também unir as pessoas em espírito de fé e espiritualidade. Outra festividade que é marco da tradição religiosa é a que ocorre no dia 28 de junho, a festa de São Pedro, a qual já está dentro do roteiro das festas de São João que é típico do Nordeste. Também acontece a tradição da festa de emancipação política, em 29 de abril. As referidas datas comemorativas serão melhor apresentadas quando das atividades desenvolvidas em ambiente escolar em alusão a essas.

1.5 Umbuzeiro como cenário de intervenção escolar

Após apresentar um breve relato da história do município de Santa Inês, colocamos aqui em evidência o povoado de Umbuzeiro, que antes mesmo da emancipação política de Santa Inês foi distrito pertencente à cidade de Conceição-PB. O primeiro tornou-se, hoje, sede administrativa do município, antes disso foi elevado primeiro a condição de vila nomeada de Distrito de Capim, pela Lei Estadual Nº 4.157/1890, um ano depois o povoado do Umbuzeiro recebe também o mesmo reconhecimento sendo elevado à condição de vila (Lei Estadual Nº 4.365/1981 ano), assim permanecendo e tendo seu território anexado ao município de Santa Inês.

Apresento a relevância deste lugar, Umbuzeiro, pois ele foi o palco da pesquisa aqui apresentada, como indicado na introdução, as minhas práticas e experiências docentes são realizadas neste espaço de sociabilidade. Nesta vila está erguida a escola, que foi sala de aula, e campo de pesquisa deste trabalho, que passou a utilizar também a comunidade escolar como fonte de saberes históricos. Destaco aqui, que a comunidade escolar se encontra no povoado, tendo estudantes que fazem diariamente seu deslocamento de outros territórios geográficos como os sítios fazenda Nova, Pé Grosso, Barriguda, Flamengo e Formosa, que no Umbuzeiro

promovem a intercessão de seus saberes prévios e conhecimento de mundo, problematizados com os saberes escolares (FREIRE, 2021).

Por esta razão, é preciso historicizar este povoado com seus “espaços de recordações” (ASSMANN, 2021) e consequentemente históricos. Por ser uma comunidade rural ainda pouco estudada, onde há uma carência de fontes de narrativas historiográficas produzidas, que relatam a passagem do tempo, e as ações do homem de forma escrita, obviamente a memória da comunidade ajudou, e ajuda, a produzir por meio dos relatos orais, o registro da sua ocupação e as transformações e desenvolvimento, tendo como símbolo, e que teve como referência a construção da escola, onde e a partir da qual foi realizada esta pesquisa.

Para uma melhor visualização do leitor apresento representações fotográficas do lugar (BURCKER, 2017) para observação e reconhecimento do espaço até aqui apresentado. Vejamos as imagens de satélite da Serra do Umbuzeiro, e do povoado de mesmo nome.

Imagem 10: Vista de satélite do Distrito do Umbuzeiro.



Fonte: Google Earth, 2024.⁹

Após observarmos o espaço geográfico por meio das imagens acima, utilizo do recurso conceitual e metodológico do levantamento de depoimentos para contar como a comunidade começou a ser povoada, a partir da memória coletiva, reafirmando que não foram encontradas fontes documentais, e ou materiais que pudessem subsidiar as pesquisas para esta finalidade.

Agora, de maneira mais clara, desejo situar o espaço da pesquisa que foi promovida em escola do meio rural, e a partir dela, localizada no povoado do Umbuzeiro, e comunidades

⁹ Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-7.70842817,-38.5033546,527.85805609a,1760.344234d,35y,153.88854221h,77.4997934t,0r/data=OgMKATA>, Acesso em: 02 fev 2024

no seu entorno, pertencentes à cidade de Santa Inês -PB, que ficam a uma distância de 28,1 km da sede do município, sendo uma parte do trajeto por via rodoviária, e o restante por estradas vicinais.

Imagem 11: Caminho por estrada vicinal para chegar ao Povoado do Umbuzeiro.



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2023.

Já se o percurso for realizado somente por estradas vicinais a distância diminui consideravelmente sendo apenas 13,7 km, por caminho que abrange diversas paisagens desde locais sem vegetação, descampados, com pastagens e a presença de gado, até trechos com uma mata densa e fria, que até parece com uma densa floresta, dando-nos uma sensação de frescor, calma e frieza.

1.6 Umbuzeiro: Ocupação territorial, economia, sociedade e cultura.

Ao situarmos o espaço geográfico e evidenciarmos a localização do lugar que fora para nós espaço e campo de pesquisa, convido o leitor para conhecer um pouco da história do Povoado do Umbuzeiro, buscando demonstrar o povoamento do território, sua gente e aspectos relativos à economia cultura e sociedade.

Ressaltamos a importância da escrita da sua história por meio da memória comunitária, como ponto importante de preservação dessa, e a consequente preservação das suas raízes históricas para a promoção do letramento histórico local para a população em geral, especialmente para as novas gerações que possam vir a rememorar a história das suas comunidades, passando a identificar os lugares como espaços de recordação (ASSMANN, 2021).

A comunidade do Umbuzeiro, e as áreas abarcadas pela escola, são espaços de recordação e apresentam suas trajetórias históricas ligadas às relações homem e natureza,

homem e animal, em que o meio possibilita a criação de sua cultura e tradições próprias. Problematizar a história local oportuniza uma consciência histórica do seu lugar de origem, contribuindo assim para reforçar os laços de pertencimento ao meio histórico no qual o sujeito está inserido.

Então, se o conhecimento desvenda e, ao mesmo tempo, fundamenta ações a partir da interação entre sujeito e conhecimento, essa interação é capaz de produzir o desenvolvimento da identidade social. Pela geração ou consolidação da identidade social os sujeitos asseguram suas ações e legitimam a sua relação com o passado e o presente, promovendo o diálogo espaço-temporal necessário à compreensão da história, e, nesse sentido, o passado transforma-se numa narrativa não fixa, mas permeável pelos interesses do tempo presente (MELO, 2015, p. 42).

Conhecer sua historicidade, portanto, torna-se importante para a consolidação da identidade social dos sujeitos e para ampliação da consciência a respeito de si mesmo, ou seja, compreendendo que as pessoas da comunidade são sujeitos históricos, que suas ações ao longo do tempo e espaço são constituidoras de história, tendo narrativas peculiares, apresentando-se como dignas de serem reveladas. Conforme as contribuições de Vilma Barbosa e Melo (2015), a identidade social trabalha no sentido de aumentar as capacidades de interação dos sujeitos, sendo “(...) portanto, um atributo de sujeitos da história que se definem e se reconhecem na ação.” (MELO, 2015, p. 42).

Este território que pretendemos apresentar é o do povoado do Umbuzeiro, como já dito, que é um espaço rural de ocupação eminentemente agrícola, que emerge a partir da criação de gado, e de atividade comercial que iremos comentar logo mais. Para isso, se faz necessário apresentar um pouco mais da situação geográfica. Localizado na zona rural do município de Santa Inês, faz divisa ao Norte com os sítios Boa Vista e Prata, ao sul com o Sítio Pé Grosso e Amargoso, ao Leste com os Sítios Minador e Maria Tereza, ao Oeste com a Fazenda. Sua posição é estratégica, situada na principal estrada vicinal naquela direção, possibilita a integração com outras comunidades circunvizinhas de onde provém a maior parte do alunado atendido na escola.

Posto a localização geográfica, é possível enaltecer as narrativas do espaço escolar enquanto lugar educacional, meio de convivência, bem como guardião da memória, narrativas históricas e difusora do conhecimento no lugar de tradição cultural, e eminentemente agrícola, que vem se constituindo como ambiente de formação de valores e princípios, e buscando produzir conhecimento e formar cidadãos para a promoção social.

Nesse contexto, segundo a tradição oral o povoado do Umbuzeiro surgiu por volta do início do século XX, assim como as demais comunidades do município, e esta emerge da interação dos indivíduos com a natureza, e as atividades agropastoris. O seu nome é imbuído

de historicidade, é uma herança dos primeiros habitantes colonizadores deste espaço, o senhor Benedito Umbuzeiro, já que não se pode desconhecer presenças anteriores de povos nômades ou seminômades, sobre os quais falta também pesquisas e produção de conhecimento.

Os relatos orais ao longo do tempo, pelo acesso a outras formas de informação e de interesses, levam a que estas narrativas, sobre este “sujeito fundador”, Benedito Umbuzeiro, estejam sendo relegadas ao esquecimento, pois pouco se tem mantido das memórias daquele período. Inclusive, a transmissão dos saberes históricos escolares, na atualidade, não trata sobre tal sujeito histórico, que tem que ser reconhecido para um melhor entendimento do tempo presente, e de qualquer forma este deixou sua marca, já que seu sobrenome foi adotado como topônimo deste lugar.

Como já destacado, o início da sua ocupação, das ditas territorialidades e seu entorno, remonta às atividades de agricultura e criação de gado, bem como outras atividades secundárias, como comércio, artesanato, tecelagem e cerâmica, que vão emergindo à medida em que as relações sociais vão crescendo e as interações dos sujeitos com o meio vão se intensificando. Como marco da sua origem de maneira efetiva, o espaço começou a se constituir a partir de uma fazenda chamada Umbuzeiro, pertencente ao senhor João Alves de Queiroz, o popular João Bezerra, como ficou conhecido pelas pessoas desta localidade.

Carregando características da própria história do Brasil, especialmente no Nordeste açucareiro do início da colonização, quando a povoação e o desenvolvimento econômico estiveram ligados à produção da cana de açúcar, como atividade econômica, e a criação de gado para suplementar tal atividade, em que “a economia canavieira e a criação de gado do engenho” estão intimamente relacionadas numa imbricação de envolvimento, assim o gado vai se expandido em direção ao interior do território. “Quando o sertão, com seu pasto natural, apresentava condições naturais importantes na ocupação do território, pois, embora a água fosse escassa, a terra era vasta e plana” (SOARES, 2017, p. 38). E em se tratando do referido local, já se destacou a presença de água por conta da nascente do Rio Piancó, o que deve ter favorecido ainda mais a ocupação territorial ligada à agricultura e à pecuária.

Envolvida nesses aspectos, a fazenda Umbuzeiro, na gênese da sua ocupação, está ligada aos referidos elementos caracterizadores do sertão nordestino, tendo como vegetação a caatinga com plantas do tipo xerófila, que ficam de cor cinza no período de estiagem, e verde no período chuvoso, bem resistente e adaptadas ao clima hostil e seco, onde há a ausência de água no solo e a forte vaporização de água na atmosfera. Seus moradores estão inseridos em determinado cenário e enfrentando adversidades ambientais para povoar o lugar. Também são típicos do lugar:

Os grandes e os pequenos arbustos – no geral, espinhentos que formam moitas, como as juremas, os pereiros, os pinhões bravos, os marmeleiros, os faveiros – ocuparam os solos mais espessos e menos áridos. (...), como os angicos, as baraúnas, as aroeiras, os umbus, as quixabeiras, os bonomes ou os juazeiros – vegetações frondosas, contínuas ou esparsas, de particular significado por apresentarem copa frondosa durante maior parte do ano. (...) os pastos naturais, as “babugens”, que constituem em uma associação de várias plantas, principalmente gramíneas, (...) possibilitando o fenômeno da ressurreição da natureza, com o mínimo de chuvas (SOARES, 2017, p. 36).

A paisagem o clima favorável para o plantio da cana de açúcar, por isso, atrelado à criação de gado, na sede da fazenda Umbuzeiro, o senhor João Bezerra que era dono de outras propriedades, instalou um engenho, que seria abastecido pela lavoura da cana de açúcar cultivado em uma vasta área fértil (baixio), onde o solo apresentava uma grande concentração de matéria orgânica.

Assim, a pecuária convivia com a plantação de cana de açúcar, que seria a matéria prima para abastecer o engenho no período da moagem, a partir do seu processamento se produzia diversos derivados como a rapadura, alfenim e mel, que também faziam parte da alimentação dos moradores do futuro distrito. “A moagem começava ainda no roçado, com o corte da cana e a retirada da palha para, depois, ser transportada por animais cambiteiros, até o engenho” (SOARES, 2017, p. 88).

No período da moagem, processamento da cana produzindo diversos produtos, conforme ainda hoje ocorre em engenhos da redondeza, se reuniam trabalhadores de outros lugares que forneciam sua mão de obra de trabalho, como forma de ganhar alguma renda, ou até mesmo algum produto em troca dos serviços oferecidos, constituindo-se como ponto de encontro e interação social dos habitantes das variadas localidades, que também podiam moer sua cana naquele engenho.

As contribuições de Soares (2017) em seus estudos sobre o sertanejo e suas relações com os espaços e ocupação do interior nordestino, enfatiza que:

A cana-de-açúcar nessa área foi utilizada como matéria-prima para a fabricação de aguardente e de rapadura E, como matéria-prima, para a fabricação de rapadura, numa atividade denominada de moagem, que constituía todo o processo de transformação da cana em rapadura e outros derivados. O engenho, que era o local onde era realizada a moagem, era constituído por pequeno motor, inicialmente movido a tração animal (bois ou cavalos), escasseado e confinado aos pés de serras ou rincões mais pobres (SOARES, 2017, p. 88).

A presença de um engenho nesta comunidade é um símbolo presente na ocupação do lugar e atividade econômica ligada às raízes dos primeiros momentos de ocupação do interior nordestino pelos colonizadores europeus, e seus descendentes, e como resultado vai fazer parte

da formação da cultura do sertanejo, conseqüentemente vai contribuir neste momento de formação, e constituição dos primeiros habitantes do povo do Umbuzeiro, e também dos demais sítios no seu entorno.

Ademais, a pecuária era uma atividade que ajudava na sobrevivência destas pessoas, num espaço específico que é a caatinga, onde enfrentam as dificuldades de viver e se estabelecerem nesse território, que não é dos melhores para o tipo de produção adotada, mas com a capacidade de resistência e adaptação fazendo jus às palavras de Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões*: “O sertanejo é antes de tudo um forte” (2014, p. 115).

Visitando as memórias do senhor José Joaquim (Zé Major), um dos depoentes mais antigo e habitante do lugar, este guarda ainda vivo nas suas lembranças aspectos importantes acerca dos primeiros tempos do povoado do Umbuzeiro, onde verifica-se a importância da atividade da indústria do açúcar, como traço marcante na gênese da formação territorial do lugar.

De Marcondes (**sítio vizinho a povoação do Umbuzeiro**) até o pé da Serra (**Povoado do Umbuzeiro**) era tudo coberto de cana, eu ficava na beira da estrada, minha casa de meu pai de lado assim, casinha de taipa, eu ficava na beira da estrada esperando “os cabas” com rebanho de burros puxar uma caninha para mim dar, para eu ficar alegre e chupar lá. Eles levavam a cana para o engenho de João Bezerra (Depoimento de José Sousa, grifos autor).

Como forma de povoar e ocupar o território, a tradição popular nos indica que o senhor João Bezerra doou o terreno como um patrimônio a São João Batista (padroeiro do lugar), no qual fora construída uma pequena capela, bem como, nas redondezas, as pessoas poderiam construir suas casas, contribuindo assim para a criação de um pequeno núcleo populacional, aparecendo os primeiros marcos urbanos. O tamanho do terreno doado por ele apresentava como medida 100 braças de comprimento por 80 de largura, compreendendo em medição de propriedade rural o equivalente a uma tarefa e meia, onde foram construídas as primeiras casas, e um grupo escolar do governo do Estado, que foi demolido.

Assim, a primeira casa construída foi a do senhor Pedro Veríssimo, depois vieram as demais casas e, como regra no processo colonizador do interior do território nordestino, onde a pecuária contribui para essa penetração fomentando o surgimento de vilas e povoações, se tem uma igreja como elemento central, reforçando a fé católica.

Na memória das pessoas, e nos indícios arquitetônicos, e suas primeiras construções, no povoado do Umbuzeiro especificamente, fica claro que a religiosidade católica também estava presente, pois fora construída uma capela na frente da casa do senhor Pedro Belo, onde foi celebrada a primeira missa pelo padre Antônio Olavo, no dia 07 de agosto de 1954.

A religiosidade católica edificada no centro da comunidade evidencia parte da construção da identidade do lugar, tendo como padroeiro São João Batista, como já indicado acima, em homenagem ao senhor João Bezerra, como ato de fé, que deu o terreno para a construção da capela. “No Sertão, a forma de comunicação mais usual com os santos eram as rezas expressas nas novenas a eles, algumas merecem destaque: as de São Sebastião e São José, as trezenas de Santo Antônio (...)” (SOARES, 2017, p. 152). Assim, a crença nos santos é parte do catolicismo popular, girando em torno da fé em Deus, na salvação e nos santos, por acreditarem que estes, assim como Jesus Cristo, estavam mais próximos de Deus e intervissem por eles.

A compreensão era de que o contato com Deus se dava em momento e em lugares especiais, como nas capelas, igrejas, santuários, missas e nas orações. Portanto, ser católico era compreendido pela devoção a Deus, comparado a Jesus Cristo, aos santos e santas, pelas vezes de ir à Igreja, e no caso da população do Umbuzeiro pela devoção ao padroeiro São João Batista (SOARES, 2017).

Conforme a autora:

Os sertanejos, envoltos de profundos sentimentos de fé cristã, costumavam recorrer aos santos, considerados mais piedosos, misericordiosos e infinitamente justos, especialmente ao comunicarem sofrimento, tortura e dor, expressões captadas nas imagens com coroas de espinhos, ferimentos, sangue e outros sinais de flagelação, tortura, crucificação e morte (SOARES, 2017, p. 152).

Conforme a tradição oral, a festividade religiosa dedicada ao padroeiro do local sempre ocorreu no mês de junho, a partir do dia 19, onde se realiza até os dias de hoje a novena em homenagem ao santo protetor daquela localidade, reunindo indivíduos das outras comunidades circundantes. Em anos anteriores era bem mais forte as celebrações religiosas, paralelamente havia a festa profana que durava cerca de três dias, reunindo a população local, e as pessoas dos sítios vizinhos.

A tradição popular bastante forte também se faz presente pela simbologia católica e homenagem aos santos, a construção de fogueiras em dia de São João e São Pedro. Momento no qual as famílias se encontram para celebrar e fortalecer sua fé e crença nos santos, para agradecer-lhes pela colheita. Neste período também aconteciam outras manifestações culturais como a quadrilha junina, que também é uma forma de diversão, alegria e confraternização popular.

Em todo o Brasil e particularmente no Nordeste, sobretudo no interior, as festas são realizadas comemorando e homenageando os principais santos do mês de junho: Santo Antônio (13), São João (24) e São Pedro (29). Coincidem com o período das colheitas dos principais produtos alimentares, como mandioca, batata doce e, especialmente o milho verde, que constitui a matéria-prima para os principais pratos típicos desta festa

no Nordeste: pamonhas, canjicas, mugunzás, bolos e pipocas (SOARES, 2017, p. 107).

Como manifestação popular, as festas juninas são as mais ricas no que diz respeito à tradição, crenças, adivinhações e superstições. As festas eram realizadas pelas famílias com a preparação de comidas provenientes da colheita da roça, perpassando pela celebração religiosa com as rezas, as danças como a quadrilha que era marcada pelo senhor Manoel Nunes, depois vinha o forró, durante toda a noite.

Assim como na capela, a imagens de santos também estão presentes no cemitério da comunidade, esse fica na entrada do lugar, um pouco afastado da povoação, como forma de lembrar aos vivos que a morte faz parte da vida. Fixado em local mais alto e arejado, murado e com plantas em forma de jardim, “como acrópole ateniense” fica na parte mais elevada, como forma de se aproximar mais do céu, nele estão enterradas pessoas do lugar e demais comunidades vizinhas.

1.7 A feira do Umbuzeiro: uma história a ser contada

Dentro do contexto de ocupação e crescimento, cabe destacar que o aumento da população morando dentro do espaço do povoado do Umbuzeiro, de certo modo, tornou as relações sociais e econômicas mais complexas, conforme narrativa oral. Ainda, dentro deste contexto surgiu uma feira, no centro da povoação que era bem “desenvolvida” para os padrões da época. Esta feira também está no cerne do progresso econômico do lugar. Posto isso, conforme as contribuições de Geovany Pachelly Dantas, as feiras se apresentam como relações de troca e ocupação de espaços ocorridos em praticamente todos os lugares “(...) tais instituições surgiram como um fenômeno primitivo e espontâneo a ponto de muitas cidades terem suas origens relacionadas estreitamente com as feiras (2008, p. 88).

Em Umbuzeiro fica notório a contribuição da feira para a construção da paisagem urbana do povoado, pois essa era realizada no centro da povoação, logo abaixo de onde hoje é a igreja da comunidade, contribuindo assim para a construção de edificações que também estariam ligadas às atividades comerciais, sendo assim construídos prédios onde funcionavam bodegas, e outras depósitos ligadas a esta atividade comercial. Segundo Geovany Pachelly Dantas (2008) ao trabalhar sobre os elementos importantes para a origem e evolução das feiras no Nordeste, estas se encontram também atreladas à pecuária, e estas devem ser compreendidas, em muitos casos, como ponto de contribuição para a ocupação territorial:

O surgimento de instituições destinadas essencialmente à realização de intercâmbio de mercadorias e ao abastecimento da população representou o embrião de uma nova aglomeração humana a partir da atividade comercial sendo este um dos elementos determinantes para os homens se reunirem em sociedade (DANTAS, 2008, p. 88).

Como visto acima, a povoação inicial começou a se dar em função da ocupação da localidade por pessoas ligadas a diversas atividades da agricultura e da pecuária. No caso da agricultura, inclusive, foi indicada a existência da produção da cana de açúcar e seus derivados. Mas a feira do Umbuzeiro, que nasce atrelada ao crescimento do lugar, era realizada aos domingos, e era ainda ponto de encontro das pessoas que vinham das mais diversas localidades vizinhas. Estas tinham na feira não só um momento de adquirir produtos de primeira necessidade, mas também essa era tida como um período, o espaço de tempo em que era realizada, e um lugar de encontros e interação social, haja visto que era um período de intervalo das atividades laborais, realizados durante toda a semana, no âmbito da produção de diversos produtos, para aqueles que não eram os comerciantes, e, no caso, nas feiras estavam trabalhando.

Para se ter uma ideia da importância desta atividade comercial, esta comportava não somente os comerciantes locais, que revendiam os produtos de necessidade imediata, e agricultores que vendiam seus frutos obtidos por meio da lavra da terra, mas também vinham comerciantes de outras cidades e povoações, possibilitando a existência de muitos produtos disponíveis para os consumidores:

Tudo que você quisesse comprar aqui na feira aqui tinha, que vinha gente de Serra Talhada, de Bernardo Vieira, Santa Rita, tudo vender coisa aí. Se quisesse comprar tecido, que nesse tempo só vendia mais tecido, nessa época, não vendia assim roupa feita não, era tecido né. Tinha tudo. Olhe, se você quisesse carne de porco tinha, carne de gado, carne de ovelha, carne de bode, tudo tinha! Coisa... Farinha, feijão, tudo! E tinha os mercadinhos também assim... bodega, né, que antigamente chamava... que o povo chamava bodega. É no meio da rua. Agora era coberto, tinha uma coberta, aí depois tiraram, derrubaram. Era um galpão, aí botava as coisas debaixo pra vender. Era. Começava de manhã até às 3 horas mais ou menos que o povo morava distante aí... Olhe, do Sossego, de todo canto aí vinha gente pra aqui pra o Umbuzeiro. Era conhecida a feira. Vinha gente até de Tabira vender tecido aqui. De Tabira, Pernambuco (Depoimento de Maria Melo).

Também havia pequenos comerciantes de Conceição-PB, outros profissionais como cabeleireiro, dentista, sapateiro que desempenhavam seus ofícios na feira livre, que era realizada no centro da povoação, onde havia uma cobertura para o conforto dos feirantes, uma espécie de galpão coberto de telha que permitia uma certa proteção contra o sol nos períodos mais secos do sertão, e contra a chuva no período chuvoso.

Assim como os tropeiros levavam mercadorias para áreas distantes para comercializarem, do mesmo jeito a grande maioria dos comerciantes levavam seus produtos até a mencionada localidade. Quando da época da realização da feira, desde os primórdios do lugar até a década de 70, quando ela deixou de existir, em virtude de algumas dificuldades sociais e de convivência, não havia calçamento ainda, que só posteriormente foi colocado conforme imagem abaixo.

Imagem 12: Registro da única rua do Povoado do Umbuzeiro



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2023.

Durante a coleta dos depoimentos, e também como espaço de recordação, especialmente para as mulheres do lugar, foi identificado um outro lugar tido também como espaço de convívio, ação e interação social, que foi o lavadouro público, construído no final da década de 60, em parceria com a prefeitura Municipal de Conceição – PB, pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN) - autarquia vinculada à então Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado da Paraíba, criada no ano de 1966, pelo ex-governador João Agripino.

Imagem 13: Ruínas do antigo lavadouro público do Povoado do Umbuzeiro



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2023.

Lugar com água encanada, era destinado para a lavagem de roupa, e era ambiente frequentado especialmente por mulheres, possivelmente, ao torcer do lençol, ao bater da roupa marcada pelo trabalho pesado na agricultura na cata do feijão, do pó do milho na época de quebra, da cana na época da moagem, da caminhada na mata para a colheita do mel, na lida diária com o gado nas caatingas ou ao espremer das vestimentas. É possível imaginar os diálogos cruzados sobre os últimos eventos e os que ainda iriam acontecer, talvez, o último capítulo da radionovela, a festa do casamento, o aniversário familiar, o forró do final da semana, as histórias românticas.

Como lugar de transmissão de memórias por meio das tradições orais, constituía-se também como ambiente de ensino onde era passado às crianças o processo de lavagem de roupa, portanto, como lugar de dinâmica e interatividade social. Segundo Marin (2007), esse processo de educação feminina que ocorria em povoações camponesas no Brasil deveria ser segundo nosso entendimento semelhante no povoado de Umbuzeiro.

Para Marin (2007) ensinar significava repassar valores, normas, modos de pensar e de fazer, cujos significados eram reafirmados e reproduzidos em todas as conversas, ações e interações sociais. No seio familiar as meninas recebiam os principais ensinamentos para a vida porque na infância era o momento mais conveniente para o aprendizado dos afazeres, e do conhecimento do modo de vida rural, portanto, aprendiam por meio da observação diária dos gestos do corpo da mãe, bem como das irmãs mais velhas.

Seguindo uma certa divisão sexual do trabalho no interior da família, elas eram orientadas para o aprendizado de determinados serviços domésticos, tais como: providenciar alguns alimentos, lavar roupas e vasilhas, arrumar a casa, varrer o pátio, buscar na bica ou no poço a água de uso doméstico, fazer doces, fabricar farinha de mandioca, pilar arroz, costurar e remendar roupas, fiar e tecer algodão, fazer tricô e crochê, cuidar dos irmãos pequenos, zelar da horta e dos animais. O aprendizado dessas tarefas era um processo contínuo, progressivo, no qual, por meio do fazer,

aprendia-se a trabalhar. Na convivência junto à mãe ou ao lado das irmãs mais velhas, as meninas naturalmente incorporavam os hábitos e os conhecimentos julgados apropriados às mulheres. arroz, costurar e remendar roupas, fiar e tecer algodão, fazer tricô e crochê, cuidar dos irmãos pequenos, zelar da horta e dos animais. (MARIN, 2007, p. 271).

A existência de tal edificação, servindo também de ambiente de construção e transmissão de saberes populares, compõe conjuntamente com outros prédios que, aos poucos, foram formando a paisagem urbana do povoado do Umbuzeiro, o processo de sua formação e de sua transformação. Também podemos mencionar o mercado comunitário, para dar continuidade a antiga feira local, servindo também de sede do antigo telefone que era utilizado pelas pessoas de toda a região, longe das cidades e numa época de pouco acesso aos meios de comunicação, era o meio de matar a saudade dos familiares que estavam distantes.

Atualmente, o prédio do mercado comunitário é utilizado pela comunidade para as práticas de exercícios físicos, bem como apresentações culturais, e formaturas realizadas pela comunidade da escola José Pereira Frade. A passagem do tempo reconfigurou suas funções moldando-se às novas temporalidades, mas mantendo a sua missão, servir à comunidade.

Dentro de um contexto de crescimento populacional, ocupação, vivência dentro deste espaço, e desenvolvimento social se deu o aparecimento de todo um processo de edificações, contribuindo para a mudança de paisagem natural para uma área mais urbanizada, reverberando numa evolução política a partir dos anos 1980.

Nos meandros da pesquisa, ao promover ações que pudessem gerar fontes para subsidiar a historicidade do povoado do Umbuzeiro, encontro nos arquivos da Assembleia Legislativa da Paraíba, dados e informações sobre o projeto de Lei tramitado nesta casa que resultou na criação do Distrito de Umbuzeiro Novo, pois já existia um outro Distrito denominado Umbuzeiro, no Estado da Paraíba. Todavia, como ação identitária e pertencimento, a população sempre reconheceu o topônimo do lugar como povoado de Umbuzeiro até os dias de hoje. Denominação esta adotada nas linhas deste trabalho.

Neste contexto, por meio do projeto de Lei 140/81, a casa do povo vota e aprova o projeto legislativo que cria o Distrito de Umbuzeiro:

GOVERNO DA PARAÍBA

João Pessoa, PB.

LEI Nº 4.365, DE 18 DEZEMBRO DE 1981

“Cria o Distrito de UMBUZEIRO, no município de Conceição, e dá outras providências”.

Art. 1º - Fica criado o Distrito Administrativo do e judiciário de UMBUZEIRO, com sede no povoado de igual nome, que é elevado à categoria de Vila, no município de Conceição. (Fonte: ARQUIVOS DA ALPB).

Contando com uma infraestrutura robusta para os padrões da época, o distrito recém-criado contava com iluminação pública, posto do Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL (1967-1985), mais de 100 residências, campo de esportes, carros para aluguel, possuindo uma população, naquele momento, de mais de 2.000 habitantes em toda área de ocupação do distrito administrativo.

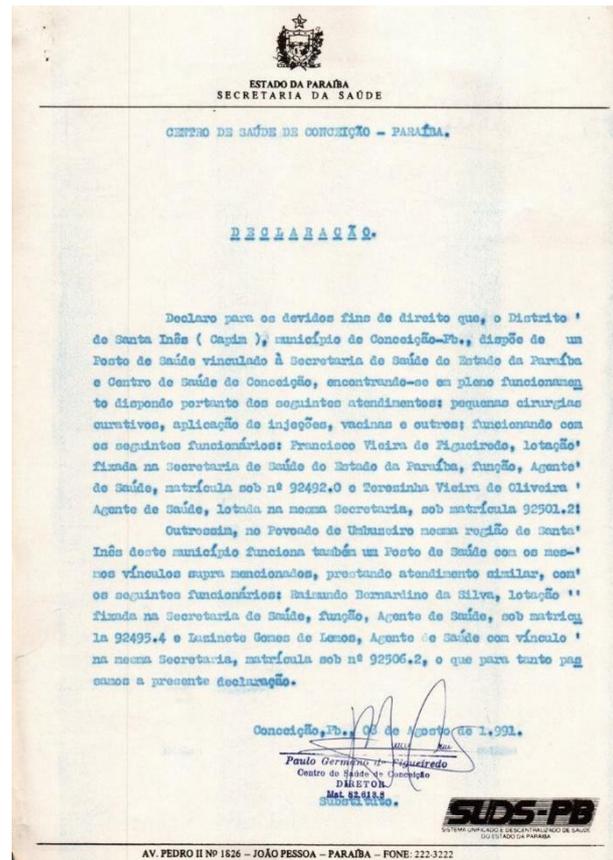
As fontes nos revelam a contribuição do povoado para o então processo de emancipação política do Capim (Santa Inês), em virtude de além de outros aspectos, possuir posto de saúde conforme declaração do centro médico de saúde de Conceição – PB, datado de 08 de agosto de 1991, somada então à documentação requerida naquele momento histórico de aquisição da sua autonomia administrativa.

Na mesma declaração emitida pelo Diretor de Saúde de Conceição à época o Senhor Paulo Germano de Figueiredo em 03 de agosto de 1991, anteriormente mencionada em seu primeiro capítulo, em que apresenta o topônimo de Santa Inês ao distrito do Capim antes da emancipação, o documento faz também referência ao Povoado de Umbuzeiro. Descrevendo a atuação dos agentes de saúde na localidade.

(...) Outrossim, no Povoado de Umbuzeiro mesma região de Santa Inês deste município funciona também um Posto de Saúde com os mesmos vínculos supra mencionados, prestando similar, com os seguintes funcionários: Raimundo Bernadino da Silva, lotação fixada na Secretária de Saúde, função, Agente de Saúde com vínculo na mesma Secretaria, matrícula sob nº 92506.2. o que para tanto passamos a presente declaração. (Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite)

A seguir apresento a cópia do documento, que é um importante registro histórico da presença do Estado e o reconhecimento do território ocupado antes da emancipação e união do distrito do Capim ao Povoado do Umbuzeiro, que comporiam o território do município de Santa Inês, em 1997.

Imagem 14: Declaração do Centro de Saúde de Conceição, 1991



Fonte: Arquivos de Maria Pereira Campos Leite.

Mesmo que estivesse ganhando traços de modernização urbanística, foi somente nos anos dois mil que o povoado do Umbuzeiro (Distrito) ganhou algumas obras de infraestrutura importantes, como o calçamento da rua principal, e também água encanada para abastecer toda a comunidade. Ainda que estes novos investimentos sejam relevantes para a comunidade, no momento da emancipação política eles não eram critérios requeridos.

Dentro desse espaço discursivo, a memória não é propriamente a História pronta e acabada, ela é uma fonte histórica elementar que ajuda na construção do conhecimento histórico por ser relativo ao homem. “As memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas.” (BITTENCOURT, 2009, p. 170), por ser um terreno fértil a ser explorado pelo pesquisador para o embasamento da história do lugar, sendo assim:

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos. Praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2009, p.169).

Nesse sentido, a memória está presente nos diversos lugares, pessoas e objetos que são constituídos de historicidade e fontes do conhecimento histórico numa perspectiva tanto como espaço quanto como o próprio objeto do conhecimento (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012).

Imagem 15: Registro das Ruínas da edificação onde funcionou uma padaria



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2023.

Como paisagem arquitetônica e urbanística, apresento a edificação onde, por anos, especialmente na época da feira, funcionou como uma padaria, responsável pela fabricação do pão que alimentava muitas famílias. Fazendo um transporte para aquela época, talvez, assim como hoje, muitas crianças quando seus pais no dia de domingo iriam para a feira, a criança poderia fazer um pedido ao pai para trazer-lhes pães, se para muitas crianças na atualidade ir ao McDonalds é o maior sonho, para as crianças que moravam nos sítios vizinhos, naquela época, estas ficavam felizes quando no retorno, seus pais lhe presenteavam com o delicioso alimento. São traços de uma época que marca uma certa espacialidade, dentro das tramas narrativas, constitui-se como o revelar de uma dita temporalidade.

1.8 O fio forte e o barro: aquecendo o forno das memórias que entrelaça passado e presente

Segundo Joana Neves (1997) “[...] por história local deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local [...]” (NEVES, 1997, p. 13), que se articula com o geral, ou seja, historicamente as comunidades não são isoladas pois seus membros também desenvolvem ações ao longo do tempo, e na sua interação para com a natureza assim a autora indica que:

Cada local é sempre o recorte de uma realidade mais ampla que contextualiza e aquilo que se entende por geral, é o somatório de realidades locais que se relacionam por meio de processos mais amplos e abrangentes. O local, fora de um contexto geral, é apenas um fragmento e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração; e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido (NEVES, 1997, p. 22).

Nas teias das relações sociais e comunitárias, podemos destacar muitos comerciantes e artesãos que são personagens presentes nas narrativas históricas sobre a discutida territorialidade, obviamente que não temos pretensão de contar toda a história, mas acreditamos contribuir para a consciência e letramento histórico (ROCHA, 2020), a nível local, que está dentro do global (NEVES, 1997), contribuindo assim para a construção de identidade ainda maior.

São pessoas, homens e mulheres que fazem parte das teias narrativas e colaboram para a afirmação histórica tanto da construção, evolução dos aspectos econômicos, sociais e culturais do lugar, quanto para o enredo evolutivo do local. Sujeitos como Manoel Ramalho, Manoel Nunes, Luiz Frade, Lucas Verônica, José Pereira Frade, Francelina, Maria Major, Fátima Ramalho, Dona Cesira, Dona Dina, Zaber são pessoas, alguns já se foram, que têm sua participação histórica na construção da história local, dando sua contribuição para a dinâmica social comunitária.

Dentre as inúmeras narrativas que entrelaçam a história e as vivências do povoado do Umbuzeiro, como o fio forte que entrelaça passado e presente, saberes forjados por meio da sabedoria popular, evidenciamos a figura da senhora Francelina (*in memoriam*) que desempenhou forte papel social para além da fronteira da sua comunidade. Ela atendia as mulheres na época de parto, realizando o procedimento ancorada nos conhecimentos da medicina popular, ajudando muitas famílias, carinhosamente chamada de “mãe Celina”. Era parteira, “anjo da noite”, se alguma mulher precisava, ela estava pronta, com suas mãos talentosas, para ajudá-la, fosse dia, fosse noite.

Ao passo que seus saberes colaboraram para o florir da vida, suas técnicas entrelaçam os fios fortes gestando artesanalmente a rede para dormir, e o lençol para cobrir, porque fora uma grande tecedeira que com seu talento e como forma de sobrevivência, trabalhava na confecção desses produtos e outras peças de tecido de algodão, vendendo-os para os indivíduos do lugar, e de outras comunidades, que assim requisitavam seus trabalhos.

De forte economia agrária, o plantio do algodão nesta época, décadas de 1960 e 1970, do século XX, era uma cultura muito evidente na região, por isso, as pessoas, além de plantarem-no para venda, também o aprimoraram tornando-o matéria prima, e era fornecido para dona Francelina transformá-lo em tecido dos mais variados tipos. “Levava aqueles montes

de ficha. Chegava lá, as paredes da casa dela estava cheia de quarto de fio pra fazer lençol. Ela pintava, comprava a tinta, pintava o fio e tecia do jeito que a gente quisesse. Se quisesse tudo branco, era branco, se quisesse pintado ela comprava tinta e pintava e fazia tudo pintadinho”.

Era no tempo que a gente catava algodão, vivia na roça, tinha algodão, tinha mamona pra vender, era nesse tempo assim... Aí a gente adquiria essas coisas nos tempos das safras de algodão porque tinha muito algodão, né. Plantio de algodão aqui nessa região! Todo mundo era plantador de algodão! Minador, Amargoso, Purdim, Sipaíba, Serra Pintada, todo mundo plantava algodão. Pronto, ali nos Nicolau, em Seu João Nicolau. Todo mundo plantava algodão. E tinha uma coisa, tirava muito algodão. Tinha caba que tirava 2.000 kg, 3.000 kg de algodão. Vendia aqui (**Povoado do Umbuzeiro**). Os compradores de Conceição vinham comprar aqui na porta. Vinha com os caminhões, comprava (Depoimento de Eunice Pereira).

Observamos que o algodão era um fomentador da economia, da sobrevivência local e impulsionador da cultura e das relações sociais. Ao destacarmos a prática da tecelagem artesanal, tendo o tear manual como seu símbolo e a presença do sujeito histórico: “Uma tecedeira que tinha aqui... Nós fiávamos o algodão e botava no tear e ela tecia, fazia rede e lençol”. (Depoimento de Eunice Pereira). Garimpando a história da comunidade por meio dos fios históricos do algodão que tantas vezes foram a base da convivência social.

Segundo Márcia Gonçalves (2007): “A história local é, em intrínseca complementaridade, conjunta de experiências dos sujeitos em um lugar e, também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências” (GONÇALVES, 2007, p. 177).

Naquela época, ela cozinhava, desmanchava as quartas de fio todinho fazendo assim, assim cruzando assim num negócio assim bem comprido assim, ó, aí botava na água quente fervendo com a tinta e botava tudo pra enxugar e tecia. A velhinha era tecedeira! Dona Francelina. Ah, e o tear dela era interessante! Era no tempo que nós estudávamos, nós passávamos na casa (...) aí nos chegava lá e ela tava tecendo. Tava dois paúões assim estirados, ela pisava num... (...) Aí a gente pisava num pau desse aqui e esse aqui levantava, quando ela batia aqui o pé aqui esse outro. Aí ela tinha um negócio assim um fuso¹⁰ assim que nem uma canoinha com aquele fio enrolado assim no fuso e dentro daquela canoinha e aquilo ali só era torcendo pra lá, torcendo pra cá, e ela cá puxava o pente dele... pá... acoxando¹¹ o fio. Agora ficava bem tecido. Era interessante o tear dela, todo de madeira. Era muito interessante. Nós às vezes íamos da escola¹² (**Povoado do Umbuzeiro**) e chegava lá se sentava pra ver, olhar dona Francelina tecer os lençóis, rede. Era muito bonito! (Depoimento de Eunice Pereira).

¹⁰ Instrumento, geralmente de madeira, de forma arredonda, roliço sobre o qual se forma, ao fiar, a maçaroca, isto é, os fios de algodão ou de lã, que a ser extraído do algodão é envolto nele.

¹¹ Aqui, utilizo a palavra com “X” pois a entrevistada explicou que a senhora apertava o fio entre as “coxas”, diferindo, portanto, do significado da palavra “acochar” escrita com “CH”.

¹² Antiga escola estadual que existia no Povoado Umbuzeiro, onde estudava todas as crianças e adolescentes da comunidade e sítios vizinhos.

Buscamos também nas memórias de dona Esmelita, por meio de roda de conversa, conhecermos um pouco mais sobre estas experiências, com a “[...] missão de propor o desafio de fertilizar as imbricações entre passado, presente e futuro.” (RAMOS, 2004, p. 84). Também tecelã, aprendeu o ofício de tecer com a senhora Francelina em vivência e convívio direto com ela. “Eu fui eu fui morar mais ela, que ela morava sozinha, eu fui morei com dona Francelina, passei três anos mais ela (...) Aprendi nessa época, aprendi com ela a fazer tudo, aprendi com ela para casa dela em 1971 (...)”.

Ela urdia¹³ como tou dizendo, tinha o tear, aí tinha um que se chamava usorve que era todo pregado de ferro ela enganchava o fio no prego, levava para frente, engancha no outro pau na frente. No meio tinha os liços¹⁴ e o pente que era de bater o fio de tear, feito de palha de coco, era de palha de coco. Agora era muito difícil um tear. (...) Tinha onde tecia um pedaço de pano, rodava o pau onde tinha os fios, aí enrolava, quando terminava de tecer tirava do tear, ia fazer o acabamento. Se fosse rede, iria fazer o carelo, a transa da rede, o carelo¹⁵, o carrité¹⁶ de trazer os cordões, fazia os cordões, aí estava a rede feita (Depoimento de Esmelita Silva).

Saberes tradicionais que são passados de um para outro, que tecem as teias e as relações de pessoas, que assim contribuem e favorecem a todos que as circundavam. Assim vemos que mesmo não frequentando o mundo escolar, percebe-se uma relação didática de aprendizagem em que o mestre ensina ao aprendiz a tão fascinante arte da tecelagem, nos mais apurados saberes da cultura nordestina:

Fui aprendendo devagarzinho, aprendi foi a tecer, a depois dela urdir deixar no tear, aí eu ia bater. Urdir: passar o fio de pau para outro assim, você tinha que ter a base de passar de um pau a outro, o fio passava dentro do pente e passava dentro e do liço, que era feito de cordão, era dado uns nozinhos no meio, o fio passava por dentro, aí botava urdia no outro lado, aí voltada de novo, tornava a passar pro outro lado, e assim você terminava urdindo o tecido. (Depoimento de Esmelita Silva).

Aqui enaltecemos aspectos da cultura local (MIGNOLO, 2020), como forma de lançar luz ao protagonismo de personagens que fazem parte das narrativas do lugar. Nesse sentido, o foco se apresenta de modo tal que venha valorizar as memórias outras, os diversos saberes e a ancestralidade dos povos subalternizados. Desconstruindo o processo de silenciamento imposto pela colonialidade, produzindo o que Boa Ventura de Sousa Santos (2009) denomina de

¹³ Ação de trabalhar com os fios tensos passando-os de um pau para outro, paralelos e colocados no sentido do tear.

¹⁴ No tear, era cada um dos fios localizados entre os liçaróis que sobem e descem para serem atravessados pelos fios da trama.

¹⁵ Parte final do acabamento da confecção da rede que fica perto e responsável pela segurança dos cordões. Que une o tecido aos cordões.

¹⁶ Instrumento sobre o qual é usado para enrolar os fios de algodão usados no tear.

epistemicídio maciço, e o desperdício de experiências cognitivas. Nesta perspectiva, criou-se uma bolha que produziu uma invisibilidade dos povos subalternizados.

Ao colocarmos em evidência as histórias, os saberes e os fazeres de sujeitos históricos que estão mais perto da realidade do aluno, de ações de pessoas que ocuparam e agiram no mesmo espaço territorial por ele vivenciado, estamos buscando amortizar aquilo que Henrique Dussel (1993) chamou de encobrimento do outro, materializando-se por meio da “colonialidade do poder, na colonialidade do ser, na colonialidade do saber e na colonialidade da natureza”. (PAIM e ARAÚJO, 2018, p. 05). Presumindo que (...) “por meio da busca pelos seus espaços de memória, acervos, arquivos, monumentos, pessoas a serem entrevistadas(...)” (COSTA, 2019, p. 136), pode-se construir um saber mais integrativo.

Assim como o forno que deixa o barro resistente, as mulheres sertanejas são forjadas no torrão deste chão. Lançamos luz também sobre a história de Maria Alves de Sousa (in memoriam), que tinha a profissão de louceira, trabalhando com aquilo que a natureza oferece, soube aproveitar ao seu favor desenvolvendo uma habilidade de oleira, para de forma primorosa fazer potes, panelas, aribé, cuscuzeira, cabaças, entre outros. Utensílios de primeira necessidade que marcavam presença em todas as casas dos moradores locais.

De ação artesanal, fábrica do produto nascido do barro, exigia um grande conhecimento que só as mulheres forjadas pela resistência de ocupar o sertão nordestino poderiam desenvolver. A arte de fazer a cerâmica a partir do barro em estado bruto exigia um enorme conhecimento e um profundo saber, tendo em vista que há um barro específico para desenvolvê-la. Em suas memórias, seu filho José Joaquim (Zé Major) relembra como era feito o processo de localização, extração e trato de matéria para usar na olaria.

Também se pontua a presença de louceiras no sítio Pé Grosso que, nos primórdios da ocupação da região, já fora parte do atual território do povoado do Umbuzeiro. A partir das pesquisas de campo, por meio de objeto gerador (RAMOS, 2004), tivemos a oportunidade também de historicizar os meandros do lugar por meio das conversas com dona Maria Pereira Lima, louceira, que nas relações e vivências no espaço, marcado pela forte presença da agricultura, pecuária e atividades de subsistência como o plantio de alimentos, por meio da agricultura familiar, nos convida a partilhar mais desse mundo do barro e navegar nas suas memórias.

Na ocasião, ela nos apresentou o resultado do seu trabalho (pote), hoje ela não mais desenvolve a atividade ceramista (olaria). Ressaltou que foi essa atividade que a ajudou no sustento da sua família como fonte de renda e de sobrevivência. Sua arte desenvolvia com enorme alegria, promovendo sua atividade com “(...) muito orgulho, eu era orgulhosa por isso

aí (**fazer louça**) eu sou digna daquilo que fazia. Fazia xícara, pote, cabaça, frigideira” (Depoimento de Maria Lima, grifo do autor).

Ainda descreve de forma minuciosa o processo na sua íntegra, para realizar a sua arte de louceira:

Arrancava o barro, colocava de molho coberto com uns paninhos, pisava com pedacinho de pau. Pegava o barro no povoado do Umbuzeirio. Trazia no jumento o barro, depois de uns 8 dias, ele amolecia ficava molim que nem uma cera, tipo cera, aí pisava ele, enrolava, ia abrino assim que nem um fazeno aquele cumbuquinho tipo colocando as coisinhas de barro e com pedacinho de cuia, cabaça, né, aí ia fazeno, aí puxava ele até que fechava, fazia a boquinha miudinha conseguia fazer, depois colocava no forno, queimava para poder vender (...). Vendia só nos sítios(...). Transportava no jumento no caçuá, colocava folhas para não quebrar (Depoimento de Maria Lima).

As narrativas vão se entrelaçando, assim como as mãos talentosas que moldam o barro gerando utensílios preciosos, na mesma localidade nos deparamos também com as memórias vivas presentes na filha de uma outra louceira. Esmiuçamos as lembranças da Dona Maria Helena, por meio do levante das suas narrativas, que expressam a admiração que tinha por sua mãe. “É louceira (...) Com certeza, admirava bastante. Mãe era muito batalhadeira, era esforçada, toda vida minha mãe foi esforçada. Limpava, plantava... Era algodão, mamona, milho e feijão, Jerimum”. Seu trabalho de louceira era um complemento à agricultura praticada por todos da sua casa. Retrata-a um período em que, apesar das dificuldades enfrentadas no campo “(...) era a coisa mais feliz que tinha era que amanhecesse o dia e tivesse um pedaço de cuscuz pra tomar com café.” Radiantemente ela apresenta o objeto:

É o cuscuzeiro de barro, que foi minha mãe que fez no período que a gente morava no sítio Pé Grosso aqui, não tinha outro ganho, aí mãe sempre ela fazia, ela fazia pote, panela, pra vender, pra trocar por dinheiro e até por coisa assim pessoal mesmo assim pra gente mesmo, que nesse tempo aqui nós sofria muito, mas era um povo tudo feliz, né, hoje em dia o povo tem tudo mais fácil e acha tudo difícil, mas de primeiro as coisa era mais difícil de que hoje (Depoimento de Maria da Silva).

A vida em comunidade rural apresenta suas nuances e vestígios, característicos de um território em que a adaptação ao espaço e a lida com esse são características sempre presentes, e ponto de relevância para a sobrevivência em dito território. E depois de apresentar alguns aspectos tanto da história política, quanto da socioeconômica da comunidade atendida pela Escola José Pereira Frade passemos a aspectos mais diretamente ligados à escola em questão e à comunidade escolar, isso porque tanto professores quanto alunos fazem parte deste cenário.

Vale ainda destacar que a produção do conhecimento apresentado aqui neste capítulo, que levou em consideração tanto documentos oficiais, quanto depoimentos orais, foi feita para

alcançar alguns objetivos como conhecer minimamente relações tanto políticas quanto sociais vivenciadas no dito espaço, município, distrito, que se tornem por si só material didático a ser utilizado por professores no ensino de História, já que como percebido a história do lugar carece de ser conhecida de um ponto de vista mais significativo, para os estudantes e professores do ensino básico, e do público no geral, já que o currículo e o livro didático trazem temáticas diversas mas que muitas vezes não são significativas para os estudantes, e não colaboram com a percepção positiva da comunidade.

CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DA ESCOLA JOSÉ PEREIRA FRADE

2.1 A Escola: o coração do Umbuzeiro

Como já destacado anteriormente, o território em que se encontra sediada a escola que pretendemos conhecer de forma mais compreensiva, é um espaço rural de ocupação eminentemente agrícola, este fator é destacado pois apesar de que não exista um determinismo geográfico, muito das questões que fazem parte do cotidiano escolar estão ligados a esta especificidade. Inclusive, o recente concurso para compor o corpo docente da referida instituição coloca que os profissionais não podem pedir transferência da referida, e ir para outra em espaço urbano.

Vejamos, porém, antes de tratar da escola em questão um pouco da história do lugar no qual ela foi edificada. Um dos destaques deste lugar é que, localizada na comunidade do Umbuzeiro, zona rural do município de Santa Inês - PB, este é um local estratégico, que possibilita a integração com outras comunidades circunvizinhas, de onde provém grande parte do seu alunado.

Abaixo trazemos imagens que mostram parte do trajeto para chegar à escola. Quando se dirige do centro urbano para a localidade há diversos obstáculos a serem enfrentados: como água nos rios nos períodos chuvosos, o sol causticante, poeira que nos encobre, a lama que deixa o trajeto escorregadio e perigoso, além de veredas com pedregulhos.

Imagem 16: Desafios do fazer educação no âmbito rural.



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Quando da minha formação acadêmica, na licenciatura em História, lá pelos anos de 2006 até 2009, fui apresentado a diversas teorias, e a variados conceitos que são necessários para a atuação dos docentes, mas não tive no currículo conteúdos voltados especificamente à

qualificação para atuar em escolas no espaço rural que apresentam uma realidade bem diferente se comparadas com as escolas urbanas, penso que seria necessária esta preparação.

No caso, a comunidade discente é formada na sua totalidade por alunos da zona rural, que apresentam hábitos diferentes dos estudantes da zona urbana. Estão inseridos em um contexto social e econômico que requer uma rotina de acordar cedo para o trabalho na agricultura, com suas famílias, na criação de gado e nas várias atividades que são pertinentes a essa população rural, por isso, ao chegarem à escola já têm acumulado essas muitas atividades diárias. Não que alunos da zona urbana não tenham que lidar com atividades produtivas desde cedo, mas isto pode ser bem menos presente.

2.2. Breve panorama histórico da educação em Santa Inês-PB

Ao adentrarmos o caminho da educação oferecida às comunidades rurais do Povoado do Umbuzeiro e do seu entorno, encontramos no espaço resquícios e marcos do ensino para as populações do campo, tendo como um dos marcos, por exemplo a construção de uma escola estadual por volta dos anos 60, quando se atendia, desde esta época, filhos de agricultores oriundos de várias localidades. Neste caso específico, atualmente, só se encontram vestígios das bases de referida construção, conforme foto abaixo:

Imagem 17: Ruínas da primeira escola do Povoado do Umbuzeiro



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Porém, mesmo antes da construção dessa escola, é sabido que a educação acontecia em casas de moradores que cediam espaço para isso, ou eram eles mesmos os educadores. Não

se pode desconhecer, todavia, que a educação rural, instituída no início do século XX, tem sua história atrelada ao mundo da produção capitalista ligada aos contextos urbanos. Dentro desse processo de levar a instrução no meio rural de forma residual, como maneira de ofertar educação para as respectivas populações e talvez mantê-las no campo, ou não (PINHEIRO, 2001).

Dentro deste entendimento, o autor Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, apresenta estudos de meados do século XX, quando o movimento de fortalecimento educacional na Paraíba ganha força com a construção de muitos grupos escolares, num movimento de políticas educacionais promovidas pelo governo do estado da Paraíba para promover a instrução da sociedade do meio rural. “Com a perspectiva de fixar o professorado e atender uma clientela rural, foram criadas, em 1946, as escolas rurais paraibanas, inaugurando nova forma de expansão escolar pública no Estado” (PINHEIRO, 2001, p. 203).

Como marcos referenciais da presença de política educacional do governo da Paraíba, utilizo a tese de doutorado intitulada “Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba” (PINHEIRO, 2001), que apresenta uma análise detalhada dos momentos de esforço do governo estadual para promover a instrução da sociedade paraibana, por meio da ampliação e construção da malha de instituições escolares, como forma de impulsionar a educação.

Identificamos, ao longo do processo de expansão dos grupos escolares, dois momentos, que apresentam características particulares. O primeiro, aqui considerado um período de “passagem”, vai de 1916 a 1929 e se caracteriza pela coexistência de dois modelos de organização escolar: de um lado, as escolas rudimentares e elementares e do outro, as escolas reunidas ou agrupadas e os grupos escolares. O segundo momento teve início a partir de 1930, quando o modelo de organização escolar caracterizado pelos grupos escolares passou a predominar (PINHEIRO, 2001, p. 111).

O autor nos apresenta o dado que em 1948 no Estado, existiam 28 escolas rurais, e outras 100 em estágio de construção, de grupos escolares, como estratégia de combate ao analfabetismo, em parceria com o Ministério da Educação e Saúde, obedecendo a uma padronização arquitetônica que, segundo o projeto, viesse oferecer as condições de estudos para os discentes, e conforto e abrigo aos docentes, já que elas contavam com locais destinados a estadia dos professores que, em virtude da distância, tinham que passar alguns dias na escola (PINHEIRO, 2001).

Dentro de contexto político, cultural, social e educacional, fortemente marcado pelo estado novista, desde a década de 1930, o governo da Paraíba já havia dado início ao fortalecimento da rede de ensino da malha urbana por meio da construção de grupo escolares por todo o estado, mas aqui queremos frisar mais o interior do estado por ser o nosso espaço de experiência, vivência e objeto da pesquisa. Assim, quero destacar a construção do grupo escolar

José Leite, na cidade de Conceição, em 1937, na administração do então interventor Argemiro de Figueiredo (PINHEIRO, et al, 2013).

Posteriormente, já em fins da década 50, a expansão do alcance da presença do Estado, por meio de política educacional, se deu com a construção de uma escola no Povoado do Capim (hoje cidade de Santa Inês), na época ainda pertencente ao município de Conceição. A criação da referida escola representava uma oportunidade para a população rural poder obter formação para melhorar de vida.

O grupo escolar Enéas Leite se apresentaria como marco de evolução em uma época em que estudar não era fácil, devido às longas distâncias dos centros urbanos, e à falta de condições da população rural. Nesta perspectiva, na administração do governador, criado através da Lei N° 2.194, de 09 de novembro de 1959 temos:

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

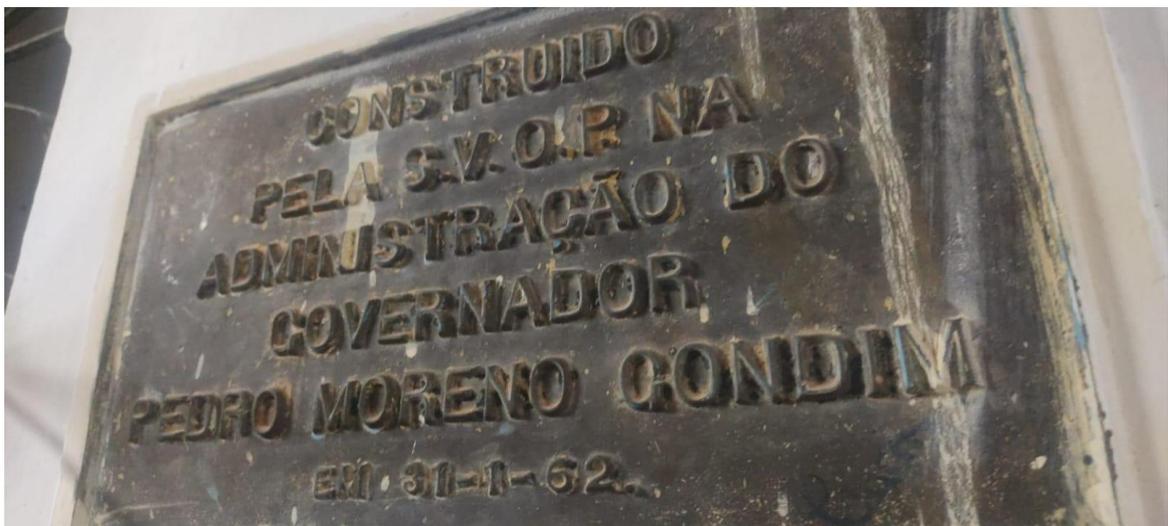
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada na secretaria de Educação e Cultura, o grupo escolar de 3ª categoria, denominado “Enéas Leite”, do Povoado do Capim, no município de Conceição.

Art. 2º - Fica o governo do Estado, autorizado a abrir pela Secretaria de Viação e obras públicas, um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), com vigência em dois (2) exercícios, destinados à construção do prédio do Grupo escola criado no artigo anterior (Fonte: ARQUIVOS DA ALPB).

A lei de criação do grupo escolar Enéas Leite já previa a execução da obra em dois exercícios, por isso, a finalização da construção da referida escola só foi concretizada no governo Pedro Gondim, em 31 de janeiro de 1962.

Imagem 18: Placa de inauguração do Grupo escolar Enéas Leite



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Em 1979, conforme os dados repassados pelo projeto sertanejo, através do estudo da realidade da área do Capim, e levantamento planialtimétrico, obtidos no Projeto de lei 1180/1980, para a criação do Distrito do Capim, consta a presença de duas escolas estaduais, sendo uma urbana e outra rural, no Povoado do Umbuzeiro contabilizando um total de 266 alunos matriculados.

Conforme análise do documento, observa-se que neste período na rede municipal do que seria o futuro município de Santa Inês - PB, já existiam três (3) escolas municipais em pleno funcionamento, uma na zona urbana, outras duas nas comunidades rurais, atendendo a uma clientela de 148 alunos, na sua grande e imensa maioria filhos de agricultores que viam na educação formal uma maneira de melhorar sua condição de vida, e alargar os seus horizontes de expectativas, frequentando novos ambientes e espaços de experiências.

Dentro de uma perspectiva de valorização de diferentes trajetórias, outro espaço de aprendizagem, e de um momento histórico de oportunidades, os indivíduos presentes, especialmente na zona rural, tanto do Povoado do Capim quanto do Umbuzeiro, podem com certeza ter concluído que:

Ao pensar no universo da sala de aula como exemplo, o fato de ir todos os dias para a escola é uma repetição; os conteúdos ministrados são diferentes (as singularidades); mas existe uma crença que orienta as pessoas a frequentarem escolas, que as leva a acreditar que isso é importante para a sociedade (CRUZ, MENESES, 2022, p. 92).

Ao trazermos este panorama à trama de escrutinar os meandros da presença de estabelecimentos de ensino neste espaço, intencionamos apresentar o relevante papel desempenhado pela educação como fenômeno social presente em espaço onde, historicamente, sempre fora ao longo do tempo renegado à própria sorte, ao esquecimento consentido, desassistido pelo Estado em estágios de desenvolvimento anteriores, mas que a partir da Era Vargas (1930/45), com o movimento da Escola Nova,¹⁷ especialmente no Estado Novo¹⁸ que via na escola um agente democratizador e inclusivo dos cidadãos no sentido de dirimir as desigualdades sociais, começa a mudar este cenário.

¹⁷ Escola Nova é um movimento que propôs **mudanças no sistema de ensino**, colocando o aluno no centro do processo de construção do conhecimento. O movimento escolanovista acredita que a educação é o mais importante elemento para a **construção de uma sociedade fundada em ideais democráticos**, justos e com igualdade de oportunidades. Disponível em: <https://www.significados.com.br/escola-nova/Acesso> em 13 Mai 2024.

¹⁸ O Estado Novo se caracterizou como um período histórico marcado por uma forte presença do patriotismo, da civilidade e do discurso nacionalista. Durante aquele regime de exceção esses e outros elementos fizeram parte dos projetos do Estado para a sociedade dita brasileira, estando presente no cotidiano da população e mais ainda no cotidiano escolar. Dessa forma, a educação foi uma das instâncias que o governo estadonovista utilizou para inserir na sociedade sua concepção doutrinária de caráter autoritário. (PINHEIRO, SILVA, BURITY, 2013, p. 174).

(...) O processo de organização da educação pública e a criação de grupos escolares em todo o Estado paraibano intensificaram-se. Boa parte da elite nacional e paraibana acreditou que a disseminação desse modelo escolar facilitaria a implementação das grandes linhas do projeto de criação do sistema nacional de educação, pautado, evidentemente, pelos ideais da Escola Nova. A organização do trabalho pedagógico já existente nos grupos escolares facilitou a incorporação de alguns princípios propostos no Manifesto dos Pioneiros de 1932 (PINHEIRO, 2001, p. 214).

Como parte de uma política educacional não somente em nível federal, mas também estadual, a implantação dos grupos escolares na Paraíba fez parte de uma conjuntura para debelar a falta de escolaridade, diminuindo os altos índices de analfabetismo, a partir das décadas de 50 e 60, tendo como ação efetiva, a construção de escolas rurais dentro de um processo de construção do sistema de ensino nacional onde a “euforia foi se deslocando para as escolas rurais, cuja implementação já vinha sendo defendida por intelectuais e administradores da educação pública desde os anos 30, embora, só a partir dos anos 50, tenha se tornado objeto de política pública” (PINHEIRO, 2001, p. 215).

Os estudos de Antônio Carlos Ferreira Pinheiros, apontam para um amplo esforço do governo estadual de implantar escolas no meio rural com objetivos claros de combater o analfabetismo e promover a instrução por meio do conhecimento formal escolar. Isso se mostrou evidente com a construção de escolas estaduais, bem como escolas municipais no território que hoje é o município de Santa Inês - PB. Verifica-se aí também, na década de 70, já no contexto da ditadura militar, a presença de uma forte atuação de combate aos altos índices de analfabetismo, por meio do movimento brasileiro de alfabetização - MOBREAL¹⁹, que dentro da perspectiva do então governo ditatorial, dedicar-se-ia exclusivamente à alfabetização de adultos (PINHEIRO, 2001).

Observamos, portanto, um pouco da gênese do sistema educacional do município de Santa Inês, especialmente com vistas ao Distrito do Umbuzeiro e às comunidades do seu entorno, bem como a comunidade escolar da Escola José Pereira Frade que é nosso campo de atuação docente, e campo de espaço da pesquisa ora apresentada, que seguiu de forma clara as políticas públicas adotadas em âmbito federal e estadual, de acordo com cada momento e projeto político vigente para a educação.

¹⁹ Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao>. Acesso em 15 de mai 2024.

2.3. Uma História a ser contada.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pereira Frade está localizada no Povoado do Umbuzeiro, zona rural do município de Santa Inês - PB, como já indicado anteriormente, e que é um espaço rural de ocupação eminentemente agrícola, localizado em local estratégico, do ponto de vista viário, o que possibilita a integração com outras comunidades circunvizinhas, de onde provém grande parte do seu alunado.

Jovem instituição de ensino, com apenas 41 anos de existência, é assim denominada em homenagem ao doador do terreno no qual ela está edificada. Conhecer um pouco sobre a história da escola que para nós foi palco da presente pesquisa, se torna fecundo para uma melhor compreensão da realidade, fortalecendo ainda mais os laços de identidade e pertencimento. Ao debruçarmos nossos olhares sobre o passado sempre presente (RAMOS, 2004), buscando evidências para conhecê-la mais, historicizando o seu nome, já encontramos elementos que estão entrelaçados com a história do lugar onde ela se encontra.

Seu topônimo advém do nome próprio do senhor José Pereira Frade, natural de Conceição – PB, que foi um comerciante que adquiriu as terras, onde hoje se encontra o povoado do Umbuzeiro. No lugar onde hoje é o prédio da escola, antigamente, conforme a narrativa da tradição oral, havia uma casa conhecida como “casa do banco”, não conseguimos saber de fato o porquê de a chamarem assim, acredita-se haver relação com sua construção ter sido realizada com recursos oriundos de instituição bancária.

Imagem 19: Fotografia do senhor José Pereira Frade; ao lado, a E.M.E.F. José Pereira Frade



Fonte: Acervo da pesquisa, 2024.

A primeira imagem é do patrono da escola. Era uma figura ilustre na cidade de Conceição - PB, de onde era natural, sua família descende dos “Frade”, que fixaram residência

em um sítio, deste município, chamado de Poço da Pedra. Era filho do agricultor João Frade. Seguindo as raízes familiares, José Pereira Frade dedicara-se ao trabalho agrícola, e à criação de gado, pecuária, e paralelamente buscou diversificar suas atividades econômicas, vindo a ser “comerciante, agricultor, criador, casado com Emília Pereira Frade, pais de Nicolau, Luiz, João, Maria, Olindina, Mário Antônio, Hermes, Alice, Milton e Durval Pereira Frade.” (CHAVES, 1985, p. 177).

Guardar as memórias e preservar a história, por meio de justa homenagem ao patrono da nossa escola, é manter viva a presença daquele que grandemente contribuiu para que muitos pudessem buscar o conhecimento no chão desta escola no transcorrer do tempo. Como forma de valorizar essas personalidades, o nome do referido espaço educativo é um reconhecimento ao senhor José Pereira Frade como já destacado acima, que foi uma figura importante, para a existência da instituição de ensino.

Com a disponibilidade do terreno, se criaram as condições necessárias para a construção da escola, que passou a se materializar por meio da lei que representou a consumação de um grande sonho da comunidade, e de uma eminente necessidade, pois a escola estadual existente na localidade, que até então atendera a população, por falta de manutenção, estava em processo de deterioração, não apresentando condições adequadas para o ensino, tendo a comunidade de usar outros espaços como casas de particulares, e o próprio mercado público para a promoção da educação.

A E. M. E. F. José Pereira Frade foi criada por meio do Decreto nº 183/79 de 28 de dezembro de 1979, edificada no Povoado do Umbuzeiro, à época pertencente ao município de Conceição - PB. Na década de 90, com a emancipação política do município de Santa Inês - PB, ela passou a ser vinculada à secretaria de Educação da cidade recentemente criada.

Segundo documentos, sua missão é ofertar ensino gratuito e de qualidade, tanto para a população do Umbuzeiro quanto para os demais sítios vizinhos como Barriguda, Flamengo, Fazenda Nova, Pé Grosso, Formosa, etc. Sua existência se mostra relevante pelo fato de atender aos discentes filhos de lavradores e agricultores familiares, facilitando assim o acesso e permanência na escola. Por estar situada na zona rural, atende também a uma clientela de alunos oriundos de famílias participantes de programas do governo como o Bolsa Família, o que também sinaliza a situação econômica da comunidade.

Inseridos dentro de um contexto social onde a agricultura, pecuária e comércio são as principais atividades econômicas, grande parte das famílias santineenses depende de programas

assistencialistas como o Bolsa família (386 famílias beneficiárias)²⁰, como já indicado, e dentre seus requisitos para por ele ser assistido tem-se a frequência escolar. Desse percentual do núcleo familiar atendido pelo mencionado programa, 329 têm filhos numa faixa etária de 06 a 17 anos, já 58 têm crianças entre 04 e 05 anos.

Como já referido, a escola faz parte da rede de ensino do município de Santa Inês – PB, sendo uma das sete escolas em pleno funcionamento dentro das dimensões territoriais santineenses. Sua importância se mostra no fato de ser um ponto de intersecção por receber alunos das outras comunidades vizinhas, sendo um ponto de referência onde os diversos saberes se encontram na profusão e interação no chão da escola, o que gera novos conhecimentos. Composto a malha educacional do município, há também uma escola estadual de tempo integral.

Se pegarmos um recorte temporal a partir de 2010, conforme censo escolar²¹ observaremos que a quantidade de escolas e de matrículas na rede municipal de ensino de Santa Inês - PB era bem significativa. Na referida época, a malha educacional do município contava com 16 escolas de educação básica com a taxa de 652²² alunos matriculados, além de 18 frequentando a Educação de Jovens e Adultos – EJA. A partir de 2016 já se observa um processo de redução do número de escolas diminuindo para 14, bem como o decréscimo do número de matrículas.

Isso se explica em parte, devido a migração de famílias que saem dos seus lugares para irem para outros estados, em busca de trabalho e melhores condições de vida, reduzindo assim o número de crianças e adolescentes em idade escolar nas comunidades rurais, levando a uma política de redução de custos, e a gestão pública, por meio da Secretaria Municipal de Educação, a fechar algumas escolas, e a nuclear outras, tornando-as pólos, deslocando os alunos para esses centros educacionais.

Compreende-se que tal medida sem precedentes na história do município, se mostrou positiva porque diminuiu muito um problema crônico do multisseriado nas escolas rurais, apesar de que isto não seja consenso entre pesquisadores. O ensino multisseriado para muitos

²⁰ Informações fornecidas pela secretaria de Educação com base de dados obtidos do Programa Bolsa Família na Educação – Relatório parcial de acompanhamento da condicionalidade da Educação. Informações extraídas do relatório “Posição Geral” do sistema Presença, como dados quantitativos de público total acompanhado, de 21 de dezembro de 2023.

²¹ O censo escolar é aplicado anualmente em todo o Brasil, coletando informações sobre diversos aspectos das escolas brasileiras, em especial as matrículas e infraestrutura. disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2513356-santa-ines/censo-escolar>. Acesso em 17 mai 2024.

²² Dados disponíveis em: <https://qedu.org.br/municipio/2513356-santa-ines/censo-escolar>. Acesso em 17 mai 2024.

por outro lado ainda é tratado como uma anomalia na educação, algo que já deveria ter sido extinto, para ceder lugar para as classes seriadas que seguem o modelo educacional urbano (SANTOS, 2015, p. 71).

Conforme dados da Secretaria Municipal de Educação de Santa Inês – PB, atualmente, o sistema de ensino conta com 07 escolas de ensino fundamental em pleno funcionamento, com um total de 427 alunos devidamente matriculados no presente ano (2024), sendo aproximadamente 263 da zona urbana e 164 presentes na zona rural, comportando um total de 27 turmas escolares nos estabelecimentos de ensino assim distribuídas: 9 de educação infantil com 61 alunos; 9 de ensino fundamental anos iniciais composta por 187 alunos; e 9 de ensino fundamental anos finais contendo 179 discentes.

Adentrando mais aos aspectos técnicos da E. M. E. F. José Pereira Frade, no presente momento, funcionando em prédio próprio encontrando-se em ótimo estado de conservação, contando com instalações elétricas e hidráulicas satisfatórias, bem como iluminação e ventilação adequada, ela conta com 5 salas de aula, três banheiros, três almoxarifados, uma cozinha e uma pequena secretaria, apesar de haver terreno disponível, não conta com ginásio, laboratório de informática, ou biblioteca, para a prática de diversas atividades destinadas à aprendizagem. Oferta ensino para uma clientela da educação infantil, aos anos finais do Ensino Fundamental da educação básica, nos turnos da manhã e da tarde.

Sua estrutura administrativa conta com uma diretora, Maria de Fátima Pereira da Silva Sousa, investida no cargo em 2023, por meio de seleção e eleição, atendendo ao que preconiza a LDB, no tocante à gestão democrática. Uma secretária, também faz parte da comunidade escolar, juntamente com o pessoal de apoio, o que totaliza um total de 12 colaboradores.

O corpo docente é formado por 12 professores habilitados e especialistas, em que 75% adentraram ao magistério por meio de concurso público, oriundos de diversas cidades do Vale do Piancó, carregando cada um as suas bagagens de experiências e aprendizados, grande parte deles possuindo vínculos com outras escolas urbanas municipais e estaduais.

No ano de 2023 ocorreu uma pequena mudança, pois a escola José Pereira Frade, localizada no povoado do Umbuzeiro, passou a ser núcleo, e os alunos de algumas pequenas escolas no seu entorno foram transferidos para lá, e sendo estas fechadas, e agora existem turmas separadas desde a educação infantil até o 9º ano. No ensino fundamental do 6º ao 9º ano procura atender as necessidades básicas do aluno preparando-o para o exercício da cidadania dentro da compreensão teórica e prática dos direitos e deveres da pessoa humana, da família e demais elementos que integram o convívio social, desenvolvendo atitudes de solidariedade, diálogo e cooperação.

Contando no presente ano de 2024 com 101 alunos matriculados e distribuídos nas respectivas séries/ano turmas. No turno da manhã, funcionam educação infantil, Ensino fundamental I com 70 discentes. No turno da tarde, funciona o ensino fundamental II com 31 discentes, recebendo alunos das mais diversas localidades da zona rural do entorno.

2.4. A Escola José Pereira Frade, lembranças e narrativas de professores e alunos

Nos primeiros anos de funcionamento da referida escola, contando com apenas duas salas de aula, tendo uma comunidade escolar bastante elevada, haja vista haver muitas pessoas morando na zona rural, o que propiciava um grandioso número de discentes matriculados, houve momentos que teve de funcionar nos dois turnos para atender a essa grande demanda.

Podemos citar como marcos referenciais no tocante ao ensino, e como primeiras educadoras as professoras Maria Ferreira, Eunice Bernardino, Rosa Gomes, Aguida Nunes (além de professora, fora diretora até 2023), e Maria de Lourdes Barbosa, além de outra(o)s tantas digna(os) de recordação, mas que as sucintas linhas deste trabalho não terão como contemplar, restando para outro momento a pesquisa sobre a participação dessas, e a gratidão pelas marcas deixadas na memória e no coração dos discentes e lembranças da comunidade.

Em suas memórias, através de depoimento, Lourdes Nunes ou “tia Lourdes”, como era conhecida carinhosamente por todos, apresenta como era o ser professor, e o ensinar na Escola José Pereira nas décadas de 1980 e 1990:

Trabalhei 18 anos na escola municipal do Povoado do Umbuzeiro (E.M.E.F. José Pereira Frade) mas tenho orgulho de ter sido professora, tenho muitos alunos que eu alfabetizei que são professores, enfermeiros, advogado, foi gratificante o trabalho que fiz durante esse tempo(...) fazia até a merenda em casa para trazer para os alunos, só que o nosso salário era pequeno, o nosso secretário determinava nós só trabalhar 2h por dia (...) as carteiras era aquela carteirinha sentavam dois alunos, as vezes quando não dava para todos sentava até três alunos, os quadros eram de giz (...) as turmas eram de 25 alunos, tinha muito ali, havendo mais alunas. Marcou assim o comportamento das crianças era calma (...), aos alunos quando não tinha cadeira que dava, ele tinha que levar né, ir com a cadeirinha na cabeça, ainda fui desse tempo também, por exemplo dá para tanto, não, aquele que tinha uma cadeira em casa que nem todo mundo tinha também né? Os pais diziam pode deixar, deixe para o que não tem que o meu leva de casa, daí levava, os pais comparavam livro e caderno. (Depoimento de Maria Silva).

Em suas lembranças, Lourdes Nunes destaca aspectos importantes daquele momento histórico desta instituição de ensino, especialmente no tocante à falta de materiais tanto para alunos quanto para professores, diferentemente de hoje, já que segundo Cavalcanti (2016), o

livro didático é o que mais está presente na casa das pessoas, sendo utilizado como uma fonte de conhecimento acadêmico e escolar, superado apenas pela Bíblia, que é de cunho religioso.

Daí denotamos a importância desse instrumento de saber que sai das escolas e chega até as casas dos brasileiros. Nessa época, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, ainda estava engatinhando, não garantindo ainda cobertura total de todas as escolas da educação básica para o fornecimento do livro didático, sendo preciso os próprios professores, a cada 6 meses, se deslocarem para Conceição- PB para preparem o material que seria trabalhado ao longo do semestre.

Ela ressalta ainda que dentre as várias comemorações como o dia das mães e dos pais, que eram datas festejadas e bastante celebradas, a celebração que era ainda mais comemorada era o desfile do 7 de setembro, pois era um momento de euforia da comunidade que buscava acompanhar de perto a marcha dos alunos pela comunidade, vestidos com fardamento em alusão às cores da escola davam o tom da alegria em um momento de sintonia e votos de amor à pátria: “Voltada para o fortalecimento dos sentimentos de civismo, dos direitos e os deveres das novas gerações para com a pátria e humanidade” (FONSECA, 2017, p. 58).

A ex-aluna Maria Aparecida relembra com muito entusiasmo tal data comemorativa: “Tinha, sempre fazia a festinha, sim era 7 de setembro tinha até desfile aqui, sim, tinha vez que vinha até com a banda (...) Tinha a farda, todo mundo tinha farda, era short azul e saia prensada azul e blusinha branca comprada pelos pais” (Depoimento de Maria Florentino).

Nota-se que a comemoração era parte do calendário escolar, fazia parte do seu cotidiano, compreendemos assim como Schmidt (2012), que o ambiente educativo apresenta experiências próprias e uma dinâmica particular de funcionamento e características que são inerentes da instituição educacional, onde a escola apresenta-se como eixo de referência social e transmissão do conhecimento, “(...) ao qual dá o nome de escolarização social”.

As práticas, o conjunto de saberes pensados e aplicados são como pertencentes e constitutivos da cultura escolar:

Admite-se ainda a noção de cultura escolar como uma das categorias norteadoras para análise da constituição da história enquanto um conhecimento escolarizado, pois, a cultura escolar pode ser considerada como um conjunto de teorias, ideias, princípios, rituais, hábitos e práticas, formas de fazer e de pensar, mentalidades e comportamentos sedimentados ao longo do tempo sob a forma de tradições, regularidades e regras (SCHMIDT, 2012, p. 76).

Portanto, essas particularidades sociais, as quais fazem parte da escola, concebida como cultura escolar, demonstra que mesmo em uma época em que a disciplina de História estava se constituindo enquanto código disciplinar escolar no período de redemocratização pós

Ditadura Militar (SCHMIDT, 2012), a comemoração de tal efeméride na escola José Pereira Frade é uma amostra do momento histórico no qual se encontrava o nosso país, mas também lança luz sobre a cultura da escola em questão.

Também era comum na comunidade, especialmente na escola, o cultivo de brincadeiras como forma de promover uma melhor interação social, participação e desenvolvimento de diversas habilidades. Neste sentido, conforme o depoimento da ex-professora, Aguida Nunes de Sousa, sua história de vida profissional se confunde com a história da própria escola, por ela ter começado a trabalhar em 1980, exatamente quando a escola foi criada, já dando aulas nos seus primeiros anos de funcionamento, sempre atuando com dupla função de professora e diretora, esta última exercida até o ano de 2023, quando ela aponta, dentre as suas várias recordações, algumas das suas melhores memórias:

Eu tenho tantas lembranças boas, aqui eu começo pelos alunos, como eu costumo dizer que os considero como filhos, as amizades sinceras, sempre gostei do meu trabalho durante esses 43 anos que trabalhei na escola, eu morava praticamente na escola, estes 43 anos foram minha vida. Olhe aqui quando eu comecei a trabalhar tinha o desfile do Sete de Setembro que na época era município de Santa Inês, tinha ano que vinha a banda, o pessoal da região e da cidade vinha assistir, uma coisa que não esqueço eram os alunos com fardamento: os meninos com calça azul e blusa branca, e as mulheres de saia azul de preguinha e blusa branca, farda que os pais compravam. Tinha desfile e brincadeiras: o pau de cebo²³ né, que é conhecido por muita gente, tinha acorrída do saco: o aluno entra naquele saco e corria lá de baixo até aqui em cima (**distância mencionada**) não era brincadeira mole não, era brincadeira longa mesmo, a brincadeira do ovo na colher, tinha a quebra panela: pegava uma cabaça enchia de guloseima e colocava lá, vendava o rosto da criança, rodava ele ali né! Para ele ficar sem rumo, botava ele igual a cabaça²⁴, só que ele não tinha ideia que estava igual a cabaça, então isso servia assim de muita risada, eu achava interessante as pessoas ficavam ao redor, até mesmo se a criança batia esse pau em alguém, ninguém achava ruim, tudo era divertimento, foi um tempo assim bom, um tempo agradável, um tempo de valores, de muito respeito (Depoimento Águida Sousa).

Nas suas memórias retrata com bastante força e riqueza de detalhes os retalhos de uma época importante da escola e da comunidade, enfatizando que vai carregar para sempre as lembranças dos alunos, professores e todos que fizeram parte da sua jornada durante mais de quatro décadas de vivências diárias nas salas e corredores, presenciando a cultura escolar que vai para além do currículo prescrito, na reunião e comemorações e nas conversas que a ajudaram muitos em momentos difíceis.

²³ Como parte das tradições nordestinas e brincadeira junina, a brincadeira do pau de sebo trata-se de uma estaca de madeira fincada no chão, ensebada com um melaço que dificulta sua escalada e provoca várias quedas antes de se conseguir chegar ao topo. Homens, mulheres, crianças e adolescentes de várias idades participam da mesma.

²⁴ Nome científico (do árabe Kara bassasa, abóbora lustrosa), a cabaça é uma planta que foi umas das primeiras a ser cultivada no mundo, em formato de pera, só que dimensões maiores, muito comum na cultura sertaneja. Servindo para alimentação, mas principalmente, quando seca, é utilizada como recipiente natural para armazenar água que o agricultor leva para a roça, também usada para guardar diversas outras coisas.

Conforme Cléa Bosi (1994), as lembranças vêm com muita subjetividade, esmerando as mais latentes, revelando aspectos culturais, sociais e educacionais das comunidades, e em Umbuzeiro não seria diferente. “De um lado, ocorreu lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado” (BOSI, 1994, p. 11).

São memórias marcantes e que recorrentemente aparecem na fala das pessoas que contribuíram para a construção desta pesquisa, na qual, por meio de depoimentos, vão surgindo as recordações marcantes que dizem respeito ao comportamento dos estudantes desta instituição de ensino, no tocante ao respeito e admiração para com os docentes: “Os alunos tinham assim no professor um pai, uma mãe, eles tinham toda confiança, todo respeito, os pais mandavam os alunos para a escola e não tinham aquela preocupação de aluno sair, de não fazer o dever (...) Era muito respeitoso” (Depoimento de Águida Sousa). As carteiras dessa época representavam os laços de união e amizade, haja vista serem para dois discentes sentarem juntos, em muitos casos, servia até para três estudantes, ou até mesmo como nos lembra a professora Lourdes Barbosa, eles tinham que trazer seu próprio assento de casa por não existir quantidade suficiente na escola. Mesmo em meio aos desafios, ela conclui:

Foi gratificante poder ajudar as crianças crescerem como cidadãos nessas comunidades do povoado Umbuzeiro, foram 18 anos de dedicação. Foi desafiador toda trajetória muito aprendizado adquirido com meus alunos. Meu grande desafio foi ter começado como professora leiga²⁵. Estudei, fiz meu curso superior, trabalhei 08 anos na Escola Estadual Enéas Leite, hoje sou aposentada tenho orgulho de ser professora (Depoimento de Maria da Silva).

O depoimento revela que as primeiras décadas de funcionamento da escola José Pereira Frade foram marcadas pelas dificuldades de ensino que grande parte das escolas rurais enfrentavam, porém, o desejo de deixar sua marca e o desafio de contribuir com o desenvolvimento de cada educando foram o combustível para essa educadora, segundo as suas memórias, e as outras que também fizeram parte desse momento histórico. Os primeiros anos do século vinte e um se mostraram promissores para o percurso dela, como veremos logo em seguida.

A partir do ano de 2005, a Escola José Pereira Frade passou por uma transformação física (construção de mais duas salas de aula), e na ampliação da oferta da educação básica com

²⁵ Pessoa sem formação específica para a docência que apresentava um nível de escolaridade que era considerado suficiente para a prática de ensino nos níveis iniciais. Esta prática criava vários desdobramentos como o fortalecimento dos laços de dependência do educador ao líder político local, já que os contratos eram comumente definidos por um sistema de apadrinhamento.

implantação do Ensino Fundamental Anos Finais, transformando-se em uma grande oportunidade para todas as famílias moradoras dos sítios no seu entorno, pois seus filhos agora teriam acesso para continuação dos estudos, morando na própria comunidade, não precisando se deslocarem para os centros urbanos.

A ex-diretora Aguida Nunes, ao adentrar às janelas da sua memória, relembra com muito carinho, apontando seu importante papel para o progresso da escola, indica que fora ela própria incumbida de captar as matrículas de algo em torno de 100 alunos ao todo, contando com o ensino fundamental anos iniciais, para que o 6º ano fosse iniciado, e nos anos subsequentes, paulatinamente fosse sendo implantada as demais séries/anos, conseguindo com êxito em dois dias percorrer casa por casa, para a efetivação das requeridas matrículas.

Relembrar fatos e eventos que são partes constitutivas da sociedade e da comunidade escolar que por meio das suas ações, como sujeitos históricos são portadores de história, sendo a memória (CANDAU, 2021), o fio condutor para a construção da aprendizagem histórica a partir dos objetos geradores que teriam a “(...) missão de propor o desafio de fertilizar as imbricações entre passado, presente e futuro.” (RAMOS, 2004, p. 84), são um dos objetivos deste trabalho.

Sendo assim, dentro do enredo das narrativas históricas, analisando as informações, cruzando-as, identificando e incitando por meio dos objetos geradores (RAMOS, 2004), rememora-se outras comemorações importantes da história desta instituição de ensino, como as festas de conclusão do 9º ano:

A gente começava a organizar bem no começo do ano né, as concluintes elas trabalhavam com livro de ponto (**livro de ouro**) rifas, com bingo, e os professores todos nós a gente estava sempre muito empenhado, e a festa era festa linda, muito bonita a festa, com direito a tapete vermelho, teve uma festa aqui que teve a missa, teve de tudo que o concluinte tinha direito, teve nessa festa valsa, é, foi muito bonito, foram festas assim que fica na tua memória a vida inteira festa, tanto dos organizadores que eram os professores quanto dos alunos e dos pais também que a comunidade daqui é muito participativa, gostam da festa dos filhos aqui na escola, aqui no lugar é como eles dizem: ‘Os alunos são daqui então vamos fazer a festa aqui para que ninguém esqueça da capacidade de ninguém’ (Depoimento de Maria Florentino).

Neste caso em específico, o objeto gerador foi referido já que, como espaço de recordações as placas comemorativas são objetos que contam histórias, rememoram datas, marcam gerações e ocupam seu lugar no espaço físico da escola, e se perpetuam nas lembranças daqueles que fizeram parte desse momento de celebração, demarcando a importância para aqueles jovens, adolescentes e até adultos que tiveram e aproveitaram a oportunidade para concluir o ensino fundamental. As histórias são infundáveis, as memórias são longas: são mães

que desempenhavam uma árdua jornada para conduzir o lar, os trabalhos agrícolas e estudar, jovens que além do trabalho na roça, conciliavam com os estudos, enfrentando longas distâncias para chegar à escola, jovens meninas adolescentes que cuidavam de tarefas domésticas em casa e se dedicavam aos estudos.

Imagem 20: Mosaico de placas de conclusão das turmas do 9ª anos (2008 – 2023)



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Como parte formal de encerramento de ciclo de uma jornada, as festividades de formatura representam um importante passo na vida dos estudantes que reuniam esforços de variadas maneiras para angariar fundos para financiar o dispendioso evento. Nas palavras da ex-aluna Maria Aparecida, integrante da primeira turma do 9º ano a se formar nesta escola vemos:

Lembro demais da conta, apesar de ser a primeira turma a fazer a festa que era novidade tanto para a comunidade como pra turma, para todos que estavam enfrentando tudo bem organizado, a gente se organizou com antecedência, a gente se uniu, aquela equipe toda juntamente com professor, com tudo saia pedindo bem antecipado, quando chegou o tempo da festa acontecer estava muito bem organizada, foi uma festa solene com a santa missa, depois da santa missa teve os convidados, era uma festa por senha, a festa aconteceu após a missa na igreja e logo em seguida teve a recepção no mercado público (...) Lembro que foi um fundo bem bom que foi arrecadado (Depoimento de Maria Florentino).

Por meio dos depoimentos vemos a significação das celebrações, festividades e exposições culturais como sendo um marco importante na história da escola, para além das festas de conclusão, como por exemplo, as apresentações de xaxado, mas o auge das atividades são as apresentações culturais das danças típicas do mês de junho, como a quadrilha junina como manifestação cultural.

Conforme narrativa de ex-aluna através da sua lembrança evidencia este período da festividade que enaltecia as tradições populares: “Comemorava sim, a festa junina sempre foi o foco da escola aqui sempre, comemorava, e os alunos também se engajavam bem nas festas. Tinha quadrilha, xaxado essas danças tinham sim” (Depoimento Maria Florentino).

Para o grande folclorista brasileiro Câmara Cascudo em sua obra “Dicionário do Folclore Brasileiro” a quadrilha junina é apresentada como: “A grande dança palaciana do séc. XIX, protocolar, abrindo, os bailes da corte em qualquer país europeu ou americano, tornada preferida pela sociedade inteira (...)” (2001, p. 547). As quadrilhas juninas então seriam herdeiras de festas palacianas, das cortes da Europa do século XIX, também presentes na América, não sendo essencialmente brasileiras, mesmo se fazendo presente em todo território nacional, fora trazida pelos colonizadores portugueses.

Sempre ligadas às tradições e comemorações populares, as festas juninas estão relacionadas ao contexto de comemoração da colheita que acontece no mês de junho, bem como aos aspectos religiosos ligados à tradição de adoração aos santos do catolicismo como Santo Antônio, São João e São Pedro. No caso em questão, a dança palaciana, “(...) passou por uma série de adaptações até se converter em um dos maiores símbolos do período junino no Brasil” (CASTRO, 2016, p. 06).

Luís Câmara Cascudo (2001) também já chamava atenção para as mudanças que as quadrilhas foram passando, e as transformações adquiridas ao longo do tempo, enquanto dança passando a fazer parte do cenário cultural brasileiro:

Foi popularizada sem que perdesse o prestígio aristocrático e transformada pelo povo, que lhe deu novas figuras e comandos inesperados, constituindo o verdadeiro baile em sua longa execução de cinco pares, gritadas pelo “marcante”, bisadas, aplaudidas, desde o palácio imperial até os sertões (CASCUDO, 2001, p. 547).

Essa popularização apontada pelo autor é o que Thiago Castro (2016) demonstra ser a especificidade das quadrilhas, como elemento da cultura popular, sendo apropriada dos costumes da tradição da classe mais abastada, pela população menos abastada, saindo dos palácios, dos “casais com roupas pomposas”, e agora nos sertões abria-se espaço para “matutos”, com seu vestuário mais simples, com remendos e estampas bem mais simples, mas rico e diverso, na valoração da cultura popular brasileira. “Se o cenário era composto pelos palácios da aristocracia, agora a quadrilha passava a ser dançada na “roça” como parte das comemorações pelo período de colheitas, celebrando as conquistas do homem do campo nessa época” (CASTRO, 2016, p. 07).

Dessa forma:

A quadrilha junina, tal como conhecemos atualmente, é antes de qualquer coisa uma adaptação popularizada da antiga dança aristocrática, resultante da apropriação de um costume das classes mais abastadas por parte da população que não estava inserida nos ciclos pertencentes à antiga “fidalguia”. E é nesse ponto que parece estar concentrada a especificidade da quadrilha junina, bem como seu status de prática da cultura popular brasileira. Essa apropriação é que a faz um elemento pertencente às práticas artístico-culturais do “povo brasileiro” (CASTRO, 2016, p. 07).

Nesse sentido, a quadrilha junina enquanto manifestação popular, está enraizada nas práticas como ação formativa da Escola José Pereira Frade, tanto na mente dos alunos, quanto na memória dos professores que são partes constitutivas dos momentos históricos que marcaram as experiências vividas em meio à comunidade escolar, a partir dos quais “(...) é possível destacar a vivência e experiência dos profissionais da educação, ou seja, suas histórias de vida, as relações que o professor estabelece com os sujeitos” (SILVA, GUIMARÃES, 2012, p. 38).

Neste sentido, as palavras de um ex-professor que atuou na escola a partir de 2010, só reforçam tais laços e evidenciam a pujança dos marcantes momentos nas trilhas alusivas de enaltecer a cultura popular sertaneja através das encenações:

A comemoração do dia do Folclore tornou-se um evento indispensável no calendário da escola. As famílias se reuniam para acompanhar as diversas apresentações de danças, comidas, brincadeiras, além de uma série de apresentação cultural elaborada pelas diversas disciplinas que faziam parte do currículo escolar. No mês de junho, a quadrilha junina era apresentação certa daquela escola, além da apresentação de danças. Neste tempo em que ficamos na Escola José Pereira Frade pude desenvolver e aprender o real sentimento de ensinar, que é colaborar para as mudanças do ser humano, para a necessidade constante de reinventar a nossa prática docente. Entender que o ensino é dinâmico e só se desenvolve, quando entendemos a sua real função, fazer as pessoas felizes e comprometidas com as suas próprias mudanças. Assim, podemos colaborar com as transformações pessoais, intelectuais e sociais de uma sociedade (Depoimento de Luiz Filho).

As danças de xaxado, e outras danças culturais, eram realizadas no mês de agosto, até por volta de 2017, por ser o período que coincidia com as manifestações típicas da cultura popular, o folclore. Já as quadrilhas são organizadas no mês de junho, por serem tradicionalmente seu período de ocorrência, porém, com o transcorrer do tempo essas atividades culturais foram reunidas, unificadas e promovidas somente no mês de junho, como forma de se adaptar às mudanças advindas com a passagem do tempo, que também foram reduzindo o número de estudantes e para reduzir as despesas, contudo as práticas comemorativas da cultura da referida escola continuam efervescentes.

Vale salientar também que ainda é realizado no mês de setembro a semana da pátria, como forma de buscar compreender mais o processo de cidadania e evocar o sentimento de patriotismo, reforçando os laços de civismo e amor à pátria, bem como o projeto de leitura e escrita realizado durante todo o ano letivo, mas tendo sua culminância no mês de dezembro.

Podemos observar, por meio das imagens abaixo, alguns desses momentos históricos da presente escola.

Imagem 21: Mosaico de fotos com apresentações de quadrilha junina e xaxado 2015



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Assim como outras expressões culturais, são elementos característicos da cultura nordestina, por sua expressividade muito forte nesta região, para muitos, por causa das festas juninas, das comidas típicas no ambiente escolar, o mês de junho “é o período mais aguardado do ano”. É preciso destacar que as festividades e grupos juninos, bem como os festivais de quadrilhas estão presentes em todo o país.

A escola absorve a cultura do lugar dando continuidade à quadrilha, evoluindo com o passar do tempo ao passo que foi popularizada, ganhando novos cenários e adornos, ela foi no pensamento de Tiago Castro (2016) reinterpretada, mas mantendo laços com a cultura nordestina e especificamente com a cultura local. Nesse sentido, a prática da quadrilha inserida nas festas juninas está presente na história da Escola José Pereira Frade até os dias de hoje, como já apresentado.

Outra prática inovadora do ponto de vista da cultura escolar, mas que se repete dentro das atividades são os passeios culturais para a Pedra do Reino²⁶, também chamada de Pedra Bonita, local turístico e de memória, localizado na Serra do Catolé, na Cidade de São José de Belmonte – PE. Estas são duas pedras em formato de torres, paralelas entre si, com 30 a 33 metros de alturas cada uma, sendo cenário único no meio da caatinga, rico por suas histórias e memórias, portanto, lugar propício para conhecer narrativas históricas do local.

Imagem 22: Registro de passeio de campo à Pedra do Reino, em São José de Belmonte



Fonte: Arquivo da Escola José Pereira Frade, 2015.

A partir de 2015, a escola passou a realizar em comemoração ao dia do estudante uma atividade de passeio como forma de lazer e cultura para os alunos. A iniciativa partiu dos docentes e visa desenvolver um ato educativo que transpasse os portões da escola em busca de ir aos lugares considerados históricos pela sua relevância cultural, como é o caso da Pedra do Reino. Por isso, a partir dessa data já houveram alguns passeios para o devido lugar, bem como para outros espaços culturais.

Dadas as circunstâncias e as possibilidades impostas pela realidade local, sempre que possível a escola José Pereira Frade busca promover tais atividades para explorar novos espaços e oportunizar novos saberes e aprendizagens para aos seus discentes, que por sua vez têm

²⁶ Entre os dias 14 e 16 de maio de 1838, os seguidores de um movimento sebastianista sacrificaram cerca de 50 pessoas, a maioria crianças, em duas pedras localizadas no atual município de São José do Belmonte. O episódio inspirou escritores como Araripe Júnior (O Reino Encantado) e José Lins do Rego (Pedra Bonita e Cangaceiros), mas foi Ariano Suassuna que o tornou conhecido por meio do seu Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta. Mais que isso: ele se instalou no local, quando foi secretário de Cultura de Pernambuco, uma espécie de santuário ao qual deu o nome de Ilumiara Pedra do Reino. Disponível em: <https://lugaresdememoria.com.br/ilumiara-pedra-do-reino/>. Aceso em 21 de mai 2024.

gostado dessa ação, pois na maioria das vezes sempre sugerem a ocorrências dessas visitas aos lugares históricos e culturais, especialmente no mês de agosto.

No pensamento de Selva Guimarães Fonseca a escola e as aulas de História são lugares de memória, pois “(...) no processo de ensinar e aprender a pensar historicamente, caminham no sentido de romper com as dicotomias, a fragmentação, a separação entre espaços, tempos e sujeitos” (FONSECA, 2006, p. 137). A história pode ser encontrada nos mais diversos lugares fazendo parte do cotidiano dos seus sujeitos históricos, nesse sentido sendo promovida por meio da pedagogia da memória que busca problematizar os lugares de memória, “particularmente nos memoriais”, como oportunidades formativas, buscando relacionar as experiências dos alunos e suas relações sociais com contextos mais amplos, para situá-los historicamente, sendo assim um caminho exitoso para o saber histórico.

Nesse sentido, as vivências e experiências ocorridas no espaço escolar, e fora dele, são memórias com fortes possibilidades de construção dos saberes históricos, dignas de serem registradas por se constituírem ações dos sujeitos no tempo e espaço específico, sendo carregadas de historicidades.

A memória das pessoas, da localidade, dos trabalhos, das profissões, das festas, dos costumes, da cultura, das práticas políticas, está viva entre nós. Nós, professores, temos o papel de juntos com os alunos, auscultarmos o pulsar da comunidade, registrá-lo, produzir reflexões e transmiti-lo a outros. A escola e as aulas de História são lugares de memória, da história recente, imediata e distante (FONSECA, 2006, p. 132).

Compreendemos assim como a autora acima que o registro da memória do cotidiano escolar em diferentes temporalidades, torna-se uma memória capaz de registrar traços da realidade que ajuda a entender a compreensão da mudança no tempo, portanto, os relatos colhidos estão imbuídos de memórias, como um conjunto de experiências humanas no tempo. “Essa concepção permite entender que a história estuda a vida de todos os homens e mulheres, com a preocupação de recuperar o sentido de experiências individuais e coletivas” (SCHMIDT, GARCIA, 2005, p. 299).

Trazer à luz, por meio do conhecimento histórico, as múltiplas vivências dos sujeitos que participaram do processo histórico da E. M. E. F. José Pereira Frade, e daqueles que dela fizeram parte, se mostra como tarefa de retratar suas ações ao longo do tempo, como por exemplo, a celebração de uma data de importância singular na história da sociedade santineense, como a participação em desfile, em alusão à emancipação política do município de Santa Inês - PB, sendo assim um recorte da complexa história desta instituição de ensino.

São momentos históricos, um recorte do passado, que marcou uma época, e a memória dos seus participantes, e assim se tornou importante para muitos, ficando encravada nos relatos de todos, como podemos ver nas imagens a seguir:

Imagem 23: Mosaico de fotos do desfile de emancipação política de Santa Inês-PB, 2015



Fonte: Arquivo da Escola José Pereira Frade, 2015.

Imagem 24: Mosaico de fotos do desfile de emancipação política de Santa Inês-PB, 2019



Fonte: Arquivo da Escola José Pereira Frade, 2015.

Conhecer as experiências dos indivíduos no contexto da ambiência escolar em dado espaço, e uma dada vivência individual e coletiva, no pensamento de Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Maria Garcia (2005) seria o mesmo que a partir de diferentes sujeitos conhecer as histórias que não tiveram acesso à História. Assim busca-se fazer com que as pessoas no ambiente escolar se reconheçam também como participantes da realidade histórica, como sujeitos históricos, produtores de ações históricas que, encravadas nas amarras do tempo, despertam um sentimento de pertencimento ao local.

2.5. Ser professor e aluno na Escola José Pereira Frade.

O nascimento do sentimento de pertencimento a determinado espaço escolar se dá a partir das emoções geradas no convívio do dia a dia dentro da comunidade, pelas ações dos sujeitos que dela fazem parte, na interação e desenvolvimento de inúmeras atividades que aí se dão. Assim, ser professor na Escola José Pereira, como vimos ao longo dessa breve narrativa, é lidar com um campo de possibilidades junto a um público diversificado, e um ambiente escolar num contexto sociocultural diferenciado daquele usualmente encontrado no espaço urbano.

Neste contexto, queríamos apresentar um pouco mais sobre a história dessa escola, a partir do olhar e do depoimento de professores, e alunos que dela fizeram parte, e de boa parte que ainda fazem. Nesta perspectiva a professora expressa:

Trabalhar na escola José Pereira Frade é desafiador no sentido mais explícito da palavra, pois nossa clientela ainda é tímida e meio fora de um contexto moderno e contemporâneo, pois a escola é rural e as dificuldades de acesso e interesse às informações também é grande, assim, desempenhar um papel decisivo que impacte diretamente no desenvolvimento dos alunos com eficiência dentro da instituição e com aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem torna-se, efetivamente ainda mais laborioso, porém, sem dúvidas, também, prazeroso (Depoimento de Robéria Marinho).

As expectativas da análise do próximo depoente casam-se com o pensamento expresso acima, pois no tocante às suas expectativas do início da atuação docente nesta escola, seria de promover uma contribuição impactante que viesse a contribuir com o desenvolvimento dos educandos, e então ele diz:

Como iniciava a minha trajetória no magistério as expectativas eram as melhores possíveis. Ficava imaginando como seria o comportamento dos alunos, a convivência com cada um que fazia parte daquela comunidade escolar. E por ser uma escola localizada na zona rural, ainda levei a preocupação de uma boa relação com todos da comunidade, uma vez que o contato seria direto e de forma efetiva. O meu pensamento sempre foi oferecer em termo de aprendizagem, a melhor possível, pensava em contribuir com aquela comunidade, a fim de melhorar a capacidade cognitiva, intelectual e social, bem como colaborar na formação integral de todos os alunos. Eu entendia e entendo que a educação é o caminho de transformação das pessoas. Contribuir com aquela escola na transmissão de conhecimentos, no compartilhamento de minha bagagem universitária passou a ser o meu grande desafio. Lembro como se fosse hoje a preparação para a minha primeira aula, fiz pesquisa, preparei o material da aula, eu ficava imaginando o que cada aluno sabia em termo de conhecimento ligado às minhas disciplinas. O que eles podiam ter como maior dificuldade, como iria solucionar cada pergunta que porventura surgisse ao decorrer das aulas (Depoimento de Luíz Filho).

O depoente ressalta a sua incessante busca no que se refere a se preparar para tornar a sala de aula um ambiente para a difusão do conhecimento, e a sua enorme alegria em fazer parte da construção das aprendizagens dos alunos por meio da sua atuação, por isso, para que assim ocorresse ele buscou capacitar-se ainda mais para o início da sua jornada educativa, no já mencionado espaço educativo e campo de troca de saberes, olhares e afetos.

Também corrobora com tal pensamento, a narrativa do professor participante, já que confirma a responsabilidade e o compromisso, colocando em evidência suas primeiras impressões sobre a escola, e sua missão direta com os alunos:

Ao iniciar meu trabalho como docente da referida Escola foi de impacto positivo para mim e nos educandos, na posição esperar e fazer uma diferença significativa na vida de meus alunos, ajudando-os a aprender e crescer intelectual e pessoalmente. O ambiente de trabalho nesse aspecto foi colaborativo, em conjunto com outros educadores, compartilhando ideias e práticas pedagógicas para melhorar a experiência de aprendizado dos alunos. Quanto a recepção da gestão, não poderia

ser melhor a minha acolhido, a diretora me deu o suporte adequado e necessário, ou seja, em termos de recursos, treinamento ou orientação, para que pudesse desempenhar eficazmente as minhas funções de docente. Lá tive, e tenho, as oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo para aprimorar minhas habilidades de ensino e permanecer atualizado com as melhores práticas educacionais. O nosso trabalho na Escola é feito com a contrapartida e colaboração dos pais dos alunos, promovendo uma parceria entre a escola e a comunidade para apoiar o sucesso do ensino aprendizagem e o bem-estar dos estudantes (Depoimento de Ronoaldo Lima).

Por meio da sua narrativa memorial ele destaca o lado afetuoso, humano e a receptividade do docente pela gestão escolar. Frisa a importância de o trabalho escolar ser desenvolvido em parceria com os pais e com as famílias dos alunos da E. M. E.F. José Pereira Frade, ao longo do tempo em que ele trabalha, que sempre são atuantes e participativos no ambiente escolar.

Conhecer a realidade e o ambiente familiar com as suas particularidades, onde cada educando tem um contexto próprio de vivência, e que a forma de aprender de cada um ocorre em tempos diferentes “(...) de início, foi conhecer a realidade dos educandos, da sua família e da comunidade em que a escola estava inserida, usando sempre da empatia para acolher a todos, reconhecendo que, cada educando é único”, afirmou (Depoimento de Luíz Filho).

Contar sobre o passado fazendo assim uma narrativa histórica dos eventos e das experiências “(...) passadas podem ser compartilhadas com quem vive no presente, despertam maior empatia com os fatos e criam afinidades” (BITTENCOURT, 2009, p. 143) contribuindo desta maneira para a criação de identidades, pois em sua análise as narrativas carregam consigo características que emanam para o fortalecimento de vínculos. “É certo que as narrativas criam identidade, porque os personagens são apreendidos de forma mais “humana”, com sofrimentos, alegrias e dúvidas tais como ocorrem com todos os seres humanos” (BITTENCOURT, 2009, p. 143). O desenvolvimento das relações de aproximação com a escola se evidencia no sentido de gerar sentimento de pertencimento:

No começo foi um pouco difícil, pois não tinha experiência em sala de aula, mas com o passar do tempo fui me enturmando e passou a ser prazeroso. Pois sempre tem coisas novas na escola: como apresentação de projetos, apresentação de danças juninas e reuniões com a comunidade escolar. Posso garantir que trabalhar na escola José Pereira Frade deixou de ser apenas uma obrigação, e sim um projeto de vida contínuo (Depoimento de Airto Sousa).

A narrativa corrobora com o pensamento de Circe Bittercourt (2009) sobre a questão da criação de identidade dos personagens em relação às suas interações sociais no meio educativo, assim, as lembranças são uma longa narrativa dos anseios, dúvidas e realizações no

tocante ao que o ambiente escolar lhe proporcionou. Sob o ponto de vista histórico, o depoente enaltece os projetos e ações desenvolvidos pela instituição de ensino, ressaltando os aspectos pedagógicos, culturais e administrativos.

Como já destacado por meio dos depoimentos, o trabalho coletivo é um elemento presente na supracitada instituição de ensino. “Gosto de trabalhar em equipe, a forma colaborativa que existe entre os profissionais da referida escola é o que me incentiva a desenvolver meu trabalho com entusiasmo e dedicação” (Depoimento de Maria Sousa). Como espaço educativo e de interação social, o ambiente se mostra propício para o prosseguimento da aprendizagem, bem como os desafios enfrentados para o atuar docente de maneira eficaz, conforme fica nitidamente expresso por meio da seguinte fala:

Prezo sentir-me parte da equipe que ora comungo dos mesmos objetivos profissionais, colaborando sempre no intuito de novas práticas educativas. Na referida escola já atuei, desde os anos iniciais até os anos finais do fundamental II lecionando várias disciplinas. Foram estas atuações que me fizeram adquirir mais conhecimentos e aprendizados, pois, cada experiência vivenciada em sala de aula me trouxera novos aprendizados. Incluindo trabalhar a inclusão com crianças com espectro de autismo e TDH, sendo um dos trabalhos mais desafiadores e marcantes durante minha docência na referida escola a qual ainda leciono (Depoimento de Sandra Florentino).

Quando se pensa em ser professor e destinar sua atuação profissional para a escola na zona rural, estão implícitos os vários desafios pela natureza da realidade na qual o estabelecimento de ensino se encontra, como é o caso da Escola José Pereira Frade que apresenta uma clientela diferenciada, com seus valores e aspirações que são típicas desta instituição, dentro de um contexto de público bem heterogêneo e de processo produtivo diversificado (SILVA JÚNIOR; FONSECA, 2010).

Para além da indissociabilidade com os outros, o ser professor nessa realidade rural também perpassa pelo enfrentamento das dificuldades de locomoção e deslocamento para se chegar até a discutida escola, haja visto os inúmeros obstáculos e desafios que constroem memórias que são marcas patentes, e que são impregnadas na mente de cada professor, alunos, funcionários, como traços que marcam a trajetória dos indivíduos, neste espaço de atuação de vivências e aprendizagens.

Primeiramente o maior desafio para mim, é a distância da minha residência (em Itaporanga - PB) até a referida escola, pois o meu deslocamento chega a cento e noventa e seis quilômetros, sendo de ida e volta. Depois vêm as condições de acesso, uma vez que, a escola fica na zona rural do município de Santa Inês - PB. Tudo isso como se não bastasse, ainda vem o período chuvoso que deixa o tráfego das estradas muito perigoso. (Depoimento Ronoaldo Lima)

Pensando por este prisma, de a cada dia enfrentar barreiras para promover uma educação de qualidade, o depoente Luiz Filho descreve e reitera a mencionada dificuldade, quando completa:

Houve vários fatos marcantes, dentre eles a dificuldade de termos no período chuvoso de encarar uma estrada carroçal cheia de lama, e tendo que atravessar rios cheios de águas que chagavam a cobrir a moto, transporte usado. Outro fato que me marcou e permanece até hoje, era ouvir os alunos cantando músicas em inglês dentro do ônibus que o traziam de localidades vizinhas. Isso me orgulhava e me dava a certeza que estávamos contribuindo na educação daqueles alunos, inclusive no desempenho da disciplina de Língua Inglesa. Isso me arrepiava até hoje quando lembro, e ao redigir estas linhas não foi diferente. Digo que cheguei a me emocionar e encher os olhos de lágrimas com o relato. Passou um filme em minha mente, foi como se estivesse fazendo uma retrospectiva dos tempos que atuei na Escola José Pereira Frade. (Depoimento de Luiz Filho).

Como visto, há diversos obstáculos a serem enfrentados, como alta da água dos rios nos períodos chuvosos, o sol causticante, poeira que encobre de terra os educadores em seu percurso, a lama que deixa o trajeto escorregadio e perigoso, veredas com pedregulhos, mas que não tira o fogo do coração desses para promover uma educação de qualidade para os alunos do meio rural.

Trazendo a proposta de Francisco Régis Lopes Ramos (2004), no tocante a “historicidade dos objetos” e sua relação com os sujeitos em uma dada ação no espaço e tempo, nos veio à lembrança sobre um par de tênis que remonta a um dado momento sobre os desafios naturais: andar por estradas esburacadas, atravessando cachoeira, rios e riachos, para lecionar nesta escola do meio rural, bem como pode suscitar reflexão histórica sobre as formas de trabalho e direitos tanto nas fábricas que o produziu, quanto nas condições de trabalho do operário e dos próprios docentes. Desse modo, não se trata mais de “visitar o passado”, e sim de animar estudos sobre o tempo pretérito, em relação com o que é vivido no presente (RAMOS, 2004, p. 24).

Lembro-me que no dia 02 de abril de 2024, após expediente escolar, saí do Umbuzeiro já pingando chuva, quando cheguei dentro da Serra (caminho por onde passa a estrada que vai a Santa Inês - PB) a chuva era intensa, tendo que passar por pequenos rios, já todo molhado, bati numa barreira que o pedal do freio da moto entortou-se bastante. Continuei indo sem freio mesmo, vinha rápido, quase me acidentava em uma cancela, para não bater nela eu amorteci a velocidade chocando-a no marmeleiro.

Depois, para descer uma grande ladeira para chegar em outra cancela antes de um rio maior, choquei-a no marmeleiro novamente para frear, resumindo, cheguei no rio na esperança

que ele tivesse um pequeno volume de água, mas estava cheio, tive que atravessá-lo a nado, só perdi meus pobres tênis que, agora, estão imersos na água do grande rio, descendo em direção ao Rio Piancó²⁷, Coremas–Mãe d'Água²⁸, ainda bem que eles já tinham cumprido sua caminhada, já haviam protegido meus pés por longos anos, mas ainda acredito que eles estão abraçados em uma árvore, enganchados, quem sabe. Naquela noite, numa escuridão imensa, como nem tudo foi sofrimento, Deus me abençoou e um rapaz que trabalha na região, vinha cuidar dos bodes, também não atravessou o rio, estava na margem oposta, daí me trouxe até minha casa em Conceição, na Paraíba.

Da mesma maneira, deparando-se com a descrita situação, o professor demonstra flexibilidade, empatia e incansável busca por uma relação de ensino e aprendizagem:

Todas as dificuldades encontradas foram primordiais para a mudança de paradigma do modelo de transmissão dos conhecimentos, precisávamos despertar no aluno a consciência crítica, ensinar a pensar, refletir e analisar ao invés da simples memorização de assuntos, para a reprodução em exercício avaliativa.

Com isso, pude reformular a minha concepção de educação, entender que existe o momento adequado para a apresentação de determinados conhecimentos e conteúdo. A experiência foi sendo desenvolvida e o amadurecimento me ensinando como realmente seria o comportamento da função de educar. Passei a entender que o ensino seria a produção de sentido na vida das pessoas, e se não conseguisse despertar isso nos alunos, talvez não houvesse progresso efetivo nem a educação seria encarada com apreço e essência, para o crescimento pessoal e social de cada integrante daquela escola (Depoimento de Luíz Filho).

Nas falas dos entrevistados, os desafios sempre foram superados, abrindo espaço para a caminhada do progresso educacional dos educandos, deste referido espaço educacional, ao passo que foram ocorrendo as experiências. Também, por meio dos relatos, os depoentes enfatizam as aprendizagens adquiridas e as conquistas alcançadas, tendo estas um caráter eminentemente positivado. O que deixa um pouco de inquietação no sentido de que é sabido que as relações humanas são conflituosas e os depoimentos que foram produzidos não trazem o conflito.

Na história da E. M. E. F. José Pereira Frade, assim como o professor anteriormente enaltece, também resulta em conquistas para muitos alunos que se destacaram, pois tiveram a oportunidade de estudar e adquirir uma educação que fez e faz sentido nas suas vidas, muitos

²⁷ O Rio Piancó tem sua nascente na Serra do Umbuzeiro, município de Santa Inês, segue até ser barrado pelo sistema de reservatórios Coremas–Mãe d'Água, onde é perenizado, até desaguar no Rio Piranhas, na cidade de Pombal – PB.

²⁸ Coremas e Mãe D'Água, situados na cidade de Coremas – PB, nome que se dá ao sistema de reservatórios que está localizado na bacia hidrográfica do Rio Piancó, pela sua proximidade podem ser considerados um único lago, formado por dois grandes açudes: O açude Estevam Marinho conhecido como Coremas construído através do barramento do Rio Piancó e o açude Mãe D'Água nascido a partir do barramento da água do Rio Aguiar.

deles alçaram seus voos em direção a conquistas, sonhos, formações e realizações pessoais. Na memória desses alunos ficaram as boas lembranças do tempo que estudaram nesta escola, a diferença que tiveram ao terem o contato com o ensino, bem como a significância e relevância para cada um.

Assim, a ex-aluna Joseany Teixeira, retrata os momentos vividos, as dificuldades e metas alcançadas:

Meu nome é Joseany fui aluna por quatro anos de 2008 a 2011, na escola José Pereira Frade, no Povoado do Umbuzeiro. A forma de ensino para o aprendizado obtido foi de tamanha importância na minha vida, tanto na continuidade dos estudos e profissional. Teve dificuldades sim, sempre tem que no final ter história para contar, nos três primeiros anos para ir até a escola foram muitas dificuldades em termo de transporte, mas em meio as dificuldades no último ano que estudei na escola tínhamos um ônibus escolar, a felicidade era tamanha que parecia até que era um sonho, mas foram muitos aprendizados e lições que levarei por toda a vida. Tenho muitas lembranças boas das apresentações juninas (quadrilhas), dos folclores, e eu sempre gostava de participar de várias danças em especial o carimbo, e umas das lembranças mais linda, abençoada e jamais esquecida foi a minha festa dos concluintes no ano de 2011. Hoje ex-aluna da José Pereira Frade, estudante de enfermagem, e atualmente trabalho exercendo a função de auxiliar administrativa, em loja de móveis e eletrodomésticos. Da Escola José Pereira Frade, tenho muitas aprendizagens, lembranças boas, saudades de professores e colegas, mas que para sempre serão lembrados (Depoimento de Joseany Teixeira).

As memórias ainda vivas na mente desses educandos demonstram na narrativa sempre o combate direto ao “meio hostil” e às dificuldades enfrentadas, mas que não barraram os sonhos deles. Frisando a escola como um espaço acolhedor e de afeto, as memórias da ex-aluna Rejanir, hoje concluindo o curso de Licenciatura em Biologia, carregam consigo os retalhos dos momentos vivenciados:

A minha passagem pela José Pereira Frade, ainda está nítida em minhas lembranças, foram anos de muita alegria e aprendizado, mesmo com a dificuldade da época com poucos recursos e sem tanta estrutura como tem hoje, foram anos marcantes em minha vida. Lembro que na época para ir até a instituição, nos meus primeiros anos tive que ir muitas vezes a pé, por falta de recursos, mais mesmo no meio de tanta adversidade a escola era meu lugar predileto, tive professores que foram mais que educadores, foram exemplo e nos deram exemplos de vida. Uma lembrança que carrego comigo é o cuidado, carinho e aconchego que recebia naquele lugar, onde superava as dificuldades enfrentadas para estar todos os dias no ambiente escolar (Depoimento de Rejanir Silva).

As linhas aqui construídas tiveram a oportunidade de registrar e assim guardar para a posteridade um recorte da história da E. M. E. F. José Pereira Frade, tentando apresentá-la por meio das fontes históricas materiais, mas tendo nas narrativas da tradição oral e nos depoimentos da comunidades do povoado do Umbuzeiro, bem como nos relatos de professores, ex-professores e alunos e comunidade escolar em geral, como sujeitos atuantes e participantes dos momento marcantes, dos acontecimentos e fatos que compuseram o enredo da construção

da teia narrativa da sua mais longa história, que vai construindo e reconstruindo seus passos como uma metamorfose educativa, crescendo e progredindo, sendo e fazendo história, assim essa é a história que se conta, em boa parte trazendo apenas lembranças positivas, como já destacado acima.

Aproveitando do cenário que nos é apresentado, considerando as características da cultural local, tangenciando um processo de ensino e aprendizagem que propõe uma metodologia que leve em consideração os aspectos imateriais e materiais das nuances do lugar, da minha experiência na prática docente, em mencionado cenário com adolescentes, no meio rural e perspectivando enriquecer a atuação pedagógica, promotora de novas intervenções na intenção de produzir saberes de forma mais apurada e mais significativa, objetiva-se amalgamar a memória e a história local, junto aos objetos geradores, como um possível caminho promissor para a concretização do letramento histórico (ROCHA, 2020).

E, dessa forma, passamos, no próximo capítulo, a apresentar o trabalho que foi desenvolvido juntamente com os alunos do ensino básico da escola, de construção de um conhecimento histórico do lugar, a partir do levantamento e análise de objetos passíveis de gerarem um conhecimento situado e que trouxesse um resgate de uma cultura material e imaterial, intimamente ligada à história de vida dos mais velhos e da comunidade, da qual fazem parte os discentes em questão.

CAPÍTULO 3. MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: AULAS-OFFICINAS DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA PARA O LETRAMENTO HISTÓRICO

O capítulo apresenta como se deu a experiência da utilização de objetos geradores como instrumento no ensino de História Local, realizada no âmbito da escola no meio rural para a promoção do ensino de História, em que se procurou desenvolver uma prática pedagógica que pudesse desempenhar uma significância naquele contexto escolar, com alunos do ensino Fundamental II, ressaltando a importância da memória via objetos geradores, tendo a oralidade como contribuinte para a construção da narrativa histórica, para resultar no conhecimento histórico da história local.

Tendo dita intencionalidade, a pesquisa buscou envolver, no seu desenrolar, os saberes das pessoas da comunidade do Povoado do Umbuzeiro e dos demais sítios no seu entorno, por meio das vivências históricas de experiências passadas, buscando por meio dos objetos geradores (RAMOS, 2004) suscitar narrativas que gerem subsídios para a compreensão das relações passado e presente, sobre a história local, e o consequente desenvolvimento de ensino que aborde aquilo que faz parte da realidade mais próxima do aluno, e que se apresente como caminho eficaz e uma trilha promissora para a construção da consciência histórica como “a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam a sua experiência de evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57).

Neste sentido, a consciência histórica atua numa relação de movimento com o passado, com as interpretações do presente, e mantendo uma perspectiva de diálogo com o futuro, compreendendo o presente com elementos do passado, acompanhando diferentes grupos humanos, os quais apresentam uma trajetória distinta em lugares variados. Neste caso, para o desenvolvimento da consciência histórica, conforme Isabel Barca (2006), isto se dá a partir do Letramento Histórico.

Nesta perspectiva, a busca dos saberes dentre outras fontes, deu-se principalmente pela oralidade, na qual buscou-se valorizar as vivências e experiências dos sujeitos a partir da sua fala. E, para essa busca, ocorreram rodas de conversas, entrevistas e depoimentos dos diversos moradores, que de uma forma ou de outra, são sujeitos históricos, que nas suas vivências, ou na escuta das diversas narrativas acerca da história do seu espaço, nos foram importantes fontes de uma memória que acendeu em nós o desejo para produzir o conhecimento sobre aquele determinado espaço, abrindo caminho e gerando aprendizagens para os alunos que também presentes puderam mergulhar no tempo, através dos depoimentos, podendo fazer relação do

passado e presente, correlacionar o que estava sendo dito com os conteúdos abordados em sala de aula, fazendo assim interligações com eles, observando as questões de mudanças e permanências, as quais as ações humanas ao longo do tempo puderam gerar.

Dito isso, conhecimentos esses que se constituíram ao longo do tempo por meio das relações sociais, gerando assim as narrativas que, evocadas pela memória, mostraram-se um forte meio para a articulação na dimensão da construção do conhecimento histórico, na esfera da história local, pois falas se revelam como marcas que apresentam o conjunto de ações do sujeito em uma dada temporalidade. Assim, buscando, por meio do ensino de História, uma concepção que envolva a investigação e a produção de saberes por meio da pesquisa, dessa forma, harmonizando saberes e práticas, pesquisa e ensino.

A metodologia aplicada almejou o desenvolvimento do aluno, por meio da investigação do local e do cotidiano, que além de gerar o conhecimento do lugar, enveredou no sentido de gerar no discente o aprender a pensar historicamente, tendo a localidade como ponto de partida para compreensão do conhecimento histórico, sendo usado como percurso para o mundo (SAMUEL, 1989).

Conhecer a história local como saber histórico, como produtora da consciência histórica para Márcia Gonçalves (2007) seria reconhecer o conjunto das relações das ações de sujeitos em grupo, ou individualmente, ou ainda o “conjunto de experiências de sujeitos em um lugar, é também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências” (GONÇALVES, 2007, p. 177). A autora enfatiza que o local pode estar associado a diferentes lugares como bairro, cidade, as comunidades, ou até mesmo a uma instituição, como é o caso de uma escola.

Partindo do pensamento de que o Ensino de História, no tempo presente, deve lançar mão de diversos recursos, como a contribuição da memória na construção do conhecimento, levando em consideração a experiência de outros sujeitos históricos, para possibilitar que professores e alunos construam de forma colaborativa um saber significativo, que traga elementos mais próximos do cotidiano dos discentes, para dentro do processo de ensino-aprendizagem e entre outras coisas possibilite o reconhecimento dos discentes de sua historicidade, e da importância da reflexão histórica, tivemos como proposta de pesquisa promover, a partir dos objetos geradores, e tendo a memória como elemento integrador na prática de ensino de História, o processo de construção do conhecimento histórico, em escola no meio rural de ensino básico do município de Santa Inês, do interior da Paraíba, como já destacado ao longo do trabalho.

Esta pesquisa buscou utilizar a memória na sala de aula, como fonte de saberes para o desenvolvimento de atividades metodológicas que:

No processo de aprendizagem de História, o professor é o principal responsável pela criação das situações de troca, de estímulos na construção de relações entre o estudado e o vivido, de integração com outras áreas de conhecimento, de possibilidade de acesso aos alunos a novas informações, de confronto de opiniões, de apoio ao estudante na recriação de suas explicações e de transformações de suas concepções históricas (BARROS, 2003, p. 06).

Destarte, buscamos utilizar a memória no contexto escolar como meio de promover um diálogo entre passado e o presente de forma a problematizar, por meio dos objetos geradores e promover um ensino que pudesse sedimentar os saberes históricos aos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pereira Frade. Nesse sentido, esse conhecimento somado aos já estabelecidos pela BNCC, quando problematizadores, poderão objetivar por meio das discussões das vivências locais, saberes da história local para consolidar o letramento histórico dos alunos do ensino fundamental.

Pensando exatamente em promover o Letramento Histórico a partir dos objetos geradores, tendo a memória como fiadora nesse processo em sala de aula, como pontapé inicial se deu a seleção dos alunos participantes, depois a formação dos educandos através de atividades de oficinas sobre história e memória, que foram desenvolvidas no horário regular, durante as aulas de História, respeitando o calendário escolar.

Logo após o período inicial de formação, o espaço da pesquisa se ampliou saindo dos muros da escola, e indo até as comunidades, para realizar a pesquisa de campo em contra turno. Como já dito anteriormente, como espaço da realização da pesquisa foi escolhido a E.M.E.F. José Pereira Frade, localizada no povoado do Umbuzeiro que atende também as comunidades vizinhas, de onde os discentes são oriundos, no município de Santa Inês-PB.

A seleção e participação no projeto de pesquisa ocorreu de forma democrática, destinada aos alunos do turno tarde do Ensino Fundamental dos anos finais, respeitando os princípios de igualdade de condições sociais. Foram disponibilizadas 20 (vinte) vagas, sendo cinco por turma do 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano, turmas regulares, buscando abranger o maior número de comunidades possível. Observando a diversidade e a igualdade de gênero, buscamos formar um grupo de pesquisa o mais heterogêneo possível, ficando assim formado, a escolha levou em consideração o desempenho escolar do ano anterior.

As atividades foram norteadoras na perspectiva apresentada por Olga Pereira Brites (2010) com a aplicação de “aulas oficinas de História”, tendo em vista que esta metodologia

amplia as possibilidades do trabalho docente da disciplina, na formação dos alunos para aquisição da consciência histórica (CERRI, 2011) pois:

Cabe destacar que a concepção que temos de oficina nos afasta da ideia de aula expositiva, à medida que pressupõe um aprendizado que envolve necessariamente a participação dos alunos e implica a realização de leitura, de análise e de reflexão acerca dos materiais propostos e dos textos teóricos selecionados. Tendo como propósito desenvolver reflexões articuladas com atividades práticas de análise de documentos diversos, selecionamos diferentes fontes documentais música, imprensa, gravura, vídeo que possibilitariam indagar acerca das problemáticas tratadas e refletir sobre as noções de cidade, nação, história, memória e patrimônio que se encontram presentes em práticas diversas de ensino aprendizagem de história (BRITES, 2010, p. 334-335).

Como apresentado no início do capítulo, as metodologias desenvolvidas foram pensadas de forma a possibilitar as reflexões e problematizações da história ensinada na escola da comunidade do Umbuzeiro, a partir da compreensão da história local para a global, que é apresentada nos currículos escolares conforme a BNCC (BRASIL, 2018). Para tanto, busquei possibilitar durante o trabalho de pesquisa uma formação para os alunos, que fosse complementar à educação formal trazendo para o debate em sala de aula os conceitos de Memória e História Local.

Para esta tarefa, o trabalho epistêmico de reflexões, utilizei também como instrumentos metodológicos, para a coleta de dados da pesquisa, as oficinas que serão referenciadas na proposição da autora Izabel Barca, que aponta como um dos caminhos do ensino de história a aula-oficina. Para ela a atividade é capaz de: “Integrar as tarefas em situações diversificadas, não esquecendo a potencialidade de os alunos trabalharem em pares ou individualmente, oralmente e por escrito” (BARCA, 2014, p. 137).

Diante disso, a aula oficina buscou promover ações didáticas metodológicas para preparação dos alunos participantes, para entenderem como proceder no momento da escuta e na ação ética no momento das atividades de campo, ficando claro as metas do conhecimento que se pretende atingir quando sair à prática da pesquisa campo, e escutas nas rodas de conversa, tal metodologia se faz de forma participativa em sala de aula e também fora dela.

As pesquisas de campo buscaram enfatizar as questões da memória e da história local, por meio da coleta de depoimentos, oportunizando o compartilhamento dos conhecimentos de mundo entre os alunos e as pessoas das comunidades, configurando-se como uma intervenção de investigação e fazer docente, na construção de um processo crítico do conhecimento, traçando um caminho possível para a consolidação do Letramento Histórico (ROCHA, 2020).

A seguir apresento as vivências das aulas oficinas de história desenvolvidas na Escola José Pereira Frade no primeiro semestre de 2024 com estudantes do 6º ano até o 9º ano. Constituindo-se o grupo de trabalho, deu-se início à fase de apresentação da pesquisa e como forma de aproximar mais dos alunos a temática sobre memória e sua relação com a história, apresentei o conceito de memória e sua importância para a construção de identidade e história local. Disposto a compreender o quanto é desafiador levar a história local para a sala de aula, devido a poucas fontes de acesso escolar, e que por isso ela passa pelo crivo de ter que agregar “ensino e pesquisa” associando, portanto, “teoria e prática” (MARTINS, 2013, p. 146).

O processo de aplicação das atividades fora planejado e executado conforme preconiza Olga Brites (2010), Izabel Barca (2014) e também com as contribuições recentes de Djalma Dantas (2024) em 4 ciclos formativos: 1ª aula oficina: A Memória e os saberes históricos locais; 2ª aula oficina: Objetos geradores e Memória; 3ª A História ao redor de nós e a 4ª aula oficina: O lugar onde vivo: Campo para o Ensino de História, e ao final do capítulo apresento os resultados obtidos no processo do Letramento Histórico proposto durante as atividades realizadas.

3.1. Aula oficina: A Memória e os saberes históricos locais

Ao voltar-me para a atividade docente que buscou associar a teoria e a prática, faço a reflexão de que para a História Local ser problematizada no contexto do ensino e aprendizagem da Educação Básica, se faz necessário ir de encontro aos saberes que não entram para discussão no cenário do ensino de História formal, escolar.

Encontro como alternativa para enviasar essas questões pontuais da minha pesquisa, o início do entendimento do estudo e problematização da História a partir do tempo presente (FONSECA, 2006) com a História que acontece diariamente e é testemunhada pelos alunos que estudam no Distrito do Umbuzeiro, e que por sua vez, se não formos buscá-la não entraria no debate histórico escolar, embora os PCN’s apontem:

Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo. Surgem, a partir dessa dimensão, desafios para o trabalho histórico que visa à constituição de uma identidade social do estudante, fundada no passado comum do seu grupo de convívio, mas articulada à história da população brasileira. Assim, os estudos históricos devem abranger três aspectos fundamentais. Inicialmente, a inclusão da constituição da identidade social nas propostas educacionais para o ensino de História necessita um tratamento capaz de situar a relação entre o particular e o geral, quer se trate do indivíduo, sua ação e seu papel na

sua localidade e cultura, quer se trate das relações entre a localidade específica, a sociedade nacional e o mundo (BRASIL, 1997, p. 25-26).

As reflexões, debates, estudos, sistematizações e discussões da História são ainda apresentados na Escola que uso como campo de pesquisa, dentro do que preconiza a BNCC e os livros didáticos. Os PCN's apontam caminhos, que permitem mesmo que de forma informal implementar debates da História local em contexto escolar.

Por esta razão, a primeira oficina foi planejada e executada na perspectiva de apresentar a memória como fonte da história que cerca a escola e a educação formal, como fonte de narrativas históricas que possam possibilitar problematizações que levem a compreensão de uma história que é possível se enxergar como testemunha ocular (BURKE, 2017), sujeito histórico da ação humana no lugar em que se vive.

A Aula oficina de História intitulada: “A Memória e os saberes históricos locais” iniciou o processo de formação dentro da sala de aula para a compreensão da História a partir do que é defendido por Joana Neves (1997) que “Toda História é local” e que mesmo que não ocorra a apreensão dessa escrita pela história, a memória pode ser reveladora de um passado que se deseje reivindicar (RICOEUR, 2020) ainda que não seja por um historiador de profissão, a escola pode usá-la como fonte para estudar e compreender as narrativas da historicidade que lhes cercam, as transformando em saberes escolares.

Para apresentar de forma adequada a faixa etária dos estudantes, o conceito de Memória, utilizei dos recursos didáticos disponíveis na escola (caderno, lápis, datashow), tentando inovar nas práticas de ensino, afinal a memória enquanto conceito acadêmico toma sentidos e disputas conceituais acirradas, que se colocadas a serem problematizadas nos anos finais do ensino fundamental poderiam distanciar a captação da curiosidade dos estudantes sobre o tema.

Iniciando as atividades com a exposição dialogada, logo nos primeiros momentos com os alunos, apresentei os conceitos tanto de Memória quanto de História, na tentativa de fazê-los compreender que a Memória não é História, mas que pode ajudar na construção do conhecimento histórico, para que quando eles fossem participar da pesquisa de campo já tivessem em mente que as memórias colhidas nas comunidades seriam fontes históricas que contribuíram para a construção da aprendizagem histórica. Assim como Carmem Gil, defende que:

O tema da memória é potente nas aulas de história se fizermos dele um campo aberto ao debate e à compreensão das sociedades em diferentes tempos, de forma que possamos desnaturalizar representações hierarquizadas que desintegram os diálogos possíveis. Torna-se, portanto, urgente e necessário que a história ensinada deixe de abordar a tradição oral como algo menos importante em relação à tradição escrita e de

acreditar, erroneamente, que tais tradições são como contos de fadas. Valorizar a fala e a escuta: eis mais um desafio para quem é educador em tempos difíceis (GIL, 2019, p. 161).

Ao apresentar o conceito de memória aos estudantes e promover uma reflexão da chamada “chuva de ideias”, para fazer uso da pedagogia da pergunta proposta por Paulo Freire (1979), provocar em roda de conversa a discussão sobre a memória e seu sentido histórico, questionando aos estudantes: O que é memória? Inúmeras foram as contribuições dos estudantes sobre os seus conhecimentos prévios e suas visões de mundo sobre o conceito e sua importância para a construção de sua identidade.

Com a finalidade de fortalecer as reflexões, foi realizada a exibição do vídeo: “Dona Cristina Perdeu a Memória”²⁹ (2002), produção da Casa de Cinema de Porto Alegre, sob direção de Ana Luiza Azevedo. Apesar de ser um filme para chamar a atenção sobre o problema do Alzheimer e suas consequências, o curta apresenta a importância da memória para o ser humano, com detalhes simples e traços detalhados. O filme apresenta um diálogo entre um menino de oito anos (Antônio), que descobre que a sua vizinha (Cristina) uma idosa de 80 anos, conta histórias sempre diferentes sobre sua vida, os nomes de seus familiares e os santos do dia. Ela acredita que Antônio pode ajudá-la a trazer de volta a sua memória perdida.

Imagem 25: Exibição do curta “Dona Cristina perdeu a memória”



Registro da 1ª Aula oficina de História. Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

A animação perpassa a amizade entre uma senhora idosa e uma criança, abordando a temática da memória. Dona Cristina vive em um asilo que faz vizinhança com a casa de Antônio, ela perde um filho em um acidente aéreo, agora, neste lugar, as pessoas dizem que ela está perdendo a memória, “essa gente ali onde eu moro tão dizendo que eu perdi a memória.

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8KLUQO0BCZg&t=766s> , Acesso em: 29 maio 2023.

Mas não é verdade”, mas ela não acredita nisso, em virtude de ter tudo “bem guardadinho” na sua caixa de memória (reliquias).

Por meio da análise, a história é contada ao longo do filme por meio de uma série de situações, diálogos e imagens que se repetem. O curta-metragem começa com Antônio brincando em seu jardim com uma camionete, enchendo-a de brinquedos de plástico. Em seguida, ele os leva para uma caixa amarrada na carroceria do seu triciclo. Ele constrói uma espécie de ponte sobre um buraco no quintal da sua casa com três tábuas, em seguida pedala em direção à ponte, ao passar por cima delas, uma delas se quebra provocando um tombo nele e a consequente queda dos objetos. Ao decorrer da história, essa imagem da queda se repete e caracteriza, durante a narrativa, diferentes momentos.

De um lado da cerca, dona Cristina partilha seu saber, suas histórias, suas memórias. Ela busca interação com alguém que a possa escutar. Do outro lado, o menino ouve suas histórias, pergunta pelo significado das palavras que não entende. Nos primeiros três contatos, o menino diz seu nome verdadeiro (Antônio), ela então diz que naquele dia era dia de santo Antônio e nos dois dias subsequentes diz que seus familiares e colegas do asilo se chamam Antônio. Depois, em outros encontros, dona Cristina conta outras histórias misturando pessoas e situações, esquecendo o que disse. Ele vendo que ela esquecia seu nome, disse que se chamava Adalberto num dia, em outro Frederico. O relógio que ela deixava na cerca todos os dias e ele guarda, assim como o pato que desliza numa madeira, marcam a passagem do tempo.

No outro dia, ela diz para Antônio que perdeu seu relógio há muito tempo (ruptura na história). Depois, no dia seguinte, ele diz seu nome verdadeiro. É o dia da troca de presentes. Antônio ganha uma tábua para consertar a ponte e dá/devolve o relógio “de presente” para dona Cristina. Ele conserta a ponte, faz outra tentativa, pedala, mas cai novamente. O final do vídeo é muito inesperado. Percebe-se que pelo diálogo mantido com Antônio, Dona Cristina dá sinais de recuperar a memória. Chama Antônio pelo nome, ela conserta a ponte dele e confia ao menino algumas “reliquias” (objetos) que a ajudam a manter viva sua memória: “Eu quero que tu guardes tudo isso direitinho pra mim. Porque, sabe, se alguém vier dizer que eu perdi a memória, eu vou dizer que não”.

Na medida em que vai entregando os objetos ao Antônio, vai narrando histórias ligadas a cada um dos objetos. Neste sentido, Antônio passa a ser o guardião das memórias dela e junta os objetos dela aos seus, pega-os, guarda-os e sobe no seu triciclo, atravessando a ponte sem cair. A cerca não existe mais, tornou-se ponte. Agora Dona Cristina está no quintal da casa de Antônio, sentada, aplaudindo-o. Ele sobe no seu triciclo e atravessa a ponte por várias vezes sem cair, pedalando em um círculo, que simboliza a vida.

Ao utilizar o vídeo disponível no Youtube e exibi-lo para os discentes busquei levantar as discussões sobre como a memória é importante para o ser humano e como parte da constituição de identidade, para que pudessem entender a importância da memória como forma de ajudar na compreensão das ações humanas, da sua história e da história da sua comunidade. Assim como a ponte que contribuiu para o menino continuar o seu percurso, também a memória de forma análoga colabora no sentido de resgatar as ações humanas, ao longo do tempo e do espaço, sendo um elo para a construção do conhecimento histórico.

Assim, enfatizei com os alunos que a memória em si não é propriamente a história e sim a compreendo como fonte para a História (BITTENCOURT, 2009). O saber histórico tem determinadas exigências e o rigor científico a ser seguido, sem os quais o saber deixa de ser historicamente definido, pois ela pode gerar lapso de esquecimento, mas as memórias e as narrativas, que quando evocadas podem colaborar em se conhecer as relações humanas em determinado espaço e tempo, trazendo conhecimentos que perpassam diversos aspectos do viver em sociedade.

“A valorização da memória deixa de ser uma razão a ser defendida para se tornar uma razão a ser debatida” (RAMOS, 2010, p. 399), em contexto da História ensinada em sala de aula, reflexões estas que disponibilizei durante a realização desta oficina. No transcorrer da oficina de memória, após as fecundas discussões e de forma a utilizar por meio da avaliação formativa propostas no livro “Ensinar História” de Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelle (2004).

Nessa perspectiva, a avaliação nunca pode ter um fim em si mesma, mas deve ser vista como meio que funcionará muito mais para resolver e sanar dificuldades de ensino e aprendizagem que para classificar o aluno, apontar seus erros ou reprová-lo. As várias atitudes de avaliação têm características que podem ser enumeradas com base em sua finalidade, sua utilização, seus objetivos e nos principais aspectos enfatizados por ela. Assim, a avaliação inicial pretende obter informações sobre conhecimentos, atitudes, interesses ou outras qualidades do aluno; determinar a posição do aluno no início de uma unidade de ensino ou período; determinar as causas subjacentes às dificuldades de aprendizagem (SCHMIDT, CAINELLI, 2004, p. 258).

Assim, pretendo compreender desde esta primeira oficina, até o final do ciclo de formação que desenvolvo o processo de assimilação do educando sobre os conceitos estudados a partir da compreensão da memória, e assim subsequentemente a cada oficina aplicada, consolidando o processo do Letramento Histórico (ROCHA, 2020) para a aquisição da Consciência Histórica (CERRI, 2011).

A exibição do vídeo dirigido por Ana Luiza Azevedo, foi por mim utilizado como fonte problematizadora, para compreensão da memória enquanto conceito na perspectiva da faixa etária escolar do Ensino Fundamental anos finais da Educação Básica, logo após sua

apresentação em sala, teve início uma roda de conversa (LIMA, MOURA, 2014, p. 99). Tiveram iniciadas as discussões buscando enquanto professor ser mediador, para direcionar o debate para os conhecimentos históricos nele possíveis de serem despertados, entre os saberes e seus saberes prévios (FREIRE, 1979), e as possíveis interpretações no campo da disciplina história e seus saberes.

Para instigar o debate, realizei algumas perguntas: Qual o sentido do vídeo? Vocês compreenderam o sentido da memória nele presente? Os objetos podem ser utilizados para que memórias sejam reveladas ou despertadas? Busquei, portanto, incitar a compreensão sobre a importância da memória como fonte para a escrita e compreensão do conhecimento histórico, observando a cada passo do processo de formação como os estudantes vão apresentando tanto de forma verbal e escrita, e gradativamente avaliando de maneira formativa como a aprendizagem foi sendo construída naquele momento.

Como parâmetro de aquisição da compreensão pretendida na formação por mim aplicada, apresento as narrativas construídas pelos estudantes ao final da oficina, desafiei-os a responder a seguinte pergunta, desta vez de forma escrita: Para você, qual a importância da memória na produção do conhecimento histórico? Para exemplificar, selecionei quatro para servir de exemplo, que apontam que os conceitos debatidos foram compreendidos.

A aluna Flávia, estudante do 9º ano, assim respondeu “A memória por conservar contos, informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressão ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana. Para Aluno Kennedy Gomes, do 9º ano, ao relatar sua compreensão sobre a memória extraída no filme, escreveu: “memória como fonte para conhecer a história, a memória é importante para o conhecimento histórico para a gente entender as histórias”.

Ainda, a estudante Ana Aparecida Ferraz, em única linha respondeu. “Que com a memória podemos aprender muitas coisas sobre o passado e sobre pessoas”. Nas palavras da aluna Maria Gabriela Lourenço da Silva, 9º ano, ao discorrer sobre a relevância da memória para a historiografia e meio para a produção do saber científico historicamente instituído, destaca que “Pode ser revelações por meio dos objetos. A memória é a fonte que produz a história. A Memória ajuda na produção do conhecimento da história”.

Para um leitor desatento, as respostas podem ser interpretadas como insuficientes, talvez. Por esta razão, destaco que as respostas obtidas à pergunta geradora, foram elaboradas por alunos do Ensino Fundamental II, estes entendidos por mim como sujeitos históricos

estudados dentro da nossa realidade educacional. Desta forma, os resultados obtidos na resolução da questão pelos estudantes foram encorajadores.

Pelo despontar das primeiras impressões, documentadas pelos estudantes, eles puderam expressar, por meio dos registros no papel, que introjetam a finalidade da relevância da memória para os estudos históricos, como meio de ligação entre presente e passado, e que a memória ajuda para a construção das narrativas evocadas. Compreendo que os estudantes fortaleceram o conhecimento prévio de mundo com os conceitos históricos debatidos em sala de aula, passando a atribuir à memória um sentido histórico e não apenas o da lembrança, e ou esquecimento da natureza humana, capaz de preservar ou esquecer o passado e consequentemente a História (LE GOFF, 2013).

Tanto pela análise do curta-metragem “Dona Cristina Perdeu a Memória”, quanto pelas análises das respostas dos educandos, sobre a questão problema proposta, consigo identificar a valorização da memória enquanto elemento importante como forma de sedimentar as lembranças como narrativas e experiências que ajudam a compreensão do passado dos grupos humanos em seus determinados espaços de convivência. Neste sentido, por exemplo para a aluna Késia Gomes: “É através da memória que nós conseguimos lembrar do que já passamos”, apresentando assim como meio de averiguar experiências passadas.

Observo desta forma, que os discentes conseguiram demonstrar na resolução da questão a aquisição da compreensão do sentido de memória dentro do campo do saber histórico. Quando foram capazes de destacar nas suas escritas de resolução das questões que a Memória foi compreendida como fonte capaz de contribuir para a compreensão do passado, que quando ainda não for escrito pela historiografia, pode também ser fonte capaz de revelar nas tradições transmitidas por gerações pela oralidade, ou ao se observar um objeto, este pode ser historicizado, e ser também problematizado em sala de aula, servindo de gatilho capaz de fazer revelar, a partir desses objetos, sentidos históricos reveladores de narrativas, sejam elas orais e ou escritas sobre o passado.

Neste sentido, ficou evidente, por meio da participação dos estudantes, que a memória desempenha um papel de salvaguardar determinado evento ou acontecimento importante na vida dos sujeitos. Os estudantes puderam perceber e entender a memória como algo que carrega acontecimentos do passado ao presente, como aquilo ocorreu nas suas vidas, e da comunidade escolar.

Essa compreensão fica evidenciada na fala da aluna Kemilly de Sousa que assim escreve: “Para mim a memória é muito importante para se lembrar de momentos importantes das nossas vidas e momentos”, tomemos o termo momento como fato histórico, demonstrando

que para ela a memória ajuda a contribuir para compreender o passado e a História. Compreensão esta, também compartilhada por Edjane Sousa, aluna do 9º ano: “Bom, na minha opinião a memória é muito importante pois é na memória que guardamos tudo que já vivenciamos na nossa infância, é na memória onde guardamos um momento muito especial da nossa história, que nunca esquecemos o rosto da pessoa que já vimos há muito tempo”.

Imagem 26: Momento de formação inicial dos discentes



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Ao trabalhar com memória, busquei mobilizar a compreensão dos alunos para que fossem capazes de reivindicar, por meio das narrativas históricas vivenciadas por eles em comunidade, as memórias que ajudam a contar a sua própria História, a da sua família, da comunidade em que vivem, da sua cidade e em perspectivas maiores a compreensão da dita história global, do qual não estão dissociados. Foi possível avaliar como os estudantes a perceberam, e como o tempo e o passado foram responsáveis por forjar as relações sociais, culturais a que eles e a comunidade em seu entorno foram constituídas, desde das relações dos ofícios, das construções de moradias, das relações de oportunidades educacionais, das religiões entre outras questões que formam as suas identidades.

O povoado do Umbuzeiro, onde está localizada a escola, como em todas as comunidades de seu entorno, daqueles que se encontram nas aulas semanais no espaço escolar, é seu ponto de partida para compreensão da memória como fonte da história a partir das aulas da disciplina que oportunizou com a oficina ser vista como fonte do saber histórico escolar, com uma formação consciente para novas compreensões de mundo. A memória trabalhada na oficina serve-me de fonte para uma outra perspectiva do ensinar história que parte do local para o global (MIGNOLO, 2020).

Neste caso, a memória se apresentou em sala de aula no contexto da oficina como aliada também para o ensino de História, pois foi elemento importante para a formação proposta na aula de História desenvolvida na compreensão da memória como uma das responsáveis pela construção da identidade local e global.

Em sala de aula, para a ocorrência do uso da memória no Ensino de História, penso assim como Michel Pollak, no instante em que apresento enquanto conceito a ser compreendido, também entendo como um fenômeno construído, formatado e organizado a partir das experiências do presente, seja no ato de ensinar em sala de aula, ou nas concepções herdadas no contexto de pertencimento social. A parte herdada, estas expressas nas condutas e formas de comportamento, tradições, culturas e religiões vai atribuir à memória suas interpretações do passado que continuam vivas no presente, o sentimento de identidade, ou seja, a maneira pela qual se pretende ser vista.

(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLACK, 1992, p. 05).

Em consonância com esse pensamento observamos que a memória é o elo da identidade de um grupo, que também é constituído das memórias individuais dentro de um contexto social coletivo. “Embarcamos nestas memórias com o auxílio de recortes que fazemos na linha do tempo de nossas vidas e de pessoas que por elas passam, de experiências, lugares, cheiros, sabores” (SANTANA, 2021, p. 22).

Nessa dimensão, durante o processo de aplicação da oficina na sua síntese, análise e síntese os estudantes apresentaram mudanças de compreensão do antes, durante e depois da realização da atividade. Na minha avaliação, estes foram capazes de entender que a Memória enquanto conceito histórico faz parte das suas culturas familiares e quando se tem contato com a narrativa sobre o passado-presente no seu cotidiano e dentro da sala de aula, é determinante para contribuir como reconhecimento de determinada memória, com algo agregador das relações dentro do ambiente escolar que foram desafiados a refletir durante a primeira atividade.

3.2 Aula oficina: História: objetos geradores e memória

Dando continuidade à proposta de intervenção no ensino de História na escola por mim escolhida como campo de pesquisa, segui com o planejamento de colocar os saberes locais como centro das reflexões na aula de História. Desta vez, busquei ampliar o leque de observação

das análises das fontes históricas, sem deixar de utilizar da memória como fiadora do processo de ensino e aprendizagem da História enquanto disciplina escolar. Foram ainda apresentadas aos estudantes outras fontes que são utilizadas como base para a escrita das narrativas históricas, que estudamos cotidianamente em sala de aula.

Antes de aplicação e início da segunda oficina intitulada de “História: Objetos geradores e memória”, procurei selecionar conceitos definidores do que são fontes materiais e imateriais e de como estes podem ser utilizados para discussões da História ensinada em sala de aula, pensando como na oficina deveriam ser apresentados aos estudantes. Acredito que as fontes podem contribuir quando bem problematizadas na formação dos estudantes, ao ponto de torná-los capazes de identificação e atribuir valor cultural a estes elementos da História, sejam fontes tangíveis e/ou intangíveis, que contribuem para fundamentar uma narrativa, sendo capazes de manifestar a memória e suas representações históricas.

Desta forma, a aula oficina foi iniciada por mim seguindo a mesma prática da oficina anterior, por meio da aula dialogada, a pedagogia da pergunta de Paulo Freire (1979) se fez presente na sala, de forma muito espontânea e didática, comecei perguntando como os alunos avaliaram a primeira oficina e o que eles tinham compreendido do conceito de memória por nós problematizados no encontro anterior.

Infelizmente, em função do sorriso e do alvoroço de todos querendo responder ao mesmo tempo, não foram possíveis de ser captados nesta escrita, mas a maioria deles fez suas ponderações e contribuições sobre o que aprenderam do conceito de memória na perspectiva histórica na aula oficina anterior, dando o seu feedback que estávamos conseguindo promover com sucesso o processo de letramento histórico, até ali. Após as conversas iniciais a segunda oficina em si começou a ser aplicada e novos conceitos passaram a ser por mim apresentados nos momentos seguintes de forma expositiva e dialogada.

Imagem 27: Registro da segunda aula oficina



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2024.

Como ponto inicial de discussão nesta oficina apresentei para os estudantes as definições do que são fontes históricas em aula expositiva e dialogada. Com uso de recursos audiovisuais estimei a leitura dos slides em Datashow, ao tempo que mostrava exemplos destas fontes, buscando utilizá-las como mecanismo da efetivação da aprendizagem histórica em contexto escolar.

No ensino da História, a palavra documento suscita, pelo menos, duas interpretações. Na primeira, ele pode ser identificado com o material usado para fins didáticos, como livro didático, mapa histórico e filme com objetivos educacionais. A característica principal desse conjunto de material é sua finalidade didática ser preestabelecida desde sua produção. Nessa condição, eles podem ser designados como suporte informativo. Na segunda interpretação, documento quer dizer fonte, isto é, fragmentos ou indícios de situações já vividas, passíveis de serem exploradas pelo historiador (SCHIMIDT, CAINELLI, 2004, p. 90).

Destaco que o uso dos documentos históricos em sala de aula vai além das fontes materiais escritas. As autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2004) apresentam a importância de trabalhar com fontes documentais em contexto escolar, e da necessidade de ser apresentado aos discentes a forma que eles podem ser usados, sejam como fontes de ordem primárias e secundárias, as primeiras de ordem material e a segunda de ordem imaterial, e que podem ser trabalhadas em sala de aula, para fortalecer um ensino crítico de como essas fontes são produzidas, referendadas e assim problematizá-las na construção dos saberes históricos escolares.

O trabalho de exposição destes conceitos foi também direcionado para o contexto de que a memória também pode ser transformada em fonte escrita, por meio do trabalho da História Oral (SANTIAGO, MAGALHÃES, 2015). As entrevistas gravadas são transcritas e transformam a memória também em fontes materiais a serem utilizadas, no ensinar, aprender e fazer história em sala de aula. A fim de consolidar este entendimento apliquei a leitura compartilhada do texto “O homem que lembrava”³⁰, de José Antônio Moraes de Oliveira (2021). Partindo a necessidade do momento, ao avaliar a importância, pois:

Ler é construir significado na interpretação do texto. Construir o significado de um texto de História supõe empregar raciocínios compatíveis com algumas operações necessárias para a construção do conhecimento histórico: criar e recriar representações sobre os eixos, relaciona-los e explicar como estão conectados em uma trama consistente que dê conta dos “por quês” dos eixos e da intencionalidade dos sujeitos, reorganizar o conhecimento anterior incorporando conhecimento novo. Enfim, em certas condições, ler História é aprender História (AISENBERG, 2012, p. 270).

³⁰ Disponível em: <https://www.coletiva.net/colunas/o-homem-que-lembrava.400845.jhtml>, Acesso em: 29 maio 2023.

Com a finalidade de retomar a temática sobre memória e reforçar a ideia concernente a sua contribuição na construção do saber histórico, achei muito pertinente fazer uso desse texto, oferecendo assim um momento de leitura e aprofundamento dos saberes. Neste contexto, o texto “O homem que lembrava”, que tem como personagem principal o russo Solomon Shereshevsky, sendo ele apresentado como um homem que não esquecia de nada que havia vivenciado, já que em seu cérebro ele conseguia armazenar todas as informações sem nada esquecer, sua memória no sentido psíquico era assim extraordinária. Dotado de uma memória prodigiosa, acabou pagando um alto preço por isso.

O texto usado para reflexão em sala de aula também apresenta como o personagem principal ficou conhecido como “O homem que não esquecia de nada”. Por ter uma memória incrível, ele pensou que poderia ficar famoso se apresentando em diversos lugares. Sua memória era tão prodigiosa que era capaz de se lembrar de eventos que ocorreram há 10 anos, lembrando-se de todos os detalhes: o texto que foi lido, a roupa que usava, as palavras que falou, os números citados e até a música tocada.

O passado para ele estava presente e inabalado em seus pensamentos, a memória e a História buscam evitar o esquecimento (RICOEUR, 2020), assim sendo, nos ajudam a compreender o presente vivido, buscando assim eternizar um passado que não deseja ser esquecido, sendo esse um dos papéis da História enquanto disciplina escolar, apresentar o passado para compreensão do presente, a partir das reflexões em contexto de sala de aula, e para além dela.

O personagem Solomon, tinha uma memória fenomenal, porém tinha uma grande dificuldade de reconhecer os rostos das pessoas, pois sua mente arquivava cada expressão facial que os rostos faziam, o que fazia com que visse não só um rosto, mas dezenas de versões do mesmo rosto. Sendo assim foi colocado para reflexão dos alunos, que as fontes históricas apontam interpretações do passado que não é transformado em História de forma absoluta, assim como a memória, as fontes ajudam a compreender o passado em contexto amplo, mas dificilmente em sua totalidade (LEFEBVRE, 1955).

No texto de José Moraes de Oliveira (2021) utilizado como material de leitura e problematização na segunda oficina, o personagem Solomon, passa a sofrer com a dificuldade de nada esquecer, pois todas as informações ocupam sua capacidade de raciocinar, processar e representar em lembranças todas as informações por ele minimamente armazenadas. Imagine a História reescrevendo segundo a segundo o que ocorreu no passado.

As fontes nos servem para representar um passado que não pode ser reescrito ou narrado na sua totalidade, são para a História objetos reveladores de um passado que precisa

ser compreendido na sala de aula, de forma a selecionar, priorizar e representar grandes períodos que precisam ser entendidos em capítulos de um livro, que apresenta anos de história em poucas páginas, e assim nos permitem compreender os fatos históricos do passado, com a interpretação das vivências do presente.

O texto problematizado nesta oficina desempenhou o papel de fomentar a discussão sobre a memória, e as fontes materiais e imateriais nas narrativas históricas, interpretando-as nas suas formas de promover a intersecção dos saberes no campo científico da produção histórica que refletem no que se estuda em sala de aula. A memória se faz reveladora, assim como as fontes materiais, como objetos de estudos a serviço do ensino de História, e as escolhas no seu fazer podem levar ou não ao esquecimento de determinados fatos do passado.

Buscando associar o personagem Solomon com a História ensinada do Distrito do Umbuzeiro, e as comunidades no seu entorno, o primeiro que esperava fama e dinheiro por nada esquecer, morreu sozinho e no esquecimento, já a História ensinada na escola que atende educacionalmente estas comunidades, têm os saberes dessas silenciados no contexto escolar. A memória que por sua vez pode ser esquecida, passa a ocupar as cadeiras escolares, quando os alunos entram em contato com os conceitos de fonte histórica, problematizando-as e podem fazer revelar as lembranças e representações do passado do lugar onde moram. Por esta razão, coloco a partir do texto, para debate dos alunos a seguinte questão sobre a importância da lembrança e do esquecimento: Por qual razão a história do lugar onde vivem estava no esquecimento dos saberes escolares?

Neste sentido, após explanação de debates acerca do texto ora apresentado, pedi aos alunos que registrassem suas interpretações e seus entendimentos sobre o texto, para isso, atribuindo-lhes sentido histórico, foram eles instigados a escrever de forma individual sua compreensão do que foi lido e discutido coletivamente. A fim de exercitar o registro escrito solicitei que cada um comentasse suas interpretações sobre o texto “O homem que lembrava”, e após promovessem a leitura para a escuta atenciosa de toda a sala de aula.

Com isso, os discentes passaram a explicar suas respostas na folha de exercício da oficina dois, expressando seu entendimento sobre o texto.

Imagem 28: Registro dos alunos durante realização de atividade



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Quando desafiados a realizar o exercício de escrever seus comentários a respeito do texto estudado, os alunos imediatamente transformam suas memórias em fontes históricas escritas, possibilitando-me promover mais uma avaliação formativa (SCHMIDT, CAINELLI, 2004), sobre a perspectiva do letramento histórico, que desenvolvi na segunda aula oficina.

Evidenciou-se que o texto tinha como finalidade apresentar a memória como uma fonte histórica de fácil acesso para a disciplina escolar. Sendo assim, relata a aluna do 7º ano, Kemily Gomes: “ Ele era um homem que não esquecia de nada, ele só esquecia dos rostos das pessoas, que ele via mais ele não esquecia de nada: da roupa que ele via, tudo que ele viu ele não esquecia de nada, mas uma vez ele não consegue parar a mente, ele teve uma *hipermnésias*.” Já a aluna Maria Alícyia Melo, do 6º ano, assim teceu seu comentário: “Ele não conseguia reconhecer o rosto das pessoas”.

As estudantes Kemily e Maria Alícyia fizeram comentários pertinentes na medida em que compreenderam que Solomon por mais que nada esquecesse, não conseguia processar todos os detalhes que se acumulavam em forma de dados do passado em sua mente. Desta forma, também por meio do texto, perceberam que nem a memória e nem a História poderiam/ podem retratar de forma absoluta o passado, que sempre será uma representação no presente a ser revelado pelas narrativas produzidas a partir das fontes históricas.

Após a realização do exercício de escrita, em que a memória foi apresentada como uma fonte em constante processo de verificação no tempo presente, entre o que é trabalhado como saber escolar, e o que é esquecido, entrou como fonte a ser reivindicada na formação dos estudantes, pelo ensino de História em um processo de formação ainda apresentado como informal, e a memória do lugar passou a ser colocada como objeto de estudo, fonte de saber da história do lugar, de maior acessibilidade para os estudantes da educação básica.

Para oferecer um maior repertório sociocultural e histórico sobre as fontes, apresentei o vídeo: “Fontes históricas - Ensino Fundamental”, do canal do Youtube “Fãs de mente”, que apresenta os conceitos de fontes históricas da seguinte forma: inicialmente são apresentados os conceitos de forma lúdica de fontes históricas atribuindo a estes o mesmo sentido de documento histórico, como sendo registros humanos que revelam os vestígios do passado servindo assim de subsídios para promover a investigação histórica.

De maneira muito clara, o curta-metragem apresenta em pouco mais de um minuto, conceitos problematizadores das fontes históricas como resultado da ação da humanidade no decorrer do tempo, resultado de tudo que nós fazemos, inventamos, fabricamos, tornam-se quando reivindicados em objetos de estudo que podem ser utilizados pelo professor de História da educação básica para fazer História, assim como ocorre no processo de construção da historiografia nos laboratórios e pesquisas acadêmicas.

No entanto, adverte que se deve fazer questionamentos às fontes, uma vez que cada documento histórico apresenta uma versão de um fato ou acontecimento, não sendo a verdade absoluta, ressaltando que para a História não há verdade absoluta. Desta forma, apresentei por meio de forma expositiva e dialogada, que se faz necessário questionar de forma crítica as fontes, pois elas trazem uma de muitas versões sobre os fatos históricos que se pretende historicizar.

Busquei destacar, por meio do vídeo, que existem quatro tipos de fontes. São elas as fontes escritas, orais, visuais e as fontes derivadas da cultura material. Ressaltando que através da análise e estudo das fontes se produz o conhecimento histórico embasado cientificamente por meio de métodos que são próprios da ciência histórica.

Dessa forma, observo que tanto a memória quanto os objetos são utilizados por mim nesta oficina como fontes históricas. Os objetos selecionados pelos estudantes serão utilizados para despertar o processo de reivindicação das representações do passado, reveladas pela memória das comunidades, que juntas são inseridas nas aulas de História para estudo dos saberes históricos locais, no contexto da formação da historiografia escolar.

Por esse viés, assim como José D’Assunção Barros apresenta no artigo “Fontes históricas – Uma introdução aos seus usos historiográficos”, ao discorrer sobre suas compreensões de que as fontes históricas são tudo aquilo que é resultante da ação humana no meio no qual vive, ou seja, as produções de utensílios e ferramentas para seu uso diário e meio para modificar a paisagem, que de uma forma ou de outra deixa rastros da ação humana na natureza e no meio social. Desta forma:

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (BARROS, 2019, p. 01).

Assim, ao relacionar a conceituação de Barros, a utilização dessas fontes como saberes nas aulas de História, a exibição audiovisual do curta metragem “Fontes históricas - Ensino Fundamental” busquei possibilitar a compreensão dos objetos e da memória em aplicação escolar, por meio da reflexão das fontes históricas e seu o papel, durante a realização da oficina, e assim, ancorar as discussões sobre os significados que podem ser historicizados de todos os vestígios produzidos pela ação humana, ligadas à sua existência em determinadas temporalidades, assim como a história compartilhada diariamente pelos estudantes no entorno das comunidades que ocupam a Escola José Frade.

Nesse sentido, a reflexão buscou estimular a compreensão dos alunos de que eles são sujeitos históricos, e que elaboram registros que podem ser utilizados para escrever sua História, e do meio social em que estão inseridos. Assim, os objetos geradores podem se tornar para eles elementos de estranhamento, capazes, quando problematizados nas aulas de história, e fora dela, lhes servir de fonte que pode nos fornecer informações ou testemunhos, para o estudo da realidade que foi vivida em decorrência da ação humana no passado, que deve estar presente nas discussões das aulas de História em ambiente escolar.

Nos momentos finais de aplicação da oficina "Objetos geradores e Memória" para formação dos alunos participantes, apresento de forma expositiva e dialogada com as últimas ponderações e reflexões sobre os conceitos estudados, como problemática lanço como recurso para as discussões as seguintes perguntas: Vocês conseguiram entender o que são fontes históricas? Conseguem entender que os objetos geradores podem despertar narrativas de memória de quem as observa? Essa relação pode nos ajudar a escrever História?

As conversas finais da oficina refletiram que os alunos conseguiram compreender, ao mesmo tempo que de maneira um pouco desordenada verbalmente, pois apresentaram suas memórias de aprendizagem da oficina. A partir desses questionamentos uma das alunas, Maria Alicia, afirmou: “Professor na casa da minha vó tem um rádio de pilhas que é era do meu avô que morreu, ela me disse que ele gostava de escutar todos os dias a Voz do Brasil, e saber do que acontecia no meio do mundo”. A aluna Cícera Isadora relatou que na sua casa tinha um baú muito antigo, na casa do avô, que pertence a sua família há muito tempo.

Aos poucos os alunos foram apresentando os objetos considerados por eles importantes, seja pelas lembranças afetivas ou pela sua longevidade, observei que eles compreenderam que os objetos são geradores de memórias e história.

Para exemplificar que houve no decorrer da oficina a aquisição dos conceitos, os alunos responderam os questionamentos finais, demonstrando a compreensão dos conceitos adquiridos durante a oficina. Neste sentido, a aluna Kemilly Gomes, do 6º ano, relatou vários objetos que considera importantes e que não são mais usados pelas suas tias, segundo ela: “Na casa das tias no Sítio Barriguda, tem um candeeiro, um pilão e uma máquina de costura manual, ela disse que são guardados de lembrança pois não são mais usados, já que nas casas agora têm lâmpadas e liquidificador”.

Poderia citar em várias páginas, os inúmeros objetos reivindicados como importantes ao final da aula, durante as conversas de encerramento da oficina no momento em que todos queriam apresentar suas lembranças dos objetos importantes e antigos - curioso que para eles há uma semelhança entre antigo e histórico talvez pelas aulas de História estarem sempre apresentando conteúdos de tempos e espaços distantes de sua realidade -. Para tentar promover uma nova reflexão sobre a História dos Objetos (RAMOS, 2004) propus que a busca por saberes históricos continuasse em atividade domiciliar.

Diante dos inúmeros objetos relatados verbalmente em debate escolar, os alunos ao voltarem para casa, iriam conversar com seus familiares e/ou pessoas da comunidade, e buscar mais informações sobre os objetos por eles citados na sala de aula, e assim reivindicar a historicidade dos objetos, sejam os apresentados pelas lembranças iniciais, ou outros nessa pesquisa da memória dos seus familiares e dos membros dos seus lugares. Os objetos servirão para nós nesse exercício de historicizar, para contribuir a desenvolver nos alunos uma melhor compreensão da memória, da História e suas fontes a fim de promover o Letramento Histórico (ROCHA, 2020).

Assim, embasando-me no pensamento de Francisco Régis Lopes Ramos (2004) proponho como um norte metodológico estratégico de produzir o conhecimento histórico na sala de aula usando objetos como documentos geradores de reflexões e saberes da e para a História ensinada na Educação Básica nos anos finais. Neste contexto, o autor defende o trabalho com os objetos tendo um forte potencial educativo no Ensino de História, pois o ser dos objetos só existe quando está relacionado ao ser humano e ao ser dos outros objetos (RAMOS, 2016).

O objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras (RAMOS, 2016, p. 73).

Nesse contexto, a oficina desenvolvida buscou fornecer um percurso formativo aos estudantes, disponibilizando para o ensino de História que esteja disposto a dialogar partindo da realidade local, no sentido de desenvolver uma aprendizagem histórica, tendo como base as proposições de Regis Lopes (2004) na qual se faz possível ensinar e aprender História também por meio dos objetos geradores.

Foi proposto como direcionamento para a atividade domiciliar que eles escolhessem, ou apontassem em seus locais de origem, um objeto que pudesse suscitar uma narrativa sobre os sujeitos que estivessem relacionados ao item escolhido, para serem apresentados no próximo encontro.

Ao retornar à escola os estudantes deveriam trazer os objetos reivindicados, em caso da impossibilidade, poderiam levar a fotografia que os representassem a fim de promover a discussão, e a partir deles realizamos uma seleção de forma democrática de alguns dos indicados, e que em aula de campo posterior pudéssemos acessar a comunidade do entorno escolar, como campo de saber da História, e a partir destes objetos colher depoimentos sobre a historicidade dos sujeitos históricos revelados nas memórias, que seriam registradas por mim, e pelos estudantes, para servirem de fonte da História em ambiente escolar, em atividades futuras.

3.3 “Aula passeio”: A História ao redor de nós

A realização de estudo do meio faz parte, portanto, de uma "tradição escolar", embora seus objetivos nem sempre sejam os mesmos para os educadores. Organizar saídas dos alunos da escola é, normalmente, algo bem-aceito e visto sempre de maneira positiva, quer pela motivação que provoca nos alunos, quer pelas oportunidades pedagógicas que pode oferecer. Muitas vezes, entretanto, o estudo do meio torna-se sinônimo de excursão, de passeio, sem representar efetivamente um "estudo de campo", um momento específico de aprendizagem mais dinâmica e significativa. (BITTENCOURT, 2009, p. 273).

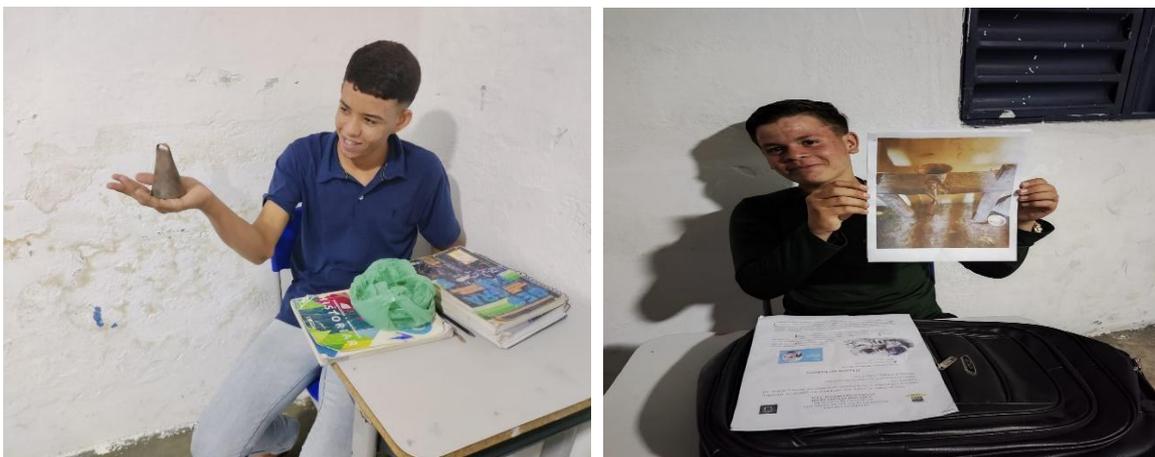
Esta oficina de formação foi planejada e aplicada em momentos distintos, o primeiro em sala de aula para socialização dos objetos selecionados, em resolução da atividade domiciliar da oficina anterior, que propiciou o debate sobre as memórias presentes e reveladas pelos estudantes em sala de aula, uma vez que cada objeto por eles escolhidos e apresentados

aos colegas foi utilizado para despertar a curiosidade dos estudantes, instigando-os a buscar mais informações sobre os objetos, e sobre quais sujeitos, e de suas memórias neles reivindicados, e que poderiam produzir saberes históricos.

Para ir em busca dos saberes desses sujeitos históricos se fazia necessário sair do espaço físico escolar, neste segundo momento, observou-se a escola e seu entorno como espaços para a produção de saberes históricos. A comunidade escolar ganhou para mim, e para os alunos status de campo de pesquisa histórica. Para tornar a atividade mais prazerosa me afasto do conceito utilizado por Circe Bittencourt de Estudo do Meio (2009), e me espelho no trabalho de Fábio Diego Maia (2020) e de Djalma Luiz do Nascimento Dantas (2024) que utilizam o termo “aula-passeio”, que se faz de modo mais atraente para jovens estudantes da Educação Básica, embora ambos apresentem os cuidados necessários para a elaboração, planejamento e aplicação metodológica para atribuir valor pedagógico a esta ação nas aulas de História.

No primeiro momento o encontro ocorreu em sala de aula, recepcionei os alunos com alegria ao observar que eles se sentiram instigados a trazer os objetos que selecionaram como importantes para revelar o que haviam descoberto sobre as memórias reveladas por seus familiares, a oficina já foi iniciada com a partilha das memórias por eles registradas e repassadas para os colegas em sala de aula.

Imagem 29: Apresentação dos objetos pelos alunos - 3ª aula oficina



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024

Os estudos realizados pelos alunos, que foram apresentados em sala de aula, durante a roda de conversa, foram importantes para a percepção avaliativa formativa (SCHMIDT, CAINELL, 2004), na qual ficou perceptível que os alunos compreenderam os conceitos trabalhados e conseguiram identificar, selecionar e apresentar de forma expositiva a

historicidade dos objetos (RAMOS, 2004), bem como o manejo dos objetos geradores como fonte histórica (BARROS, 2019), as discussões e os debates foram realizados.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se, por meio dos objetos geradores selecionados, a externalização das narrativas por meio das lembranças dos familiares, quando os estudantes, durante a realização da atividade domiciliar, foram fundamentais também para ajudá-los a ler, compreender, refletir, estranhar, problematizar e aprender História a partir das suas vivências cotidianas, escolares e ou sociais no seu lugar, ou seja, a história pode ser despertada a partir do seu local, para além dos conteúdos apresentados nos currículos escolares (NEVES, 1997).

Corroborando para novas perspectivas de ensino na Educação Básica, se faz possível e necessário utilizar a história local, ou do lugar, em contexto de ensino e aprendizagem escolar, pois na perspectiva de Joana Neves, “Toda história é local”, e pode colaborar para uma melhor compreensão de mundo, a partir do ato de aprender História, na escola e na sua comunidade. O lugar onde se vive está inserido no mundo, do qual se faz parte e se é sujeito das ações. É fundamental destacar que, a tomada dessa consciência se faz também na escola, e a História enquanto disciplina escolar não deveria se dissociar das realidades sociais inseridas em seu contexto educacional.

Ao tomar ciência nas aulas de História, a memória e a História que nos cercam fazem parte desse todo, denominado global. Ora, se a história da sua comunidade não está inserida em contexto de ensino escolar, e se ela não for problematizada pela escola, ela não aparecerá nos livros didáticos que tem abrangência nacional e generalizadora. Portanto, os estudantes passam a reconhecer que eles têm papel importante no registro do passado das suas comunidades, e isto lhes atribui identidade, antes mesmo de romper a barreira da porta da sala de aula.

Sendo assim, o letramento histórico desenvolvido leva os estudantes, e a mim mesmo enquanto docente, a refletir em sala de aula o que escolhemos lembrar ou esquecer de nossas memórias, problematizando que o esquecimento pode levar ao distanciamento da nossa identidade local, e da nossa história, especificamente a do lugar. Sendo assim, ao realizar atividades que oportunizem o registro de memórias em espaço escolar, acabei também por elaborar fontes passíveis de estudos históricos escolares.

Ao problematizar os objetos como fontes de saberes históricos para entender as ações dos sujeitos sociais da comunidade escolar, proponho realizar a conexão direta entre escola, memória, estudante e história, inseridos no seu contexto social, escolares e familiares, que por vezes não está presente nos livros didáticos.

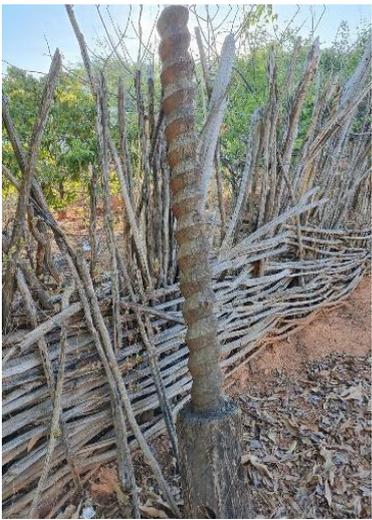
Neste primeiro momento da oficina os alunos apresentaram os objetos em sala de aula, ou fotografia destes “documentos” que não conseguiram conduzir até a escola, para serem

socializados. Ao apresentarem os objetos por eles selecionados, apresentaram as narrativas de memórias coletadas, relatando as representações das memórias transmitidas por seus conhecidos ou familiares.

Para sistematizar os objetos selecionados pelos estudantes apresento a seguir uma tabela com nome do aluno e objeto gerador, indicado para despertar a memória, que muito revela sobre a história local de um ponto de vista mais identitário.

Tabela 2: Objetos geradores reivindicados

Objetos geradores selecionados			
Estudante	Comunidade	Objeto	Fotografia
Flávia Pereira	Distrito do Umbuzeiro	Máquina de Costura	
Késia Silva	Sítio Barriguda	Pilão de Madeira	
Kemilly Silva	Sítio Barriguda	O pilão, um ferro de brasa para passar roupa e um candeeiro	

Kennedy Silva	Sítio Barriguda	Parte de uma prensa da casa de farinha	
Ana Flávia Delmano	Distrito do Umbuzeiro	Pilão em escala reduzida do Pilão de Madeira	
Maria Alicya Neto	Distrito do Umbuzeiro	Rádio de pilhas	
Edileuza	Sítio Pé Grosso	Cuscuzeira de barro	

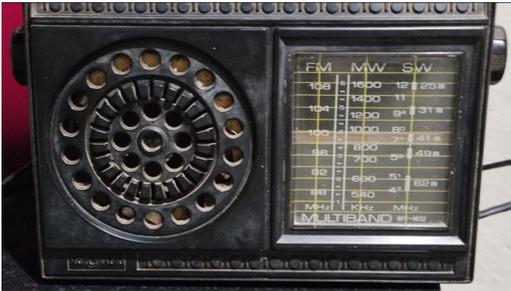
Ana Flávia Delmano	Distrito do Umbuzeiro	Pilão em escala reduzida de Pilão Madeira	
Maria Alicya Melo	Distrito do Umbuzeiro	Rádio de pilhas	
Edileuza	Sítio Pé Grosso	Cuscuzeira de barro	
Cícera Isadora	Sítio Amargoso	Baú-mala	
Arthur David	Sítio Açudinho	Moinho e ferro	

Tabela 2, elaborada pelo autor

Verifica-se que os objetos por eles reivindicados estão ligados à cultura local, revelando aspectos econômicos como a agricultura familiar e a pecuária, inerente ao trabalho e vida campesina vivenciada por eles, seus familiares e responsáveis. Com a experiência de escuta da memória, os alunos passam a ser capazes de expressar suas memórias e problematizá-las como vestígios que os ajudam a contar o passado, atribuindo-lhe sentimento de pertencimento à história do lugar.

Cada objeto foi de certo modo também um gatilho revelador de memórias individuais e coletivas, a serem tomadas como fontes para estudo da história do local na escola.

O objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber - leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras (RAMOS, 2008, p. 32).

Diante da problematização do objeto na sala de aula, os discentes buscaram descrever as memórias transmitidas em atividade domiciliar, e as recontaram em conversas com o professor e os outros alunos, o que fez revelar muitos elementos que ajudam a compreender a história que cercam a escola José Pereira Frade. A atividade trouxe por meio da memória vivenciada pelos alunos características da cultura, economia e sociedade que foram evidenciadas nas apresentações das narrativas pelos estudantes garimpadas e compartilhadas.

Como complemento da atividade realizada, os alunos foram desafiados a realizar de forma escrita o registro das narrativas das memórias que ouviram, descrevendo a historicidade revelada nos objetos. Para descrever essa ação metodológica selecionei 04 atividades de registro dos estudantes para, de forma didática e concisa, exemplificar como eles representaram, por meio da escrita, a descrição dos objetos geradores e neles as memórias reveladas.

A discente Flávia Pereira, na atividade realizada, apresentou a pesquisa realizada em atividade domiciliar sobre uma máquina de costura, assim descrita por ela: “Essa máquina de costura foi comprada em Conceição-PB há mais de 40 anos, foi comprada no tempo do cruzeiro, com ela vó costurava roupa para os filhos”.

A aluna Flávia, ao indicar a máquina de costura como objeto gerador, acaba por contribuir para entendermos que mesmo se tratando de uma comunidade rural, os avanços da tecnologia e da revolução industrial se fizeram presentes no ofício de sua avó, que para além dos trabalhos domésticos da lida com a casa e a criação dos filhos, fabricava a vestimenta dos

próprios filhos, o que demonstra que sua família era detentora de uma condição financeira e que sua avó, além de agricultora também detinha outros saberes laborais.

O que despertou a curiosidade de irmos ao encontro dos seus familiares para compreender esse período relatado pela aluna. Quais memórias e histórias este objeto pode revelar e nos ajudar a contar a história do lugar?

Imagem 30: Máquina de costura



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2024.

Após a exposição da máquina de costura realizada pela discente Flávia Pereira, em seguida foi apresentada uma fotografia de um pilão de tia Ritinha, pela aluna Késia Silva.

Imagem 31: Tia Ritinha e o pilão



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2024.

A fotografia foi intitulada pela estudante como Tia Ritinha e o pilão- da década de 1970, a aluna o descreveu em sala de aula a partir das informações que da sua tia recebeu, pelo compartilhamento de suas memórias. No exercício proposto durante a oficina, assim ela pontuou:

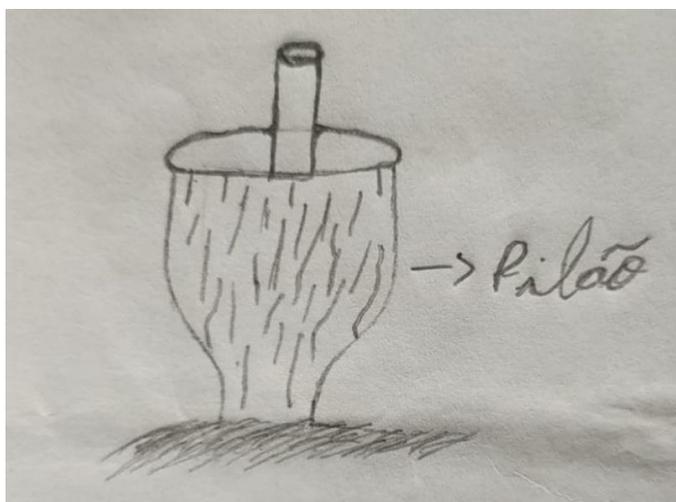
Ritinha e o pilão da década de 1970. Tia Ritinha disse que quando ela nasceu já existia este pilão. Hoje ela está com 75 anos e este pilão ainda existe na casa dela. Ela disse que o pilão era utilizado para pisar o arroz naquele tempo, o milho para fazer a canjica, a pamonha, quarentinha, angu, gergelim, a fubá, que se utilizava muito naquele tempo (Arquivo da pesquisa, 2024).

Ao falar do pilão de sua tia, a aluna Késia fez uma descrição muito significativa das relações da economia campesina no lugar e das formas de alimentação produzidas com a utilização do instrumento de trituração de grãos, deixando indícios dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, em que fica evidente o cultivo de várias plantas que supriam as necessidades de alimentação da família de Késia, e provavelmente deve ter sido replicado por outras famílias daquela comunidade rural. Diante das possíveis questões da economia do lugar nas décadas anteriores e posteriores aos anos 1970.

Dessa forma, isso se configurou como um fator relevante, que fez com que nós escolhêssemos continuar o estudo sobre o pilão como objeto gerador, já que ele aparece como uma ferramenta utilizada por outras famílias, sendo citados por outros estudantes no trabalho de escuta de memória, requerido na oficina anterior.

O pilão foi citado também pelo estudante Kenedy Silva: “O objeto era utilizado naquele tempo para pisar arroz, milho, bacalhau, e gergelim, e outras coisas, este pilão ajudou muito naquele tempo”. A estudante Kemilly Silva assim descreveu a ferramenta: “Porque se não fosse o pilão não teria como preparar os alimentos para cozinhar”.

Imagem 32: Desenho do pilão feito pelo estudante Kenedy



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

A aluna Ana Delmano ainda registrou:

Pilão usado para fazer xerém. A amiga da minha avó quando minha vó morava no Sítio a minha vó me disse que mãe da amiga da minha vó ela precisava de arroz e foi lá na casa da amiga da minha vó, aí ela descascou o arroz para fazer o almoço para meu avô e meu tio. Ela pisou café, milho para fazer angu e gergelim, mas ela morreu e o pilão ficou lá (Arquivo da pesquisa, 2024).

A partir dos relatos observamos que ao descreveram este instrumento de uso doméstico para manufatura e produção dos alimentos, se percebe que este deixou de ser utilizado com o passar dos anos, se tornando um objeto de valor simbólico, e que representa um período do passado em que seu uso era de suma importância na tradição culinária local, já que os indícios apresentados pelos estudantes revelam não ser mais utilizado na fabricação de alimentos para consumo dos estudantes em seu dia a dia, no tempo presente.

No relato do aluno Jonas Kaike, ele escreveu o que ouviu de sua bisavó. Na atividade ele destacou a importância do pilão no que diz respeito à sobrevivência da família, e que as relações de ajuda mútua entre os vizinhos era algo muito comum, bem como os modos de transmitir as formas do fazer e dos saberes que são típicos da população campesina local, expressando assim os saberes da população. Um pilão que era a sobrevivência da família toda, e que com esse pilão era gerada a comida e os vizinhos também usavam. Ela ganhou da mãe dela quando casou, tinha apenas 20 anos, e conta que o pilão era a forma de fazer comidas para seus filhos, nele pisava o milho, ela diz que tinha que molhar o milho de um dia para outro, só assim conseguia fazer a massa do milho porque naquele tempo não tinha recursos para comprar o arroz e macarrão, então do milho ela fazia farinha de milho pisado no pilão, cozinhava no fogão de lenha com panelas de barro, as vasilhas eram feitas de cabaça.

Outro objeto que despertou essas relações da cultura material, como reveladora das relações familiares, das comunidades que entrelaçam o presente e o passado, nas aulas de história e que encontraram na escola José Frade, a partir das narrativas dos alunos, embora muitos outros objetos tenham sido reivindicados, foi o Moinho de Ferro apresentado pelo estudante Arthur David.

Moinho, marca mimoso. Mimoso é a marca do moinho da minha tia Penha. O referido moinho foi comprado pelo meu tio Souza para minha tia Penha, nos anos 2000, na Cidade de Serra Talhada - PE. Sendo utilizado por ela e pelas vizinhas, já que só existe esse moinho aqui no Sítio Açudinho. O mesmo serve de moedor de milho, gergelim, mamão, entre outros grãos. Donos do objeto: Maria da Penha e Raimundo Souza (Arquivos da pesquisa, 2024, grifo do autor).

O Moinho descrito por Arthur é apresentado de forma expositiva para os colegas, é uma demonstração de que a utilização do ferro e da revolução industrial se fazia presente naquela comunidade rural, um novo equipamento doméstico facilitava a vida das mulheres em seus afazeres domésticos, em substituição ao tradicional pilão de madeira, anteriormente apresentado pela aluna Késia Silva.

Imagem 33: Moinho de Ferro

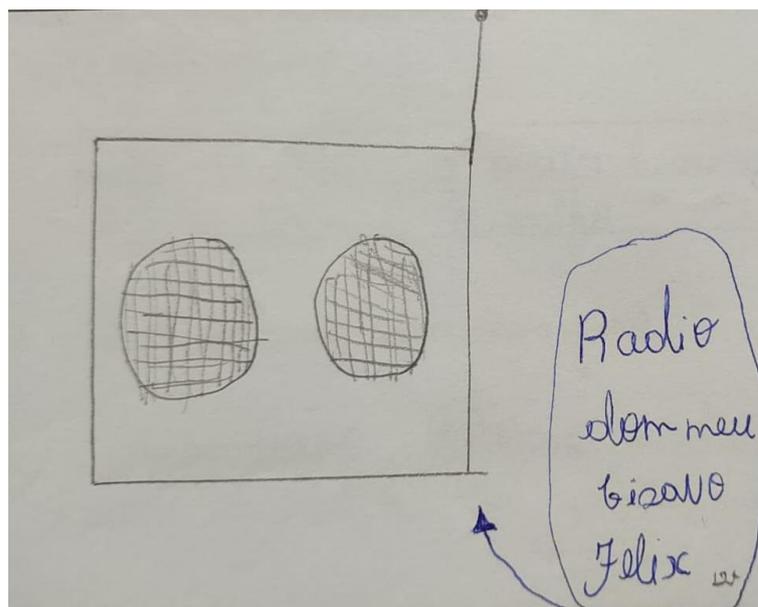


Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Ao historicizar o moinho em debate na sala de aula, professor e alunos puderam refletir e perceber que a passagem do tempo apresenta mudanças nas formas de fazer e conviver em comunidade, e observar que assim como as mudanças existem as permanências das tradições. Isso porque, ao mesmo tempo que o moinho mudou a forma de manufaturar os alimentos pelas mulheres da comunidade do Sítio Açudinho, manteve-se a tradição do compartilhamento comunitário do objeto que manteve o uso socializado entre as pessoas nos seus afazeres cotidianos. Assim, a produção agrícola e a fabricação de alimentos se apresentam na sala de aula como uma tradição que une as pessoas da comunidade.

No decorrer da atividade, a aluna Maria Alicya Melo, para relatar a execução da atividade domiciliar, nos apresentou um desenho do objeto por ela estudado, não teve a autorização para trazer o rádio de pilhas que pertenceu ao seu bisavô, já falecido, e não tendo como tirar uma fotografia o representou por desenho feito de forma espontânea, para cumprir a atividade e apresentá-lo aos outros colegas e ao professor.

Imagem 34: Desenho do rádio do bisavô da estudante Maria Alicya Melo



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

A estudante Maria Alicya exibiu o seu desenho e leu o que havia escrito sobre o rádio, que atualmente é considerado uma relíquia da sua família, que o tem como uma recordação do seu bisavô. Além do registro do objeto em forma de desenho, ela apresentou as memórias despertadas por ele na conversa com seus familiares de maneira expositiva, para seus colegas em sala de aula.

O rádio do meu avô.

O rádio de pilha de meu avô ele só pegava AM, ele comprou para todo dia para escutar voz do Brasil e também toda meia noite escutava os programas dos padres. Todo mês ele comprava 4 pilhas para colocar no rádio porque antigamente não tinha energia, esse rádio meu avô comprou em Conceição - **PB** ele morava no sítio amargoso - **Santa Inês PB**, aí ele comprou usou no Amargoso depois foi morar em Santa Inês e levou o rádio, ele tem mais de 50 anos, esse rádio depois minha avó ficou com o rádio, ela tem mais de 5 anos com esse rádio. Aí depois meu tio colocou a energia no rádio e agora pega FM e outros canais (Arquivos da pesquisa, 2024, grifo do autor).

Logo após a fala e a apresentação da estudante, os alunos mediados por mim debateram como era a vida antes da chegada da energia elétrica nas comunidades rurais, e de como tudo era bem diferente, um dos alunos comentou: “Até o rádio que era a pilha se atualizou, agora pega energia, AM e FM”.

Possibilitando desta forma, avaliar que os alunos conseguiram compreender que os objetos ajudam a história a contar a passagem do tempo, e de como em todos os lugares as ações do homem mudam, não apenas a forma de vida, mas, fabricam novos objetos. E, de acordo com as necessidades que surgem, novos utensílios melhores adaptados vão surgindo ao tempo que outros deixam de ser utilizados, atribuindo-os várias representações do passado, assim como a imagem do rádio desenhada e representada pela aluna.

No que diz respeito à história da cultura material, o testemunho de imagens parece ser mais confiável nos pequenos detalhes. Ele é particularmente valioso como evidência da arrumação dos objetos e de seus usos sociais, não tanto a lança, ou garfo, ou livro em si, mas a maneira como empunhá-los. Em outras palavras, imagens nos permitem reinserir velhos artefatos no contexto social original (BURKE, 2017, p. 153).

Desta forma, ao viabilizar em atividade domiciliar a escuta, se possibilitou a análise dos vestígios como artefatos do passado, que ajudam os alunos e os historiadores a compreendê-los. Permitiu-se que os estudantes representassem por meio também da elaboração das imagens dos objetos estudados, suas compreensões sobre o passado e a história, que a partir deles foram socializados em sala de aula. Durante a exposição foi despertada a curiosidade de saber mais sobre o passado, que por eles foi apresentado durante a aula.

A apresentação do rádio encerra esta oficina pois embora outros objetos tenham sido indicados durante a realização da atividade, houve a sistematização da metodologia aplicada e apresentada com um recorte necessário, diante das limitações do cronograma de pesquisa, sem, contudo, acarretar prejuízo no entendimento do método desenvolvido, nem tampouco nos resultados apresentados.

Após o trabalho de registro dos alunos, era chegada a hora de ir em busca das memórias reveladas pelos objetos geradores. Os estudantes foram convidados a visitar as comunidades e ouvir o que as pessoas tinham a dizer sobre suas recordações, memórias individuais e ou coletivas, que os objetos ao serem colocados como vestígios da história do lugar em que vivem os faziam revelar. Já para os estudantes a aula passeio era a oportunidade de observar suas comunidades como lugares que têm história para contar, aprender e valorizar.

Como fatores determinantes no planejamento das aulas-passeios foi levado em consideração as condições viáveis para a realização de atividades em ambiente externo escolar, para as aulas passeio, acesso aos objetos, e as pessoas que se encontrassem mais próximas à escola. Foi feito contato prévio com o depoente, para receber o professor e para que os alunos pudessem ir ao seu encontro, em horário escolar, preparando os estudantes sobre os procedimentos de respeito, escuta e empatia nos locais de visita e durante as rodas de conversa.

Outra escolha metodológica foi a de dividir os alunos em grupos, unindo para a aula-passeio os que residem na mesma comunidade, pois as rodas de conversas foram realizadas em contra turno escolar o que favoreceu a logística, tendo apenas o professor que se deslocar ao encontro dos estudantes, e dos depoentes em cada comunidade selecionada. Ao final de cada encontro foi elaborado o registro dos depoimentos, e para fabricação da caixa da memória como

método de historicizar os objetos por meio da memória neles reveladas, e serão a seguir apresentadas.

3.4 Aula oficina: O lugar onde vivo: Campo para o Ensino de História.

Do ponto de vista da abordagem didática, o estudo da história local/regional requer a iniciação dos estudantes ao método de investigação histórica, de modo a compreender os processos implicados na produção deste conhecimento, o que não significa, contudo, tornar o estudante um pequeno historiador.(...) O estudo da história local/regional enseja, assim, o protagonismo dos estudantes na construção ativa e colaborativa de conhecimentos e a apropriação de procedimentos metodológicos específicos que permitam explorar as fontes disponíveis (CAIME, 2010, p. 76).

Como abordagem metodológica para oportunizar a efetivação do letramento histórico por mim pleiteado, ao longo desta pesquisa, escolhi a aula passeio como ponte de conexão entre escola e comunidades, entre saberes da história escolar com a memória e a história local. A vivência com o lugar agora passou a ser problematizada de forma historicizante por mim enquanto docente, e pelos estudantes, já que passamos a observar os objetos e a história local, como se olha pela janela da escola para o horizonte, assim como fazem os historiadores em seu ofício, passamos a utilizar este olhar como objeto de estudo indo ao seu encontro.

Entendo que a história local poderá ser discutida, problematizada e melhor compreendida, ou conhecida, por meio desse trabalho de sair da escola em busca de elaboração de depoimentos. Quem sabe ao final de cada roda de conversa os estudantes possam atribuir sentido a sua história de vida “A história de vida constitui-se em depoimentos aprofundados em que se busca reconstituir por meio do diálogo a história do sujeito desde sua infância até os dias atuais” (COLOMBY, et al. 2016, p. 03).

Aqui destaco que as aulas-passeios que irei em breve relatar foram indicações e escolha dos estudantes que usaram o seu desejo de aprender a história nos objetos por eles reivindicados, assim como as pessoas das comunidades a participarem das rodas de conversas, onde compartilharam seus depoimentos, das suas memórias. Fomos ao encontro dos objetos onde eram possíveis de serem encontrados.

Essa fase da pesquisa foi importante pois propiciou a presença dos discentes na experiência de campo olhando o lugar onde vivem como campo onde a história acontece cotidianamente, passando a ouvir as memórias relatadas, e registrando em anotações as suas

impressões, que nos serviram de documentos para a elaboração da caixa de memória que apresento no capítulo 4, como produto da pesquisa.

Para cada visita fora da escola, as aulas-passeio foram planejadas inspiradas no trabalho de dissertação de Mestrado em Ensino de História intitulado “Akangatu, o Levante da Memória: Ensino de História e Letramento Patrimonial em Cachoeira dos Índios-PB”. Neste trabalho, o professor Djalma Dantas utiliza da metodologia de aulas-passeios, para trabalhar o município como meio histórico, transformando os patrimônios do lugar como espaços escolares de ensino de História (DANTAS, 2024).

Diante da experiência promissora e exitosa, dentro do meu contexto escolar foi oportunizado a realização de rodas de conversas, mediadas por mim enquanto professor-pesquisador, que elaborei o roteiro de perguntas e registrei os depoimentos, com a pessoa escolhida para conversar e compartilhar suas lembranças e memórias. Durante a atividade, a roda de conversa foi utilizada como metodologia para que os estudantes ouvissem as narrativas dos depoentes sobre o objeto no momento da sua fala, revelava-se sua vivência em família e/ou em sua comunidade, despertada naquele objeto gerador.

Com o cuidado didático exigido para atividades fora do ambiente escolar, o planejamento requer maiores cuidados e atenções, para que os estudantes não entendam a atividade como um mero lazer, sem fins educativos e de aprendizagem, pois nas aulas de campo propostas buscou-se fornecer uma formação a favor da complementação dos saberes históricos escolares.

Para realização da aula-passeio encontro nos pensamentos dos autores Marcos Silva e Selva Guimarães (2012), suporte teórico para a utilização dos objetos indicados pelos estudantes, para promover o estudo da história a partir do entorno escolar. Cada um para nos servir de subsídio à compreensão dos saberes históricos vivenciados, que podem levar a compreensão da nossa “cultura escolar” (SILVA, GUIMARÃES, 2012). Os objetos tornam-se fontes materiais da história a ser estudada, problematizada e para a aprendizagem da História estudada na escola.

Isto posto, atribuindo aos objetos, de forma metafórica, a função de serem janelas para que os alunos possam delas passar a observar a história com estranhamento, os saberes históricos que deles podem ser extraídos, passando a serem revelados nas falas das pessoas que foram visitadas nas aulas passeios, “possibilitando ao ensino de história se beneficiar da reflexão sobre objetos e experiências existentes no cotidiano de cidades e campos, em visita orientada a lugares adequados ao projeto de curso” (SILVA, GUIMARÃES, 2012, p. 69).

Entendemos que aqueles e outros objetos não são simples "coisas", uma vez que fazem parte dos fazeres humanos, englobam saberes, aprendizados, ensinamentos e simbologias de várias naturezas. Uma panela, por exemplo, significa saber fazê-la ou poder ter acesso a ela já pronta, saber usá-la, pode ser suporte de memórias (originária de uma região do Brasil, no caso de panelas de pedra ou barro, ou de outro país, quando de alta tecnologia ou design avançado; ter pertencido a uma pessoa querida ou sido usada por ela). São coisas de pessoas e para pessoas. Existem num universo de imaginação e como potencialidades humanas (SILVA, GUIMARÃES, 2012, p. 71).

Sair da escola e ir à casa dos seus familiares, e pessoas das suas comunidades, e desta vez passar a olhar o seu entorno, com um olhar de estranhamento histórico, buscando não ser pequenos historiadores, mas particularmente gosto da forma didática, e até lúdica, apresentada por Francielle Cassol e Flávia Caimi, ao apresentar os alunos como “Detetives da História”. A aula-passeio passa a ser um instrumento de motivação, de autoestima e pertencimento, promovendo um diálogo entre as gerações (2012).

As aulas-passeio aconteceram conforme cronograma apresentado na tabela a seguir. Na atividade foi organizada a realização de rodas de conversas, durante o processo de escuta foi feita a produção de registro escrito do depoimento por mim, e registro de anotações dos alunos, para conversas posteriores em sala de aula.

Tabela 3: Cronogramas de visitas de campo

AULAS-PASSEIO REALIZADAS			
Depoente	Objeto gerador	Local e data	Alunos participantes
Eunice	Máquina	Povoado do Umbuzeiro, 11/03/2024	Flávia Pereira, Flávia Delmano, Alicya Melo e Aurea.
Rita	Pilão	Sítio Barriguda, 12/03/2024	Kemilly Silva, Ana Ferraz, Kennedy Silva, Fernando.
Dona Penha	Moinho	Sítio Barriguda, 13/03/2024	Arthur e Lucas
Zelita	Rádio	Povoado do Umbuzeiro, 14/03/2024	Flávia Pereira, Flávia Delmano, Alicya Melo e Aurea.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

3.4.1 - Aula passeio: Distrito do Umbuzeiro - Objeto Gerador: Máquina de Costura

Imagem 35: Visita à casa da Senhora Eunice



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2024.

Buscando consolidar as atividades da pesquisa apresentadas durante as oficinas de memórias e história, por meio dos objetos geradores no espaço escolar do Distrito do Umbuzeiro e comunidades no seu entorno, passamos a realizar as aulas passeios nos locais e com depoentes indicados pelos estudantes durante as oficinas em sala de aula, para o levantamento das memórias despertadas em cada objeto gerador problematizado e escolhido para realização das aulas-passeio.

Visando vincular a formação educativa do ensino de História, com a cultura material que pode ser levantada a partir dos objetos, direcionado pela pedagogia do diálogo de Paulo Freire, fiz uso da pedagogia do objeto gerador de Francisco Regis Ramos (2004). Sua proposta teórica e metodologia solidificada nos objetos geradores, que pensa os museus como um texto, uma narrativa, no qual ele propõe que, para além do museu, pode também ser aplicada em sala de aula e em outros espaços educativos, onde “a pedagogia do diálogo ‘contida na palavra geradora’ pode servir de base para o trabalho com os objetos geradores” (RAMOS, 2016, p. 73).

Enveredando por esse caminho, para motivar reflexões das tramas entre os sujeitos e objetos, fomos em busca das memórias para escutar a fala de pessoas da comunidade, por entender que a roda de conversas seria um momento que nos permitiria a possibilidade de indagações a partir de conversas, para perceber essas tramas na relação sujeito e objeto, que expressam traços da cultura material e das relações sociais.

Neste sentido, quando da então oficina sobre os objetos geradores, e realização de atividade domiciliar pelos estudantes, para selecionar possíveis objetos geradores, a aluna Flávia Pereira nos relatou em sala de aula sobre a máquina de costura pertencente a sua avó Eunice. O objeto é considerado importante no contexto histórico da família, e bem interligado

às memórias da sua avó, tendo nos feito em sala um breve relato, a estudante Flávia indicou sua avó, como uma possível informante. Sendo o primeiro campo de estudo, o passeio pela comunidade iniciou com a ida à residência de Dona Eunice, para a realização de roda de conversa, e registro do seu depoimento para escuta atenta dos estudantes, de forma curiosa, para conhecer quais novas narrativas históricas aqueles objetos despertariam.

Com isso, organizamos e agendamos o dia de ir até a casa da senhora Eunice, para ouvir suas memórias, que pudessem ser levantadas por meio de tão importante objeto, a máquina de costura, que fazia parte do contexto social do Distrito do Umbuzeiro e do seu entorno. Ou seja, os objetos geradores seriam acessados como vestígios de experiências sociais e individuais de membros da comunidade.

Para isso, em virtude da distância de alguns alunos das outras comunidades de moradias de outros, o que impossibilitava a presença de todos no local para a aula passeio, foi realizada com a presença dos alunos que residiam na comunidade do Distrito do Umbuzeiro. O grupo nessa atividade de campo foi formado por mim, professor Fábio, e pelas estudantes Flávia Pereira, Flávia Delmano, Francisca Áurea e Alycia Melo.

Previamente organizado, e com a ciência da depoente Eunice, fomos a sua casa, onde ela alegremente nos recebeu. Ao chegarmos expliquei para a depoente que a nossa presença ali fazia parte de uma das etapas do projeto de pesquisa o qual estávamos realizando, para a produção do conhecimento histórico, a partir dos objetos geradores, por isso falamos da importância da sua máquina de costura, para contribuir para nosso estudo, e para aprendizagens das alunas presentes, dos outros posteriormente, e para conhecermos aspectos da história local que não são usualmente tratados nos conteúdos escolares.

Expliquei que a roda de conversas teria a finalidade de estudo, no qual tudo que fosse registrado, por escrito ou meio fotográfico, teria fins de pesquisa, garantindo assim a confiabilidade dos dados prestados e informações repassadas. Também informei que a roda de conversas teria como norte um roteiro de perguntas para direcionar a conversa, as informações seriam anotadas tanto por mim, pesquisador, quanto pelos estudantes, como meio de melhor fixar as informações e para uma compreensão mais acessível.

Imagem 36: Roda de conversa durante a aula passeio



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Iniciada a conversa, perguntei a depoente sobre a máquina de costura, o objeto gerador que ela possuía. Respondeu que tinha a máquina de costura, citou também outros objetos que eram fontes de recordações, e revelações, que alimentavam suas memórias, relatando que tais objetos eram muito importantes para ela. E assim, a depoente compartilhou parte de suas recordações, que foram sendo registradas pelos ouvintes.

A depoente relatou que adquiriu a Máquina de Costura comprando-a na época do Cruzeiro. Os alunos, neste momento, tiveram uma compreensão sobre a questão da passagem do tempo que acarreta mudanças. Escrevi no meu diário de pesquisa a pergunta feita pela aluna Alicia (6º ano) que fez o seguinte questionamento: “Quanto era que valia 1 (um) cruzeiro? Registrei também no meu caderno de anotações a resposta da Sr.^a Eunice, que assim respondeu: “O Cruzeiro era muito, não tinha muito valor que nem o real não. Porque uma moeda de 1 cruzeiro, hoje uma moeda de 1 Real, nesse tempo o Cruzeiro podia ser a metade de 50 centavos hoje, que é 50 centavos, era, era muito baixo.” Expliquei que o Cruzeiro foi uma das moedas do Brasil que circulou no nosso país em diferentes épocas, no recorte temporal em que estava falando, foi de 1970 até 1986.

Mesmo de maneira despreziosa dona Eunice, a partir das memórias despertadas pela máquina de costura, nos forneceu informações importantes sobre um período da história econômica do Brasil, que foi justamente a transição do Plano Cruzeiro para o plano Real, que são abordados na sala no livro didático “Viver História com Leandro Karnal” que apresenta como aquele período histórico foi vivenciado pela comunidade, possibilitando aos alunos

compreender que a história estudada em sala de aula, no capítulo 12, pode ser também estudada no seu cotidiano, tendo como fonte as memórias de seus conterrâneos.

Dona Eunice, ao historicizar sua máquina de costura, apresentou, ao reavivar suas memórias, uma narrativa de fatos e passagens históricas que ligaram a história da sua família à História do Brasil, em meados dos anos 90, trazendo novos sentidos às representações do passado daquele objeto para a aula de História, durante a visita a sua residência.

No passado, ao comprar a máquina de costura, revelou as dificuldades encontradas para se conseguir recursos, ou melhor nas suas palavras “dinheiro do meio rural”. A labuta para arrecadação de recursos, de forma digna e honesta que sabia realizar, era o trabalho árduo na roça, cultivando milho, feijão, etc.

Durante seu relato, registrou a importância que ressaltou do trabalho e da colheita na safra do algodão, segundo ela, “conhecido como ouro branco dos Sertão”, serviu de matéria prima para a produção de tecidos nas comunidades rurais de Santa Inês-PB, a partir de teares manuais. Também registrei o seu relato sobre o Distrito do Umbuzeiro, e nas comunidades rurais sobre o período do ciclo de algodão, como tempo de prosperidade, pois segundo Eunice no período alguns agricultores chegaram a produzir de 2.000 kg, até 3.000 kg de algodão, que eram comercializados na cidade de Conceição-PB, e de lá eram levados para grandes fábricas nas capitais.

Seu relato foi explicativo para todos na roda de conversas, que os comerciantes passavam nas casas dos agricultores da comunidade à procura do algodão, fechando negócio com os agricultores locais, utilizando da principal fonte de renda daquele período, revelando assim aspecto da economia local e permitindo uma grande oportunidade de aprendizagem histórica.

Tal fonte de renda para os camponeses do sertão nordestino não durou muito, Dona Eunice fala, por meio das suas narrativas, que durante a atividade de campo veio um bicudo (Praga) que quando algodão ia carregando, dava uma doença, provocada pelo besourinho que cortava a flor, comprometendo a produção, levando então ao colapso dessa cultura nesta região.

Após relatar sobre o algodão, perguntei-lhe se havia algum outro produto nessa época que se cultivava. A depoente descreveu que também havia a mamona, que era plantada no período do inverno (chuvas) e colhida na seca, vendia-se aos comerciantes do Carmo- PE. Nesse instante ela foi questionada por um dos alunos presentes sobre para que servia a mamona, Dona Eunice respondeu que era usado para fabricação de óleo e azeite. Neste instante observei a surpresa dos estudantes que pareciam não atribuir valor comercial, mudando a perspectiva a partir do relato durante a roda de conversa.

Ao falar da sua máquina de costura, com muita evidência nas suas memórias compartilhadas, fica claro que sua vivência familiar e comunitária está ligada aos aspectos produtivos camponeses. Dona Eunice também me permitiu registrar durante a roda de conversa que no Distrito do Umbuzeiro havia uma tecedeira, chamada de Dona Francelina (*in memoriam*), que possuía um tear, tendo ela por muitas vezes transformado o algodão em fios, para ser por ela comercializado e transformado em redes e lençóis.

Neste momento registrei que os estudantes foram despertados à curiosidade de saber mais sobre Dona Francelina, e seu ofício no Distrito do Umbuzeiro, perguntando: Onde ela morava? Onde ficava seu tear? A quem e como eram vendidos os produtos feitos por ela? De forma cordial, a anfitriã da aula passeio relatou sobre essa personagem histórica do lugar, começou apontando onde ficava a casa da tecelã e o respectivo lugar do tear. Localizado dentro da casa da artesã que era de taipa, o tear era composto basicamente de madeira e algumas peças de ferro, dava-lhe suporte e possibilidade de realizar seu ofício.

Identifiquei que ao falar da história do lugar, resgatando os sujeitos históricos locais, chamou a atenção dos discentes que queriam saber mais um pouco sobre a figura dessa artesã e sua arte, esta produzia rede para o descanso das pessoas, e os pontos teciam os lençóis que matavam o frio das noites de inverno. Durante a aula passeio a depoente, o professor e os estudantes puderam observar como a máquina de costurar foi capaz de levantar outros aspectos da cultura do lugar, registrei a impressão da aluna Flávia Pereira que assim comentou: “A conversa começou numa máquina de costurar e fomos para o tecido de algodão”.

A máquina de costura também permitiu apresentar que com o declínio da cultura algodoeira no Nordeste, devido a praga do Bicudo, no relato de Dona Eunice, se fez necessário migrar para outras regiões do país, tendo em vista que a sobrevivência na sua terra natal se tornava inviável. Nesses tempos difíceis a máquina de costura foi testemunha e vestígio desse período, e foi para ela uma companheira de viagem aos Estados do Goiás e do Pará, em busca de melhores condições de vida. Ao passar algum tempo fora da sua terra, ela volta ao seu lugar e lar, com a máquina de costura a lhe acompanhar

A aula-passeio se apresentou como uma ferramenta metodológica próspera para o Ensino de História na Escola José Frade, permitindo aprender História de forma prazerosa. Em um momento de conversa e aquisição de conhecimentos constatei que os estudantes tiveram ótima participação e grande interatividade, fazendo perguntas para a depoente, interessando-se mais para conhecer a historicidade local, descobrindo, por meio da narrativa da cultura material, pontos importantes da cultura agrícola, economia e sociedade do lugar.

Concluimos com certeza que durante a roda de conversas as narrativas foram sendo expostas e as informações que vieram por meio da memória, oportunizaram a todos, na roda de conversa, ouvir as lembranças, e refletir historicamente sobre o objeto daquela aula-passeio. O objeto assim ressignificado passa a fazer parte da História escolar produzida nesse processo de pesquisa.

3.4.2 Aula passeio: Sítio Barriguda - Objeto gerador: Pilão

Imagem 37: Aula passeio na casa de Dona Rita



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2024.

Conforme agendado previamente e comunicado a depoente, no dia 12 de março de 2024 realizamos mais uma roda de conversa, desta vez o cenário se deu no Sítio Barriguda, contando com a participação dos estudantes Kemilly Silva, Ana Ferraz, Kennedy Silva e Fernando.

A roda de conversa realizada na casa de Dona Rita contou com a participação dos alunos daquela localidade, que viram naquele objeto, durante a fase da oficina de atividade domiciliar, relevância para o levantamento da memória dos sujeitos históricos. Como isso, iniciamos a roda de conversas agradecendo a oportunidade oferecida por dona Ritinha em gentilmente fornecer o seu depoimento sobre o objeto, o seu tão estimável pilão.

Aos alunos participantes, disponibilizei uma pasta com materiais para os registros de informações em diário de bordo, com informações de grande valor para os fins da pesquisa, como também pelo registro das experiências dos alunos para a produção dos saberes históricos, que a partir da escuta do depoimento e da produção destas possibilitará aos estudantes

desenvolver o letramento histórico, a partir dos objetos geradores e das narrativas produzidas sobre esses, que também foram usados como fonte para consolidar os resultados da pesquisa.

Iniciei a conversa perguntando qual objeto ela tinha em casa o qual poderia ser relevante para o levante das suas memórias, a depoente nos respondeu que tinha um pilão de madeira muito antigo, do qual gosta muito por ter um laço familiar com ele, pois pertencera a sua sogra e agora está com ela.

A depoente foi contando que o objeto, no caso o pilão, tinha uma significância familiar para ela porque era um elo familiar que relembra um período de memoráveis lembranças na sua vida, recebeu como relíquia familiar tendo mais de 100 anos, porque quando chegou lá, em 1965, o pilão já era usado pela família da sua sogra, por isso, ela passou a zelar com grande carinho.

Dona Rita foi narrando as memórias, ao passo em que os alunos ouviam atentamente anotando os pontos importantes, ela destacou que o pilão era de uso não somente dela, mas de outros vizinhos, sendo assim de uso coletivo, triturando milho para o mungunzá, café, colorau, arroz. Ao citar o arroz, Dona Rita expressa nas suas memórias a lembrança na época da produção, pois ele era produzido no seu próprio sítio.

Imagem 38: Roda de conversa aula-passeio



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Durante seu relato registrei sobre as dificuldades enfrentadas por ela e sua família, pois as formas de diversão eram poucas, as brincadeiras na época da sua infância basicamente não existiam, também não havia escola pública disponível, se quisesse aprender a assinar o nome, a pessoa tinha que contratar um professor particular para poder ter acesso à escrita. As

dificuldades também aumentavam para o viver diário, pois em sua localidade não havia energia elétrica.

Quanto às lutas diárias, nas memórias de Dona Rita vieram as lembranças para obter água, sendo preciso buscá-la através do transporte em animais, água captada em uns tipos de reservatórios, chamados de cacimbão e açude. Por trabalharem na agricultura, assim como as demais comunidades, cultivavam o milho, feijão e mamona, e tinham como meio de transporte o cavalo.

Assim, ao longo da roda de conversas, por meio da memória da Dona Rita, as várias narrativas foram sendo faladas trazendo à tona diversos aspectos do lugar, oportunizando a todos na roda de conversas ouvir as memórias e refletir historicamente o objeto daquela aula-passeio.

3.4.3 Aula passeio: Sítio Açudinho - Objeto gerador: Moinho

Dando continuidade para consolidar os objetivos da pesquisa apresentados durante as oficinas de memórias e História, por meio dos objetos geradores no espaço escolar do Distrito do Umbuzeiro e das comunidades próximas, realizamos mais uma aula-passeio no Sítio Açudinho para visita à senhora Penha, e ouvir suas memórias elencadas a partir do seu moinho, e a partir delas registrar o depoimento, e posteriormente historicizar as memórias reveladas, ao serem problematizadas, contando com a participação dos alunos residentes naquela localidade, com a finalidade de construir saberes históricos.

Por isso, em março do corrente ano, com a perspectiva de lograr êxito nesta aula-passeio na comunidade do Açudinho, acompanhado dos Alunos Arthur e Lucas, realizamos a roda de conversa com a senhora Penha. Ela nos recebeu na sua residência, nos convidou para entrar e passou a partilhar das suas memórias reveladas a partir do moinho, objeto gerador indicado pelos estudantes, para ser mobilizador dos estudos históricos. Dona Penha considera o moinho como um portador das lembranças do passado, pois acredita que ele está carregado de muitas memórias e narrativas da sua História de vida, das Histórias da sua família e da comunidade, que tem um grande valor para este trabalho de pesquisa, ao ser utilizada como fonte de saberes históricos para o ensino da disciplina na Escola José Frade.

Imagem 39: Roda de conversa com a Senhora Penha



Fonte: Arquivos da pesquisa. 2024

Antes de apresentar o objeto, Dona Penha, começou a nos falar sobre sua história de vida, durante a conversa ela nos contou que nasceu em 1951, bem próximo da Pedra do Reino. Ela disse que um pouco abaixo da Pedra do Reino, que na casa que nasceu com seus irmãos, moravam seus avós Manoel Firmino da Cruz e Cícera Antônia de Souza, seus pais Zé Firmino e Geni Maria de Moura, e que eles eram do Pernambuco, da cidade de Serra Talhada.

Durante a conversa, apresentei aos meus alunos e a Dona Penha, que o lugar onde ela nasceu era muito importante para a história e para a literatura, pois.

O local conhecido como Pedra Bonita, atualmente Pedra do Reino, localizado no Sertão de Pernambuco se tornou temática no Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai e volta, no qual o enredo faz lembrar outros movimentos com características sebastianistas. Nesse lugar, atualmente, há duas formações rochosas entre 30 a 33 metros de altura em média cada uma. Essas rochas se localizam em meio a um santuário ao ar livre com esculturas de santos e personagens que fizeram parte de diversos movimentos messiânicos ocorridos no município registrados em livros, documentos e no Memorial da Pedra do Reino, arquivados em um acervo localizado em São José do Belmonte (SILVA, 2016, p. 06).

A roda de conversas que ainda não tinha debatido o objeto gerador permitiu problematizar com os estudantes os movimentos messiânicos e que o lugar onde Dona Rita nasceu foi cenário histórico reconhecido no currículo escolar, a exemplo do que eles iriam estudar em sala de aula, que tinha características semelhantes ao movimento de Canudos, ocorrido entre 1896 e 1897, assim como a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916, ocorridas durante a Primeira República (1889/1930), estudadas pelos alunos do 9º ano, no 2º capítulo do livro Viver História com Leandro Karnal (KARNAL et al , 2022) .

Após esse paralelo de debates, voltamos a roda de conversas e Dona Penha reafirmou que não era de Santa Inês e nem do Sítio Açudinho, que deixou a Pedra do Reino no Pernambuco e veio morar na localidade após ter se casado com o Senhor Sousa, na década de

1970, passando então a cuidar do marido, dos filhos e dos afazeres da casa e da roça, assim como aprendeu com sua mãe e sua avó, na casa de taipa que morava antes de migrar para esta localidade.

Em seguida, aproveitando de sua narrativa, perguntei quais histórias o moinho despertava. Dona Penha voltou-se a o observar e assim relatou: O moinho foi comprado em Serra Talhada pelo meu marido há 20 anos. Ela destacou que o moinho era melhor do que o pilão nas lidas domésticas, na hora de preparar os alimentos, ele era usado para moer o milho que era bastante consumido no Sítio Açudinho.

Para explicar um dos processos de preparação das ditas “comidas de milho” utilizando o moinho, relatou que bota o milho de molho, ferve a água, coloca o milho dentro e abafa, espera alguns minutos e leva esse milho para ser ralado no moinho, depois peneira e dele faz angu ou cuscuz, e tudo que dessa massa possa ser feita, processo esse que faz desde criança, desde os 8 anos de idade, quando ela começou a “relar o milho”, e que hoje por motivos de saúde não realiza mais o processo.

O objeto fez reaver da depoente outras lembranças que foram compartilhadas na roda de conversas, pois a alimentação estava ligada diretamente à sobrevivência dela e da sua família na roça, produzindo os alimentos que consumiam, o milho, o feijão. Destacando que observei que o moinho nos apresenta pelas memórias compartilhadas, como se deram e continuam a ocorrer os modos de alimentação daquela comunidade.

O moinho manual provocou novamente a reflexão dos estudantes sobre as mudanças e permanências dos costumes ao longo do tempo, e de como as inovações tecnológicas provocaram transformações na sociedade. Dona Penha relata que viveu o tempo do copo candeiro, onde só se faziam as coisas à luz do dia, enquanto que hoje, por meio dos avanços tecnológicos, da eletricidade advindos das Revoluções Industriais, muitos hábitos mudaram naquela comunidade rural, no entanto o moinho sobrevive como testemunha dessas mudanças e permanências que ele representa.

A roda de conversa fez com que o objeto gerador revelasse narrativas das festas de casamento das comunidades rurais do Açudinho, e demais localidades nas décadas de 1970-1990, recordadas como momentos de muita animação, e confraternização entre as pessoas, onde havia muita comida tradicional na comunidade. Essas festividades muitas vezes duravam dias, mesmo as pessoas usando roupas simples, a comida era farta de tudo que a terra lhes podia dar.

Imagem 40: Roda de conversa com Dona Penha.



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Ao longo da conversa novos objetos testemunhas destes costumes passaram a ser apresentados, ao falar do casamento a dona da casa disse que, todas as comidas eram feitas nas panelas de barro de Dona Francisca Benevenute, artesã conhecida pela arte ceramista que sustentava sua família produzida no Sítio Flamengo, que faz divisa com sua localidade. Infelizmente essa arte não é mais praticada na região.

Ela também lembrou que vivenciou dois momentos difíceis, as secas de 1958 e 1993, quando a gamela teve dificuldades de encontrar milho moído para aparar, quando caía depois de ser ralado. A gamela foi descrita na hora da conversa como um recipiente de madeira que era usado para armazenar o milho que caía do moinho ralado, para a preparação de alimentos.

Seu depoimento foi importante para identificar como a comunidade teve que se adaptar à seca e buscar outra alternativa produtiva, quando passou a ser utilizada a mandioca, cultura bem resistente à seca, que passou a ser uma atividade agrícola muito relevante para a população local.

Assim, ela disse que com a chegada da cultura da mandioca foi construída uma casa de farinha, pois era uma planta venenosa e seu consumo precisava passar por processos bem feitos para que ela não fizesse mal às pessoas. Relatou que uma mulher da comunidade serviu o alimento para os filhos sem que fosse bem preparado e as crianças morreram. A casa de farinha vinha para evitar que isso voltasse a acontecer.

A casa de farinha passou a ser usada pelos agricultores locais para processar o alimento, sendo o lugar onde faziam o beneficiamento da mandioca, que era transformada em farinha, beiju e goma de tapioca.

Na aula passeio aprendemos que a produção era concentrada no mês de agosto. Durante a roda de conversas também é revelado que o espaço era um lugar de convivência social que assim como a escola José Pereira Frade faz hoje, era o lugar de encontro das comunidades.

O moinho é para Dona Penha, assim como para a História, um vestígio do tempo passado, que nos serve de fonte para ensinar e aprender História, corroborando com o que apresenta Fonseca (2003), que a história é vivenciada entre nós, basta que olhemos para os vestígios do passado e possamos registrá-los, o moinho foi para nós o objeto gerador do registro dessas memórias, ao mesmo instante que possibilitou relacioná-lo com outros objetos e outras historicidades possíveis. A história foi revelada nas memórias rememoradas a partir do moinho de Dona Penha.

3.4.4 Aula passeio: Sítio Umbuzeiro – Objeto gerador: Rádio

Imagem 41: Registro de aula passeio no Umbuzeiro



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

Como último momento de aprendizagem, a quarta e última aula-passeio foi também a última experiência de campo de pesquisa, fora do espaço escolar, ao retornamos demos início a fabricação da confecção da caixa de memória, proposta como produto e registro das narrativas históricas reveladas pelas memórias em cada objeto gerador indicado em sala de aula.

Desta vez, o rádio nos serviu de objeto de estudo indicado pela aluna Alycia, motivando a aula-passeio ao Distrito do Umbuzeiro. Fomos buscar e fazer este objeto revelar as narrativas do passado presentes nele, e que a avó da aluna Alycia, Dona Zelita, durante a

roda de conversa, que foi parte da metodologia durante todas as atividades de campo, que nos propomos a participar, narrou para os presentes.

Discutimos o rádio enquanto objeto gerador, item doméstico eletrônico de transmissão de frequências de rádio em sons, sem esquecer de destacar o seu papel neste trabalho de pesquisa de buscar a “História no objeto” (RAMOS, 2004), e dele apresentar sua historicidade. Pois o rádio.

Além da divulgação de manifestações artísticas, mantinha as pessoas informadas e integradas, superando os limites físicos. **O rádio trazia o mundo para dentro de casa.** Após o seu lançamento, o rádio passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, tornando-se um companheiro de todas as horas e um importante meio de informação e entretenimento. E continua presente em todos os meios, nas mais diversas situações. É utilizado como veículo de informação, lazer, denúncias e difusão de uma ideologia formadora de opiniões (MENEGUEL, OLIVEIRA, 2018, p. 2, grifo do autor).

Assim como o rádio, segundo os autores, trazia o mundo para dentro de casa, durante esta aula-passeio buscamos trazer as memórias, e as histórias do local e do mundo para serem problematizadas nas aulas de História na sala de aula. Partimos na certeza que esse seria mais um dia de escuta atenciosa, novos saberes a serem conhecidos pelas memórias compartilhadas, que encontram no rádio sentidos históricos, durante a roda de conversa realizada.

No decorrer da semana de visitas, fomos com as alunas participantes Alicya Mello, Flavia Pereira, Flávia Delmano e Francisca Áurea, à casa da senhora Zelita, realizar mais um momento de conversas sobre a história que um objeto poderia revelar ao ser colocado como gerador de memórias nele representado. Na ocasião, pudemos dialogar, e, principalmente, escutar para aprender, compreender, e produzir saberes históricos por meio do registro do seu depoimento.

Desta vez, o rádio foi nosso objeto gerador, das narrativas previamente apresentadas em sala de aula por Alycia, naquele instante novos saberes e reflexões poderiam ser extraídos durante a conversa no terraço de alpendre de sua residência, quais seriam importante passagens do passado não vivenciado pelos estudantes, e que eles poderiam passar a conhecer naquele momento de escuta da memória.

Imagem 42: Roda de conversa Dona Zelita



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024

Após todos estarmos acomodados ao seu entorno, Dona Zelita sentou-se com o rádio e cuidadosamente o colocou no colo, sua atitude demonstrou o valor sentimental que aquele aparelho de comunicação representava para ela, fiquei pensando, quais memórias seriam ditas naquele instante. Ao iniciar a roda de conversas, perguntei para a Dona Zelita o porquê de ela ter guardado aquele rádio. Registrei que ela disse que o motivo para preservar tal objeto era porque era uma fonte de lembranças, haja vista, que em todo momento em que ela voltava seu olhar para aquele aparelho, lembrava-se do seu falecido pai.

Ela disse que na época em que seus pais adquiriram o rádio ainda não tinha energia, sendo necessário comprar pilhas para fazê-lo funcionar. Busquei saber como aquele rádio havia chegado até o seu domínio, neste momento ela contou que após a morte do seu pai, que, primeiro morou no sítio Amargoso, posteriormente fora para a cidade de Santa Inês-PB, o rádio permaneceu por algum tempo na casa dele, sendo depois levado para a casa da senhora Zelita, onde permanece até o presente momento do transcurso desta pesquisa de mestrado.

Ela relatou que o rádio fora comprado pelo seu pai na cidade de Conceição - PB, e que ele utilizou seu radinho por muito tempo no Sítio Amargoso, onde pela manhã ouvia as notícias; durante à noite, músicas e outros programas de entretenimento disponíveis naquela época. Ao mudar-se para a cidade de Santa Inês, ele comprou outro rádio, mas não se livrou do seu antigo e inseparável companheiro.

Ao buscar conhecer mais sobre o rádio, e especialmente o que mais ouvia naquela época, dona Zelita nos contou que seu pai gostava de ouvir o programa “A Voz do Brasil”, confidenciou uma técnica para aproveitar a carga das pilhas até o fim, encostando o ouvido no fone do aparelho, pois quando elas estavam bem fraquinhas, diminuía-se o volume.

A conversa foi seguindo o seu curso normal, Dona Zelita disse que o programa A Voz do Brasil era um programa de notícias, transmitido durante o período da noite, às 19h. Buscando

despertar a curiosidade e promover o espírito investigativo para os meus alunos, por meio das recordações da depoente, expliquei que esse programa fora criado na época de Getúlio Vargas, na Era Vargas.

Um dos discentes perguntou quem era Getúlio Vargas. Vi na pergunta uma chance de promover o conhecimento, apresentei para os discentes então que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil. Na época, 1938, o nome do programa era “A Hora do Brasil”, quando foi criado, em 1935, chamava-se “Programa Nacional”, atualmente se chama “Voz do Brasil”. Falei da importância de Getúlio Vargas para o Brasil, suas ações e popularidade para os trabalhadores, ressaltai que o rádio era o meio de comunicação que chegava nos lares da população brasileira. Assim, ressaltai que a Era Vargas, entre 1930 e 1945, seria um tema estudado pelos alunos do 9º ano, no capítulo 5 do livro *Viver História com Leandro Karnal*, (KARNAL et al, 2022). Percebi que os alunos fizeram anotações sobre o que fora falado.

Após a contextualização histórica levantada, a partir do rádio como ponte para falar da Era Vargas, a roda de conversas teve prosseguimento para a senhora Zelita continuar apresentando as memórias despertadas, a partir do seu aparelho eletrônico. Rapidamente veio em suas lembranças momentos de convivência familiar, quando presenciava o seu pai ouvindo o programa “A Voz do Brasil”, bem como as músicas da Jovem Guarda, especialmente Roberto Carlos e Erasmo Carlos.

O Rádio despertou as lembranças sobre os familiares da senhora Zelita, de quando ela e seus irmãos pegavam o aparelho para também escutar seus programas favoritos. Em meus registros observei que a depoente falou que pelo fato dele ser de pilha, seu pai comprava logo dois carrilhos de pilha para garantir o funcionamento do rádio ao longo do mês.

Ao falar do rádio, dona Zelita externa sua alegria por ele trazer-lhes diversas lembranças da sua infância no convívio familiar, por isso, quando perguntei se ela ainda usa o dispositivo, ela relatou que como era a pilha, não tinha pretensão de usá-lo, mas o seu filho com a curiosidade de inventor, conseguiu impor um processo de evolução ao rádio para que ele pudesse pegar não somente com pilhas, mas com energia elétrica, fazendo com que aquele apego e memórias emocionais estivessem sempre presentes, pois até hoje ela o usa todos os dias para ouvir suas rádios e programas favoritos. A depoente relatou que também colocou uma antena para que o rádio pegasse na sintonia FM (frequência modulada) porque só funcionava na frequência AM (amplitude modulada).

Ao caminhar da roda de conversas para os momentos finais com dona Zelita, falei que o rádio era o principal meio de comunicação nos lares das famílias. Observei que causou um impacto para os alunos, expressado na fala da aluna Alicya Mello “Um rádio!”. A reação da

estudante, talvez, demonstre a percepção da temporalidade, pois como estão acostumados com outros meios de comunicação, e com a velocidade das informações vindas através da televisão e da internet, ter no rádio um veículo de comunicação em massa, como principal meio, não aparece tão atrativo, causando-lhe estranheza.

O momento se mostrou importante para os estudantes entenderem que a evolução histórica está carregada de mudanças e permanências no qual em cada temporalidade histórica se apresentam diferentes aspectos da sociedade, que é valorizado em um determinado período histórico, ao decorrer do tempo, e pode perder a sua eficácia em nova época, mas não perde o seu valor histórico representado, também serve como fonte histórica para se estudar as relações sociais e de convivências dos sujeitos no período em questão, convidando a conhecer as formas de diversão e comunicação em determinado período e meio histórico (BITTENCOURT, 2009). Presença marcante no seio familiar, o rádio continha, “os diversos programas, como as radionovelas, programas de auditório, humorísticos, de variedades, de calouros e outros, fizeram tanto sucesso que marcaram profundamente a vida das pessoas, transformando-se em parte integrante do cotidiano. (MENEGUEL, OLIVEIRA, 2018, p. 02).

Neste sentido, os autores enfatizam uma característica dos lares das famílias brasileiras, fato este lembrado nas narrativas de dona Zelita, que ao narrar suas lembranças, nos disse que na casa da sua família o primeiro rádio, que eles adquiriram, antes desse, o qual ela está narrando suas memórias, era um aparelho ainda maior, um rádio bem grande, de seis chaves e pesado que ficava sobre a mesa, sendo assim um elo que ajuda na união e ligação dos membros da família para na hora de descanso ouvir juntos os programas prediletos.

Ao término desta quarta aula-passeio agradei a depoente pelas suas ricas contribuições à pesquisa, na qual busquei desenvolver o saber histórico por meios dos objetos geradores, com a intenção de promover o ensino de História em escola do meio rural, dentro de um processo fazendo uso da história local, para compreender aspectos históricos mais universais.

Desta forma, assim como Horn e Germinari (2006, p. 118), compreendo a história local “[...] como aquela que desenvolve análises de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas”. Ainda sobre essa discussão, para Cristina Figueira e Lílian Miranda a “História local: refere-se ao conhecimento histórico da perspectiva do local enquanto objeto de conhecimento e como espaço de referência para o conhecimento”. (FIGUEIRA, MIRANDA, 2012, p. 115).

CAPÍTULO 4. A CAIXA DAS MEMÓRIAS: O USO DOS OBJETOS GERADORES EM AULAS DE HISTÓRIA.

A HISTÓRIA NOS OBJETOS

Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses. O que merecia ficar no museu de feição mais tradicional era, em geral, o objeto da elite: a farda do general, o retrato do governante, a Ladeira do político, a caneta do escritor, o anel de um bispo... Tudo isso compunha o discurso figurativo de glorificação da história de heróis e indivíduos de destaque (RAMOS, 2004, p. 19).

A partir da perspectiva de Francisco Ramos (2004) e acreditando que é possível resgatar as histórias nos objetos, em seus usos no passado, desusos no presente, significados e ressignificados ao longo do tempo, na medida em que se tornam vestígios das ações da humanidade, que passam a lhes atribuir valor cultural no tempo presente.

Embora Ramos (2004) apresente o objeto com uma finalidade museu de observação, acredito que possa ser também, para nós, geradores de saberes históricos escolares, a servirem para nos ajudar a contar a história do lugar a partir da composição no entorno da Escola José Frade, uma vez que não existem museus no município, o entorno da escola foi nosso meio ambiente histórico (HORTA, 1999), para encontrar nos objetos, as memórias que historicizadas nos ajudem a escrever a história local, por meio dos registros realizados pelos estudantes nas aulas passeios, montar nosso “museu escolar” que será para nós fonte de saberes dos heróis locais que ajudam nosso estudante a compreender o mundo do lugar onde vive.

Para exemplificar a problemática dos objetos geradores busquei construir uma ferramenta museal, para ser usada como fonte histórica escolar, que atribui o nome de Caixa das Memórias, para servir de recurso metodológico nas aulas de História, capaz de tornar convergentes os saberes históricos escolares com os saberes da tradição e da memória local, que podem contribuir para o letramento histórico (ROCHA, 2020) na medida em que conforme apresentado no capítulo anterior os objetos estudados, catalogados e que serviram de fonte presente na caixa de memórias, ligam a comunidade aos acontecimentos históricos estudados no livro didático “ Viver História com Leandro Karnal (KARNAL et al, 2022) adotado pela escola, e que cumpre as exigências curriculares nacionais.

Por isso, para uma melhor compreensão da história em sala de aula e para o seu entorno, a metodologia desenvolvida buscou materializar de forma escrita os temas abordados e problematizados a partir dos objetos geradores, e suas memórias reveladas nos ajudaram a

também registrar a História Local (NEVES, 1997), no retorno das aulas passeios as experiências vivenciadas pelos estudantes, que ao mesmo tempo são compreendidas como saberes históricos e memórias de recordações da experiência escolar que realizaram.

Na caixa das memórias os estudantes registram as suas narrativas sobre os objetos e as depositam em um novo objeto gerador, que passou e passará a ser utilizado como fonte escolar. As memórias tornam-se no trabalho dos estudantes a História escrita, assim como defendido por Paul Ricoeur como a *memória arquivada*, “(...) momento da inscrição do testemunho recebido por outrem: esse momento é aquele no qual as coisas ditas oscilam do campo da oralidade para o da escrita, que a história doravante não mais deixará; é também o do nascimento do arquivo, coligido, conservado, consultado” (2000, p. 155).

Emergindo dos objetos foram reveladas as memórias da comunidade, os saberes locais, as histórias que ajudaram os estudantes a atribuir sentidos históricos aos seus conhecimentos de mundo. Saindo da escola, a comunidade pode oferecer visitar representações do passado em cada roda de conversas e elaboração dos depoimentos que ajudaram a registrar a história nos objetos pesquisados. Os alunos tiveram a oportunidade de se perceberem como sujeitos da história, do seu lugar e no mundo. Por esta razão,

O trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar a historicidade e a identidade dele. O estudo com a história local ajuda a gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social. Como estratégia pedagógica as atividades com a história local ajudam o aluno na análise dos diferentes níveis da realidade: econômico, político, social e cultural (SCHMIDT, 2009, p. 139).

Para além da experiência apresentada aos discentes, enquanto labor docente, o trabalho com a memória e a História Local permitiu aplicar práticas inovadoras na minha atuação no chão da escola, de forma a tornar ainda mais férteis as possibilidades de ensino que se afasta da experiência expositiva e dialogada, e me permite observar que a pesquisa pode fortalecer os estudos e aplicações pedagógicas no campo da História escolar, pois,

(...) o ensino e a aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (PCNs, 1997, p. 39).

Desta forma, utilizo-me dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's para legitimar as práticas anteriormente mencionadas, de forma a ampliar as práticas metodológicas de aprender e ensinar a História no Ensino Fundamental, anos finais. Assim, A caixa das memórias

tornar-se-á um objeto gerador capaz de problematizar os conceitos, competências e habilidades dos estudantes em idade escolar e os saberes históricos que devem adquirir nessa faixa etária.

Ao mesmo tempo se coloca como uma alternativa viável para se fazer história em contexto escolar, que requer boa vontade e poucos recursos que podem transformar o ensino de história em várias realidades escolares, pois a história pode ser vista em sua comunidade e seus heróis e personagens históricos estão morando na sua casa, no seu bairro e como campo desta pesquisa a área rural do entorno da escola que ministro aula, no distrito do Umbuzeiro.

A caixa das memórias que apresento enquanto materialização desta pesquisa (produto) neste capítulo é resultado do processo também de aquisição da Consciência Histórica que o Letramento Histórico aqui anteriormente apresentado permitiu consolidar, seja para nós o nosso espaço museal, vestígios de uma história que a própria comunidade rural nos ajudou a registrar como ponte para a construção do conhecimento histórico, com os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, do meio rural.

Tudo isso foi para mim uma prática docente inovadora, tendo em vista que o Mestrado Profissional em Ensino de História-URCA permitiu-me repensar e aplicar em sala de aula um trabalho de atuação docente, dentro de um processo planejado, que inseri na minha vivência diária, novos elementos nas salas de aula. Os lugares de vivência apresentaram potenciais fontes de saberes históricos a serviço da disciplina escolar, pois cada localidade apresenta um rico potencial que pode ser explorado a partir da história local que foi revelada nas atividades de pesquisa de campo.

Dessa forma transformar as atividades, neste capítulo, no registro de saberes “resguardados” n’A Caixa das Memórias, resultado para a produção de saberes históricos, adquiridos nas rodas de conversas durante as aulas-passeio. Estes instrumentos pedagógicos adequados a partir da didática da história serviram de suporte nas aulas de História. A memória usada como fonte para a história nesta pesquisa ensinada e problematizada se aproxima do pensamento de Jörn Rüsen que diz “A didática da história e os interesses dos alunos como tema essencial das reflexões didáticas; e ela tem, finalmente, como objeto principal, a consciência histórica e seu papel na vida prática humana” (RÜSEN, 2012, p. 70).

Por compreender que a memória é uma criação coletiva, ao materializarmos as suas narrativas n’A Caixa das Memórias transferimos os relatos das tradições locais, transmitidas pela oralidade e pelas vivências diárias, de forma escrita assim como defende Paul Ricoeur (2000) transferimos as memórias locais em saberes históricos a serem utilizados nas aula de História da nossa escola, desta forma os registros elaborados tornam-se vestígios a serem

estudados e tomando a forma escrita, tornaram-se documentos da história local e ao mesmo tempo fontes escolares.

Muito do que alunos escreveram são relatos que nos ajudam a entender como são constituídas as relações dos grupos sociais, das tradições locais, da economia, da educação da passagem do tempo, das mudanças que pela comunidade foram permitidas ou impostas, ao tempo que apresenta muitas permanências, da história do lugar. Os objetos geradores de memórias foram usados como monumentos históricos, reveladores dos rituais, das experiências familiares, na comunidade, na escola, dos saberes e fazeres, do que é tangível e intangível, contribuindo para a compreensão da História no tempo presente, no tempo da aprendizagem escolar para a compreensão do mundo.

A memória presente nos objetos nos foi útil enquanto ato de rememorar a História, mesmo sem que tenham propriamente o mesmo sentido conceitual e historiográfico, nem uma nem a outra são a objetividade do passado, uma por sua vez é fonte fecunda para a outra, sendo assim a memória corrobora para a compreensão histórica (LE GOFF, 2013).

Logo, A Caixa das Memórias torna-se um importante registro das ações das comunidades rurais que se interseccionam em uma escola do meio rural, e que vão contribuir para o entendimento do tempo histórico, em espaço escolar onde “a memória transforma o vivido em experiência compartilhada – não para eternizar o passado, mas para entendê-lo como uma construção que reforça a pertença ao grupo” (GIL, 2019, p. 156). Desta forma, o objeto gerador torna-se a guardiã das memórias dos outros objetos geradores que apresento neste capítulo.

Neste entendimento, aproximo-me das proposições de Selva Guimarães Fonseca (2003) para elaboração d’A Caixa das Memórias como ferramenta didática da História, pois assim como a autora acredito que as narrativas históricas, que escrevem a história ao longo do tempo, ao utilizar a memória como fontes, podem ser encontradas nos mais variados ambientes, fazendo parte do meio social em que as pessoas estão inseridas, seja no campo ou na cidade, nas escolas ou nas universidades, nos espaços de poder político ou nas casas dos estudantes, em suas ruas, em seus quintais, a memória pode ser ouvida, compartilhada pela oralidade ou pelas memórias escritas, para serem lidas seja nas comunidades ou nas escolas. Porém defendo a ideia que a problematização do Letramento Histórico deva ser oportunizada desde o contexto escolar e dele para os lugares de vivência comunitária.

É da sala de aula que a história ensinada por meio dos objetos pode se mostrar caminho fecundo para evocar o passado e conhecer a História (ROCHA, 2020). “Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade

das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos (RAMOS, 2008, p. 191).

A historicidade do lugar tendo a memória evocada por meio dos objetos geradores se apresentou metodicamente como caminho viável para se conhecer sobre a história local, esta por estar ligada ao cotidianos das pessoas comuns que ao participarem e partilharem de vivências estabelecendo relações sociais que também são dignas de importância e carregam significados importantes, mostram-se relevantes quando não vêm simplesmente abordar a história sob o ponto de vista do poder local ou da classe dominante, mas lançar luz sobre os sujeitos históricos que participaram do entrecruzamento dos acontecimentos históricos.

Neste sentido, a história local aparece na nossa pesquisa ao ser despertada pelas memórias compartilhadas e registradas n'A Caixa das Memórias como objeto gerador produzido no tempo histórico, vivenciado por professores e alunos, eternizando os saberes compartilhados ao tempo que nos serviram de fontes e registros históricos da História do lugar, ao mesmo tempo que permitirá a curto, médio e longo prazo ser instrumento de ensinar e aprender história local, carregado de significados para os discentes.

Assim, as lembranças por meio da oralidade registrada por eles nas aulas oficinas e que ocupam o interior da caixa das memórias, tiveram e terão um importante papel na construção do conhecimento Histórico a partir do chão da escola. Neste sentido a autora:

“A memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores como o ensino. (...) A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno dos alunos, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2009, p. 168).

Assim como a autora, ao enveredamos pela construção de um saber histórico que mantenha ou que perpassa pelo saber sobre o lugar, comungamos com a ideia de que o ensino de História deve estar vinculado ao mundo mais próximo do aluno, isso porque para ser significativo há a necessidade de ser relevante e para isso deve fazer sentido para o educando, que ao perceber uma construção do conhecimento histórico ancorado e que apresenta o diálogo com o seu lugar e que o seu meio também está carregado de historicidade, a partir daí sim, pode se gerar uma aprendizagem que possa contribuir para a construção identitária, por meio da imersão sobre a história relacionada ao seu espaço, que se torna relevante na construção do saber histórico.

A vinculação identitária, por meio da história local registrada n'A Caixa das Memórias, vai possibilitar que estudantes e comunidade possam dar visibilidade e importância

histórica de sujeitos da comunidade, seus pertences e seus parentes como personalidades que participam ativamente da construção da história do lugar onde vivem, e, portanto, também se constituíam-se como sujeitos históricos, ao apresentarem narrativas de memória que ligam o local ao global. Estas narrativas agora tornaram-se fontes históricas e materiais didáticos que trazem estas discussões para dentro do espaço escolar, assim como o livro didático apresenta fontes da história geral, os objetos geradores e as memórias, da história da comunidade.

As atividades de campo também fazem parte destes registros de memória, pois há aprendizagem durante as aulas passeios, isso porque, os alunos passaram a atribuir aos objetos geradores outras representações, tais vivências passam a ser inseridas na história do seu lugar no sentido dos estudantes também se identificarem como sujeitos históricos. Corroborando com essa compreensão me aproximo dos pensamentos da autora Circe Maria Bittencourt no livro “Ensino de História: fundamentos e métodos” quando adverte que o estudo da história local não deve cair no frequente erro de enaltecer a memória dos grupos dominantes, mas tomar todos os cuidados para se evitar mencionados riscos e por esse prospecto “é preciso identificar o enfoque e a abordagem dos e uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas (...) **da cultural material**” (2009, p. 169, grifo do autor).

Por esta razão, a Caixa das Memórias foi resultante da visão de mundo dos estudantes, a partir das narrativas e bens culturais materiais que serviram de fonte para encontrarmos, durante as atividades de roda de conversa e aula passeio, a revelação das memórias dos objetos de homens e mulheres do campo, sem proselitismo a políticos locais, ou pessoas de posse. Os objetos geradores nos ajudaram a escrever como a história dos trabalhadores do campo é importante para construção de identidades locais, pois estabelecem padrões e condutas sociais, moldam as festas e os ofícios, apresentando particularidades históricas que identificam os sujeitos e suas ações no tempo daquela territorialidade. Não caindo nos erros de reproduzir um tipo de aprendizagem histórica do lugar aos moldes tradicionais.

A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e a obra dos antigos prefeitos e demais autoridades presentes (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

As atividades desenvolvidas distanciaram-se do modelo tradicional de exaltação dos grandes personagens, apresentando a história do lugar como geradora de vínculos com a população, estabelecendo a relação também de “memória e identidade” (CANDAU, 2021), possibilitando aos discentes refletir e buscarem compreenderem-se enquanto sujeitos históricos

de criação, manutenção ou rompimento dos laços de identidade e pertencimento a partir das memórias evocadas.

Conforme Joël Candau (2021) é consenso que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução contínua do passado, assim com o autor compreendemos que ela é uma fonte histórica, seletiva, sem críticas, apresentando vínculo com o passado de forma afetiva, podendo ser individual, coletiva e nacional. Diferente da memória, a História é uma reconstrução do passado que deve ser feita de forma crítica, com respaldo teórico e metodológico, pois problematiza e critica as fontes. Para tanto, é necessário utilizar a memória como fonte, a exemplo de livros de memória e depoimentos, materializamos a estas narrativas, n'A Caixa das Memórias por meio de manuscritos e fotografias das memórias do lugar.

Imagem 43: Registros d'A Caixa das Memórias



Fonte: Atividade da pesquisa, 2024.

Assim, a Caixa das Memórias tornar-se-á para as aulas de História na Escola José Pereira Frade, um objeto gerador que tem sob sua guarda a memória registrada e capturada pela escrita historiográfica, além de inúmeras outras fontes para se trabalhar a História e seus diversos temas, a partir do passado lá escrito e que permeia a realidade e o cotidiano dos estudantes.

Não posso deixar de destacar as contribuições de Ramos (2004) ao podermos utilizar o objeto como uma fonte histórica de acesso escolar, tendo em vista que não temos museus históricos no município de Santa Inês, nem tampouco no distrito do Umbuzeiro, assim ao atribuir a personificação museal no objeto apresentado pelo autor, ao indicar a história nos objetos, a caixa enquanto espaço museal escolar passa a promover o desenvolvimento do conhecimento de algo que está mais perto dos estudantes de acesso possível e imediato.

Corroborando com as ideias de Francisco R. L. Ramos (2004), em que em suas concepções são pensadas inicialmente para os objetos presentes nos museus, também podem ser replicadas para a sala de aula, tomando como base a cultura material. Buscando assim, conhecer, por meio das narrativas evocadas a partir dos objetos, a memória desempenhando um papel de suporte para a concretização das falas que despertam os olhares a conhecer contextos históricos, sociais, políticos e econômicos de grupos humanos que também são parte da história.

Assim, o objeto também pode contribuir para despertar o senso de pertencimento e identidade ao grupo social do qual fazem parte, dos alunos participantes nas atividades desta pesquisa, como dos alunos que ainda irão vir a se matricular na escola. A partir da fabricação deste objeto como ferramenta da didática da história escolar, os alunos poderão passar a estudar a história começando não pelo que aconteceu em outros lugares, mas pelos fatos narrados no mesmo período histórico no lugar onde vivem e que foi registrado e armazenado n'A Caixa das memórias.

Assim, as aulas de História permitiram e irão permitir aos estudantes a oportunidade de se conectarem com as suas raízes, tradições e experiências compartilhadas de sua região. Segundo Márcia Gonçalves (2007): “A história local é, em intrínseca complementaridade, conjunta de experiências dos sujeitos em um lugar e, também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências” (GONÇALVES, 2007, p. 177).

Logo após as reflexões sobre memória e sua relação com a produção do saber histórico, onde na ocasião, por meio do material de suporte trabalhado, as discussões e os debates apresentados objetivaram promover o entendimento na mente dos discentes de que os objetos geradores capitaneiam narrativas e as externam por meio das lembranças, também seria uma forma de contribuir para o Letramento Histórico (ROCHA, 2020).

Neste processo, é possível amparar os estudantes para realizarem uma melhor leitura da História a partir das suas vivências sociais no seu lugar, ou seja, a história pode ser despertada a partir do seu local, para além dos conteúdos apresentados nos currículos escolares. A Caixa das Memórias subsidiará práticas de ensino que ensinaram a história local, revelando-a nos relatos dos depoimentos lá armazenados contando as histórias presentes nos objetos geradores.

Se usarmos vários objetos no cotidiano é porque, de alguma forma, os conhecemos. Mas ao pensar sobre tais objetos, a partir de certos exercícios, faremos novas leituras, nos relacionamentos de outro modo com esses mesmos objetos. Teremos, por conseguinte, outras “situacionalidades” do nosso ser no mundo, novas inserções na historicidade do tempo e do espaço (RAMOS, 2004, p. 34).

Assim, os objetos geradores presentes na caixa serão usados para revelar, a partir das visões de mundo de cada aluno, seus conhecimentos históricos por meio da pedagogia do diálogo freiriana (FREIRE, 1985). Dialogar sobre o passado e o presente, o homem e a passagem do tempo, em que os objetos que eles escolheram e indicaram compõem A Caixa das Memórias, de certo modo, foram frutos do que eles escolheram registrar para lembrar ou não registrar, colocando-os passíveis do esquecimento das memórias não reveladas.

Por outro lado os objetos lá representados são fontes valiosas para o Ensino da História estando atreladas a eles a historicidade e seus significativos, em que as representações de passagem do tempo passam a adquirir novas versões e finalidades, o que a reflexão proporciona é a de atribuir sentido do valor de conhecer a história da sua comunidade, e do mundo como sujeito histórico, que se conecta diretamente às suas relações sociais, escolares e familiares, que por vezes não está presente nos livros didáticos, e, portanto, não seriam colocados como saberes escolares.

Conforme discutido até aqui, a intervenção pedagógica buscou trabalhar com elementos iniciais sobre a importância da memória que poderia ser levantada por meio dos objetos geradores, servindo neste sentido de subsídios para se produzir os conhecimentos históricos, enfatizando sempre a sua relação com a lembrança, as narrativas, o rememorar ao se deparar com determinado objeto, bem como a escrita da história.

Quando evocamos o passado por meio dos objetos geradores, estamos percorrendo os caminhos que constituem a memória, buscando realizar uma reflexão inerente aos diversos aspectos da vida humana no espaço e tempo, aspectos estes econômicos, culturais, políticos e sociais. Mesmo parecendo um fenômeno individual, algo relativamente pertencente ao indivíduo, a memória perpassa os meandros da coletividade, uma vez que ao falar de si está também falando do outro. Compreendemos que a memória é, sobretudo, “fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLACK, 1992, p. 02).

Por isso, ressalta Halbwachs que a memória, por mais pessoal que possa ser, é construída socialmente. "A memória coletiva, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas." (1990, p. 55). Como mecanismo motivador e prático das ações de formação dos discentes, bem como consequência da formação que foi aplicada e de maneira exitosa apresentou resultados significativos, pois os alunos indicaram os objetos geradores, para escuta das memórias e, ao final, registraram suas experiências fabricando seus próprios objetos geradores, aos objetos foram inseridas as memórias das vivências das atividades de pesquisa, e

que compõem o englobo da caixa que já se constitui como fonte histórica para o aprendizado escolar.

A partir dessas evidências registradas pelos sujeitos históricos que puderam revelar a relações passado/presente, bem como aspectos de mudanças e permanências está relacionado com a finalidade do ensino de História que tem a função elementar de situar historicamente o aluno seu tempo, sua função fundamental é situar o educando no momento histórico em que vive.

Neste contexto, o estudo dos pontos mais situados próximos das relações sociais dos alunos e da comunidade nas quais estão inseridos, contribui para situá-los historicamente, desenvolvendo o sentimento de pertencer àquele contexto social, gerando assim também a sua plena formação cognitiva e social. É preciso considerar também a esse respeito que:

Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no espaço local em que vivem como cidadãos críticos (FONSECA, 2009, p. 123).

A Caixa das Memórias produzida deixa um legado para o saber histórico a ser estudado em contexto escolar, pois foi produzida dentro do espaço escolar, com a participação dos estudantes de maneira contundente, sendo a pesquisa constituída pelo estudo dos saberes locais, nos quais os educandos estão inseridos, contribuindo no sentido de promover a solidificação de identidade tanto individual, quanto coletiva.

Isso porque, acredito ser necessário ratificar que a identidade é parte integrante do ser humano que pode ser construída e reconstruída permanentemente na medida em que se busca enaltecer as interações e comunicações destes com o meio do qual fazem parte. A própria escola é um ponto de intersecção de convivências das diferentes realidades, no momento em que se contextualiza o lugar como espaço de pesquisa para a formação histórica do aluno, que foi colocado como integrante do processo de construção identitária.

Acredito que ao fazer uso d'A Caixa das Memórias em sala de aula permite-se realizar atividades que possam promover o conhecimento sobre a história do seu grupo social e da sua comunidade e assim, por consequência, resgatar a sua história pessoal. Assim, forma semelhante, como dimensões do viver defendidas por Selva Guimarães Fonseca que enfatiza que o lugar e o cotidiano de crianças e jovens pode ser absorvido no ensino de História, “podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia a dia de sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens” (2009, p. 125).

Tendo como resultado dessa imersão o conhecimento no meio em que atuam, o desenvolvimento de formas de interações entre o docente e aluno, para promover a análise da história local, que emerge como espaço de reflexão de uma dada realidade social dos sujeitos históricos e os seus lugares de vivência. Sobre isto Selva Guimarães Fonseca (2009) disserta:

Assim, ensinar e aprender História não é algo externo, a ser proposto e difundido com uma metodologia específica, mas sim algo a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana, em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade cotidiana de forma ativa e crítica (FONSECA, 2009, p. 125).

Acredito que, para a promoção de uma educação de qualidade, é preciso que haja um ensino bem mais humanizado que perspectiva os diversos aspectos da vida do aluno, no contexto no qual está inserido, perspectivando oferecer maior significância naquilo que está sendo ensinado, pois a escola do campo apresenta uma clientela bastante variada, com valores próprios, pautados pelas características locais das comunidades nas quais residem.

Logo, temos a fabricação de um instrumento pedagógico realizado por muitas mãos durante o período das atividades de campo, em ambiente escolar, em aula-oficina, onde a aprendizagem foi sistematizada nos relatos escritos das histórias que emergiram dos objetos geradores e que passaram a ocupar além dos espaços de vivência cotidiana a sala de aula. A aprendizagem construída por meio da representação dos objetos foi fundamental ao oportunizar de reflexões, discussão, conversas que foram ouvidas em narrativas e acolhidas em formas de saberes históricos, configurando-se como cultura material escolar, tornando A Caixa das Memórias um produto didático.

Este produto didático da história escolar pode contribuir em tornar o processo de ensino e aprendizagem atraente, atribuindo sentido vivo para os discentes, buscando por finalidade contribuir para que o aluno consiga compreender historicamente a realidade em que vive (SCHMIDT, CAINELLI, 2004, p. 51), trabalhando as experiências dos alunos a fim de abrir e manter um diálogo entre passado e presente, ou seja, com aquilo mais próximo da sua realidade.

A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja. O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas (FONSECA, 2009, p. 117).

A partir desse entendimento, ressalto que é de salutar importância que o Ensino de História use a história local para que os alunos possam se situar historicamente no tempo e no espaço, uma vez que a história pode ser encontrada, discutida e estudada nos mais variados lugares e refletida nos campos, comunidades e ouvir seus ecos nas ações dos sujeitos humanos comuns ainda não evocadas, e, identificar suas marcas na cultura material como defende a literatura.

Segundo Silva Júnior (2022) fazer uma imersão sobre o cotidiano do aluno, abordando a história local na educação do campo se apresenta como proposta que pode enriquecer o currículo, tornando as aulas de História mais assimiláveis. “Há um dever de domínio e leitura do ambiente em que vivem os alunos para assim uma interação, entre o planejamento, temas transversais, atividades avaliativas e diagnóstico sobre os resultados reais do aprendizado” (JÚNIOR, 2022, p. 10).

Compreendendo que os alunos são imbuídos de uma consciência histórica construída ao longo da sua vida, nas vivências em comunidade, e na interação com o espaço material, acreditamos ser importante despertar essa consciência histórica por meio de um ensino de História que trabalhe com aquilo que é mais próximo do imaginário dos estudantes, através dos próprios objetos de significância para a comunidade e que possam gerar caminhos, que os façam compreender aspectos relacionados às transformações e mudanças do tempo histórico.

As atividades mesmo sendo desenvolvidas no espaço rural (escola e comunidades) têm sua legitimidade, uma vez que se apresentam como meio de buscar conhecer a história de sujeitos comuns que também são parte constituinte da história, merecendo ser estudada, investigada e transformada em conhecimento edificado que possa ser usado de subsídio para o estudo da história local, tanto por alunos da escola quanto pela comunidade, tornando-se assim um ponto de conhecimento da sociedade local (BITENCOURT, 2010).

Assim, como resultado deste processo de construção de saberes históricos apresento a seguir o resultado das compreensões, debates e aprendizagens históricas elaboradas nas rodas de conversas, nas aulas-passeios e nas oficinas que foram fundamentais para a consolidação do Letramento Histórico pensado para o desenvolvimento das atividades de pesquisa.

A Caixa das Memórias que apresento a seguir revela muito mais que a historicidade dos objetos, ou a história revelada nos objetos pelos depoimentos registrados durante as aulas passeios, servem de comprovação de que a História local quando bem trabalhada em sala de aula é capaz de despertar o conhecimento de mundo e a Consciência Histórica (CERRI, 2011), que buscamos no fazer história em sala de aula.

De forma a sistematizar os saberes constituídos e materializados n'A Caixa das Memórias, foi realizada a última atividade de pesquisa após as visitas de campo. Os estudantes foram desafiados a promover o registro das suas memórias e das histórias reveladas nos objetos geradores, cada aluno, a sua maneira, fez seu registro da aquisição desses saberes, servindo de balizador para avaliação qualitativa de que, com as práticas didáticas da História realizadas foi possível ensinar, aprender e fazer história a partir do local em que os estudantes se compreenderam como sujeitos da história, a partir do espaço que ocupam no mundo.

Imagem 44: Mosaico com registro da atividade de fabricação d'A Caixa das Memórias



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2024.

4.1 Acervo constitutivo d'A Caixa das Memórias

Em sua fundamentação teórica, o trabalho com o objeto gerador tem íntima relação com o ensino de história, mas isso não significa uma restrição ao espaço da chamada educação formal. A pedagogia dos objetos pode ser um veículo de formação do pensamento crítico e atuante em vários outros espaços de convivência. (...) Procuram-se, com isso, parâmetros básicos sobre o exercício de pensar os modos de construir atividades com objetos que, de alguma forma, fazem parte da vida dos alunos e professores. Após certo período de amadurecimento do trabalho continuado com objetos geradores, pode-se, por exemplo, juntar fotografias antigas (e novas) do bairro, envolvendo nessa atividade as famílias dos alunos. A partir de fotografias e entrevistas com antigos (e novos) moradores, é possível montar painéis museológicos sobre a história da urbanização, dos movimentos sociais ou da própria escola (...) (RAMOS, 2004, p. 37).

Todo o trabalho de pesquisa até aqui apresentado buscou fomentar práticas para o Ensino de História que fugissem das exposições orais, ampliando as atividades de atuação docente, em proporcionar durante o labor docente atitudes que direcionem os estudantes ao Letramento Histórico, e, conseqüentemente, adquiram a consciência histórica, desejo de todo bom professor da disciplina.

A Caixa das Memórias foi inspirada na obra “A Danação do Objeto: o museu no ensino de história” (RAMOS, 2004), que notadamente se fez presente durante toda a apresentação das atividades da pesquisa, fundamentando teórico e metodologicamente o caminho historiográfico trilhado. Na falta de museus, o meio ambiente histórico e a comunidade foram colocados como espaço museal, na falta de fontes históricas os objetos encontrados nesse campo de estudos foram os geradores das memórias e das narrativas históricas neles revelados. Assim, o objeto fabricado nesse percurso constitutivo de pesquisa não deixa de maneira metafórica comparar a Caixa das Memórias como um “museu escolar” a serviço do Ensino de História, com acesso democrático, feito e de usufruto dos estudantes, do professor e da comunidade.

Pontuo também que a elaboração do projeto e execução deste tipo de atividade, não requer um orçamento de execução inalcançável, pelo contrário, se coloca como uma alternativa educacional de baixo custo econômico, nós a fizemos em um espaço educacional rural - refiro-me à escola e às comunidades adjacentes, que tranquilamente pode ser replicada em outras realidades escolares saindo do campo para a cidade. Por fim, apresento o acervo que constitui as memórias registradas n'A Caixa das Memórias, que é resultado da avaliação positiva da aprendizagem histórica que desejei no início da pesquisa.

4.1.2 História na Caixa das Memórias

4.1.2.1 Registro de memórias - A

Quadro 1: Registro de memórias - A

	
ESTUDANTE: FLÁVIA PEREIRA	
OBJETO GERADOR: MOINHO	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DO OBJETO GERADOR	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; background-color: #f0f0f0;">REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</div>	
<p> <i> Durante a aula passei a aprender sobre uma máquina de costura e uma mesa, mas lembramos a falar sobre o tempo antigo que tinha a maior fonte de renda e algodão também conhecido como oura linoes e a mamona que também era uma fonte de renda. </i> </p> <p> <i> A mamona era vendida no casarão para produzirem o óleo e para fazer adubo, entre outras funções, por isso é considerado uma semente valiosa. Já o algodão era colhido no exterior, era plantado em cima das serras. tinham homens que coltavam 2.000kg de algodão, também chamado de oura linoes, já ele era vendido em concessão e nesse tempo não era o real e sim o cruzeiro. </i> </p>	

4.1.2.2 Registro de memórias - B

Quadro 2: Registro de memórias - B

	
ESTUDANTE: ANA FERRAZ	
OBJETOS GERADORES: FERRO DE FERRAR GADO, RALADOR DE MANDIOCA (BOLINETE) E A PRENSA.	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DOS OBJETOS GERADORES	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p style="text-align: center; font-size: small;">REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</p> <p>Na aula passada, eu aprendi sobre: a casa de farinha, o pilão e o forno de ferrar gado.</p> <p>O Ferro de ferrar gado era usado quando nascia um bichinho, aí ferravam eles para depois saltar na cantinga. Naquela época não tinha cerca, mas depois de um tempo o governo fez uma lei para quem quisesse criar tinha que cerca uma parte da terra.</p> <p>O pilão era usado para fazer calaxal, flocos de milho para fazer angum. Naquela época o povo fazia o calaxal e saía para vender nos sítios e cidades mais próximas.</p> <p>A casa de Farinha era onde fabricava a farinha. Antigamente muitas mulheres e homens trabalhavam na casa de farinha, lá tinha muitas máquinas. Quando era anoite as mulheres iam para a casa de farinha para descascar as macaxeiras, quando era no outro dia eles iam para fabricar a farinha e depois saía para vender na feira do Bernardo Vieira e era assim que o povo ganhava dinheiro antigamente.</p> </div>	

Portanto, na aula passeio para ouvir as memórias, sobre a história do meu lugar foi muito bom. Por que aprendi que os sujeitos históricos da minha comunidade também fazem parte da história, e suas memórias vão servir como complemento para estudar a história do meu lugar e a caixa das memórias irá ficar como guardião das nossas memórias.

4.1.2.3 Registro de memórias - C

Quadro 3: Registro de memórias - C

	
ESTUDANTE: KENNEDY SILVA	
OBJETOS GERADORES: PILÃO E BOTIJÃO DE GÁS	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DOS OBJETOS GERADORES	
REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO	
<p> <i> Durante a aula, fomos no meu ritmo fomos na casa de uma senhora que ela tinha um pilão e ela disse que o pilão era da época dos pais do marido dela e aquele pilão já existia antes dela nascer, nós perguntamos pra que o pilão servia: </i> </p> <p> <i> - É ela disse: que servia pra pisar milho feijão, arroz e etc. </i> </p> <p> <i> Nós também fomos a casa de uma mulher chamada dorinha, ela tinha um bujão bem pequeno, e nós perguntamos pra que ela guardava aquele objeto </i> </p> <p> <i> - É ela disse: que guardava pra se lembrar de quando ela ensinava a ela a ensinar no escuro e só isso. </i> </p>	

4.1.2.4 Registro de memórias - D

Quadro 4: Registro de memórias - D

	
ESTUDANTE: KEMYLly SILVA	
OBJETOS GERADORES: PILÃO E O FERRO DE BRASA DE PASSAR ROUPA	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DOS OBJETOS GERADORES	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;">REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</div> <p> na aula passei eu passei na casa de Dorinha eu aprendi que naquele tempo não tinha energia elétrica então usava um forno de adubo e era com um galãozinho que ele era encaixado a aquele forno. para ele se acender ele tinha que ser pendurado em um forno por do lado de fora, as pessoas que ele era usado naquela época eram muitas pessoas como se fosse antes de inventar o ferro de passar roupa visto. eu aprendi que mesmo com condições as pessoas não paravam de estudar para aprender mais e mais e naquela época as coisas era muito difíceis e hoje em dia as coisas são muito mais fáceis e as pessoas não querem estudar não querem se esforçar para ter uma vida melhor e é por isso que eu me empenhei muito nisso e peço para todos que ajuda com que se esforça mais </p>	

4.1.2.5 Registro de memórias – E

Quadro 5: Registro de memórias - E

	
ESTUDANTE: ISADORA SOUSA	
OBJETO GERADOR: BAÚ	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DO OBJETO GERADOR	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p style="text-align: center; background-color: #f0f0f0; margin: -5px -5px 5px -5px;">REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</p> <p> Com isso o que eu entendi na entrevista era que antigamente o povo trabalhava a terra de uma maneira o povo trabalhava limpando mata na roça de mãe, e eles também plantava plantava milho, feijão, abóbada, mamão, laranja, maçã, de tudo eles plantavam antigamente. aprendi que no sítio Fazenda Santa Lúcia uma casa de farinha, umengenho. Ambos serviam para a alimentação das pessoas de meu lugar. Também sobre uma seca que teve em 1958. Pode relacionar a seca da farinha com os embarcamentos que teve no 60 anos. Pois os povos indígenas, nos ensinaram a conservar a farinha e o feijão. a partir da mandioca. </p> </div>	

4.1.2.6 Registro de memórias - F

Quadro 6: Registro de memórias - F

	
ESTUDANTE: ALICYA MELO	
OBJETO GERADOR: RÁDIO	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DO OBJETO GERADOR	
<p style="text-align: center;">REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</p> <p>durante minha aula passeio eu aprendi sobre pontes históricas eu aprendi sobre objetos sobre o rádio, o moinho, a máquina e o pilão meu lugar onde moro aqui é em Povoado não tem muita coisa eu descobri que tinha padaria onde moro descobri como antigamente passava rede também ferro também sobre outros moinho e varia outras coisas.</p> <p>Então quais objetos mais antigos que você tem em casa?</p> <p>meu rádio e outras coisas</p> <p>essa foi minha pesquisa</p> <p><i>Alicya Melo</i></p>	

4.1.2.7 Registro de memórias – G

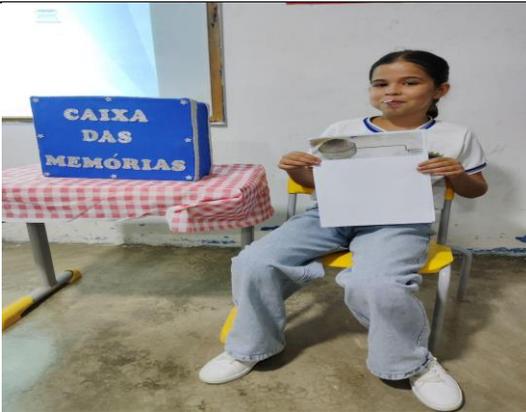
Quadro 7: Registro de memórias - G

	
ESTUDANTE: ARTHUR	
OBJETO GERADOR: MOINHO	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DO OBJETO GERADOR	
<p style="text-align: center;">REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</p> <p>A minha participação na aula passeio e também nas reuniões de socialização foram importantes para que eu pudesse aprender ao ouvir as histórias das pessoas na minha comunidade por meio da memória pelas atividades geradoras. No meu caso eu participei como executor e realizador. A minha tia pediu ao aller para aquele objeto fazer a linteria saltar como eu aqui no site aprendi na minha casa atrás, quando ela a usava foi substituído como foi a sua vida na minha também as formas de substituição das peças aqui do meu site mostrando suas coisas e histórias que são importantes para minha comunidade, pude ouvir do talas e linterias que havia no lado do pedro do reino, dia próximo aqui também participei por meio da memória da tia pedro que no pedro do reino tem o movimento que espelava o vinda de sem substituição, tal do talas mais sobre como fazia as reuniões de minha que era muito na qual talas minha, aprendi também que sempre passa tempo através mudanças, histórias que no meu</p>	

sitió da tme engulo se apisar e também casa
de carilha

4.1.2.8 Registro de memórias – H

Quadro 8: Registro de memórias - H

	
ESTUDANTE: FRANCISCA ÁUREA	
OBJETOS GERADORES: MOINHO E TORRADEIRA	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DOS OBJETOS GERADORES	
<p>REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</p> <p>foi muito divertido, foi muito importante sobre a aula passeio, cheguei em casa e o professor estava com Flávia, Alicya e Ana Flávia, eu cheguei e Flávia já tinha ido com as meninas e Fábio, e Ana Flávia já tinha ido com as meninas e Fábio, e Alicya também.</p> <p>Eunice falou sobre (Eunice e Flávia) A máquina, Alicya falou sobre o sino e o Rádio, Ana Flávia falou sobre o Pilão, de José Cândido, e eu falei sobre o meu pai, que a madrinha da minha mãe é zero, ela e seu marido Souza, ela não morava no umbuzeiro, morava na Prata, um sítio vizinho do umbuzeiro, ela morava com seu marido, 4 anos antes de teve que ir pra Serra Talhada, por motivos de graves</p>	

doença, depois de mais ou menos
5 anos, ela teve que ir junto por ma-
tizes de doenças bem graves, ela se
mudou um pouco antes da doença,
e depois que descobrir que estava
com a doença, ela deu pra minha
mãe porque minha mãe era a única
me unguinho que faz café torrado,
meus pais tomavam café de pacote,
daí eles abusaram do café de pacote,
peis acharam o gosto muito abusivo, daí
eles já tinham o torrador que ficava
 Jogado lá, e o menino, então eles decidi-
ram começar a torrar o café e
mesmas, mas hoje em dia eles não us-
m mais o torrador, decidiram fazer o
mais prático que era pegar uma
panela velha, e torrar nele, no fogo
a lenha, que hoje em dia eles fazem
isso, já o ~~meu~~ torrador foi da
avó da minha mãe, ela faleceu.

4.1.2.9 Registro de memórias – K

Quadro 9: Registro de memórias - K

	
ESTUDANTE: SARAH SILVA	
OBJETOS GERADORES: PILÃO E FERRO	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DOS OBJETOS GERADORES	
<p style="text-align: center;">REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</p> <p style="text-align: center;">Pilão</p> <p>Essa é a que ele tinha de minha avó em casa então foi o Por que eu Perguntei Para ele e me ele deixava eu interessado. A história vai começar: Ele guardo o Pilão Por que o Pilão nessa época o Pilão servia Para Pilon Pimenta de reino e milho, arroz etc. Esse Pilão foi adquirido na feira, e esse Pilão foi comprado em Serra Talhada, Eu era acostumado a ir nessa feira é a feira só funcionava só na segunda- feira, e ia muita gente Para essa feira, a região inteira está lá. E lá vendia de tudo que você podia imaginar lá.</p>	

4.1.2.10 Registro de memórias – L

Quadro 10: Registro de memórias - L

	
ESTUDANTE: LUCAS	
OBJETO GERADOR: FERRO	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DOS OBJETOS GERADORES	
<p>REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO</p> <p> <i>Eu fui para um passeio com minha mãe e ela me mostrou as coisas antigas também com ela e ela me mostrou as coisas antigamente era muito difícil as coisas tinha que trabalhar bastante, ela também tinha muito trabalho aqueles mamão e antigamente as coisas de cozinha eram muito difíceis de fazer quer seja para fazer as coisas, ela também tinha que fazer na casa de seus tios um momento eu fui para ela minha mãe para fazer o almoço e eu fiquei e também estava lá para fazer de ela também tinha que quando ela era com a roupa as coisas era muito difícil de fazer de de galinha de gado, antes não tinha essas coisas verdures não, era um arroz feito carne de boi de galinha de gado e feijão, tudo isso era feito nos panelas de barro, ela também tinha de fazer mas ela perdeu tudo.</i> </p>	

4.1.2.11 Registro de memórias – M

Quadro 11: Registro de memórias - M

	
ESTUDANTE: EDILEUZA SILVA	
OBJETOS GERADORES: CUSCUZEIRO E POTE	
	
REGISTRO DAS HISTÓRIAS DOS OBJETOS GERADORES	
REGISTRE SUAS APRENDIZAGENS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO	
<p>O cuscuzzeiro foi feito por minha vó em 1988 pois naquela época era difícil de encontrar o cuscuzzeiro de alumínio. Por estes objetos era da minha vó pois 1988 foi dado para minha mãe que me casou e filha da minha vó pois até hoje minha mãe tem ele.</p>	

Neste ponto, ao observar estes registros de memórias e vivências da história local, podemos perceber que esses constituem a materialização histórica dos saberes compartilhados, apreendidos e compreendidos, e que agora está na escola, à disposição de toda a comunidade escolar, como uma fonte para se conhecer e compreender o mundo em que se vivencia a história cotidianamente, em que essas memórias representaram a atuação dos estudantes como sujeitos reivindicadores da história que eternizaram na caixa das memórias, que tomam para eles também sentidos e significados que apresento a seguir.

4.1.3 Saberes históricos em formação

Após apresentados os registros elaborados pelos estudantes, que passaram a compor o acervo d'A Caixa das Memórias, apresento como este produto possibilitou a efetivação da aprendizagem histórica deslumbrada na hipótese do uso da memória no Ensino de História, por meio da reflexão da História nos objetos (RAMOS, 2004). Para avaliar a aquisição de saberes históricos, a avaliação se fez de duas formas, a primeira qualitativa amparados no pensamento de Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli que defendem:

O ato de ensinar pressupõe uma intenção consciente do professor no sentido de ajudar o aluno a adquirir conhecimentos, conceitos, ideias e habilidades; daí ser fundamental que o professor se perceba responsável por garantir que a aprendizagem do aluno se realize. Nesse sentido, a avaliação do professor e do aluno é uma maneira de estabelecer o grau de eficácia do ensino e da aprendizagem. Assim, a avaliação em História pressupõe que se levem em consideração questões como as mudanças que ocorreram na concepção e na metodologia da ciência (2004, p. 149).

Dentro do universo de trabalho, a avaliação que me propus a realizar não buscou encontrar erros ou falhas no processo, e sim de como estes estudantes passaram a pensar a história, comparando os saberes prévios e lhes atribuindo, com os novos conceitos apresentados e compreendidos, sentido histórico, observado durante o processo como sujeitos do seu tempo histórico nas atividades realizadas que se materializaram nos registros das memórias na caixa, que tornou-se objeto símbolo do resultado deste trabalho de pesquisa.

Assim, A Caixa das Memórias torna-se uma prova de resultado do trabalho, não a como compará-la com uma avaliação tradicional, pois me distancio da avaliação que utiliza dos métodos mnemônicos (BITTENCOURT, 2009), e uso a vivência histórica para construção de memórias, que quando problematizadas com os objetos, podem revelar neles histórias e historicidades nas aulas de história da Educação Básica. “Vista dessa forma, a ação de avaliar

busca garantir a aprendizagem significativa e, conseqüentemente, o crescimento do indivíduo (SILVA, PORTO, 2012, p. 110).

Para compreender como o Letramento Histórico foi consolidado, os alunos escreveram as suas representações d'A Caixa da Memória, que sintetizam as permanências e mudanças nas compreensões de história e memória desenvolvidas durante as aplicações das didáticas da história, como também dos conceitos de fontes históricas e percepção de seu pertencimento a história cotidiana.

Ao descrever o que representa A Caixa das Memórias, a estudante Flávia Pereira registrou:

Ela representa os momentos que vivenciamos durante a pesquisa, as histórias que aprendemos sobre os sujeitos da história do nosso lugar, como Dona Francelina que era tecedeira, e também a caixa será um objeto gerador futura. A caixa das memórias será importante, pois se tornará novo objeto revelador das memórias e do conhecimento da história do nosso lugar e guardiã das lembranças para se conhecer sobre a história da minha comunidade que vai ajudar também futuramente. Acho bastante legal e interessante pois com isso, tanto nós vamos aprender várias coisas e depois outras pessoas também vão aprender (...) com isso nós podemos conhecer mais sobre os lugares e os objetos, exemplo antes eu não sabia que na Barriguda tinha uma casa da farinha e agora eu sei (Arquivos da pesquisa, 2024).

Nota-se, portanto, que a estudante conseguiu obter novos saberes e compreensão da História a partir do processo de aprendizagem histórica que culminou com a elaboração d'A Caixa das Memórias, deste modo “o letramento histórico está relacionado aos processos de inserção nas culturas históricas valorizadas em determinadas sociedades, a definição de finalidades e mediações do ensino de História constitui parte relevante para sua definição, seus processos e efeitos” (ROCHA, 2020, p. 276).

Tendo sido resultado de um processo formativo de aulas dentro e fora de sala de aula, em que a história é apresentada aos educandos sobre outras formas não tradicionais, questionei aos alunos qual a importância d'A Caixa das Memórias como objeto que simboliza a construção de saberes históricos por eles registrados, a este questionamento a estudante Ana Ferraz, para responder, registrou:

Para mim, representa algo bem importante, por que depois outras pessoas podem pegar a caixa das memórias e conhecer sobre as histórias que nós escrevemos. Assim, como os objetos serviram para fazer as histórias, a caixa das memórias servirá para as pessoas conhecerem as histórias das nossas comunidades. Sua importância é guardar nossas histórias, servir de exemplo para outras pessoas e outras pessoas possam ler as histórias e conhecer mais sobre os lugares e os sujeitos das nossas comunidades, das famílias, das comidas e de outros aspectos naturais. É RELEVANTE porque ela irá representar histórias do local onde vivemos e novos alunos poderão conhecer a história do lugar (Arquivos da pesquisa, 2024).

A estudante de maneira muito inteligente consegue expressar as suas compreensões adquiridas ao longo da formação, entendidos os conceitos históricos nestas atividades, que só foi possível pois buscamos usar a História local como fiadora do processo de construção de saberes, assim como defendido por Joana Neves (1997) permitisse a inserção dos alunos em contexto da aprendizagem da história que os cercam. “O estudo com a história local ajuda a gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social” (SCHMIDT, 2009, p. 139).

Outra importante informação apresentada com fins avaliativos da pesquisa, foi disponibilizada pela aluna Ana Ferraz em seu registro, que demonstrou capacidade de compreensão do que são fontes históricas, atribuindo a importância de poder ajudar os historiadores, a comunidade e os estudantes a escrever as suas histórias. Isso porque ela descreveu a importância do produto como um registro das narrativas do passado do lugar onde vive, mas não de todo o passado, daquele que foi para eles revelado nos objetos geradores historicizados.

No ensino da História, a palavra documento suscita, pelo menos, duas interpretações. Na primeira, ele pode ser identificado com o material usado para fins didáticos, como livro didático, mapa histórico e filme com objetivos educacionais. A característica principal desse conjunto de material é sua finalidade didática ser preestabelecida desde sua produção. Nessa condição, eles podem ser designados como suporte informativo. Na segunda interpretação, **documento quer dizer fonte**, isto é, fragmentos ou indícios de situações já vividas, passíveis de serem exploradas pelo historiador. (SCHMIDT, CAINELLI, 2004, p. 90, grifo do autor)

Entendo que ao lecionar História o professor é também, de fato, um historiador. Convicção reafirmada nas colocações da estudante, em que os objetos foram entendidos como vestígios, fontes da História que com suporte do professor foi possível registrar durante as atividades da pesquisa, os documentos produzidos por eles serviram de dados para que outros estudantes possam problematizar os saberes por eles construídos e resguardados n’A Caixa das Memórias.

Para exemplificar o papel que A Caixa das Memórias pode representar como fonte da história local de fácil acesso escolar, os estudantes foram questionados sobre como este objeto poderia impactar as aulas de História na sua escola, e qual a importância de se ter um guardião dos saberes locais neste espaço. O estudante Arthur Henrique assim respondeu:

Para mim, a Caixa das memórias representa um momento muito importante que nós estamos vivendo e nossas memórias estão guardadas nela, que, talvez, um dia nós vamos querer olhar de novo o que nós fizemos na escola e também nas casas das pessoas mais velhas para saber mais histórias antigas e elas também tem coisas mais

objetos antigos. A importância da caixa das memórias é importante nela nós guardamos as nossas memórias anteriores e a história sobre as coisas que nós estamos guardando nela. Muito bom que nós precisamos no nosso dia a dia como estudante (Arquivos da pesquisa, 2024).

Apresentando sua compreensão sobre a presença deste objeto gerador por eles fabricados, o estudante Kennedy Silva escreveu:

A caixa das memórias representa uma fonte histórica que nos ensinou a saber sobre o lugar onde moramos e nós ficamos sabendo que nosso sítio tinha uma casa de farinha, as pesquisas ajudaram muita gente a lembrar do seu passado. Fomos muito acolhidos em cada casa que passamos e nos surpreendemos com cada história. A caixa das memórias permite sabermos de muitas coisas do passado que o tempo não permitiu que passássemos por elas. Vai ser muito interessante porque os alunos que passarem por aqui saberão da história do nosso e dos outros sítios vizinhos. A importância foi que cada objeto ajudou muitas pessoas e foi importante também para nós, pois ficamos sabendo das histórias do nosso sítio (Arquivos da pesquisa, 2024).

As representações do mesmo objeto foram assim registradas pelas alunas Isadora Sousa e Sarah Silva respectivamente:

A caixa das memórias representa para mim o lugar onde as pessoas guardam suas memórias que pode ajudar a se lembrarem de coisas importantes do seu passado ou de alguma data em especial, ou de algum lugar que já visitou. A caixa das memórias é importante, pois vai se tornar um objeto gerador para novas gerações. (Arquivos da pesquisa, 2024)

A caixa das memórias, para mim representa um conhecimento, um ato que aprendemos coletivamente sobre nossos lugares e objetos importantes, como por exemplo, a história de seu “Raimundo” ele explica uma boa parte da história de onde ele é chamado “Açudinho”, para mim esse lugar não tinha importância, mas depois de ouvir as histórias dele eu enxerguei esse lugar com outros olhares. É importante por que é uma fonte de pesquisa para nós e para as novas gerações, pois nos ajuda a entender a história das nossas comunidades, nos faz compreender aquilo que nós vemos com outros olhos, como coisa inútil, mas que para outras pessoas tem um valor enorme. Eu acho incrível, pois assim nós estamos compreendendo sobre cada história e objetos uns aos outros e assim quando alguém nos pergunta algo saberemos responder. (Arquivos da pesquisa, 2024)

A aluna Maria Alicya apresenta uma reflexão comparativa entre A Caixa das Memórias e os objetos geradores estudados, com percepção semelhante ao que foi registrado pela estudante Ana Ferraz. Segundo Maria Alicya, a caixa será usada como fonte para se aprender história na escola.

Para lembrar o passado. Eu entendo que assim como o rádio e o sino falado pelas minhas avós que se tornaram objetos reveladores do passado do nosso lugar, a caixa das memórias vai se tornar como se fosse um museu na escola, onde as memórias das pessoas e do nosso lugar estarão preservadas para podermos acessar. A caixa das memórias será importante, pois se tornará um novo objeto revelador das memórias e do conhecimento da história do nosso lugar e guardiã das lembranças para se conhecer sobre a história das comunidades que vai ajudar também nas atividades de história.

Fica todas as memórias que tivemos ao longo das aulas passeio, principalmente para o 6º ano (Arquivos da pesquisa, 2024).

Desta forma os estudantes, ao promoverem o registro de suas memórias, e saberes compreendidos e ao colocarem-nas como fontes na caixa de memória, que foi por eles compreendidas como a guardiã da história da comunidade resguardando os saberes e fazeres, despertados nos objetos geradores, ao mesmo tempo que nos dão claros subsídios das atividades desenvolvidas, utilizam-se da história local para despertar as memórias. Logo, eles fabricaram não apenas um mini museu de suas lembranças, mas também fontes para o ensino da história que parte da zona rural, do Distrito do Umbuzeiro, no município de Santa Inês-PB.

Do gosto de ter realizado este trabalho de pesquisa, a fabricação da caixa das memórias é ao mesmo tempo linha de chegada e ponto de partida, pois enquanto objeto gerador de ensino e aprendizagem da história, será utensílio no meu trabalho enquanto docente da disciplina história, ao mesmo tempo que me coloca na condição de professor pesquisador que junto com os estudantes, produzimos e analisamos fontes, ouvindo e registrando a história local, e com isso contribuiu de forma significativa no meu trabalho, por meio do Letramento Histórico, na efetivação de uma aprendizagem significativa, nos anos finais do Ensino Fundamental.

Enquanto resultado de toda uma trajetória, tudo isso representa uma conquista compartilhada por mim e por meus alunos, bem como um acervo memorialístico democrático não só da história do Umbuzeiro, mas também das comunidades ao seu entorno. Enfim, será um novo objeto gerador e fonte de acesso das narrativas dos sujeitos históricos que agora será referência para o conhecimento da história local e fonte de pesquisa acessível para a comunidade escolar, portanto, tornar-se-á uma janela de acesso a fontes para o ensino de história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tradicionalmente, os historiadores têm se referido aos seus documentos como "fontes", como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da Verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens. A metáfora é vívida, mas também ilusória visto que subentende a possibilidade de um relato do passado que não contaminado por intermediários. É certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizaram os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas (BURKE, 2017, 23-24).

Quando iniciei a trajetória que veio a desaguar nestas últimas palavras deste trabalho de dissertação, não imaginaria que um professor de escolas rurais do Sertão Paraibano, tanto pudesse aprender, compreender, se ver e se refazer enquanto um profissional que faz história dentro e fora da sala de aula.

O trabalho aqui apresentado fruto de muitas horas de dedicação, leituras, pesquisas idas e vindas nas estradas de terra, nos banhos de chuva, tendo a moto e meus livros como companhia em meio a vegetação da caatinga, que é minha paisagem diária de ida e volta do trabalho para casa, assim como fiz história de Santa Inês, do Umbuzeiro e da Escola José Pereira Frade, também construí vínculos com a Memória, ainda que tenha demorado a compreender seu conceito dentro da historiografia durante as idas para as aulas do Mestrado no Crato. Todavia, tornou-se para mim uma fonte fecunda para o ato de fazer História em sala de aula.

Penso que ministrar aulas de História é fazer história por natureza, embora não estejamos formando pequenos historiadores nas aulas do Ensino Fundamental anos finais, a empreitada de orientá-los a pensar a disciplina como uma ponte entre a alienação social e a compreensão do mundo faz com que as dificuldades encontradas na labuta do ensinar, se tornem combustível para as transformações sociais que acredito ser possível. Na escola, a memória foi atribuída às coisas do passado por inúmeras vezes pelos estudantes, que ao longo das práticas da didática da história empreendida, perceberam que o passado faz a construção do mundo em que vivemos.

Quando começo esta última parte do trabalho citando a passagem do texto de Peter Burke, extraída do livro "Testemunha ocular: o uso da imagem como evidência histórica" (2017), é com o simples intuito de provocar as reflexões que durante toda a pesquisa me intrigaram, como professor testemunho ao longo destes anos, a passagem de turmas, cheias de alunos que encerram seus ciclos, e assim como as águas das chuvas na caatinga, tomam os rios

e se vão, para que próximas chuvas tragam novas águas. Esta metáfora tem a ver com meus alunos que testemunhei as passagens escolares sem se dar conta se tínhamos feito ou não História juntos.

Com a finitude deste trabalho, entendo assim como Peter Burke (2017), que fazer história está além de uma regra historiográfica acadêmica, ou de meros registros escritos de lugares distantes, como as imagens que se apresentam na maioria das vezes nos livros didáticos como uma história distante, não apenas territorialmente, não temporalmente, mas sim distantes das vivências e significados. Por esta razão, as memórias que muitas vezes não são colocadas ao rigor da escrita historiográfica podem e devem ser reivindicadas para que o que se ensina se aproxime da realidade dos estudantes, por mais distantes que estejam dos centros de produção historiográficos acadêmicos.

Este estudo fez pela primeira vez com que as minhas aulas, saberes históricos e vivências diárias se fossem juntos com as “águas das chuvas” para o Ensino Médio, onde muitos relatam a saudade nas lembranças registradas no campo do intangível aos encontros com ex-professores e colegas de sala. A caixa das Memórias que produzimos materializa a fonte perene de saberes de estudantes que foram testemunhas oculares dos saberes locais, tornando conhecimento histórico em sala de aula e fonte de saberes para estudantes que estão por vir, pois novas chuvas virão, e este objeto gerador estará lá para contar o que os alunos testemunharam e deixaram registrado para as futuras gerações.

Mais que isto, a experiência oportunizou a aplicação de métodos importantes e fecundos que podem ser inspiradores para outras realidades escolares, sejam de escolas urbanas ou rurais como a José Pereira Frade. Passo a ter plena convicção que a História Local deve adentrar nas salas de aulas em contexto escolar, de forma a consolidar de maneira plena o Letramento Histórico (ROCHA, 2020) para a aquisição da Consciência Histórica (CERRI, 2011), pois como comprovado nos estudos aqui apresentados, ela aproxima o que se ensina do que se precisa aprender, fortalecendo vínculos identitários de uma história presente onde existir vida humana.

No entanto, preciso destacar que não há nenhuma atividade docente sem que ocorra sacrifícios, o Mestrado Profissional em Ensino de História foi fundamental para abrir as portas para novas perspectivas de aprendizagem e atuação docente. Porém, o fato de ter que dividir a vida pessoal, profissional, de voltar à acadêmica para estudar e fazer pesquisa, tornam a tarefa do professor pesquisador um esforço descomunal. Ainda mais quando em pleno

desenvolvimento de pesquisa este professor tem que enfrentar redução salarial, ataques pela gestão municipal de direitos e conquistas.

Neste período, para além das dificuldades encontradas no percurso de Mestrado e ter que conciliar estudo e trabalho, escolher escrever a história do município de Santa Inês-PB, de uma forma nunca antes realizada, ter a desvalorização do seu trabalho, desrespeito a direitos adquiridos e ataques a sobrevivência à saúde mental e financeira, já que a perda de 40% do salário, não foram suficientes para desanimar e impedir que este trabalho fosse executado e bem sucedido. Pois os seus resultados serão sentidos positivamente na educação local e no fortalecimento de vínculos dos jovens com seu município.

Como notas finais, quero enfatizar os direcionamentos propulsores da pesquisa, descrevendo os caminhos percorridos e as estratégias delineadas para alargar os horizontes de expectativas. Como notas iniciais que compõem uma linda música, espero nos caminhos das incertezas e das angústias que toda pesquisa traz, desfrutar dos seus belos sons.

Todo trabalho de pesquisa que pretende promover melhoria para o ensino visa o crescimento acadêmico docente, para proporcionar a atuação para com os discentes em salas de aula de forma mais qualificada e crítica, e espero ainda que a trama aqui relatada, possa trazer respostas mesmo que parciais, mas significativas, tanto para o educador, quanto para os educandos.

Desejo que este último parágrafo não represente o final da pesquisa, mas apenas o texto final de minha dissertação, em que exponho a temática escolhida e pretendo seguir nessa direção, continuar promovendo um Ensino de História de qualidade, no Ensino Fundamental II, em escolas rurais, utilizando sempre que possível de temas, fontes, e saberes históricos presentes na realidade do aluno, com sua participação e da comunidade em processo didáticos participativos e construtivos para o Letramento Histórico. E almejo demonstrar um processo de ensino de qualidade e em franco crescimento a partir das escolhas feitas, e das ações desenvolvidas.

FONTES

Registros de depoimentos elaborados

FILHO, Luiz Rosa da Silva. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 21 de fevereiro de 2024.

FLORENTINO, Maria Aparecida Ferreira. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 19 de fevereiro de 2024

FLORENTINO, Sandra Maria Abílio. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 21 de fevereiro de 2024.

LIMA, Maria Pereira. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 23 de fevereiro de 2024.

LIMA, Ronoaldo Araujo. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 21 de fevereiro de 2024.

MARINHO, Robéria Maria Vieira. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 21 de fevereiro de 2024.

MELO, Maria de Fátima Ramalho. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 23 de fevereiro de 2024.

PEREIRA, Eunice Florentino. Objeto gerador: Máquina. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, em 22 de fevereiro e 11 março de 2024.

PEREIRA, Zelita Florentino. Objeto gerador: Rádio. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 14 de março de 2024.

SILVA, Esmaelita Pereira da. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 22 de fevereiro de 2024.

SILVA, Maria de Lourdes Barbosa da. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 20 de fevereiro de 2024.

SILVA, Maria Helena de Sousa da Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 23 de fevereiro de 2024.

SILVA, Rejanir Ferraz da. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 20 de fevereiro de 2024.

SOUSA, Águida Nunes de Sousa. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 20 de fevereiro de 2024.

SOUSA, Airton Joselmo de. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 21 de fevereiro de 2024.

SOUSA, José Joaquim de. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 22 de fevereiro de 2024.

SOUSA, Maria de Fátima Pereira da Silva de. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 19 de fevereiro de 2024.

SOUSA, Maria de Moura de (Dona Penha). Objeto gerador: Moinho. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 13 de março de 2024.

SOUZA, Rita França Abílio de. Objeto gerador: Pilão. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 12 de março de 2024.

TEIXEIRA, Joseny Alves. Registro de depoimento realizado presencialmente de forma manuscrita, concedido a José Fábio Nicolau dos Santos, Santa Inês-PB, de 19 de fevereiro de 2024.

Registros elaborados pelos estudantes nas Aulas-oficinas de História

BARBOSA, Lucas Gabriel Nunes. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Ferro de brasa de passar roupa.*

DELMANO, Ana Flávia Marinho. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Pilão*

FERRAZ, Ana Aparecida Vieira. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias dos objetos: Casa de farinha, pote de barro, pilão e ferro de ferrar gado.*

FRANÇA, Fernando Pereira de. *Participou das oficinas (ouvinte).*

HENRIQUE, Arthur David Nunes. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Moinho e o ferro de passar roupa de brasa.*

MELO, Francisca Áurea Pereira de. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou as memórias dos objetos: Torradeira de café.*

MELO, Maria Alicya Florentino. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Rádio*

PEREIRA, Flávia Daniele Florentino. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Máquina de costurar e mesa de madeira.*

SÁ Jhonas Caick Alves de. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos.*

SILVA, Edileuza Aparecida Sousa da. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias dos objetos: Cuscuzeira de Cerâmica.*

SILVA, Kemilly Gomes Rodrigues da. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias dos objetos: Pilão e ferro.*

SILVA, Kennedy Gomes Rodrigues da. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Pilão, casa de farinha e botijão de gás.*

SILVA, Késia Regina Gomes Rodrigues da. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos.*

SILVA, Maria Gabriela Laurenço da. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Pote de cerâmica.*

SILVA, Sarah Evelin Batista da. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias dos objetos: Pilão e ferro de brasa para passar roupas.*

SOUSA, Cicera Izadora Alves de. *Participou das oficinas, respondendo os questionários dissertativos, e registrou das memórias do objeto: Baú de couro.*

Locais de acesso a fontes impressas e manuscritas

Arquivos da Assembleia Legislativa da Paraíba

Arquivos da E. M. E. F. José Pereira Frade

Arquivos da Prefeitura Municipal de Conceição Paraíba

Arquivos do Tribunal Regional do Trabalho.

Arquivos pessoais de Arquivos de Maria Pereira Campos Leite

Sites, mapas e rede social

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS-PB. Disponível em: <https://www.santaines.pb.gov.br/transparencia> Acesso em 02 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/santa-ines.html> , 03 jun 2024.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/santa-ines.html?>. Acesso em 02 jul. 2023.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-ines/historico>, , Acesso em 01 jan 2024.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-7.70842817,-38.5033546,527.85805609a,1760.344234d,35y,153.88854221h,77.4997934t,0r/data=OgMKAATA>, Acesso em: 02 fev 2024.

GOOGLE EARTH. Disponível em: https://www.google.com/search?q=distancia+de+santa+ines+pb+a+joao+peessoa+pb&rlz=1C1PNFB_enBR989BR991&oq=distancia+de+santa+ines+pb+a+joa&aqs=chrome.1.69i57j33i10i160l2.23599j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8, acesso em 02 jul. 2023.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-7.70842817,-8.5033546,527.85805609a,1760.344234d,35y,153.88854221h,77.4997934t,0r/data=OgMKATA>. Acesso em: 02 fev 2024.

PREFEITURA EM PAUTA, Disponível em: <https://www.prefeituraempauta.com.br/cidade/1538/paraiba/santa-ines.html>, acesso em 01 jan 2024.

Disponível em: <https://gestaopublicaesociedade.com.br/fim-do-impresso-jornal-correio-da-paraiba-encerra-atividades-apos-66-anos/>. Acesso em 29 de Mar de 2024.

INSTAGRAM ACERVO CONCEIÇÃO DO PIANCÓ. Santa Inês 27 anos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CrogtSrPpIW/?img_index=1. Acesso em 06 jan 2024.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.
- BARCA, Isabel. **Literacia e Consciência histórica. Educar em revista**. Editora UFPR. P. 93-112, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5545>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. **História e Parcerias**. Rio de Janeiro: 2019, p. 1-17.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>, acesso em 13 out 2023.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira, MEC/ SEF, 1997.
- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. Oficina de História: Ensino, Memória e Patrimônio Histórico. **Projeto História**, São Paulo, v. 40, p. 333- 356, 2010.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde vejo o mundo? In (Org.) Oliveira, Margarida Maria Dias. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 59-82.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- CASSOL, Francielle Moreira. CAIMI, Flávia Eloisa. Detetives na aula de História: Simulação de práticas arqueológicas para conhecer o passado. (IN) PAIM, Elisson Antônio. Guimarães,

Maria de Fátima (Orgs). **Memória e Patrimônio: Possibilidades Educativas**. Jundiaí: Paco Editorial, p. 79-113, 2012.

CASTRO, Elaine de ; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25–45, 2022. DOI: 10.5433/1519-5392.2022v22n3p25-45. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46089>. Acesso em: 15 set. 2024.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 15, p. 264 -278, 2010.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 15, p. 264 -278, 2010.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COLOMBY, Renato Koch. Et al. Histórias de Vida como um caminho metodológico em estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/151/143>. Acesso em: 04 jul 2024.

COSTA, Aryana. História Local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 132-136.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Brasília: UNB, 2014.

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento. **Akangatu, o levante da Memória: Ensino de História e Letramento Patrimonial em Cachoeira dos Índios-PB**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA. Crato, 2024.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras do Nordeste. **Mercator Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008, v. 7, n. 13, p. 87-101.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexos e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, v. 9, n. 1, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Memória. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 155-167.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Memória**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida maria Dias et al (Coor). Dicionário de ensino de História. Rio de janeiro: FGV editora, 2019, p. 155-161.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Memória. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 155-161.

GONÇALVES, Márcia. História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In (Org.) MONTEIRO, Ana Maria. GASPARELLO, Arlette.

HALBWACHS, Maurice, **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes. GRUNBERG, Parreiras Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2013.

KARNAL, Leandro. et al. **Viver história com Leandro Karnal: 6º ano**. São Paulo: Moderna, 2022.

KARNAL, Leandro. et al. **Viver história com Leandro Karnal: 7º ano**. São Paulo: Moderna, 2022.

KARNAL, Leandro. et al. **Viver história com Leandro Karnal: 8º ano**. São Paulo: Moderna, 2022.

KARNAL, Leandro. et al. **Viver história com Leandro Karnal: 9º ano**. São Paulo: Moderna, 2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

LEFEBVRE, H. A noção de totalidade nas ciências sociais. In: LEFEBVRE, H. **Materialismo dialético e Sociologia**. Trad. RAMOS, Joaquim José de Moura. Lisboa: Editorial Proença, 1955.

LIMA, Maria Glória; MOURA, Adriana Ferro. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa: Um Instrumento Metodológico Possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa-PB, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan - jun 2014. Disponível em: Acesso em 15 jul 2024.

MAGALHÃES, Marcelo. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, 1990/1591. p. 149-158.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. O trabalho das meninas: um estudo através das gerações. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 2, 2007. P. 267-284. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/476>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MELO, Vilma de Lourdes Barbosa e. **História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MELO, Vilma de Lurdes e Barbosa. Ensino de História Local: redescobrimos sentidos. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa: UFPB, 2006.

MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. **O rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava**. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>. Acessado em: 11 abr. 2024.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Ed. 5, Brasília: Articulação Nacional, 2004.

NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. **Saeculum**, v.3, n. 6-7, jan./dez. 1997.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: **Revista História Oral**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 109-116, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História do Departamento de História**, São Paulo, 1993

OLIVEIRA, José Antônio Moraes de. O homem que lembrava. **Coletiva.net**: Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.coletiva.net/colunas/o-homem-que-lembrava,400845.jhtml>. Acesso em: 29 mai. 2023.

OLIVEIRA, Sandra Mara Vieira. Memórias e narrativas : **o percurso de escolarização e formação de professores(as) e alunos(as) dos anos finais da educação básica**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2021.

PAIM, Elison Antonio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memórias outras, patrimônios outros, e decolonialidades: Contribuições teórico-metodológicas para o estudo de história da África e dos afrodescendentes e de história dos Indígenas no Brasil. **Education policy analysis archives**. La Riorja: Dialnet, v. 26, 2018, p. 92-92.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba**. Tese(doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2001.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo; BURITY, Luiz Mário Dantas. Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estado novista (1937-1945). **Revista HISTEDBR**. Campinas, v. 13, n. 54, p. 172–188, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640176>. Acesso em: 6 mar. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objeto Gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiar**, Vol. 08, N. 14, Ano 2016.1. P. 70-93.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argo, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. História e “ensino” de “história”, ainda? In: REIS, Ana Isabel RP Cortez. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. ANDRADE, Maria Lucélia de. (Orgs.) **Saberes docentes e ensino de História**. Curitiba: CRV, 2023. P. 25- 40.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

ROCHA, Helenice. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de história. In: **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13 n 2, p. 275-301, 2020. Disponível em: [file:///D:/Downloads/dosreiss,+LETRAMENTO\(S\)+HIST%C3%93RICO+275-301%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/dosreiss,+LETRAMENTO(S)+HIST%C3%93RICO+275-301%20(1).pdf), Acesso em: 22 jan 2024.

RÜSEN, Jörn. **A razão histórica: Teoria da História - os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Brasília: Ed. Da UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SANTANA, Carla Caroline Santos de. **A utilização da história local como aporte pedagógico, um olhar sobre a prática docente em santo amaro – Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. Epistemologias do Sul. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SANTOS, Carmi Ferraz. **Letramento e ensino de História: os gêneros textuais no livro didático de História**. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 4., 2007,

Tubarão. **Anais...** Tubarão: UNISUL, 2007. P. 787-795. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/33.pdf>, Acesso em: 30 mai. 2017.

SANTOS, Willian Lima. A prática docente em escolas multisseriadas. **Revista Científica da FASETE**. Paulo Afonso: Rios Eletronicas. 2015, p. 71-80.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino de História Local e os desafios da formação de consciência histórica**. In: MONTEIRO, Ana Maria. et al (org.) **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: mauadx: Faperj, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**. **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 297-308, 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, GARCIA, Tânia Maria Braga. **Pesquisa em Educação Histórica**: algumas experiências, Curitiba, Educar, Editora UFPR, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. In: **Revista História da Educação – RHE**. Porto Alegre: v. 16 n. 37 maio/ago, p.73-91, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627346005.pdf>. Acesso em: 10 de mai de 2022.

SILVA júnior Fernando Luís Couto da. **História e educação do campo: as possibilidades para o ensino de história**. Dissertação de Mestrado, Mestrado Profissional em Ensino de História(PROFHISTÓRIA) em Rede Nacional, Universidade Federal do Pará, 2022.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes; FONSECA, Selva Guimarães. O ensino de história em escolas no meio rural brasileiro. **Eccos Revista Científica**, v. 12, n. 2, p. 469-486, 2010.

SILVA, M. DAS G. S. **O SEBASTIANISTO EM A PEDRA DO REINO**. Disponível em:<https://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475287422_ARQUIVO_ARTIGO1.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, Marco Antônio. **Letramento no Ensino de História**. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 17, p. 111-130, 2º sem. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewfile/P.2237-8871.2011v12n17p111/4132>, . Acesso em: 30 mai. 2017.

SILVA, Marco Antônio. PORTO, Amélia. **Nas trilhas da História**: teoria e prática. Belo Horizonte: Roma, 2012.

SILVA, Marcos Antônio da, FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. São Paulo: Papirus. 2007.

SILVA, Marcos. GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no século XXI**: Em breve do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2012.

SOARES, Magda. Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

SOARES, Maria de Lourdes. **O sertanejo entre Deus e o Diabo na terra do sol**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

ANEXOS

Anexo I: Termo Livre Esclarecido Aluno



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, José Fábio Nicolau dos Santos, RG: 2878640 SSP/PB, discente da Universidade Regional do Cariri – URCA estou realizando uma pesquisa intitulada A CAIXA DAS MEMÓRIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: OBJETOS GERADORES E LETRAMENTO HISTÓRICO EM ESCOLA RURAL DA PARAÍBA – PB, objetivando como proposta de pesquisa desenvolver o conhecimento histórico a partir dos objetos geradores, tendo a memória como elemento integrador nessa prática para o processo de construção do conhecimento histórico por meio da coleta de dados, através de rodas de conversas (roteiro de perguntas), a partir da pesquisa de campo com pessoas das comunidades, e com a participação dos alunos da Educação Básica - Anos Finais da escola rural do povoado do Umbuzeiro, Santa Inês - PB, com o acompanhamento e supervisão do pesquisador para a consolidação do letramento histórico.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: promover uma formação em memória por meio de oficinas, estudo de campo, coleta de dados por meio de rodas de conversas com pessoas da comunidade e com os participantes para fins de avaliação. Em seguida, será construído um material didático denominado a caixa das memórias que poderá ser utilizado nas aulas de História.

Por essa razão, você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. Sua colaboração consistirá em realizar estudos em contraturno escolar, participar de oficinas de memória e por fim se envolver no estudo de campo na sua comunidade de origem para a coleta de dados durante a roda de conversas.

Este termo foi elaborado conforme Resolução CNS 466/2012, que diz: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.” Considera-se que sua participação aluno-participante vai lhe expor a um mínimo de riscos de comodidade, no entanto estará sujeito a emoção e ou constrangimentos no momento da coleta de dados podendo gerar um BAIXO risco à sua saúde, em função da natureza da pesquisa. Ficando ciente que as atividades da oficina serão realizadas em espaço escolar no qual você estuda e convive diariamente em dias letivos, para as atividades usará materiais escolares comuns ao dia a dia escolar, estando apenas convidado e não obrigado (a) a participar da coleta de dados e ou visitas de campo e quando se fizerem presentes deverão estar acompanhados dos representantes legais. Para minimizar os riscos, os alunos serão tratados com acolhimento em conversas coletivas e individuais, ao serem convidados, não havendo a obrigação da participação.

Como benefício, o (a) aluno (a) estará recebendo formação em História, Memória e vivenciando por meio das conversas as narrativas memorialísticas levantadas por meio dos objetos e ao final escrever sua experiência com seus relatos produzidos, contribuindo para a escrita da memória da comunidade, que poderá ser utilizada para a produção e registro históricos locais. Assim, sua participação e vivência a ser registrada constitui-se de grande relevância para a finalidade da pesquisa.

Todas as informações que o Sr. (a) nos fornece serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus dados de documentação pessoal coletados serão confidenciais, especificamente, Nº de Identidade - RG, Nº do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, número de contato telefônico, endereço pessoal e/ ou profissional e demais dados que o Sr. (a) ache necessário preservar. No entanto, deixando-o(a) ciente que seu nome e sua imagem poderão aparecer como colaborador(a) da pesquisa durante o registro dos processos metodológicos, em atividades em oficina de memória, reflexões em sala, estudo de campo e/ ou nos registros, nos materiais didáticos a serem elaborados no final da pesquisa.

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato-CE – CEP.: 63.100-000
Fone (88) 312.1212 ramal 2424 – E-Mail: cep@urca.br



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Ficando ciente que quando os resultados forem apresentados, você autorizará o uso da sua imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeos, foto, gravação de áudio, para serem produzidas e que poderão ser utilizadas na pesquisa e também nas peças de comunicação que serão veiculadas nos canais da Universidade Regional de Cariri e da E.M.E.F. José Pereira Frade. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (III) material didático (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária.

Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo, se não aceitar ou se desistir após ter iniciado as atividades em Educação Patrimonial, História Oral ou atividade campo.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar José Fábio Nicolau dos Santos, endereço Rua Teodomiro Rangel, SN, Conceição-PB, telefone para contato (83) 996063827 e e-mail: thayllon_23@hotmail.com nos seguintes horários: 07h às 18h de segunda a sexta. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado a Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento pós-esclarecido que se segue e receberá uma cópia do mesmo.

TERMO DE ASSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador e, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para que participe voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Povoado do Umbuzeiro, Santa Inês - PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura participante

Anexo II: Termo Livre Esclarecido Depoente



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, José Fábio Nicolau dos Santos, RG: 2878640 SSP/PB, discente da Universidade Regional do Cariri – URCA, estou realizando uma pesquisa intitulada A CAIXA DAS MEMÓRIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: OBJETOS GERADORES E LETRAMENTO HISTÓRICO EM ESCOLA RURAL DA PARAÍBA – PB, objetivando como proposta de pesquisa desenvolver o conhecimento histórico a partir dos objetos geradores, tendo a memória como elemento integrador nessa prática para o processo de construção do conhecimento histórico por meio da coleta de dados, através de rodas de conversas (roteiro de perguntas), a partir da pesquisa de campo com pessoas das comunidades e com a participação dos alunos da Educação Básica - Anos Finais da escola rural do povoado do Umbuzeiro, Santa Inês - PB, com o acompanhamento e supervisão do pesquisador para a consolidação do letramento histórico.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: promover uma formação em memória por meio de oficinas, estudo de campo e coleta de dados por meio de rodas de conversas com pessoas da comunidade e com os participantes para fins de avaliação. Em seguida, será construído um material didático denominado a caixa das memórias que poderá ser utilizado nas aulas de História.

Por essa razão, você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecerem serão utilizadas para esta pesquisa. Sua participação consistirá em prestar depoimentos para coleta de dados por meio de rodas de conversas (roteiro de questões) e da memória, através de conversas individual, respondendo ao roteiro de perguntas feitas pelo pesquisador, autorizando ao pesquisador o registro por escrito do roteiro de perguntas das memórias relatadas, podendo também nos fornecerem voluntariamente registros materiais, que serão fotografados, que legitimem as informações prestadas.

Seus dados de documentação pessoal coletados serão confidenciais, especificamente, Número de Identidade - RG, Número do Cadastro de Pessoas Física - CPF, Número de contato telefônico, endereço pessoal e/ ou profissional e demais dados que o Sr.(a) ache necessário preservar. No entanto, deixando-o(a) ciente que seu o nome e sua imagem poderão aparecer como colaborador(a) da pesquisa durante o registro dos processos metodológicos, em atividades em oficina de memória, reflexões em sala, estudo de campo e/ou nos registros, nos materiais didáticos a serem elaborados no final da pesquisa.

Este termo foi elaborado conforme a Resolução CNS 466/2012, que diz: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.” Considera-se que sua participação como depoente expõe a um mínimo de risco de saúde, todavia estará sujeito a emoção e ou constrangimentos no momento da coleta de dados, podendo gerar um BAIXO risco de comodidade, em função da natureza da pesquisa, isso por que pode haver algum desconforto por parte do entrevistado, haja vista que ao recordar por meio dos objetos, espaços ou memórias sentir-se-á desconfortável.

Para reduzir tais possíveis riscos, a entrevista será individual, agendada conforme disponibilidade do depoente em local reservado a sua escolha, evitando-se por parte do pesquisador comentários e expressões não verbais que possam causar qualquer desconforto aos(as) entrevistados(as).

Como benefício, o (a) senhor (a) estará contribuindo, com seus relatos, ao descrever suas narrativas para a escrita da memória, que poderá ser utilizada para a produção e registro do conhecimento histórico da comunidade, que é o campo da pesquisa. Assim, seu depoimento constitui-se de grande relevância para a finalidade da pesquisa.

Ficando ciente quando os resultados forem apresentados que você autoriza o uso da sua imagem em todo e qualquer material entre imagens nos vídeos, foto, gravação de áudio, para ser produzida e utilizada na

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato-CE – CEP.: 63.100-000
Fone (88) 312.1212 ramal 2424 – E-Mail: cep@urca.br

pesquisa e também nas peças de comunicação que poderão ser veiculadas nos canais da Universidade Regional de Cariri, da E.M.E.F. José Pereira Frade e na internet.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa ou dos métodos utilizados, pode procurar José Fábio Nicolau dos Santos, endereço Rua Teodomiro Rangel, SN, Conceição-PB, telefone para contato (83) 996063827 e e-mail: thayllon_23@hotmail.com nos seguintes horários: 07h às 18h de segunda a sexta.

Se também desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento pós-esclarecido que se segue e ainda receberá uma cópia do mesmo..

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador e, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Povoado do Umbuzeiro, Santa Inês - PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura participante



Impressão dactiloscópica

Anexo III: Termo Livre Esclarecido Depoente para pais ou responsáveis



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

Eu, José Fábio Nicolau dos Santos, RG: 2878640 SSP/PB, discente da Universidade Regional do Cariri – URCA, estou realizando uma pesquisa intitulada: A CAIXA DAS MEMÓRIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: OBJETOS GERADORES E LETRAMENTO HISTÓRICO EM ESCOLA RURAL DA PARAÍBA – PB objetivando como proposta de pesquisa desenvolver o conhecimento histórico a partir dos objetos geradores, tendo a memória como elemento integrador nessa prática, para o processo de construção do conhecimento histórico por meio da coleta de dados através de rodas de conversas (roteiro de perguntas), a partir da pesquisa de campo com pessoas das comunidades e com a participação dos alunos da Educação Básica - Anos Finais da escola rural do povoado do Umbuzeiro, Santa Inês - PB, com o acompanhamento e supervisão do pesquisador, para a consolidação do letramento histórico.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: promover uma formação em memória por meio de oficinas, estudos de campo e coleta de dados por meio de rodas de conversas com pessoas da comunidade e com os participantes para fins de avaliação. Em seguida, será construído um material didático denominado a caixa das memórias que poderá ser utilizado nas aulas de História.

Este termo foi elaborado conforme Resolução CNS 466/2012, que diz: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.” Considera-se que a colaboração aluno (a) participante sobre sua responsabilidade legal e devida autorização, seja exposta a um mínimo riscos de saúde, no entanto estará sujeito a emoção e /ou constrangimentos no momento da coleta de dados podendo gerar um BAIXO risco à sua saúde, em função da natureza da pesquisa. Ficando ciente que as atividades de oficina serão realizadas em espaço escolar no qual o (a) discente estuda e convive diariamente em dias letivos, para as atividades usará materiais escolares comuns ao dia a dia escolar, estando apenas convidado e não obrigado (a) a participar da coleta de dados e /ou visitas de campo e quando se fizerem presentes deverão estar acompanhados dos representantes legais. Para minimizar os riscos, os alunos serão tratados com acolhimento em conversas coletivas e individuais, ao serem convidados, não havendo obrigação de participação. Por essa razão, seu filho/sua filha ou responsável legal, está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa.

Sua participação consistirá em realizar estudos em contraturno escolar, participar de oficinas de memória, e por fim, participar de estudo de campo na sua comunidade de origem para a coleta de dados durante a roda de conversas.

Todas as informações que ele nos fornece, serão utilizadas somente para esta pesquisa. Os seus dados de documentação pessoal coletados serão confidenciais, especificamente, Número de Identidade - RG, Número do Cadastro de Pessoas Física - CPF, Número de contato telefônico, endereço pessoal e/ ou profissional e demais dados que o Sr. (a) ache necessário preservar. No entanto, deixando (a) ciente que seu nome e sua imagem e de seu filho ou filha, poderão aparecer como colaborador(a) da pesquisa durante o registro dos processos metodológicos, em atividades em oficina de memória, questionário, estudo de campo e /ou nos registros, nos materiais didáticos a serem elaborados no final da pesquisa.

Como benefício, o (a) aluno (a) estará recebendo formação em história, Memória e vivenciando por meio do questionário as narrativas memorialísticas levantadas por meio dos objetos, e ao final escrever sua experiência com seus relatos produzidos, contribuindo para a escrita da memória da comunidade, que poderá ser utilizada para a produção e registro históricos locais, campo da pesquisa. Posto isto, sua participação, vivência a ser registrada constitui-se de grande relevância para a finalidade da pesquisa.

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato-CE – CEP.: 63.100-000
Fone (88) 312.1212 ramal 2424 – E-Mail: cep@urca.br

pesquisa e também nas peças de comunicação que poderão ser veiculadas nos canais da Universidade Regional de Cariri, da E.M.E.F. José Pereira Frade e na internet.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa ou dos métodos utilizados, pode procurar José Fábio Nicolau dos Santos, endereço Rua Teodomiro Rangel, SN, Conceição-PB, telefone para contato (83) 996063827 e e-mail: thayllon_23@hotmail.com nos seguintes horários: 07h às 18h de segunda a sexta.

Se também desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento pós-esclarecido que se segue e ainda receberá uma cópia do mesmo..

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador e, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Povoado do Umbuzeiro, Santa Inês - PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura participante



Impressão dactiloscópica

Anexo III: Roteiro de perguntas das rodas de conversas



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



ROTEIRO DE PERGUNTAS

Título do Projeto: A CAIXA DAS MEMÓRIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: OBJETOS GERADORES E LETRAMENTO HISTÓRICO EM ESCOLA RURAL DA PARAÍBA – PB,
Pesquisador Responsável: José Fábio Nicolau dos Santos.

ENTREVISTA DO ROTEIRO DE PERGUNTAS.

Número da entrevista: _____

Tema da entrevista: _____

1. Quais os objetos mais antigos que você tem em sua casa?

2. Por que você guardou esse objeto?

3. Você pode relatar como ele chegou às suas mãos? Para você é importante manter ou preservar a memória viva por meio de objetos?

4. O objeto ajuda a lembrar algum período da sua vida?



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



5. Na época da aquisição desse objeto, quais eram as formas de uso dele?

6. Esse objeto ainda é usado hoje em dia?

7. Pode relatar um momento importante em que este objeto foi usado por você ou por sua família?

8. Esse objeto dava algum “ar” de superioridade a quem o possuía ou era acessível a todos?

9. Ao olhar este objeto, suas lembranças são de momentos felizes ou tristes?

Por qual razão?



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



10. Para finalizar, você gostaria de falar mais alguma coisa sobre o objeto retratado que não tenha sido perguntado?
